



# Retrato Territorial de Portugal

Edição 2017

**Título**

RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Av. António José de Almeida

1000-043 Lisboa

Portugal

Telefone: 21 842 61 00 | Fax: 21 845 40 84

**Presidente do Conselho Diretivo**

Alda de Caetano Carvalho

**Design, Composição e Impressão**

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN: 1646-0448

ISBN: 978-989-25-0402-5

Periodicidade: Bial

O INE, I.P. na Internet | **www.ine.pt**

 Apoio | a clientes

**218 440 695**



# Índice

Nota introdutória .....	5
Sumário Executivo.....	6
Parte I   A diferenciação territorial do turismo.....	15
Enquadramento .....	16
I.1. A dinâmica do espaço edificado para turismo .....	17
A edificação turística efetiva e potencial dos territórios.....	19
A reconstrução e requalificação do edificado para turismo.....	25
I.2. A perspetiva territorial da oferta turística .....	29
A distribuição e diversidade territoriais da oferta.....	30
A categorização e qualificação da oferta .....	43
I.3. O padrão territorial da procura turística .....	49
A intensidade e sazonalidade turísticas .....	50
A proveniência da procura turística .....	60
Conceitos .....	69
Parte II   A sustentabilidade demográfica dos territórios .....	77
Enquadramento.....	78
II.1. As assimetrias territoriais da evolução da população.....	79
A concentração populacional e o despovoamento .....	80
As componentes do crescimento da população.....	86
II.2. O envelhecimento e a (in)capacidade de renovação demográfica dos territórios .....	92
O duplo envelhecimento populacional .....	93
A renovação da população.....	103
II.3. Os padrões territoriais de fecundidade e o papel da população estrangeira .....	114
O declínio e o adiamento da fecundidade.....	115
O contributo demográfico da população estrangeira .....	132
Conceitos.....	144

Parte III   A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas .....	149
Enquadramento .....	150
III.1. O desempenho económico das regiões e as condições para a inovação.....	151
Desempenho económico .....	152
As condições para a inovação.....	166
III.2. O conteúdo tecnológico das regiões e a dinâmica das empresas de base tecnológica.....	174
Caracterização e desempenho do tecido empresarial tecnológico .....	175
A importância do mercado externo nas empresas de base tecnológica.....	185
III.3. A inovação nas regiões portuguesas .....	191
A inovação empresarial nas regiões.....	192
As aplicações do processo de inovação.....	199
Conceitos.....	205
Bibliografia .....	208
Siglas e abreviaturas .....	211
Índice de Caixas .....	212
Índice de Figuras .....	213



## Nota introdutória

O Retrato Territorial de Portugal visa valorizar, numa perspetiva analítica, a informação estatística de base territorial disponibilizada pelo Sistema Estatístico Nacional, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios: *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*. Esta publicação de periodicidade bienal privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais, recorrendo a séries longas de dados estatísticos, de forma a captar trajetórias estruturais que diferenciam os territórios.

O INE pretende desta forma contribuir para um conhecimento mais alargado das potencialidades da informação estatística de base territorial do Sistema Estatístico Nacional.

No domínio *Qualificação territorial* são analisadas características físicas que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, as dinâmicas de uso e ocupação do solo – numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens ancoradas em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

Nesta edição, no domínio *Qualificação territorial*, é apresentada uma análise sobre *A diferenciação territorial do turismo*, com base

na informação estatística proveniente do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas e do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e com recurso a tipologias territoriais.

No domínio *Qualidade de vida e coesão* é analisada *A sustentabilidade demográfica dos territórios*, com recurso, maioritariamente, à informação das Estimativas Anuais de População Residente, dos Indicadores Demográficos das Estatísticas de Nados-vivos e, no que respeita especificamente à população estrangeira residente, aos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No domínio *Crescimento e competitividade* é discutida *A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas*, utilizando os resultados de várias operações estatísticas, salientando-se as Contas Regionais, o Sistema de Contas Integradas das Empresas, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e o Inquérito Comunitário à Inovação.

A análise de cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum. Inicia-se com um ponto de enquadramento onde se apresenta a importância da temática em análise e se define a perspetiva de abordagem sobre a informação estatística associada aos tópicos de discussão. Nos tópicos de análise de cada domínio são apresentados os principais resultados, recorrendo a imagens gráficas e cartográficas.

Esta edição do Retrato Territorial de Portugal assume um novo formato de publicação digital, de cariz interativo, que privilegiou o acesso mais direto à informação de base que constitui referência para as análises desenvolvidas.

## Sumário Executivo

Na presente edição do Retrato Territorial de Portugal apresenta-se o estudo aprofundado de três temáticas - *A diferenciação territorial do turismo, A sustentabilidade demográfica dos territórios e A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas.*

A temática referente à *diferenciação territorial do turismo* apresenta uma perspetiva de análise tripartida, centrando-se no diagnóstico territorial da dinâmica de construção decorrente da edificação e reabilitação de alojamentos hoteleiros, na análise da oferta de alojamento turístico à luz dos elementos estatísticos disponíveis de categorização, qualificação e dimensão e na leitura da procura turística numa perspetiva territorial com base na caracterização das principais proveniências dos turistas.

A análise relativa à *sustentabilidade demográfica dos territórios* encontra-se estruturada em três vetores que focam a leitura das assimetrias territoriais da evolução da população, a tendência de envelhecimento e a (in)capacidade de renovação demográfica dos territórios, os padrões territoriais de fecundidade e o papel que a população estrangeira desempenha neste contexto.

Por fim, na análise sobre a *competitividade e a inovação nas regiões portuguesas* são identificados três pontos de análise relativos ao desempenho económico das regiões e condições para a inovação, ao conteúdo tecnológico das regiões e dinâmica das empresas de base tecnológica, e aos resultados da inovação nas regiões portuguesas.

Apresentam-se em seguida os principais resultados que ressaltam da análise desenvolvida em cada temática.

### A DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL DO TURISMO

*No triénio 2014-2016, mais de metade da superfície de construções novas da Região Autónoma da Madeira destinava-se ao turismo*

No triénio 2014-2016, mais de metade (57,4%) da superfície de construções novas da Região Autónoma da Madeira destinava-se ao turismo. Seguiam-se, com proporções menores mas acima da média nacional neste indicador, as regiões NUTS II Algarve (9,0%), Região Autónoma dos Açores (7,1%) e Alentejo (7,0%).

*Entre 2014 e 2016, a proporção da superfície de edificação licenciada para construções novas em solo rústico aumentou*

Em 2016, cerca de 57% da superfície de edificação licenciada para construções novas destinadas ao turismo localizava-se em solo urbano. Em 2014 esta proporção era de 65%, revelando um aumento da importância da superfície licenciada para construções novas para turismo em solo rústico (por oposição ao decréscimo verificado em solo urbano). Em 2016, em algumas sub-regiões do Centro (Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Oeste), bem como no Baixo Alentejo, no Alentejo Central e na Região de Leiria, mais de 80% da superfície licenciada destinada ao turismo localizava-se em solo rústico.

*No período 2011-2016, em 114 municípios a proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi superior a 50%*

No período 2011-2016, 114 dos 308 municípios portugueses registavam uma proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo superior a 50%, destacando-se um conjunto de 63 municípios, localizados maioritariamente nas regiões Centro (21) e Norte (19), em que o total



das obras destinadas a fins turísticos correspondeu exclusivamente a obras de reabilitação.

*Entre 2013 e 2016, o número de alojamentos turísticos aumentou em todas as regiões NUTS II, verificando-se um crescimento relativo mais expressivo na Região Autónoma da Madeira*

Entre 2013 e 2016, a tendência de aumento do número de estabelecimentos de alojamento turístico verificou-se em todas as regiões NUTS II, destacando-se o ritmo de crescimento médio anual de 36,8% na Região Autónoma da Madeira. No Continente, a Área Metropolitana de Lisboa (13,5%) e o Centro (11,9%) registavam as taxas de crescimento médio anual mais elevadas. Contudo, a região Norte mantinha em 2016 a maior oferta de alojamentos turísticos e registou no período 2013-2016 uma taxa de crescimento médio anual de 9,9%. O crescimento da oferta de alojamento foi menor na Região Autónoma dos Açores (5,1%) e no Algarve (4,9%).

*Entre 2013 e 2016, verificou-se um aumento particularmente expressivo da importância do Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira e na Área Metropolitana de Lisboa e da importância do Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação na região Centro*

Entre 2013 e 2016, na Região Autónoma da Madeira (78,2% em 2016) e na Área Metropolitana de Lisboa (52,5% em 2016) verificaram-se aumentos assinaláveis da proporção de estabelecimentos de Alojamento Local: +29 e +14 pontos percentuais, respetivamente, verificando-se uma diminuição da expressão das restantes tipologias de estabelecimentos de alojamento turístico. Nas regiões Centro (+12 p.p. em Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação), Alentejo (+7 p.p.) e Norte (+6 p.p.) verificou-se um aumento da proporção dos estabelecimentos

de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação, tendo-se registado uma diminuição da importância das restantes tipologias.

*Entre 2013 e 2016, o ritmo de crescimento da capacidade de alojamento turístico em áreas predominantemente rurais foi cerca de três vezes superior ao verificado em áreas predominantemente urbanas*

Entre 2013 e 2016, a taxa de variação da capacidade de alojamento turístico em Portugal foi mais elevada nas áreas predominantemente rurais (41,8%) e mais baixa nas áreas predominantemente urbanas (13,2%). Em 14 das 25 sub-regiões portuguesas, a taxa de crescimento da capacidade foi mais elevada nas áreas predominantemente rurais, do que nas áreas predominantemente urbanas ou mediantemente urbanas. A sub-região Alto Alentejo assinalava não só os valores mais elevados neste indicador, como também a maior assimetria entre territórios predominantemente urbanos e rurais.

*Entre 2011 e 2016, a capacidade dos hotéis de quatro e cinco estrelas aumentou em todas as regiões NUTS II*

Entre 2011 e 2016, a capacidade dos hotéis de quatro e cinco estrelas aumentou em todas as regiões do país apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 5% em Portugal. As regiões que apresentavam um maior crescimento neste indicador foram o Alentejo e o Centro com taxas de crescimento médio anual de 9,3% e 8,1%, respetivamente. O Algarve registou o menor aumento da oferta de capacidade em hotéis de quatro e cinco estrelas.

*Entre 2013 e 2016, o número de dormidas cresceu em todas regiões, destacando-se o aumento relativo da procura global nas regiões Norte e Alentejo, bem como o crescimento de dormidas no Turismo em Espaço Rural e Turismo de habitação na região Centro e no Alojamento Local na Área Metropolitana de Lisboa*

O número de dormidas cresceu em todas as regiões e em todos os tipos de alojamento com exceção da Área Metropolitana de Lisboa em que se verificou um decréscimo das dormidas em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (-10,3% ao ano). As regiões Centro (+39,1%), Norte (+25,7%), Algarve (+24,9%) e Alentejo (+23,9%) registaram as maiores taxas de crescimento do número de dormidas neste tipo de alojamento entre 2013 e 2016. O crescimento no número de dormidas em estabelecimentos de Alojamento Local foi mais expressivo na Área Metropolitana de Lisboa (+29,7%) e no Algarve (+23,3%). No que respeita às dormidas em Hotelaria, sublinham-se os crescimentos mais expressivos na Região Autónoma dos Açores (+15,6%) e nas regiões Norte e Alentejo (+13,5% em ambas).

*Em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas de 2016 ocorreram entre julho e setembro*

Em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas registadas em 2016 ocorreu nos meses de julho a setembro. Estes municípios estavam dispersos pelo país, verificando-se ainda assim uma maior concentração no Litoral do Alentejo, na faixa ocidental do Litoral do Algarve e em algumas ilhas da Região Autónoma dos Açores. Os municípios em que o efeito de sazonalidade nos meses de julho a setembro era menos intenso (valores abaixo de um terço do total de dormidas no ano) situavam-se maioritariamente no território do Interior da região Centro, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e também na Região Autónoma da Madeira.

*Em 2016, o contributo dos hóspedes residentes no estrangeiro para a procura turística nacional foi superior à proporção registada a nível nacional (59,1%) em 33 municípios localizados sobretudo no Algarve e nas regiões autónomas*

Em 2016, a maioria dos municípios com valores mais elevados da proporção de hóspedes com residência no estrangeiro (acima de média nacional de 59,1%) situavam-se no Algarve e nas regiões autónomas. Enquanto na Região Autónoma da Madeira e no Algarve em todos os municípios (excetua-se Vila Real de Santo António, no Algarve) mais de metade dos hóspedes eram estrangeiros, no caso da Região Autónoma dos Açores verificava-se maior disparidade neste indicador, com vários municípios a apresentar valores abaixo de 50%.

## A SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS

*Num contexto de maior concentração da população no Litoral, e em especial nas áreas metropolitanas, por oposição ao Interior do Continente, a densidade populacional em territórios predominantemente urbanos era 19 vezes superior à verificada em áreas rurais*

A densidade populacional em áreas predominantemente urbanas era superior a 250 habitantes por km<sup>2</sup> em 17 das 25 NUTS III, incluindo as duas regiões autónomas e sub-regiões do Interior Norte e Centro – Alto Tâmega, Beiras e Serra da Estrela, Douro e Viseu Dão Lafões –, salientando o papel das cidades de média dimensão na estruturação dos territórios do Interior continental. Verifica-se um contraste significativo entre o povoamento das áreas predominantemente urbanas e rurais, registando-se uma expressão da residência em áreas predominantemente urbanas 19 vezes superior. As duas áreas



metropolitanas, o Cávado, o Ave, o Tâmega e Sousa e as duas regiões autónomas apresentavam assimetrias de densidade populacional entre áreas predominantemente urbanas e rurais superiores ao valor médio do país.

*Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população, e destes, 15 em resultado de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas*

Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população tendo esta dinâmica oscilado entre uma taxa de crescimento anual médio de 0,001% (Lagoa, no Algarve) e de 1,42% (Arruda dos Vinhos, no Oeste). Em 15 municípios as taxas de crescimento natural e migratório foram, simultaneamente, positivas – municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Alcochete, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sesimbra e Vila Franca de Xira) e o município contíguo de Benavente (Médio Tejo), e ainda os municípios de Valongo (Área Metropolitana do Porto), Entroncamento (Lezíria do Tejo) e Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira).

*Entre 2011 e 2016, a maioria dos municípios portugueses registou um aumento do índice de envelhecimento e em 2016 este era inferior à média nacional em municípios dos territórios metropolitanos centrados em Lisboa e Porto, do Algarve e das regiões autónomas*

Entre 2011 e 2016, apenas 15 municípios registaram um decréscimo do índice de envelhecimento – oito municípios do Alentejo, dois municípios do Interior Norte, dois do Algarve e dois da Região Autónoma dos Açores e ainda o município de Lisboa. Verificou-se um agravamento do índice de envelhecimento em 293 dos 308 municípios portugueses e, sobretudo, em municípios das sub-regiões do Interior Norte

(Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro) e Centro (Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo), destacando-se os municípios de Almeida, Vila de Rei, Oleiros, Penamacor e Castanheira de Pêra que registaram um aumento em mais de 100 idosos por 100 jovens.

*O índice de envelhecimento era mais elevado nos territórios rurais do que nos territórios urbanos, sendo esta assimetria mais acentuada nas sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes*

Em 2016, o envelhecimento demográfico era mais acentuado nas áreas predominantemente rurais (282 idosos por cada 100 jovens) do que nas áreas predominantemente urbanas (132) ou nas áreas mediantemente urbanas (165). A assimetria entre territórios urbanos e rurais revelava-se mais intensa nas sub-regiões da Beira Baixa (125 vs. 682), Terras de Trás-os-Montes (136 vs. 563), Alto Tâmega (170 vs. 446) e Beiras e Serra da Estrela (160 vs. 423). Em 2016, 17 sub-regiões tinham um índice de envelhecimento acima da média nacional, e 11 apresentavam um índice de envelhecimento acentuado, com valores acima de 200 idosos por cada 100 jovens.

*Em 2016, apenas 32 dos 308 municípios portugueses registavam um índice de renovação da população em idade ativa acima de 100*

Em 2016, o número de pessoas em idade potencial de saída (entre 55 e 64 anos) no mercado trabalho era compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada (entre 20 e 29 anos) em apenas 32 dos 308 municípios do país, localizados maioritariamente nas regiões autónomas, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Norte. Os valores mais elevados verificavam-se sobretudo nas regiões autónomas e, em particular, na Região Autónoma dos Açores: Ribeira Grande (169), Lagoa (153), Câmara de Lobos (145), Vila Franca do Campo (141) e Vila do Porto (127).

*Entre 2011 e 2016, o índice sintético de fecundidade diminuiu nas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro e, em 2016, estas regiões registavam um valor abaixo do limiar de 1,3 filhos por mulher*

Entre 2011 e 2016, o número médio de filhos por mulher em idade fértil manteve-se abaixo do limiar que assegura a substituição das gerações (2,1 filhos por mulher em idade fértil) em todas as regiões NUTS II e NUTS III do país. Em 2016, destacavam-se os valores mais baixos das duas regiões autónomas e das regiões Norte e Centro, com um índice sintético de fecundidade inferior a 1,3 (limiar de muito baixa fecundidade) e abaixo da média nacional (1,36). A Área Metropolitana de Lisboa (1,63) e o Algarve (1,56) situavam-se acima do limiar de baixa fecundidade (1,5). O afastamento em relação ao valor de fecundidade que assegura a substituição das gerações era mais elevado em sub-regiões do Norte e do Interior Centro do Continente e na Região Autónoma da Madeira.

*Entre 2011 e 2016, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho aumentou em todas as regiões e, em 2016, situava-se acima dos 30 anos em 16 das 25 sub-regiões NUTS III*

Entre 2011 e 2016, verificou-se um aumento da idade média das mães aquando do nascimento do primeiro filho nas sete regiões do país. O nascimento do primeiro filho tende a acontecer mais tarde para as mulheres residentes na Área Metropolitana de Lisboa e nas regiões Centro e Norte. Nestas regiões, bem como na Região Autónoma da Madeira, a idade média ao nascimento do primeiro filho ultrapassava os 30 anos de idade. A Região Autónoma dos Açores mantinha-se, entre 2011 e 2016, como a região do país onde este evento acontece mais cedo (aos 27 e 28 anos, respetivamente). Em 16 das 25 sub-regiões NUTS III, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro

filho ultrapassava a fronteira dos 30 anos, e este evento acontecia mais tardiamente para as mulheres residentes em sub-regiões do Litoral Centro, nas áreas metropolitanas, no Cávado, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes e na Região Autónoma da Madeira.

*Entre 2011 e 2016, registou-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do país e, em 2016, os territórios mais urbanizados registavam globalmente valores mais elevados de maternidade tardia*

Entre 2011 e 2016, verificou-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do país. Em 2016, a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era mais elevada na Região Autónoma da Madeira (33,9%), na Área Metropolitana de Lisboa (33,5%) e no Centro (32,9%). A Região Autónoma dos Açores assinalava o valor mais baixo neste indicador (22,7%). Em 2016, os contextos territoriais mais urbanizados apresentavam uma maior incidência da maternidade tardia - com exceção do Alto Alentejo e da Região de Aveiro, nas restantes sub-regiões as áreas predominantemente urbanas ou mediamente urbanas registavam valores acima da respetiva média sub-regional.

*No período de 2012 a 2016, a proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira era superior a 16% no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa*

No período de 2012 a 2016, 8,9% do total de nascimentos eram de mães de nacionalidade estrangeira. Esta proporção aumentava para 18,3% e 16,8% no caso das regiões do Algarve e da Área Metropolitana de Lisboa. As restantes regiões do país apresentavam valores inferiores à média nacional, registando a Região Autónoma dos Açores o valor mais baixo (2,1%).



*O nascimento do primeiro filho tende a acontecer, em média, mais cedo para as mães de nacionalidade estrangeira do que para as mães de nacionalidade portuguesa em todas as regiões do Continente*

O nascimento do primeiro filho tende a acontecer em média mais cedo no caso das mães de nacionalidade estrangeira – em 2016, aos 28,6 anos para as mães de nacionalidade estrangeira, e aos 30,5 anos de idade para as mães de nacionalidade portuguesa. Entre 2012 e 2016, o nascimento do primeiro filho ocorria, em média, mais cedo para mães de nacionalidade estrangeira do que para as mães de nacionalidade portuguesa nas cinco regiões do Continente, sendo esta diferença mais evidente na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo.

#### A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO NAS REGIÕES PORTUGUESAS

*Entre 2000 e 2015, em todas as regiões NUTS II, com exceção do Alentejo, verificou-se uma aproximação do valor do PIB por habitante ao valor médio nacional, evidenciando uma convergência dos desempenhos económicos das regiões portuguesas*

Entre 2000 e 2015, verificou-se uma convergência dos desempenhos regionais uma vez que os valores do PIB por habitante se aproximaram do valor nacional em todas as regiões, com exceção do Alentejo que se distanciou ligeiramente (de 92% em 2000 para 91% do valor nacional em 2015). A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que apresentou anualmente um PIB por habitante superior à média nacional ainda que tenha registado uma tendência de diminuição e consequente aproximação do valor de Portugal. O desempenho do Algarve ficou aquém do valor nacional apenas nos anos de 2010, 2011 e 2013. Entre

as regiões com PIB por habitante inferior ao valor médio nacional, a Região Autónoma dos Açores foi a que mais convergiu para o valor nacional (89% do valor nacional em 2015 face a 81% em 2000).

*Em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, o crescimento médio anual real do PIB foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015*

Em todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve, o crescimento médio foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015. Na região do Algarve a diminuição real do PIB verificou-se nos períodos 2005-2010 e 2010-2015. As disparidades nos ritmos de crescimento médio foram mais expressivas no Alentejo Litoral, na Região Autónoma da Madeira, em Terras de Trás-os-Montes, na Região Autónoma dos Açores e no Alto Tâmega, sub-regiões que registaram simultaneamente maiores crescimentos médios no período 2000-2005 e diminuições reais do PIB mais significativas no quinquénio de 2010-2015. Entre 2010 e 2015, apenas quatro das 25 sub-regiões registaram um crescimento real positivo do PIB: a Região de Aveiro (+0,17%) e as três sub-regiões contíguas do Norte que envolvem a Área Metropolitana do Porto: Ave (+1,47%), Cávado (+0,54%) e Tâmega e Sousa (+0,22%). Os maiores decréscimos do PIB registaram-se no Alentejo Litoral (-4,11%), no Médio Tejo (-1,94%), na Região de Coimbra (-1,78%), no Alto Tâmega (-1,97%), em Terras de Trás-os-Montes (-1,77%) e na Região Autónoma da Madeira (-1,82%).

*A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região onde a proporção de empresas, de pessoal ao serviço e de VAB nos setores de alta e média-alta tecnologia era superior à média nacional no triénio 2013-2015*

Entre 2013 e 2015, a importância dos setores de alta e média alta tecnologia era mais expressiva no tecido empresarial da Área Metropolitana de Lisboa e das regiões Centro e Norte. A Área Metropolitana de Lisboa era única região onde a proporção de empresas (2,8%), de pessoal ao serviço (6,8%) e de VAB (14,9%) era superior à média nacional. Para além da Área Metropolitana de Lisboa, também a Região de Aveiro (21,6%) e as sub-regiões do Alto Minho (18,1%), Alentejo Litoral (14%) e Alentejo Central (15,7%) registavam uma proporção do VAB gerado pelas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia superior à média nacional. As sub-regiões que apresentaram valores mais baixos neste indicador, inferiores a 3%, foram o Algarve, a Região Autónoma dos Açores, as sub-regiões do Baixo Alentejo e Alto Alentejo no Alentejo e as três sub-regiões contíguas do Alto Tâmega, Douro e Tâmega e Sousa na região Norte.

*No triénio 2013-2015, nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes mais de metade das vendas e prestações de serviço para o mercado externo eram realizadas pelas sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia*

No triénio 2013-2015, o contributo das vendas e prestações de serviços ao exterior das sociedades dos setores de cariz tecnológico foi de cerca de 20,6% para o total de volume de negócios das sociedades gerado com base no mercado externo, sugerindo assim uma maior importância das empresas de base tecnológica na ligação ao exterior. As empresas em setores de alta e média-alta tecnologia sediadas nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes concentravam mais de metade das vendas e prestações de serviços

para o mercado externo, salientando-se também com valores acima da média nacional o Alto Alentejo, o Alto Minho e as sub-regiões contíguas do Centro: Região de Aveiro, Viseu e Dão-Lafões e Beiras e Serra da Estrela.

*No período 2012-2014, em 3 das 7 regiões NUTS II, mais de metade das empresas desenvolviam atividades de inovação, proporção superior à média da UE-28*

No período 2012-2014, cerca de 53,8% das empresas desenvolveram atividades específicas para implementar uma inovação de produto, de processo, organizacional ou de marketing. Esta proporção era superior ao valor médio europeu (49,1%). A proporção de empresas com atividades de inovação era mais elevada na região do Centro (60,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (57,8%), superando o valor médio nacional. Também acima da referência europeia, destacavam-se as regiões do Alentejo (53,7%), do Norte (49,7%) e a Região Autónoma dos Açores (49,4%).

*Considerando a dimensão da empresa, verifica-se que em Portugal e em todas as regiões NUTS II do país, as grandes empresas apresentavam uma maior propensão para realizar atividades de inovação*

No triénio 2012-2014, para o total do país e em todas as regiões NUTS II do país, as grandes empresas (com 250 ou mais pessoas ao serviço) apresentavam uma maior propensão para realizar atividades de inovação. Em Portugal, cerca de 82% das empresas de maior dimensão desenvolveram atividades de inovação. Esta proporção atingia os 65,2% no caso das médias empresas (50 a 249 pessoas ao serviço) e 50,5% para as empresas de menor dimensão (10 a 49 pessoas ao serviço). A região Centro e a Área Metropolitana de Lisboa foram as regiões NUTS II onde a proporção de empresas inovadoras era superior à média nacional nos três escalões de dimensão considerados.







A DIFERENCIAÇÃO  
TERRITORIAL DO  
TURISMO

## Enquadramento

De acordo com a Organização Mundial de Turismo, o contributo do turismo para a economia mundial é cada vez mais expressivo: em 2016, as chegadas de turistas internacionais em todo o Mundo ascenderam a 1,2 mil milhões traduzindo um crescimento de 3,9% face ao ano anterior. O turismo internacional representa 10% do PIB mundial, 7% do comércio global e um em cada 10 postos de trabalho, estimando-se que até 2030, as chegadas de turistas internacionais ascendam a 1,8 mil milhões de viajantes (UNWTO, 2017). Em Portugal, os resultados obtidos para o ano de 2016 confirmam o turismo como a maior atividade económica exportadora do país: atendendo à globalidade dos meios de alojamento turístico (Hotelaria, Alojamento Local e Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação), o número de hóspedes totalizou 21,3 milhões e as dormidas 59,1 milhões, com as dormidas dos não residentes e dos residentes a apresentaram face ao ano anterior uma evolução positiva (INE, 2017).

O turismo enquanto importante atividade de serviços à escala global assume-se também como setor estratégico em Portugal pelo papel crucial na criação de emprego e riqueza e pela capacidade de desenvolver e diversificar as economias locais e regionais (Turismo de Portugal, 2017). O turismo contribui para a valorização dos recursos territoriais mas gera contudo desafios de sustentabilidade (Manente *et al.*, 2014) ganhando relevância nesta perspetiva, a qualificação e valorização territorial de destinos turísticos numa ótica

de compatibilização das vertentes ambiental, económica e social e de ordenamento do território (Gabielli, 2017). A proteção, recuperação e valorização das paisagens naturais e do património cultural constituem vetores prioritários do ordenamento e da qualificação do território, com incidência no desenvolvimento do turismo de cultura, de natureza e rural e em fatores de melhoria da qualidade de vida das populações (Turismo de Portugal, 2017).

Neste âmbito, a abordagem subordinada ao domínio da Qualificação Territorial, considera o estudo da temática “A diferenciação territorial do turismo” numa tripla perspetiva de análise. Num primeiro ponto, a análise privilegiará o diagnóstico territorial da dinâmica de construção decorrente da edificação e reabilitação de alojamentos hoteleiros. A abordagem à interação entre turismo e território seguida neste trabalho prosseguirá, num segundo ponto, com a análise da oferta de alojamento turístico em Portugal à luz dos elementos estatísticos disponíveis de categorização, qualificação e dimensão. O terceiro e último ponto versará sobre a perspetiva territorial da procura turística, mediante a avaliação da intensidade turística verificada nos territórios e com base na caracterização das principais proveniências dos turistas. O período temporal analisado diz respeito, na maioria dos dados, de 2011 a 2016, tendo sido sempre considerada a informação disponível mais recente, consoante o indicador e a disponibilidade de dados comparáveis.



## I.1. A DINÂMICA DO ESPAÇO EDIFICADO PARA TURISMO

Os processos de transformação de uso e ocupação do espaço, e em particular, a intensificação da utilização do solo para fins turísticos constituem uma temática relevante devido aos impactos que as alterações de edificado podem causar na paisagem e nos sistemas ambientais e socioeconómicos dos territórios. Com efeito, a resolução de desequilíbrios na organização de aglomerados urbanos e regiões turísticas densamente edificadas constitui um dos principais objetivos da política para o território com vista à adoção de padrões de contenção da ocupação urbano-turística do Litoral, dos perímetros urbanos, de dispersão na edificação e do desenvolvimento não planeado do espaço (DGT, 2014)<sup>1</sup>. O atual quadro legal com as alterações ao nível da requalificação do solo, introduzido pela Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU)<sup>2</sup> com vista à integração de políticas territoriais de valorização e de reabilitação e/ou regeneração do edificado existente realça a discussão em torno das dinâmicas de edificação turística em solo urbano e solo rústico. Por seu turno, a Estratégia para o Turismo 2027 enquanto referencial de longo prazo para o turismo nacional, privilegia a qualificação e valorização do território com base em recursos turísticos distintivos, atribuindo especial relevância à reconstrução e requalificação de áreas turísticas consolidadas (Turismo de Portugal, 2017).

A análise da dinâmica de construção nas vertentes relacionadas com a edificação de alojamentos hoteleiros dos territórios, quer efetiva (obras concluídas), quer potencial (obras licenciadas) e a reconstrução e requalificação do edificado para turismo permitem identificar os territórios onde a dinâmica de construção induzida pelo turismo foi mais intensa e identificar a categoria de solo em que a obras ocorrem.

<sup>1</sup> O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, é “o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia”. Ao nível regional e local, os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) consagram os princípios, os objetivos e as orientações estabelecidas no PNPOT e constituem o quadro de referência estratégico para a implementação ao nível local dos Planos Diretores Municipais (PDM).

<sup>2</sup> De acordo com a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, lei n.º 31/2014 de 30 de maio, art.º n.º 10: 1) a classificação do solo determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre solo rústico e solo urbano. 2) Para efeitos do disposto no número anterior, entende -se por: a) «Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano; b) «Solo urbano», o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.

### Caixa I.1

#### Sistema de Informação de Operações Urbanísticas

O Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), decorrente do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, é uma operação estatística de recolha e tratamento de dados relativos a operações urbanísticas assente no aproveitamento de informação administrativa das Câmaras Municipais (Decreto-Lei nº 136/2014 de 9 de setembro). As áreas abrangidas por este sistema integram uma síntese das variáveis observadas nas operações de recolha da informação no âmbito de dois projetos:

1. O Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios (licenciamento de obras) que tem como objetivos: i) a avaliação conjuntural das intenções de construção futura (potencial) e acompanhamento do processo de construção desde a fase de apresentação do projeto até à respetiva conclusão; ii) a obtenção de indicadores avançados da atividade do setor da construção e o estabelecimento de uma versão previsional da série estimativas do parque habitacional.

2. As Estatísticas de Obras Concluídas, que integra o Inquérito à Utilização de Obras Concluídas (dirigido às Câmaras Municipais) e o Inquérito à Conclusão de Obras (dirigido a proprietários de obras) e têm como objetivos: i) a elaboração de indicadores sobre a duração das obras de edificação (efetiva), medida entre o momento de início e o momento de conclusão; ii) a manutenção e atualização da série de estimativas do parque habitacional; iii) o acompanhamento da evolução conjuntural da atividade do sector da construção de edifícios, avaliada, por referência ao momento de conclusão das obras, por meio de indicadores físicos de produção.

Decorrente das alterações efetuadas aos instrumentos de notação do SIOU, a portaria nº 235/2013 de 24 de julho (revoga a portaria anterior nº 1111/2001 de 19 de setembro) veio estabelecer os novos elementos estatísticos a enviar ao INE, que visam no que ao licenciamento de obras diz respeito, a articulação entre instrumentos de gestão territorial e urbanísticos e a classificação do solo abrangido pela obra licenciada. É neste contexto que se tornou possível na presente análise identificar as obras licenciadas em *solo urbano* e *solo rústico*.

No âmbito do SIOU, o total de obras integra as obras de edificação (construções novas, ampliações, alterações e reconstruções) e as obras de demolição de edifícios. As obras de edificação podem ser segmentadas de acordo com o destino da obra. Em particular, as obras de construção para turismo abrangem duas subdivisões: *estabelecimento hoteleiro* e *de turismo no espaço rural* e *estabelecimento de restauração e de bebidas*. Na presente abordagem considerou-se, exclusivamente, as obras com destino a estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural. Adicionalmente, no que respeita à superfície de obras de edificação, foi considerada nesta análise a área bruta de construção dos edifícios: somatório das áreas de todos os pisos, acima e abaixo da cota de soleira, com exclusão das áreas em sótão e em cave sem pé-direito regulamentar.

A documentação metodológica pode ser consultada em: <http://smi.ine.pt/>



## A edificação turística efetiva e potencial dos territórios

De acordo com os últimos dados do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIUO) [Caixa I.1], cerca de 69% dos 10,7 mil edifícios concluídos em 2016 correspondiam a construções novas. As construções novas destinavam-se sobretudo a habitação (65%), verificando-se que cerca de 1,9% se destinavam a *Estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural*. No período 2011-2016<sup>3</sup>, verificou-se um crescimento médio anual negativo no número total de edifícios para construção nova (-18%), enquanto o número de edifícios de construção nova destinados a estabelecimentos hoteleiros apresentou um crescimento médio anual de + 13%.

A informação relativa à superfície de obras concluídas para construção nova permite uma análise mais precisa da dinâmica construtiva exercida sobre o território. Comparando a proporção de superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas<sup>4</sup> entre os períodos 2011-2013<sup>5</sup> e 2014-2016, verifica-se, para o total do país, um aumento da importância da superfície destinada a fins turísticos, tendo este indicador passado de um valor médio de 2,5% em 2011-2013 para 4,8% em 2014-2016 [Figura I.1].

<sup>3</sup> A informação relativa às Obras Concluídas é produzida com base em estimativas para o período 2015-2016 e valores declarados para o período 2011-2014.

<sup>4</sup> **Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo no total de superfície de construção nova (obras concluídas):** Superfície de construção nova destinada ao turismo (obras concluídas) / Superfície de construção nova (obras concluídas) x 100.

<sup>5</sup> A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.

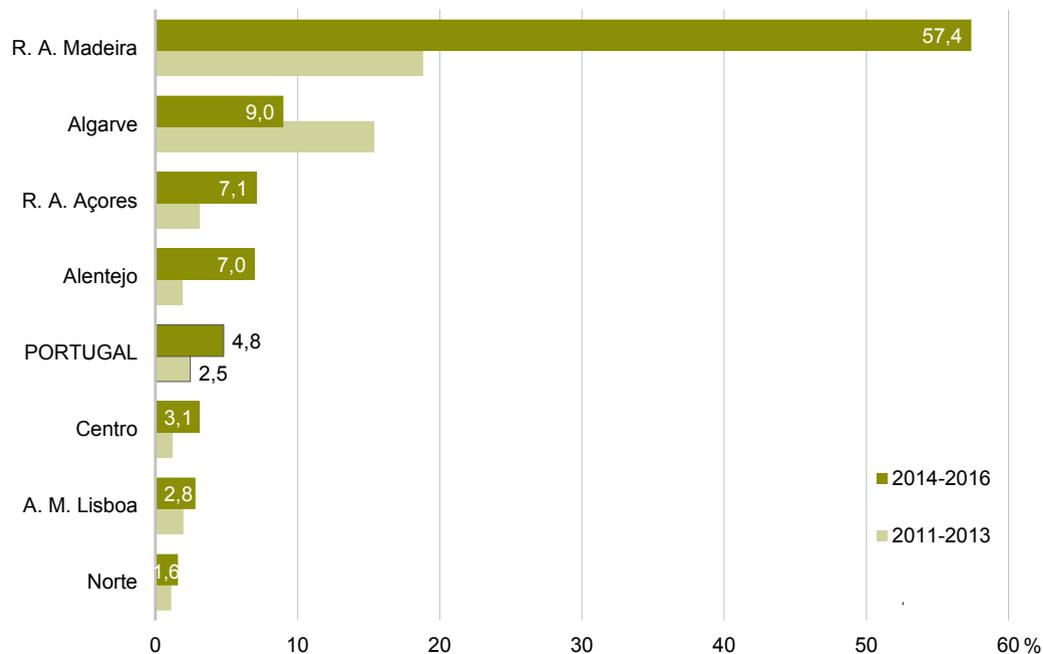
### NO TRIÉNIO 2014-2016, MAIS DE METADE DA SUPERFÍCIE DE CONSTRUÇÕES NOVAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DESTINAVA-SE AO TURISMO

O aumento da proporção de superfície de construções novas destinadas ao turismo verificou-se na maioria das regiões NUTS II, com exceção do Algarve, única região onde se registou uma diminuição da

importância da superfície das construções novas para turismo (de 15,4% em 2011-2013 para 9,0% em 2014-2016). No triénio 2014-2016, mais de metade (57,4%) da superfície de construções novas da Região Autónoma da Madeira destinava-se ao turismo. Seguiam-se, com proporções menores mas acima da média nacional neste indicador, as regiões NUTS II Algarve (9,0%), Região Autónoma dos Açores (7,1%) e Alentejo (7,0%).

Figura I.1

Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo no total de superfície de construção nova (obras concluídas), Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016



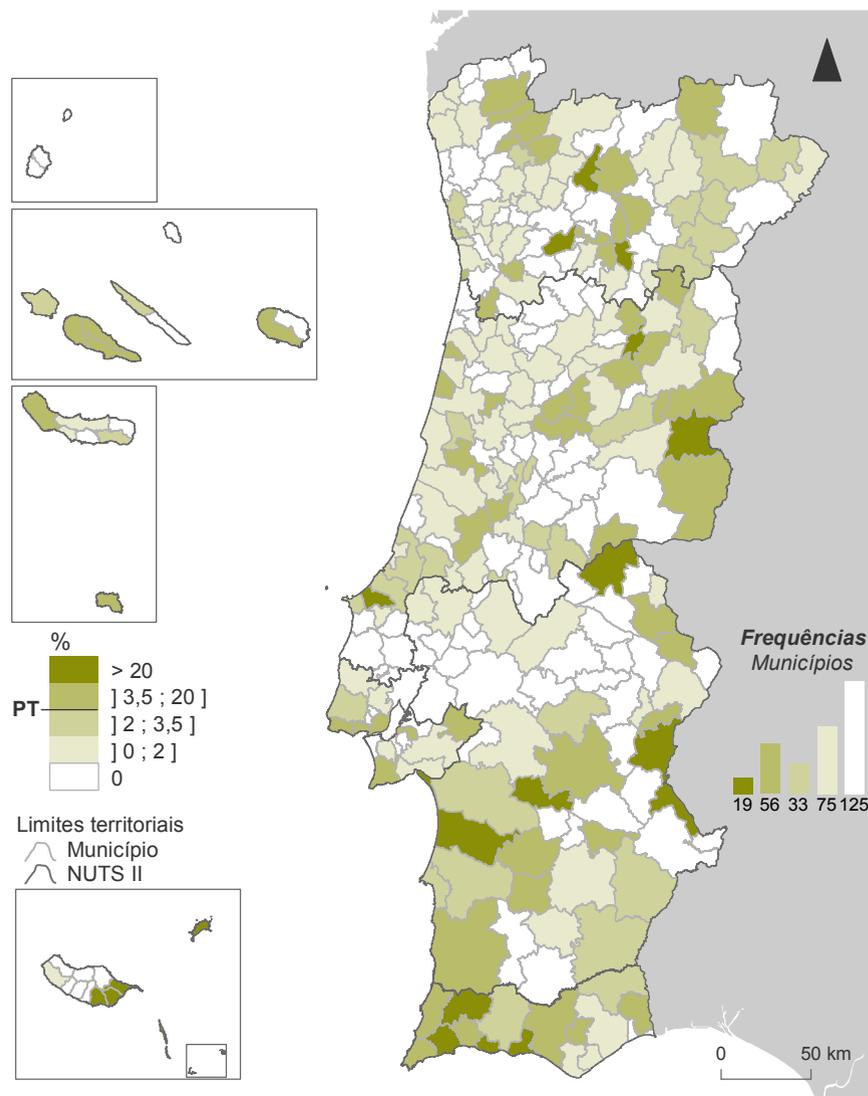
Fonte: INE, I.P., SIOU, Estatísticas de Obras Concluídas.

Figura I.2

Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo no total de superfície de construção nova (obras concluídas), por município, 2011-2016

Para a avaliação da importância do turismo na dinâmica de construção nova nos municípios portugueses, considerou-se a análise do período alargado 2011-2016. Neste período, os municípios que registavam proporções mais elevadas (superiores a 20%) de superfície de construções novas para o turismo no total de superfície de construções novas situavam-se no Alentejo (Mourão, Nisa, Grândola, Viana do Alentejo e Alandroal), no Algarve (Monchique, Albufeira, Lagos e Lagoa), na Região Autónoma da Madeira (Machico, Santa Cruz, Funchal e Porto Santo), no Norte (Tabuaço, Ribeira de Pena e Baião) e na região Centro (Fornos de Algodres, Penamacor e Óbidos). Para além destes 19 municípios, um conjunto adicional de 56 municípios registava uma proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo superior à média nacional (3,5%) [Figura I.2].

No caso da Região Autónoma da Madeira, os valores significativos dos quatro municípios mencionados contrastavam com valores residuais ou nulos neste indicador nos restantes municípios da região. No Alentejo, em mais de metade dos municípios a importância das construções novas para turismo no total de construções novas superava a média nacional. Note-se ainda que, no período 2011-2016 em análise, em 125 dos 308 municípios portugueses não se registaram obras de construção nova destinadas ao turismo.



Fonte: INE, I.P., SIOU, Estatísticas de Obras Concluídas.

A informação do SIOU que resulta do Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios permite analisar os edifícios licenciados bem como a superfície das obras licenciadas, permitindo assim uma aproximação à noção de edificação potencial. Em 2016, cerca de 57% da superfície de edificação licenciada para construções novas destinadas ao turismo localizava-se em solo urbano<sup>6</sup>. Em 2014 esta proporção era de 65%, revelando um aumento da importância da superfície licenciada para construções novas para turismo em solo rústico (por oposição ao decréscimo verificado em solo urbano).

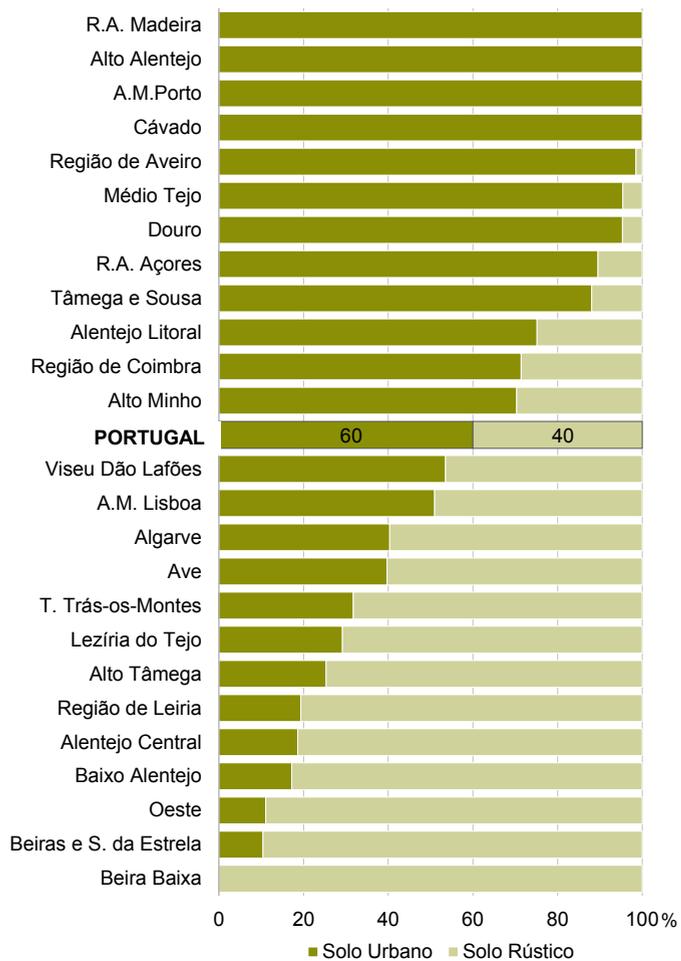
### ENTRE 2014 E 2016, A PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE DE EDIFICAÇÃO LICENCIADA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS EM SOLO RÚSTICO AUMENTOU

Ao nível das regiões NUTS III e considerando o conjunto do período de 2014 a 2016, verifica-se uma maior concentração da superfície licenciada destinada ao turismo em solo urbano (acima de 90% do total) na Região Autónoma da Madeira e em sub-regiões do Litoral norte do Continente (Cávado, Área Metropolitana do Porto, Região de Aveiro) mas também nas sub-regiões do Douro, Médio Tejo e Alto Alentejo. Por outro lado, o licenciamento de construções novas destinadas ao turismo em solo rústico era mais relevante em algumas sub-regiões do Centro (Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Oeste), bem como no Baixo Alentejo, no Alentejo Central e na Região de Leiria, sub-regiões em que mais de 80% da superfície licenciada destinada ao turismo se localizava em solo rústico [Figura I.3 e Figura I.4].

<sup>6</sup> **Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas):** Superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas) / Total de superfície de construção nova destinada ao turismo (obras licenciadas) x 100.

Figura I.3

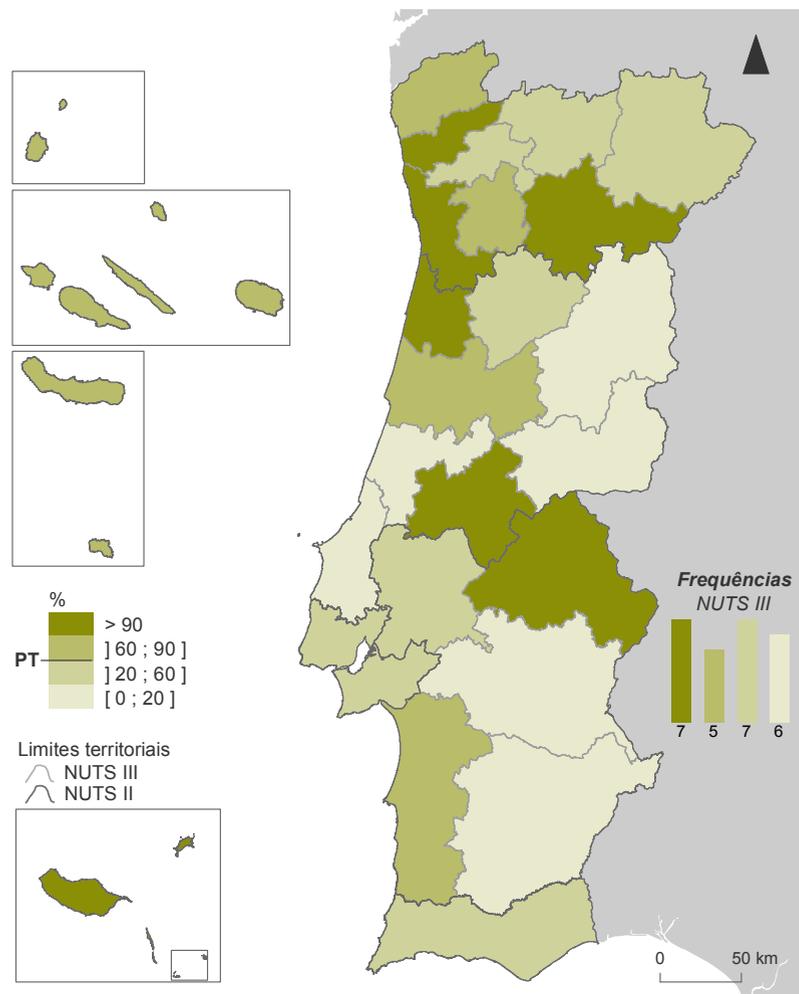
Distribuição da superfície de construção nova licenciada destinada ao turismo por tipo de solo (obras licenciadas), Portugal e NUTS III, 2014-2016



Fonte: INE, I.P., SIOU, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

Figura I.4

Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas), por NUTS III, 2014-2016



Entre os períodos 2011-2013 e 2014-2016, verificou-se um aumento da importância da superfície de construções novas destinada ao turismo, tendo este indicador passado de um valor médio de 2,5% em 2011-2013 para 4,8% em 2014-2016. No período mais recente, mais de metade da superfície de construções novas da Região Autónoma da Madeira destinava-se ao turismo.

Em 2016, cerca de 57% da superfície de edificação licenciada para construções novas destinadas ao turismo localizava-se em solo urbano. Esta proporção era de 65% em 2014, revelando um aumento da importância da superfície licenciada para construções novas para turismo em solo rústico. No triénio 2014-2016, verificou-se uma maior concentração da superfície licenciada destinada ao turismo em solo urbano (acima de 90% do total) na Região Autónoma da Madeira e em sub-regiões do Litoral norte do Continente (Cávado, Área Metropolitana do Porto, Região de Aveiro) mas também nas sub-regiões do Douro, Médio Tejo e Alto Alentejo.

## A reconstrução e requalificação do edificado para turismo

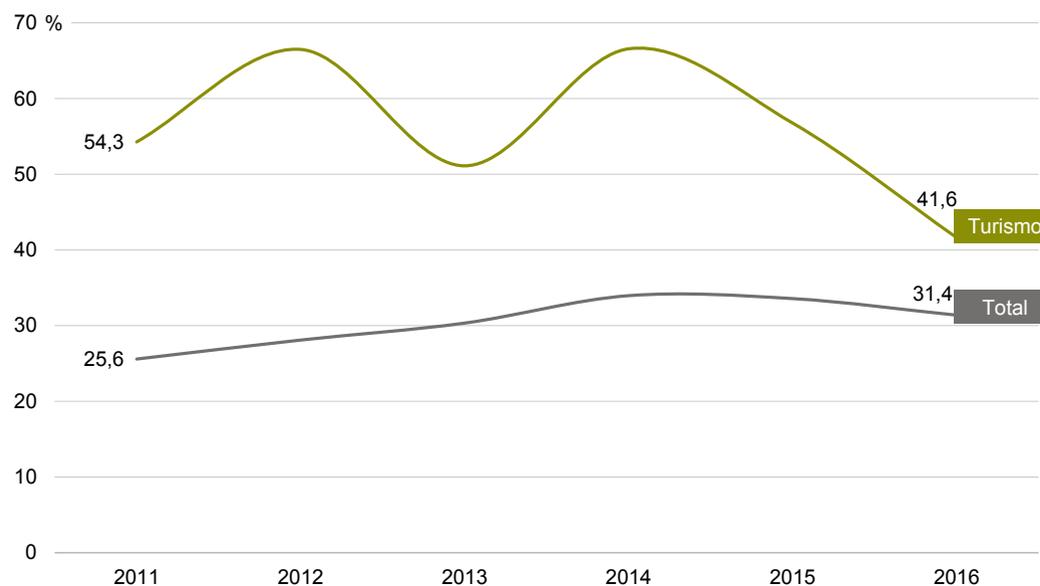
Em 2016, cerca de 31,4% dos 10,7 mil edifícios concluídos em Portugal correspondiam a obras de reabilitação física do edificado (incluem obras de ampliação, alteração e reconstrução dos edifícios). As obras de reabilitação física do edificado para turismo representavam, em 2016, cerca de 3% do total de obras de reabilitação, tendo esta proporção atingido o valor máximo de 6% em 2015, considerando o período de análise 2011-2016. Por outro lado, para este mesmo período,

verificou-se um crescimento médio anual negativo no número total de reabilitações (-13%), enquanto o número de reabilitações destinadas ao turismo apresentou um crescimento médio anual de + 2%.

Ao mesmo tempo verifica-se que a proporção de reabilitações físicas do edificado para o turismo foi, no período 2011-2016, consecutivamente superior à proporção registada para o universo total de obras de edificação, tendo sido superior a 50% para todos os anos, com exceção do ano 2016 (42%) [Figura I.5].

Figura I.5

Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas), Portugal, 2011-2016



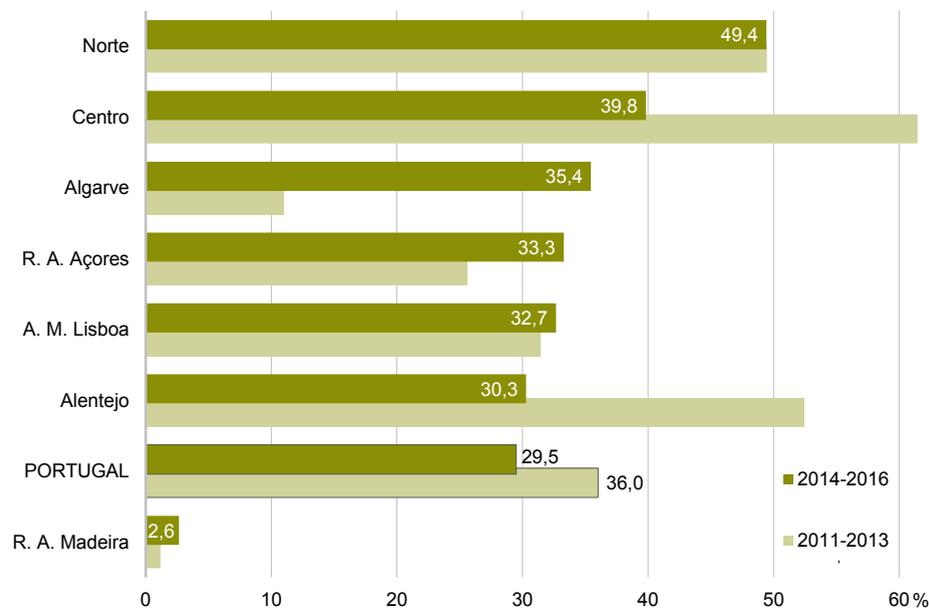
Fonte: INE, I.P., SIUO, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

A informação relativa à superfície de obras concluídas permite uma avaliação mais precisa sobre a expressão da reabilitação nas obras de edificação destinadas ao turismo e para a análise da evolução da importância das obras de reabilitação física do edificado destinadas ao turismo<sup>7</sup> por NUTS II, optou-se por comparar o triénio inicial (2011-2013) com o triénio final (2014-2016). Entre estes dois períodos verificou-se uma diminuição da importância da superfície de obras de reabilitação no conjunto de obras destinadas ao turismo em Portugal (-7 pontos percentuais) e nas regiões Centro e Alentejo (ambas com -22 p.p.). Com evolução contrária, destaca-se a região do Algarve onde a proporção de obras de reabilitação do edificado destinadas ao turismo aumentou +24 pontos percentuais [Figura I.6].

**ENTRE 2011-2013 E 2014-2016, NUM CONTEXTO DE DIMINUIÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA SUPERFÍCIE DE OBRAS DE REABILITAÇÃO FÍSICA NO TOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS DESTINADAS AO TURISMO A NÍVEL NACIONAL, O ALGARVE APRESENTOU UM AUMENTO EXPRESSIVO DA IMPORTÂNCIA DAS REABILITAÇÕES**

Figura I.6

Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas), Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016



Fonte: INE, I.P., SIOU, Estatísticas de Obras Concluídas.

<sup>7</sup> **Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas):** Superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo (obras concluídas) / Total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas) x 100.

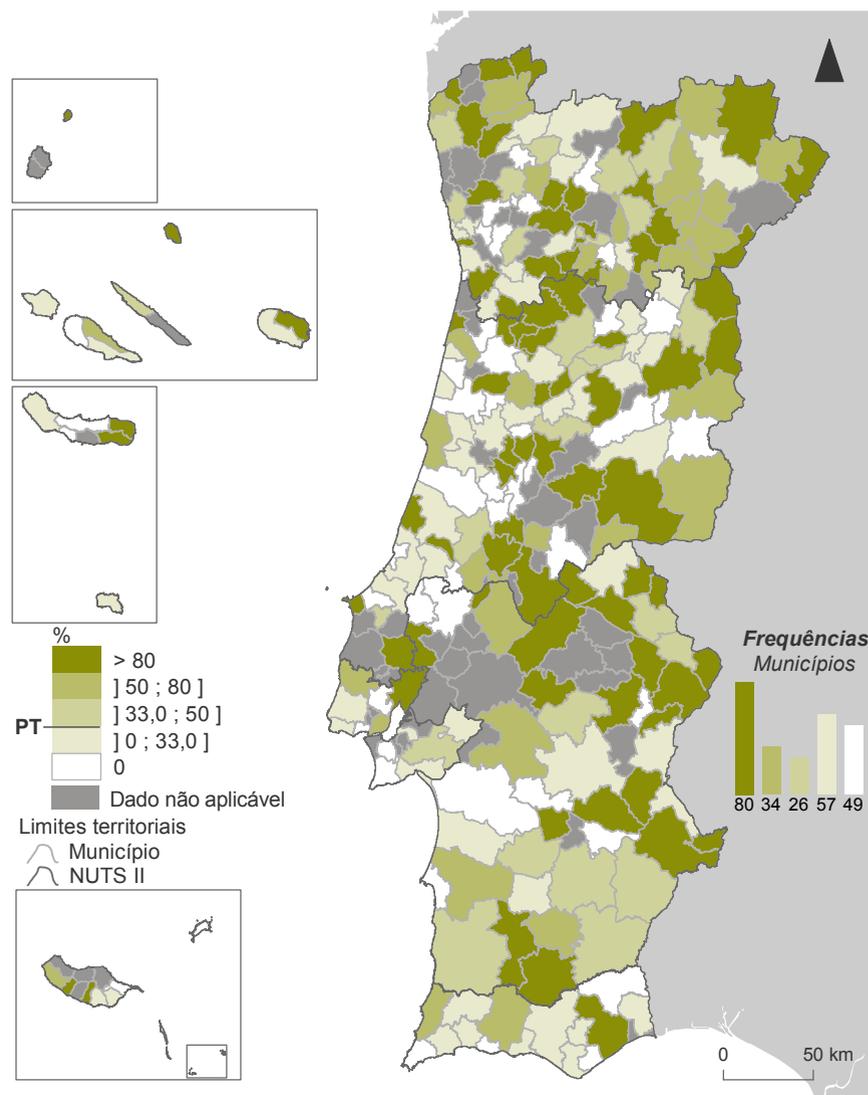
De facto, ao nível das regiões NUTS II registavam-se dinâmicas diferenciadas: na região Norte, em ambos os triénios cerca de metade da superfície de obras para o turismo era para reabilitação do edificado. Nas regiões Centro e Alentejo a dinâmica de requalificação do edificado para turismo diminuiu entre ambos os períodos ficando, ainda assim, acima do valor médio nacional no triénio mais recente (29,5%).

**NO PERÍODO 2011-2016, EM 114 MUNICÍPIOS A PROPORÇÃO DE SUPERFÍCIE OBJETO DE REABILITAÇÕES FÍSICAS FACE AO TOTAL DE SUPERFÍCIE DE OBRAS NO EDIFICADO DESTINADO AO TURISMO FOI SUPERIOR A 50%**

A proporção de superfície objeto de reabilitações físicas destinadas ao turismo no total da superfície do edificado para turismo assumiu uma relevância diminuta (abaixo de 3%) na Região Autónoma da Madeira em ambos os períodos em análise [Figura I.6]. No período 2011-2016, registaram-se conclusões de obras no edificado destinado ao turismo em 246 municípios e, deste conjunto, em 49 não existiram obras de reabilitação para turismo. Em 114 municípios a proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi superior a 50%, destacando-se um conjunto de 63 municípios, localizados maioritariamente nas regiões Centro (21) e Norte (19), em que o total das obras destinadas a fins turísticos correspondeu exclusivamente a obras de reabilitação [Figura I.7].

**Figura I.7**

Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas), por município, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., SIOU, Estatísticas de Obras Concluídas.

Entre 2011 e 2016, verificou-se um crescimento médio anual negativo no número total de reabilitações (-13%), enquanto o número de reabilitações destinadas ao turismo apresentou um crescimento médio anual de + 2%. Durante este período, a proporção de reabilitações físicas do edificado para o turismo foi consecutivamente superior à proporção registada para o universo total de obras de edificação.

Entre 2011-2013 e 2014-2016, num contexto de diminuição da importância da superfície de obras de reabilitação física no total de obras concluídas destinadas ao turismo a nível nacional, o Algarve apresentou um aumento expressivo da importância das reabilitações.

Em 114 municípios a proporção de superfície objeto de reabilitações físicas face ao total de superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi superior a 50%, destacando-se um conjunto de 63 municípios, localizados maioritariamente nas regiões Centro e Norte, em que o total das obras destinadas a fins turísticos correspondeu exclusivamente a obras de reabilitação.



## I.2. A PERSPETIVA TERRITORIAL DA OFERTA TURÍSTICA

As atividades turísticas com vista à competitividade e desenvolvimento sustentável do turismo nos territórios<sup>8</sup> constituem prioridade das políticas públicas de turismo em Portugal, apostando na capacidade do turismo de se afirmar como veículo de melhoria da qualidade de vida das populações e de redução das assimetrias regionais. A Estratégia para o Turismo 2027 destaca, em duas prioridades, a valorização do território e a impulsão da economia, através da potenciação económica do património natural e rural e da qualificação da oferta (Turismo de Portugal, 2017). Neste sentido, importa avaliar se a oferta de estabelecimentos de alojamento turístico revela características que permitam assegurar a diferenciação e qualificação territorial com vista à competitividade e desenvolvimento sustentável do turismo nos territórios.

---

<sup>8</sup> A estratégia nacional definida para o setor do Turismo em Portugal vertida na Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo (LBPTT) e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto, prioriza o turismo enquanto setor estratégico da economia nacional e define os instrumentos para a respetiva execução.

### A distribuição e diversidade territoriais da oferta

Entre 2013 e 2016, a oferta total de estabelecimentos de alojamento turístico - Hotelaria ou Estabelecimentos hoteleiros (HOT), Alojamento local (AL) e Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (TERTH) aumentou em todas as regiões do país [Caixa I.2].

O número de estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal aumentou de 3 345 estabelecimentos em 2013 para 4 805 em 2016, o que representou um crescimento médio anual de 12,8%. Este aumento da oferta do número de estabelecimentos em Portugal verificou-se em todas as tipologias de estabelecimentos de alojamento turístico. Entre 2013 e 2016, a taxa de crescimento média anual do número de estabelecimentos hoteleiros foi de 4,5% mas foram os estabelecimentos do tipo Alojamento Local (+20,3%) e Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (16,2%) que apresentaram um ritmo de crescimento mais expressivo. Em 2016, o número de estabelecimentos de Alojamento Local ultrapassou o número de estabelecimentos hoteleiros [Figura I.8].

#### Caixa I.2

##### Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

O Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos (IPHH) existe desde 1965. A informação estatística obtida permite cumprir com as obrigações legais definidas no Regulamento (UE) 692/2011, de 6 de julho, sobre o setor do Turismo. Este Regulamento obriga os Estados Membros à produção de informação estatística relativa aos Estabelecimentos de Alojamento Turístico Coletivo. A informação recolhida abrange o turismo interno (visitantes residentes no país) e o turismo recetor (visitantes residentes no estrangeiro), permitindo conhecer a estrutura (procura e oferta turística, capacidade de alojamento, receitas totais e de aposento, pessoal ao serviço, etc.) e o volume dos fluxos turísticos (hóspedes, dormidas, estadas médias e taxas de ocupação) por tipo de alojamento.

A partir de 2012, por força da entrada em vigor do referido Regulamento Comunitário e das alterações legislativas anteriormente introduzidas pelo Decreto-Lei nº39/2008, de 7 de março, com implicações na tipologia dos empreendimentos turísticos, deu-se início a uma nova série temporal. A recolha do inquérito alargou-se a outros estabelecimentos de alojamento coletivo: de 2013 em diante, os dados apresentados referem-se ao total do alojamento turístico e abrangem a Hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos e aldeamentos turísticos), o Alojamento Local e o Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação. No que diz respeito aos estabelecimentos hoteleiros, cujas tipologias não sofreram alteração, mantém-se a comparabilidade dos dados. É neste contexto que o âmbito da presente análise se centra maioritariamente no período 2013-2016 considerando as referidas tipologias.

No Continente não foram considerados estabelecimentos com menos de 10 camas exceto no caso de turismo em espaço rural (sem restrição de capacidade).

Refere-se ainda que não é apresentada informação relativa aos estabelecimentos de Alojamento Local na Região Autónoma dos Açores, em 2016, dada a diferente metodologia de apuramento adotada.

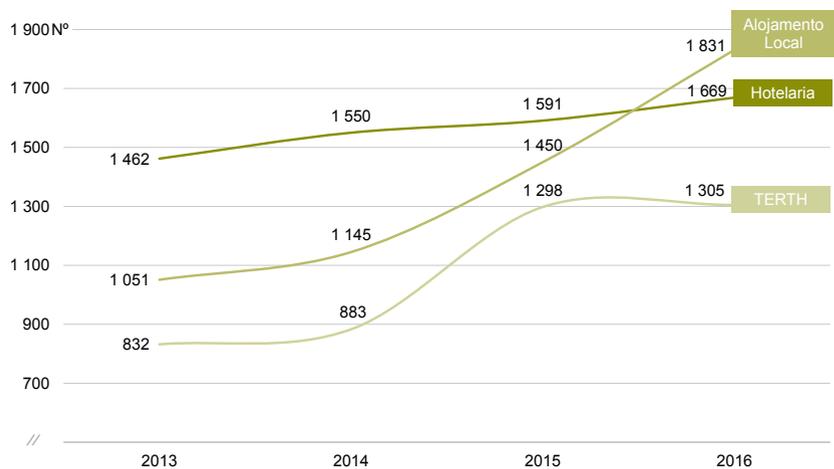
A documentação metodológica pode ser consultada em: <http://smi.ine.pt/>

## ENTRE 2013 E 2016, O NÚMERO DE ALOJAMENTOS TURÍSTICOS AUMENTOU EM TODAS AS REGIÕES NUTS II, VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO RELATIVO MAIS EXPRESSIVO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Ao nível regional, no período 2013-2016, a tendência de aumento do número de estabelecimentos de alojamento turístico verificou-se em todas as regiões NUTS II, destacando-se o ritmo de crescimento

Figura I.8

Número de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento, Portugal, 2013-2016

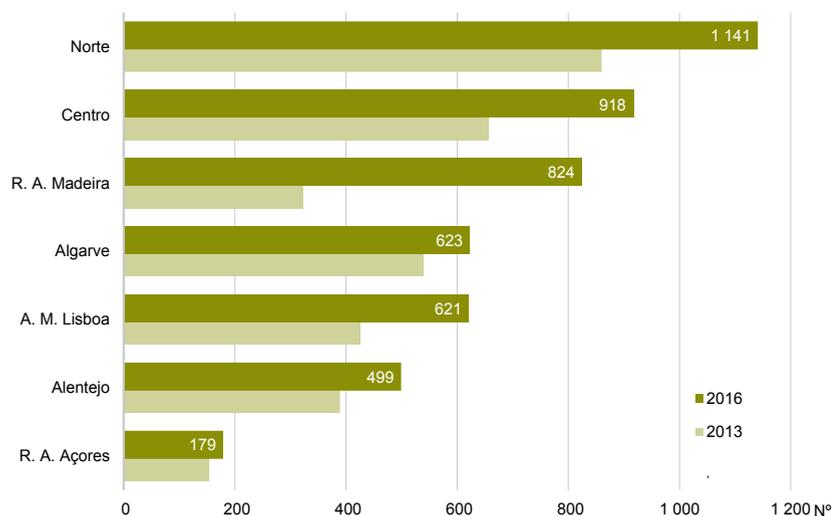


Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

médio anual de 36,8% registado na Região Autónoma da Madeira. No Continente, as regiões que registaram taxas de crescimento médio anual mais elevadas foram a Área Metropolitana de Lisboa (13,5%) e o Centro (11,9%). Contudo, a região Norte mantinha em 2016 a maior oferta de alojamentos turísticos e registou no período 2013-2016 uma taxa de crescimento médio anual de 9,9%. As regiões portuguesas onde a oferta de alojamento menos cresceu foram a Região Autónoma dos Açores (5,1%) e o Algarve (4,9%) [Figura I.9].

Figura I.9

Número de estabelecimentos de alojamento turístico, por NUTS II, 2013 e 2016



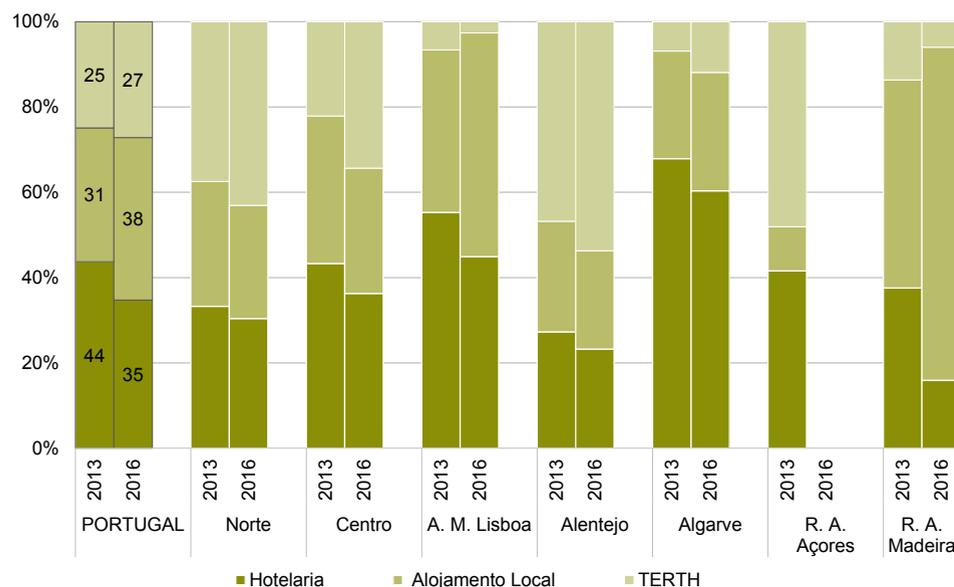
A evolução da proporção de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento<sup>9</sup> por NUTS II entre 2013 e 2016, evidenciava uma diminuição da proporção do número de estabelecimentos hoteleiros, face ao total dos estabelecimentos de alojamento turístico, em todas as regiões em análise. Na Região Autónoma da Madeira e na Área Metropolitana de Lisboa verificaram-se aumentos assinaláveis da proporção de estabelecimentos de Alojamento Local: +29 e +14 pontos percentuais, respetivamente, verificando-se uma diminuição da expressão das restantes tipologias de estabelecimentos de alojamento turístico. Destacam-se ainda as regiões onde se verificou um aumento da proporção dos estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação, tendo-se registado uma diminuição da importância das restantes tipologias: Centro (+12 p.p. em Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação), Alentejo (+7 p.p.) e Norte (+6 p.p.) [Figura I.10].

### ENTRE 2013 E 2016, VERIFICOU-SE UM AUMENTO PARTICULARMENTE EXPRESSIVO DA IMPORTÂNCIA DO ALOJAMENTO LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E DA IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL E TURISMO DE HABITAÇÃO NA REGIÃO CENTRO

A evolução regionalmente diferenciada na distribuição dos estabelecimentos de alojamento hoteleiro por tipologia traduziu-se numa distribuição mais equitativa da oferta das diferentes tipologias de alojamento em Portugal, acompanhada a nível regional apenas nas regiões do Algarve e Centro, sugerindo um quadro de oferta regional diferenciado em função dos recursos endógenos presentes nos diferentes territórios.

Figura I.10

Proporção de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

<sup>9</sup> **Proporção de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento:** Estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento / Estabelecimentos de alojamento turístico x 100.



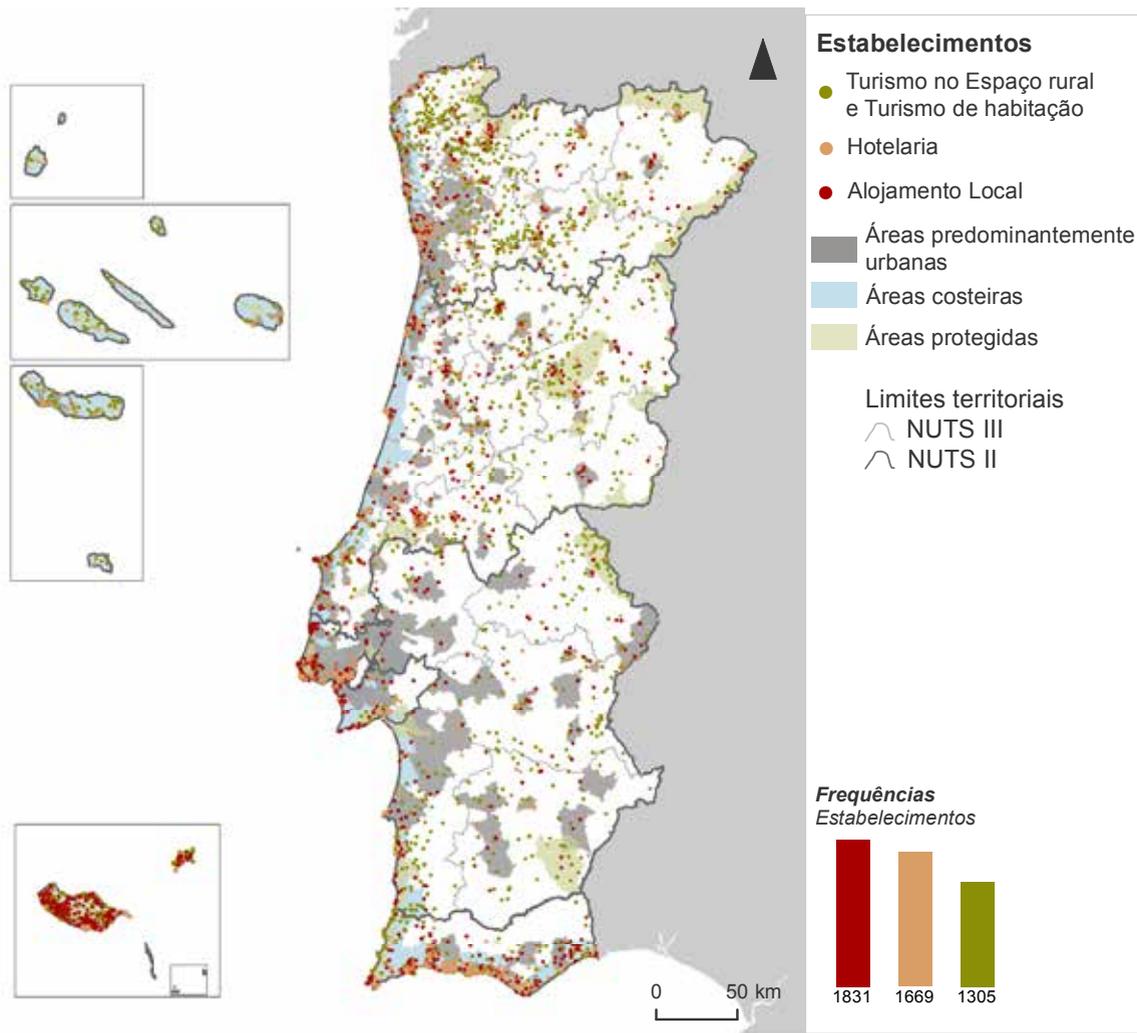
A análise da oferta pode ser complementada com a observação do padrão territorial das diferentes tipologias de alojamento turístico, salientando-se na Figura I.11 características específicas dos territórios, nomeadamente, a intensidade de urbanização (Áreas predominantemente urbanas, ver Caixa I.3), áreas de valor ambiental e paisagístico (Rede Nacional de Áreas Protegidas, ver Caixa I.4) e áreas costeiras (ver Caixa I.5).

Fazendo notar a sobreposição das tipologias territoriais em análise, o padrão territorial da oferta em 2016 evidencia uma clara concentração de alojamentos turísticos em áreas predominantemente urbanas (representam 28% do território nacional e concentram 60% dos estabelecimentos) mas também nas áreas costeiras (representam 13% do território e concentram 59% de estabelecimentos). A concentração dos estabelecimentos hoteleiros é particularmente expressiva em territórios urbanos (79%) e o alojamento local está maioritariamente localizado nas áreas costeiras (75%).

Em 2016, a proporção de estabelecimentos de alojamento turístico situados em freguesias abrangidas pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, que compreende 9,1% do território nacional, é menos expressiva (15%), importando destacar a oferta de alojamento local (22% do total de alojamentos locais) e de Turismo em Espaço Rural e Turismo de habitação (14% do total de estabelecimentos de TERTH).

Figura I.11

Estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento e superfície ocupada por áreas predominantemente urbanas (segundo a Tipologia de áreas urbanas), áreas costeiras e áreas protegidas, Portugal<sup>10</sup>, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. Eurostat - Tipologia de áreas costeiras. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.

<sup>10</sup> A localização dos estabelecimentos de alojamento turístico encontra-se referenciada ao nível da freguesia, sendo que a distribuição dos mesmos dentro de cada freguesia é aleatória. Dada a diferente metodologia de apuramento, a informação relativa a estabelecimentos de Alojamento Local da Região Autónoma dos Açores não é apresentada.

A análise da capacidade de alojamento dos estabelecimentos<sup>11</sup> de alojamento turístico em 2016, ao nível das NUTS III, evidencia a importância das sub-regiões Algarve e Área Metropolitana de Lisboa que, em conjunto, concentravam mais de 50% da capacidade nacional em alojamentos turísticos. Para além do Algarve (32,5%) e da Área Metropolitana de Lisboa (19,7%), destaca-se a importância da capacidade dos alojamentos turísticos da Região Autónoma da Madeira (9,6%) e da Área Metropolitana do Porto (7,3%) [Figura I.12].

### EM 2016, O ALGARVE E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA REPRESENTAVAM 52,2% DA CAPACIDADE TOTAL DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM PORTUGAL

A análise da taxa de variação da capacidade dos alojamentos turísticos entre 2013 e 2016 por sub-regiões assinala níveis de crescimento mais elevados nas sub-regiões Alto Alentejo (46,3%), Tâmega e Sousa (36,1%) e Alentejo Central (35,7%) e menores níveis de crescimento relativo em quatro NUTS III do Litoral – Região de Aveiro (1,9%), Oeste (5,2%), Região de Leiria (9,3%) e Algarve (11%) – e ainda no Alto Tâmega (8,5%). Note-se que 13 das sub-regiões NUTS III apresentaram taxas de crescimento neste período superiores à média nacional (16,7%) [Figura I.12].

Complementarmente, a estruturação da informação relativa à taxa de variação da capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico entre 2013 e 2016, segundo a Tipologia de áreas urbanas por NUTS III, permite analisar a evolução da oferta em função da intensidade de urbanização dos territórios.

#### Caixa I.3

##### Tipologia de áreas urbanas – TIPAU 2014

A Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 constitui uma nomenclatura territorial atualizada da intensidade de urbanização em Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional, em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediamente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR). Complementarmente, a TIPAU 2014 define População urbana – população residente nas áreas predominantemente urbanas — e Áreas urbanas com designação própria enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

A TIPAU 2014 foi estabelecida de acordo com a 39.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009. A metodologia seguida na TIPAU 2014 assentou numa abordagem desenvolvida ao nível da subsecção e secção estatísticas dos Censos de 2011 e pode ser consultada em <http://smi.ine.pt>.

<sup>11</sup> A capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico corresponde ao número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

Entre 2013 e 2016, a taxa de variação da capacidade de alojamento turístico em Portugal foi mais elevada nas áreas predominantemente rurais (41,8%) e mais baixa nas áreas predominantemente urbanas (13,2%). A taxa de crescimento da capacidade em áreas predominantemente rurais foi a mais elevada entre as três categorias de intensidade de urbanização em 14 das 25 sub-regiões portuguesas e em 16 NUTS III a variação relativa em áreas predominantemente urbanas foi a mais reduzida. Refira-se neste contexto, que a sub-região Alto Alentejo assinala não só os valores mais elevados neste indicador, como também a maior assimetria (105 p.p.) entre territórios predominantemente urbanos e rurais [Figura I.12].

**ENTRE 2013 E 2016, O RITMO DE CRESCIMENTO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS PREDOMINANTEMENTE RURAIS FOI CERCA DE TRÊS VEZES SUPERIOR AO VERIFICADO EM ÁREAS PREDOMINANTEMENTE URBANAS**

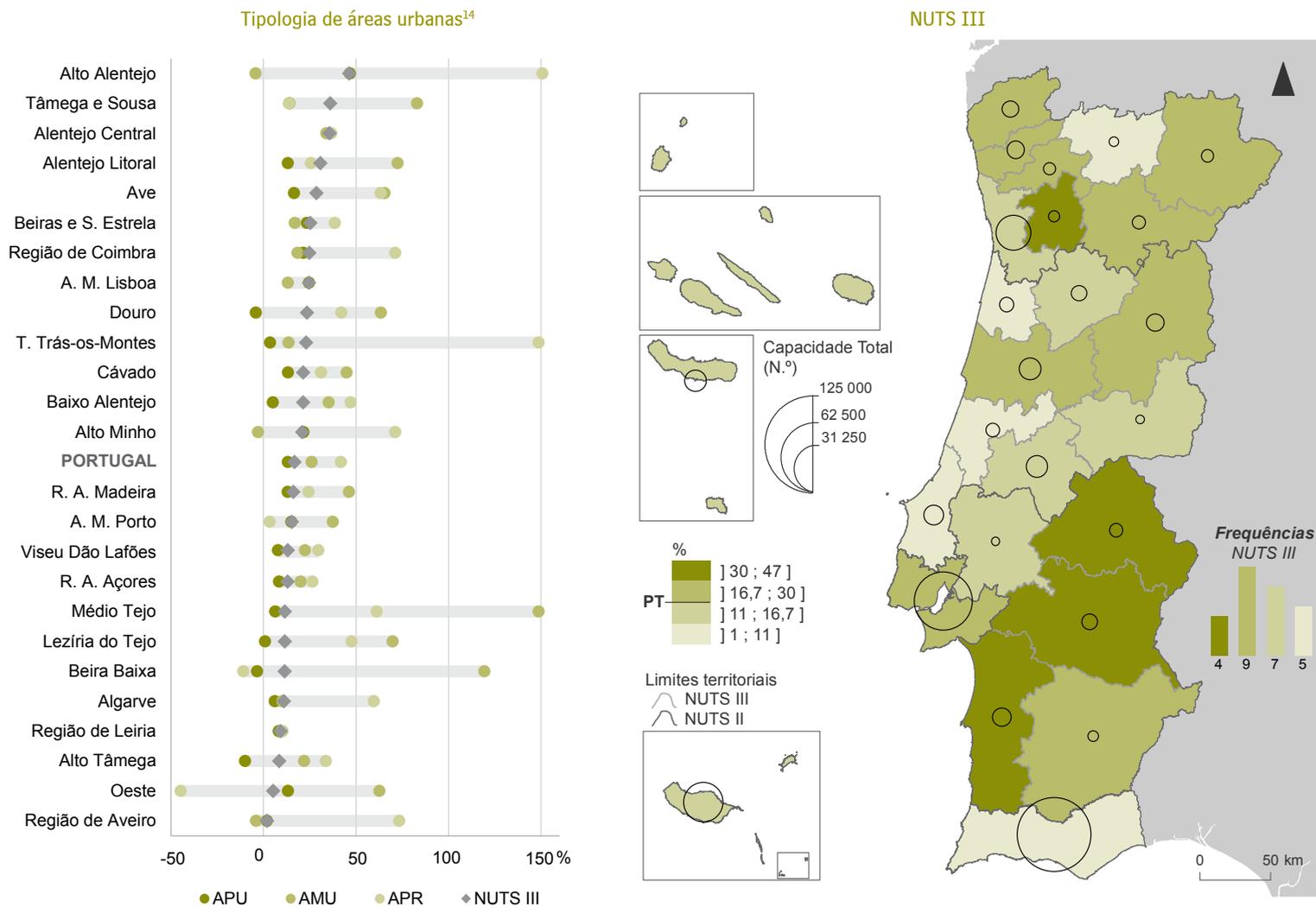
Os menores níveis de crescimento da capacidade verificados em algumas das sub-regiões do Litoral tradicionalmente associadas ao turismo de praia e os maiores níveis de crescimento em áreas predominantemente rurais sugerem novas ofertas de alojamento em segmentos turísticos de maior especificidade como sejam o Turismo de natureza<sup>12</sup> e o Turismo em espaço rural. Não obstante, importa salientar o maior potencial de crescimento relativo em áreas rurais do que em áreas urbanas, tendo em conta a menor capacidade dos alojamentos turísticos localizados nestes territórios. Refira-se, neste contexto, que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto concentravam 26% da capacidade dos alojamentos turísticos nacional e apresentaram taxas de crescimento entre 2013 e 2016 ainda significativas (respetivamente, 24,6% e 15,4%), dados que sugerem a continuidade de crescimento do segmento específico do Turismo de cidade<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> O turismo de natureza pode ser entendido como aquele que é praticado em ambientes naturais e que enfatiza as atrações turísticas nas qualidades ambientais dos destinos turísticos (ecossistemas, flora, fauna, etc.), em estadias próximas de áreas protegidas, reservas naturais, florestas, lagos, mar e áreas rurais (Turismo de Portugal, 2006).

<sup>13</sup> O turismo de cidade poder ser lido do ponto de vista da tendência de polarização do turismo no espaço urbano onde predomina a oferta de recursos turísticos culturais e citadinos e cujas motivações turísticas podem assumir diferentes tipos de atratividade: excursionismo, compras, negócios, congressos, formação, religião, desporto, espetáculos e eventos, museus e monumentos, visita a familiares e amigos, recreio e lazer, cruzeiros, etc.) (Henriques, 2003).

Figura I.12

Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico segundo a Tipologia de áreas urbanas e capacidade total de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2013/2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

<sup>14</sup> O valor relativo às áreas predominantemente rurais da Área Metropolitana de Lisboa está sujeito a segredo estatístico.

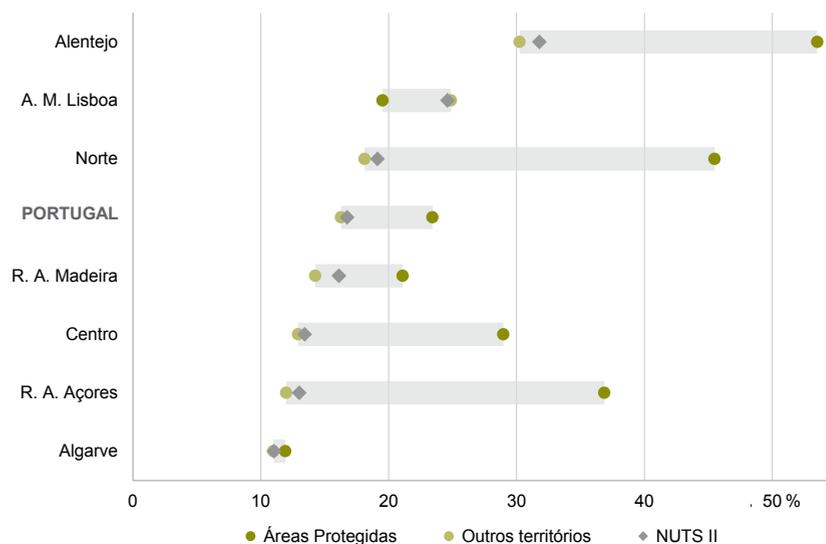
Neste quadro territorialmente assimétrico da dinâmica de crescimento da capacidade dos alojamentos turísticos, importa explorar a taxa de variação da capacidade de alojamento turístico em áreas protegidas [Caixa I.4] e áreas costeiras [Caixa I.5].

Entre 2013 e 2016, a taxa de crescimento da capacidade dos alojamentos turísticos nas áreas protegidas do país foi de 23,4% enquanto o ritmo de crescimento verificado em freguesias não abrangidas por esta rede nacional foi de 16,3%.

**ENTRE 2013 E 2016, A TAXA DE VARIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO REVELOU-SE MAIS ELEVADA NAS ÁREAS PROTEGIDAS DO QUE NO RESTANTE TERRITÓRIO, EM PORTUGAL E EM TODAS AS REGIÕES NUTS II, COM EXCEÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Figura I.13

Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico, por áreas protegidas, por NUTS II, 2013/2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. Eurostat, Tipologia de áreas costeiras. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.

#### Caixa I.4

##### Áreas protegidas

A Área protegida corresponde “à área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar”.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas Áreas Protegidas (AP) classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. As AP existentes compreendem os Parques Nacionais, os Parques Naturais, as Reservas Naturais, as Paisagens Protegidas e os Monumentos Naturais (<http://www.icnf.pt>).

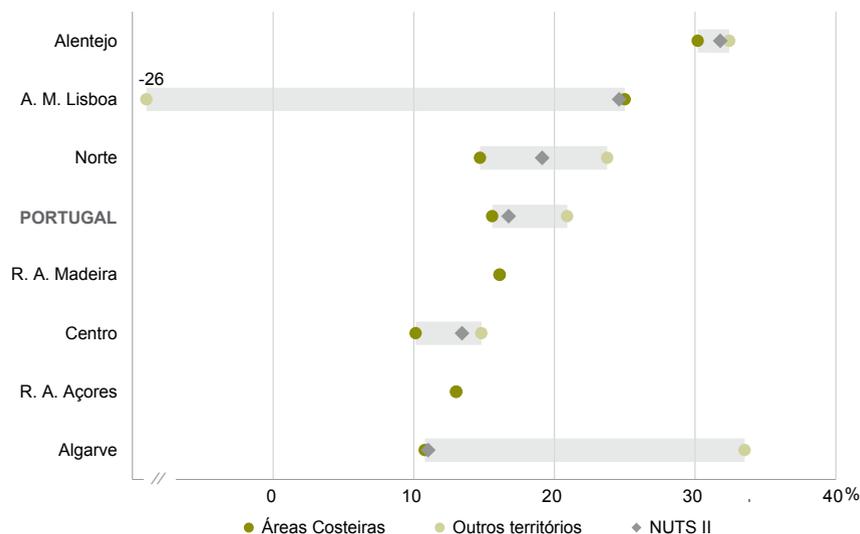
Para efeitos de tabulação de informação foram consideradas as freguesias que intersejam em mais de 50% a superfície da RNAP.

Ao nível das regiões NUTS II, o crescimento relativo da capacidade de alojamento turístico em áreas protegidas revelou-se mais elevada em todas as NUTS II face aos restantes territórios, exceto na Área Metropolitana de Lisboa<sup>15</sup>. Os valores mais elevados para este indicador registaram-se nas regiões do Alentejo (54%) e Norte (45%), seguidos da Região Autónoma dos Açores (37%) [Figura I.13].

Entre 2013 e 2016, a taxa de variação da capacidade de alojamento turístico era mais baixa nas áreas costeiras, comparativamente com os restantes territórios, em todas as regiões, exceto na Área Metropolitana de Lisboa (que apresentou um decréscimo da capacidade em áreas não costeiras). Este comportamento verificou-se também para o total do país: a taxa de crescimento da capacidade em áreas costeiras foi 15,6% e em áreas não costeiras 20,9%. Importa sublinhar que, entre as seis NUTS II em que se registou um ritmo de crescimento superior em áreas não costeiras, a assimetria mais relevante observou-se no Algarve (23 pontos percentuais) [Figura I.14].

Figura I.14

Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico, por áreas costeiras, por NUTS II, 2013/2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. Eurostat, Tipologia de áreas costeiras. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.

### Caixa I.5

#### Tipologia de áreas costeiras

A Tipologia de áreas costeiras é uma classificação que tem por base as unidades territoriais *Local Administrative Units* de nível 2 europeias (freguesias, em Portugal) e classifica o território dos Estados-Membros em duas categorias (áreas costeiras e áreas não costeiras).

Consideram-se áreas costeiras as unidades locais (freguesias) que fazem fronteira com o mar ou em que pelo menos 50% da superfície se situa a uma distância inferior a 10 Km da linha de costa.

A documentação metodológica pode ser consultada em: <http://smi.ine.pt/>.

<sup>15</sup> Note-se que 162 das 183 freguesias da Área Metropolitana de Lisboa constituem áreas costeiras, o que corresponde a 66% do território desta unidade territorial.

A capacidade média de alojamento turístico<sup>16</sup>, que relaciona a capacidade total com o número de estabelecimentos, era mais elevada no Algarve (199 camas por alojamento) e nas áreas metropolitanas de Lisboa (121) e do Porto (89), sendo que estas três sub-regiões apresentavam uma capacidade dos alojamentos turísticos superior à capacidade média dos alojamentos turísticos de Portugal (79) [Figura I.15].

#### A CAPACIDADE MÉDIA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO ERA MAIS ELEVADA NO ALGARVE E NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E DO PORTO

O padrão territorial do indicador capacidade média dos alojamentos turísticos evidencia, em 2016, a generalidade das sub-regiões do Interior do Continente, mais rurais, com menores valores de capacidade média dos alojamentos turísticos. Este retrato está associado à tipologia de estabelecimentos dominante em cada

uma das sub-regiões, designadamente, à expressão da oferta de estabelecimentos hoteleiros, tipologia que apresenta a maior capacidade média em todas as sub-regiões do país<sup>17</sup>. De facto, para a maioria das sub-regiões a capacidade média da oferta de Alojamento local e do Turismo em Espaço rural e Turismo de habitação é inferior à capacidade média global da respetiva NUTS III e, ao mesmo tempo, a capacidade média daquelas duas tipologias de alojamento turístico registada em todas as NUTS III, nunca ultrapassa a menor capacidade média da hotelaria entre as 25 NUTS III (73,8 camas por estabelecimento hoteleiro na sub-região Alto Tâmega).

Em 2016, a capacidade média da hotelaria (181,2) era cerca de seis vezes superior à capacidade média do Alojamento local e cerca de 10 vezes superior à capacidade média do Turismo em Espaço rural. Neste contexto, assinala-se a sub-região do Algarve que apresentava não só o valor mais elevado na capacidade média dos alojamentos turísticos, como também a maior assimetria entre a capacidade média da hotelaria e a capacidade média do Turismo em espaço rural.

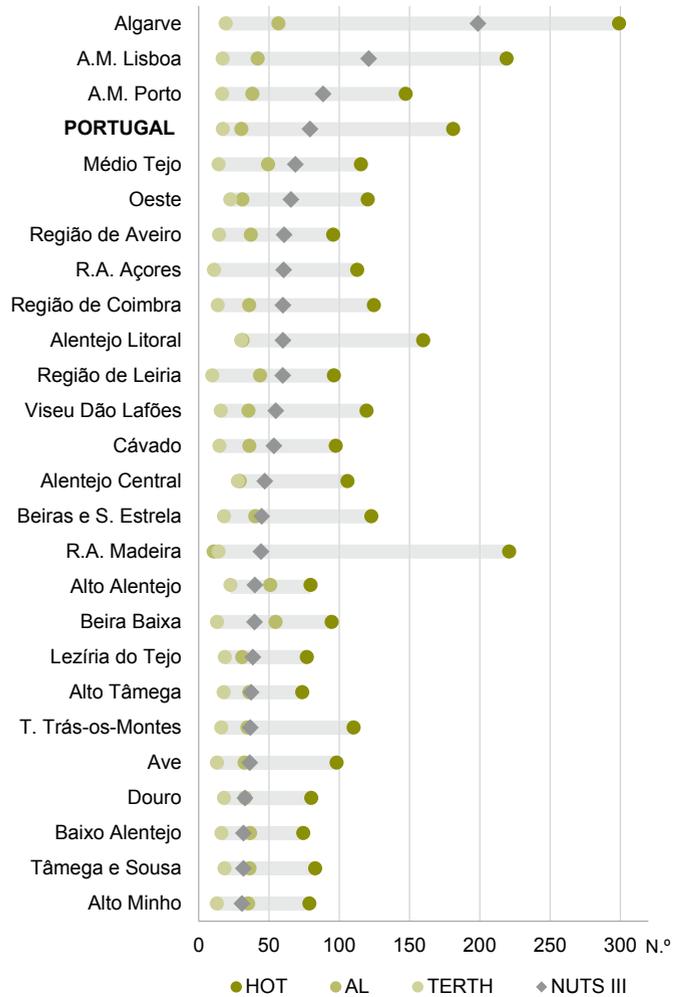
<sup>16</sup> **Capacidade média de alojamento turístico:** Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico/ Número de estabelecimentos de alojamento turístico.

<sup>17</sup> O coeficiente de correlação estimado para as NUTS III entre a capacidade média dos estabelecimentos de alojamento turístico e a proporção da capacidade da hotelaria no total da capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico é de 0,7.

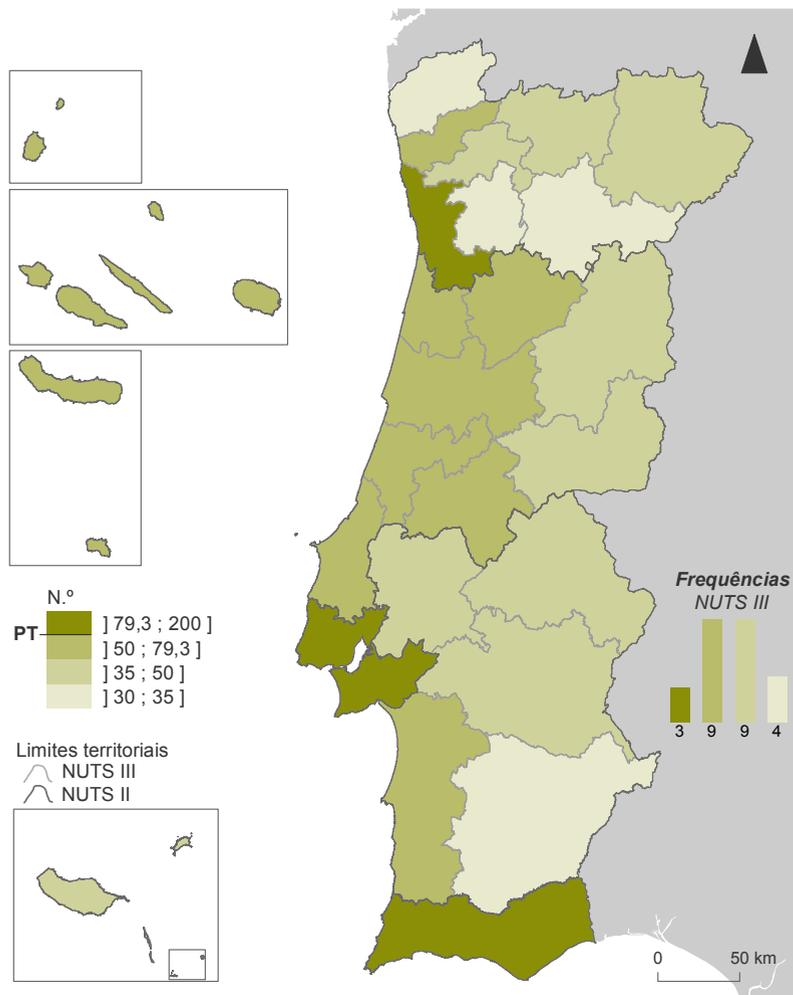
Figura I.15

Capacidade média de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016

Tipologia dos estabelecimentos de alojamento turístico



NUTS III



Fonte: INE, I.P. Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

Entre 2013-2016, a oferta de alojamento turístico, em número de estabelecimentos, aumentou em Portugal, em todas as regiões NUTSII. Este aumento foi mais expressivo na Região Autónoma da Madeira.

A proporção de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia, em 2013-2016, evidencia uma diminuição da proporção do número de estabelecimentos hoteleiros face ao total de estabelecimentos em todas as regiões NUTSII. Assinalam-se os maiores aumentos de proporção de estabelecimentos de Alojamento Local na Região Autónoma da Madeira e na Área Metropolitana de Lisboa (+29 e +14 pontos percentuais, respetivamente). Na região Centro verificou-se o maior aumento da proporção dos estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (+12 p.p.).

Em 2016, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa representavam 52,2% da capacidade total de alojamento turístico em Portugal. No período 2013-2016, 13 das sub-regiões NUTS III apresentaram taxas de crescimento da capacidade superiores à média nacional (16,7%).

A taxa de variação da capacidade de alojamento turístico revelou-se, no período 2013-2016, mais elevada nas áreas protegidas que nos outros territórios, em Portugal e em todas as regiões NUTS II, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa.

A capacidade média de alojamento turístico era mais elevada no Algarve e nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.



## A categorização e qualificação da oferta

Na perspetiva da leitura e identificação de contextos territoriais diferenciados de categorização e qualificação da oferta hoteleira, a análise incidirá no padrão territorial da oferta de alojamento turístico, em capacidade, em função das tipologias de estabelecimentos de alojamento turístico existentes em Portugal – Hotelaria, Alojamento Local e Turismo no Espaço rural e Turismo de Habitação. Para o efeito recorre-se ao quociente de localização (QL), dado que esta medida permite uma avaliação dos territórios que revelam uma sobre-representação das tipologias em análise e, deste modo, possibilita a identificação de maior concentração relativa da oferta de estabelecimentos de alojamento turístico [Caixa I.6].

### Caixa I.6

#### Quociente de localização

O **quociente de localização** (QL) corresponde a uma medida que permite aferir a sobre-representação de um determinado grupo numa unidade territorial (na presente análise, o município) em relação a um contexto territorial mais amplo (na presente análise, o país). É expresso pela seguinte equação:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} / \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} < \infty) \quad \text{onde:}$$

$X_{rj}$  - população do grupo  $j$  na unidade territorial  $r$

$X_r$  - população total na unidade territorial  $r$

$X_{pj}$  - população do grupo  $j$  na contexto territorial  $p$

$X_p$  - população total na contexto territorial  $p$

Valores superiores à unidade são indicativos de uma sobre-representação do grupo  $j$  na unidade territorial  $r$  em relação à expressão desse grupo no que respeita ao contexto territorial mais amplo.

Em 2016, a oferta de alojamento em estabelecimentos hoteleiros em Portugal encontrava-se sobrerrepresentada em 45 municípios, sendo de destacar a expressão deste tipo de alojamentos em municípios da região Algarve – 10 dos 16 municípios apresentavam uma importância relativa da hotelaria superior à média nacional (79,4%). O padrão territorial da sobrerrepresentação deste tipo de oferta de alojamento salienta sobretudo os municípios da faixa Litoral, incluindo municípios da Área Metropolitana de Lisboa (seis em 18 municípios) e da Área Metropolitana do Porto (Matosinhos, Póvoa do Varzim e Santa Maria da Feira). Neste contexto global, importa ainda destacar municípios mais distantes da faixa Litoral onde se verificava uma sobrerrepresentação da oferta de alojamento em estabelecimentos hoteleiros: Bragança (Terras de Trás-os-Montes), Fundão, Covilhã e Belmonte (Beiras e Serra da Estrela), Viseu e Nelas (Viseu Dão Lafões) e Évora (Alentejo Central) [Figura I.16].

#### **EM 2016, VERIFICOU-SE MAIOR EXPRESSÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO HOTELEIRO EM MUNICÍPIOS DO LITORAL, SOBRETUDO DO ALGARVE**

A expressão da sobrerrepresentação da oferta de Alojamento Local apresenta maior abrangência territorial (50 municípios) do que a oferta de alojamentos hoteleiros, apresentando também níveis superiores de sobrerrepresentação face à proporção verificada a nível nacional deste tipo de oferta (14,7%): em 38 municípios localizados sobretudo nas regiões Norte e Centro, mas também na Região Autónoma da Madeira, a proporção era mais de uma vez e meia do que a registada a nível nacional. Neste contexto, destaca-se o maior nível de sobrerrepresentação da capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Alojamento Local nos municípios de Freixo de Espada a Cinta (Douro), Macedo de Cavaleiros e Vinhais (Terras de Trás-os-Montes), Albergaria-a-Velha (Região de Aveiro) e Porto de Mós (Região de Leiria) [Figura I.17].

Figura I.16

Quocientes de localização da capacidade de alojamento nos estabelecimentos Hoteleiros, por município, 2016

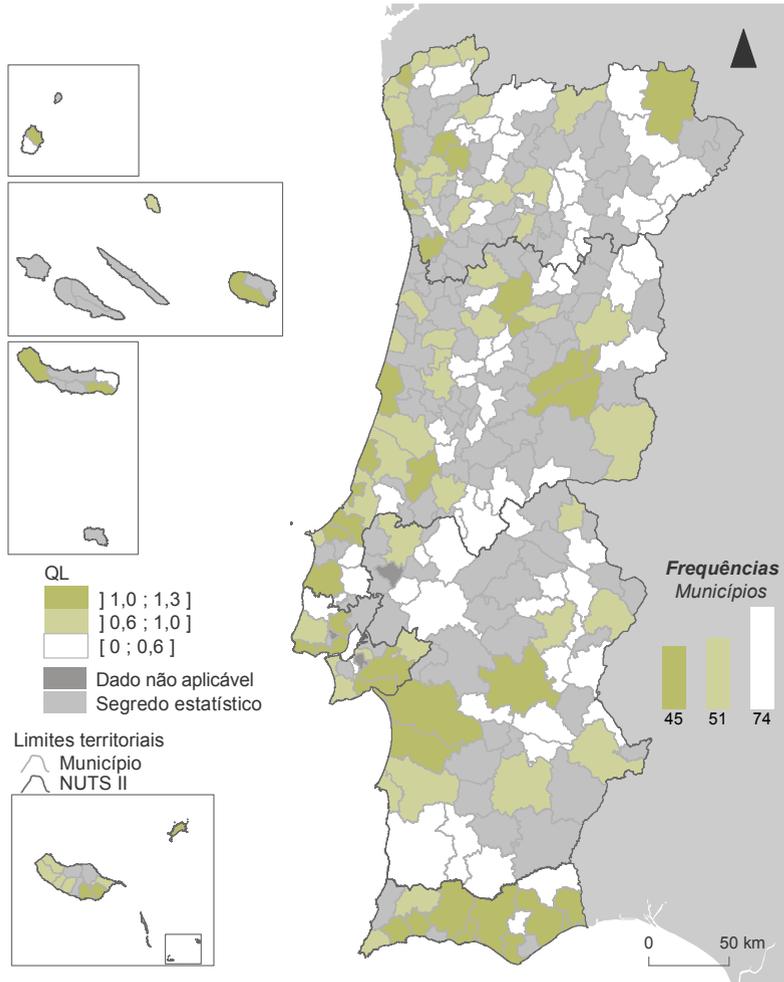
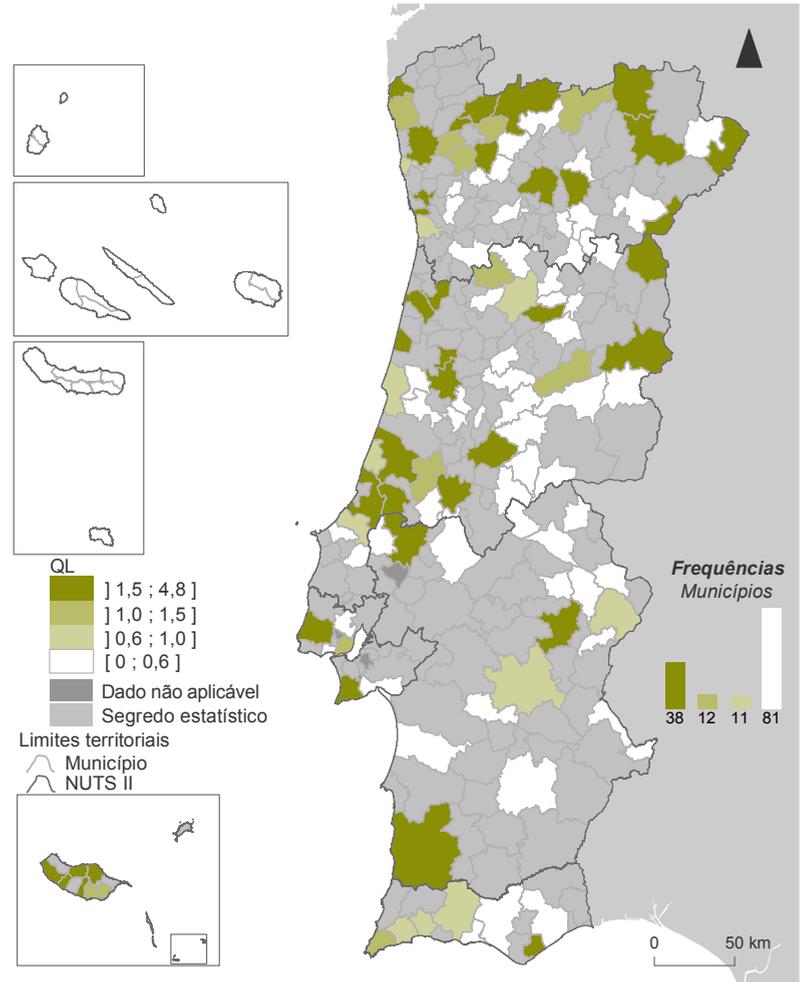


Figura I.17

Quocientes de localização da capacidade de alojamento no Alojamento local, por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

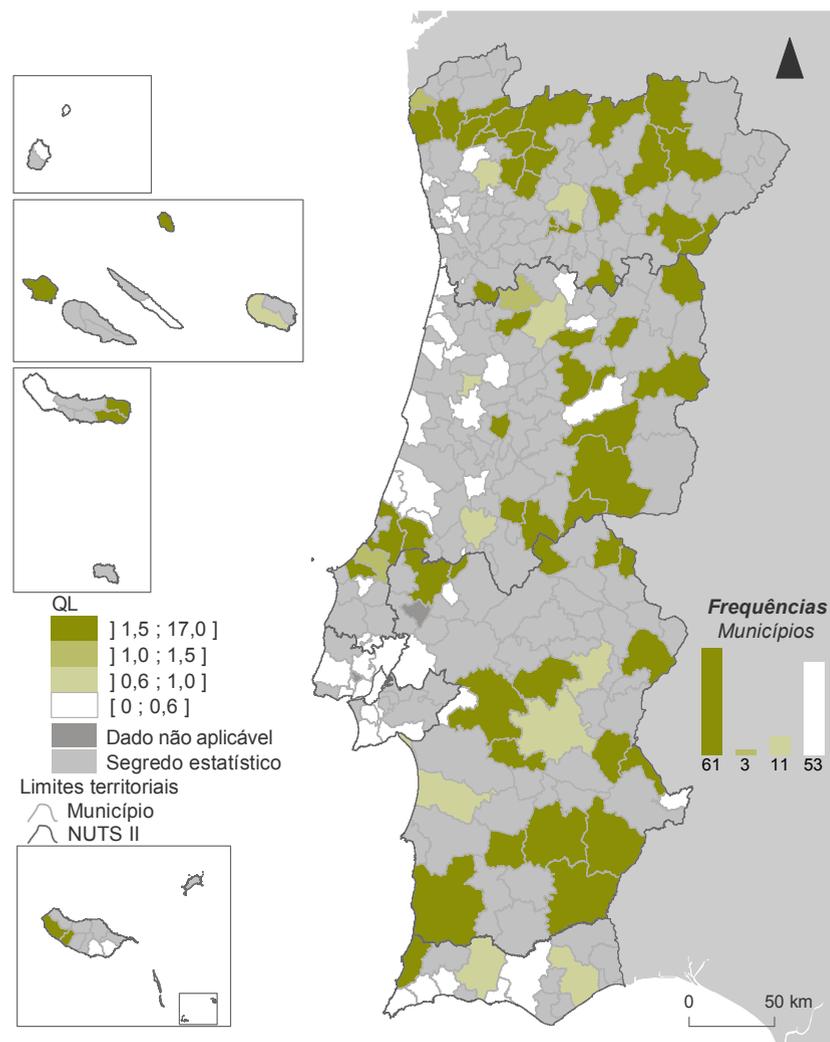
Em 2016, a proporção da capacidade de alojamento em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação era a mais reduzida (5,9%) entre as três categorias de estabelecimentos turísticos, havendo uma sobre-representação da oferta de Turismo no Espaço Rural em 64 municípios localizados maioritariamente no interior do Continente mas também nas duas regiões autónomas.

#### EM 2016, VERIFICOU-SE MAIOR EXPRESSÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL E TURISMO DE HABITAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO CONTINENTE

Neste contexto, salientam-se os 12 municípios com maior nível de sobre-representação da capacidade de alojamento em Turismo no Espaço Rural e que apenas apresentavam oferta deste tipo de alojamento: Vouzela (Viseu Dão Lafões), Sernancelhe e Mesão Frio (Douro), Viana do Alentejo, Mourão (Alentejo Central), Vila Velha de Rodão (Beira Baixa), Torre de Moncorvo (Douro), Celorico de Basto (Tâmega e Sousa) e Cabeceiras de Basto (Ave), Nordeste (Região Autónoma dos Açores) Gavião (Alto Alentejo), Mação (Médio Tejo) [Figura I.18].

Figura I.18

Quocientes de localização da capacidade de alojamento no Turismo em Espaço rural e Turismo de habitação, por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

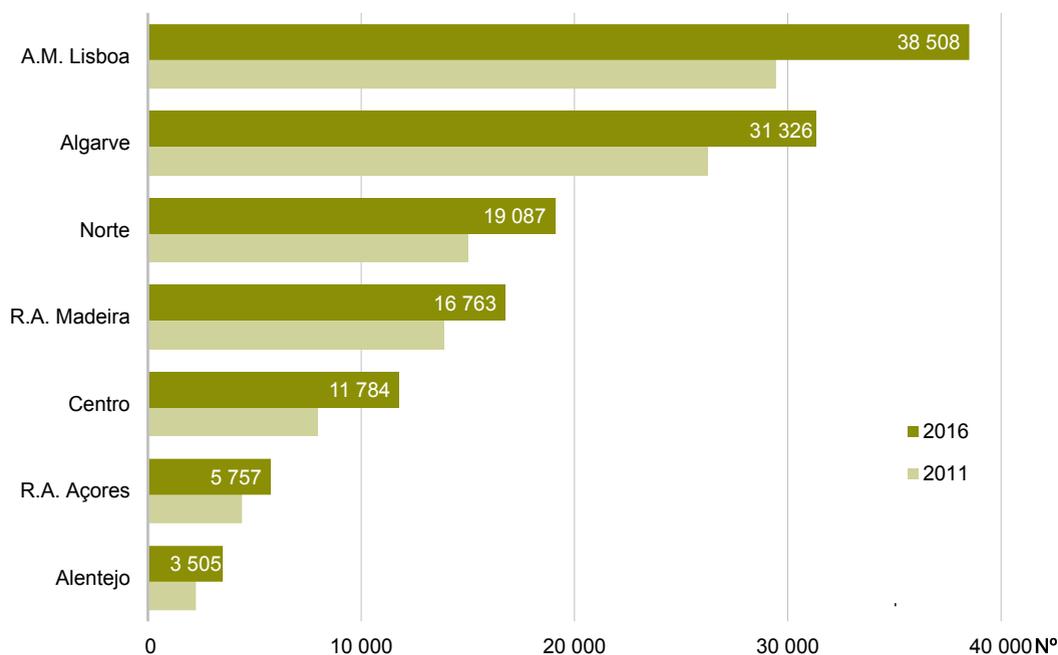
## ENTRE 2011 E 2016, A CAPACIDADE DOS HOTÉIS DE QUATRO E CINCO ESTRELAS AUMENTOU EM TODAS AS REGIÕES NUTS II

De modo a complementar a análise da categorização e qualificação da oferta turística apresenta-se a distribuição da capacidade de hotéis de quatro e cinco estrelas nas regiões portuguesas em 2011 e 2016 [Figura I.19]. Assim, e numa lógica de avaliação da qualidade da oferta de estabelecimentos hoteleiros, verifica-se que a oferta neste tipo de

estabelecimentos, aumentou em todas as regiões do país apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 5% em Portugal, no período em análise. As regiões que apresentaram um maior crescimento neste indicador foram o Alentejo e o Centro com taxas de crescimento médio anual de aproximadamente 9,3% e 8,1%, respetivamente. É de sublinhar que mesmo a região que registou o menor aumento da oferta de capacidade em hotéis de quatro e cinco estrelas, o Algarve, registou uma taxa de crescimento médio anual de aproximadamente 3,6%.

Figura I.19

Capacidade de alojamento nos hotéis de quatro e cinco estrelas por NUTS II, 2011 e 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

Em 2016, a oferta de alojamento em estabelecimentos hoteleiros em Portugal encontrava-se sobrerrepresentada em 45 municípios sendo que se verificou a maior expressão da capacidade de alojamento hoteleiro em municípios do Litoral, sobretudo do Algarve. A maior expressão da capacidade de alojamento em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação ocorreu, em 2016, em municípios do Interior do Continente.

A oferta em hotéis de quatro e cinco estrelas aumentou de 2011 para 2016 em todas as regiões apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 5% em Portugal. A região que apresentou um maior crescimento deste indicador foi o Alentejo com uma taxa de crescimento médio anual de 9,3%.



### I.3. O PADRÃO TERRITORIAL DA PROCURA TURÍSTICA

Não obstante os efeitos da recessão económica e da crise financeira global continuarem a afetar o desempenho económico da Zona Euro, segundo a Organização Mundial do Turismo, o crescimento verificado no número de turistas estrangeiros nas economias avançadas dos continentes Europeu e Americano e, sobretudo, nas regiões da Ásia e Pacífico e em África, deve-se fundamentalmente ao resultado destacado da Europa, que detém cerca de metade das chegadas de turistas internacionais (UNWTO, 2017). Por outro lado, reconhece-se que em áreas objeto de atividades turísticas intensivas, se colocam problemas ao nível da sustentabilidade de recursos, dos equipamentos e das infraestruturas de apoio às populações (Almeida, 2017). Deste modo, considerando os potenciais efeitos económicos, sociais e ambientais da ocupação do espaço para uso turístico e a subsequente mobilização de recursos territoriais, o aprofundamento do estudo do padrão territorial da intensidade, ritmo e origem da procura com vista à identificação de áreas de polarização do turismo em Portugal assume particular relevância.

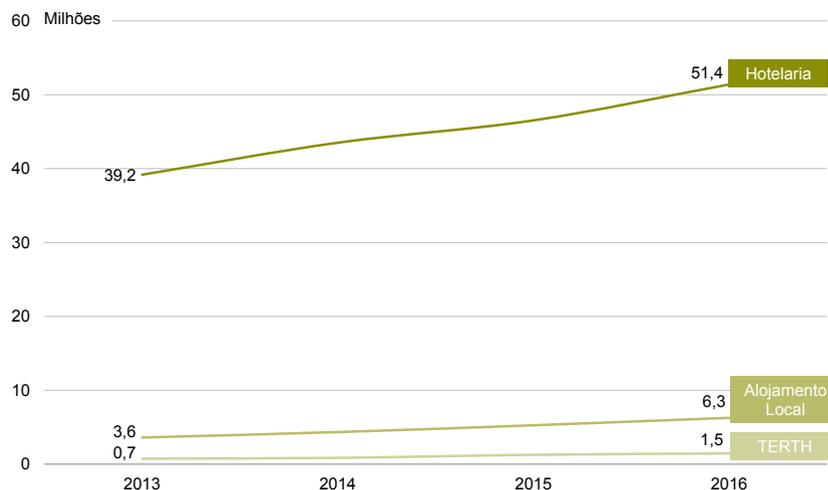
A meta de sustentabilidade económica da Estratégia de Turismo 2027 consiste em aumentar a procura turística em Portugal para 80 milhões de dormidas em 2027, ao mesmo tempo que se pretende reduzir a sazonalidade da atividade turística para 33,5%, bem como diversificar os mercados de proveniência dos turistas (Turismo de Portugal, 2017).

## A intensidade e sazonalidade turísticas

A análise, entre 2013 e 2016, dos valores de permanência de dormidas registados nos estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal, evidenciava a evolução globalmente positiva da procura turística no território nacional: ao longo dos últimos quatro anos, o número de dormidas aumentou cerca de 36% atingindo, em 2016, 59,1 milhões de dormidas no conjunto dos estabelecimentos de alojamento

Figura I.20

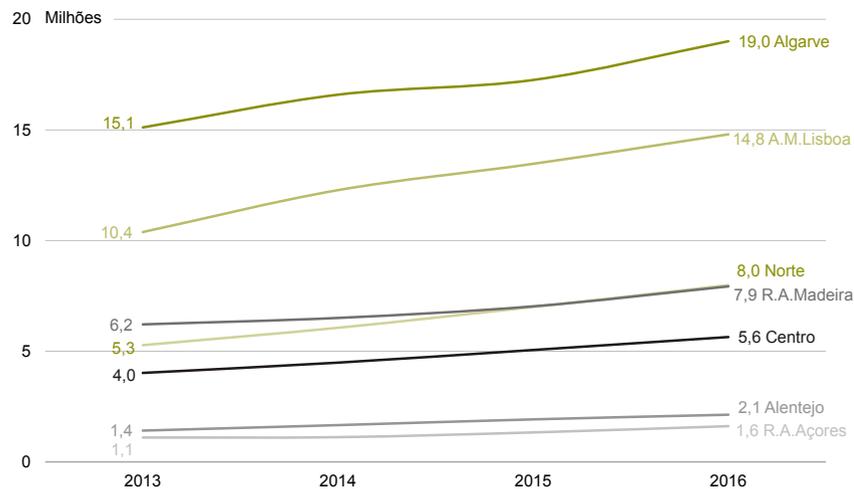
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de estabelecimento, Portugal, 2013-2016



turístico portugueses, repartindo-se entre Hotelaria, Alojamento local e Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (respetivamente 87%, 11% e 2% do total de dormidas) [Figura I.20]. O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa foram, por esta ordem, as regiões onde ocorreram maior número de dormidas turísticas, concentrando, em 2016, mais de metade das dormidas em Portugal [Figura I.21].

Figura I.21

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por NUTS II, 2013-2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.

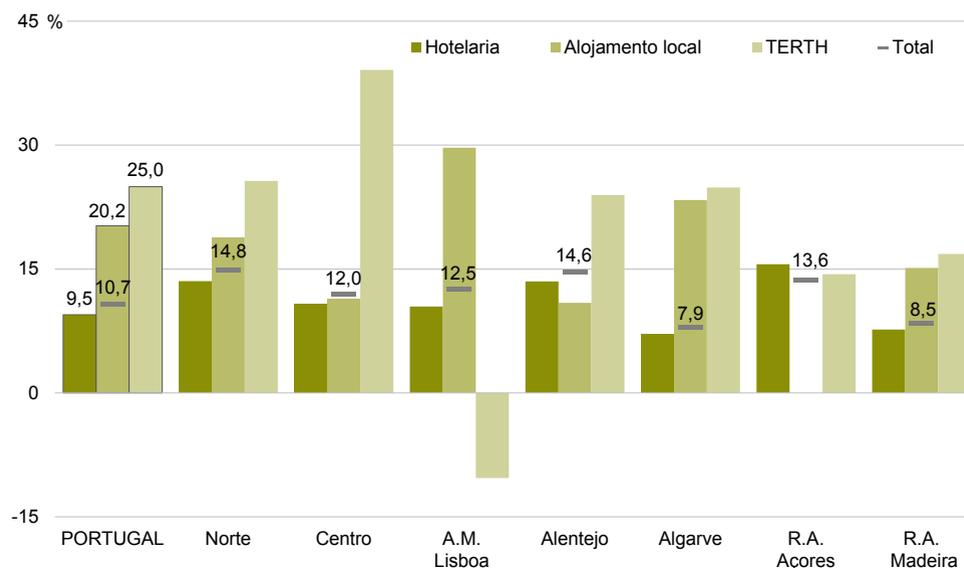
Entre 2013 e 2016, a taxa de crescimento anual médio das dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico<sup>18</sup> foi +10,7% evidenciando, neste período, uma maior dinâmica nas dormidas em Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (+25%) e nas dormidas em Alojamento Local (crescimento médio anual de +20,2%). As dormidas em estabelecimentos hoteleiros cresceram, entre 2013 e 2016, a um ritmo médio de +9,5% ao ano.

**ENTRE 2013 E 2016, O NÚMERO DE DORMIDAS CRESCERAM EM TODAS REGIÕES, DESTACANDO-SE O AUMENTO RELATIVO DA PROCURA GLOBAL NAS REGIÕES NORTE E ALENTEJO, BEM COMO O CRESCIMENTO DE DORMIDAS NO TURISMO EM ESPAÇO RURAL E TURISMO DE HABITAÇÃO NA REGIÃO CENTRO E NO ALOJAMENTO LOCAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

O Norte e o Alentejo apresentaram os crescimentos relativos mais elevados entre as sete NUTS II. O número de dormidas cresceu em todas as regiões e em todos os tipos de alojamento com exceção da Área Metropolitana de Lisboa em que se verificou um decréscimo das dormidas em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (-10,3% ao ano). As regiões Centro (+39,1%), Norte (+25,7%), Algarve (+24,9%) e Alentejo (+23,9%) registaram os maiores acréscimos médios no número de dormidas neste tipo de alojamento entre 2013 e 2016. O crescimento no número de dormidas em estabelecimentos de Alojamento Local foi mais expressivo na Área Metropolitana de Lisboa (+29,7%) e no Algarve (+23,3%). Finalmente, no que respeita às dormidas em Hotelaria, sublinham-se os crescimentos mais expressivos na Região Autónoma dos Açores (+15,6%) e nas regiões Norte e Alentejo (+13,5% em ambas) [Figura I.22].

Figura I.22

Taxa de crescimento anual médio das dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de estabelecimento, Portugal e NUTS II, 2013-2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.

<sup>18</sup> Taxa de crescimento anual médio das dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico:  $\left( \frac{\text{Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico no ano final}}{\text{Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico no ano inicial}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100$ .

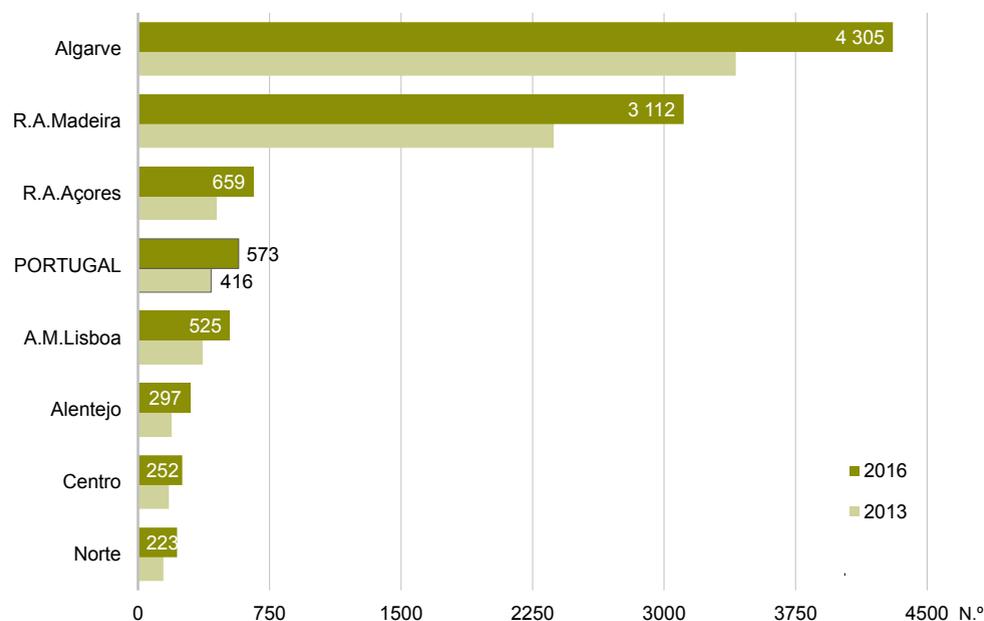
A informação relativa ao número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes<sup>19</sup> constitui um indicador de intensidade turística dos territórios e permite avaliar, em certa medida, a pressão da procura turística em cada território, relativizada pela população residente.

**ENTRE 2013 E 2016, O ALGARVE E A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA FORAM AS REGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE DORMIDAS POR 100 HABITANTES, TENDO ESTA POSIÇÃO SIDO REFORÇADA**

Entre 2013 e 2016, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões NUTS II do país onde se registou um maior aumento do número de dormidas por 100 habitantes reforçando, em 2016, a posição primordial que estas duas regiões ocupavam, já em 2013, neste indicador. Para além destas regiões, apenas na Região Autónoma dos Açores se registava um número de dormidas por 100 habitantes acima da média nacional (659 dormidas por 100 habitantes em 2016 e 446 em 2013). O Norte, o Centro e o Alentejo mantiveram, em 2016, os valores menos expressivos neste indicador, apesar do acréscimo registado entre 2013 e 2016 [Figura I.23].

Figura I.23

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos. Estimativas Anuais da População Residente.

<sup>19</sup> **Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes:** Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico / População residente x 100.

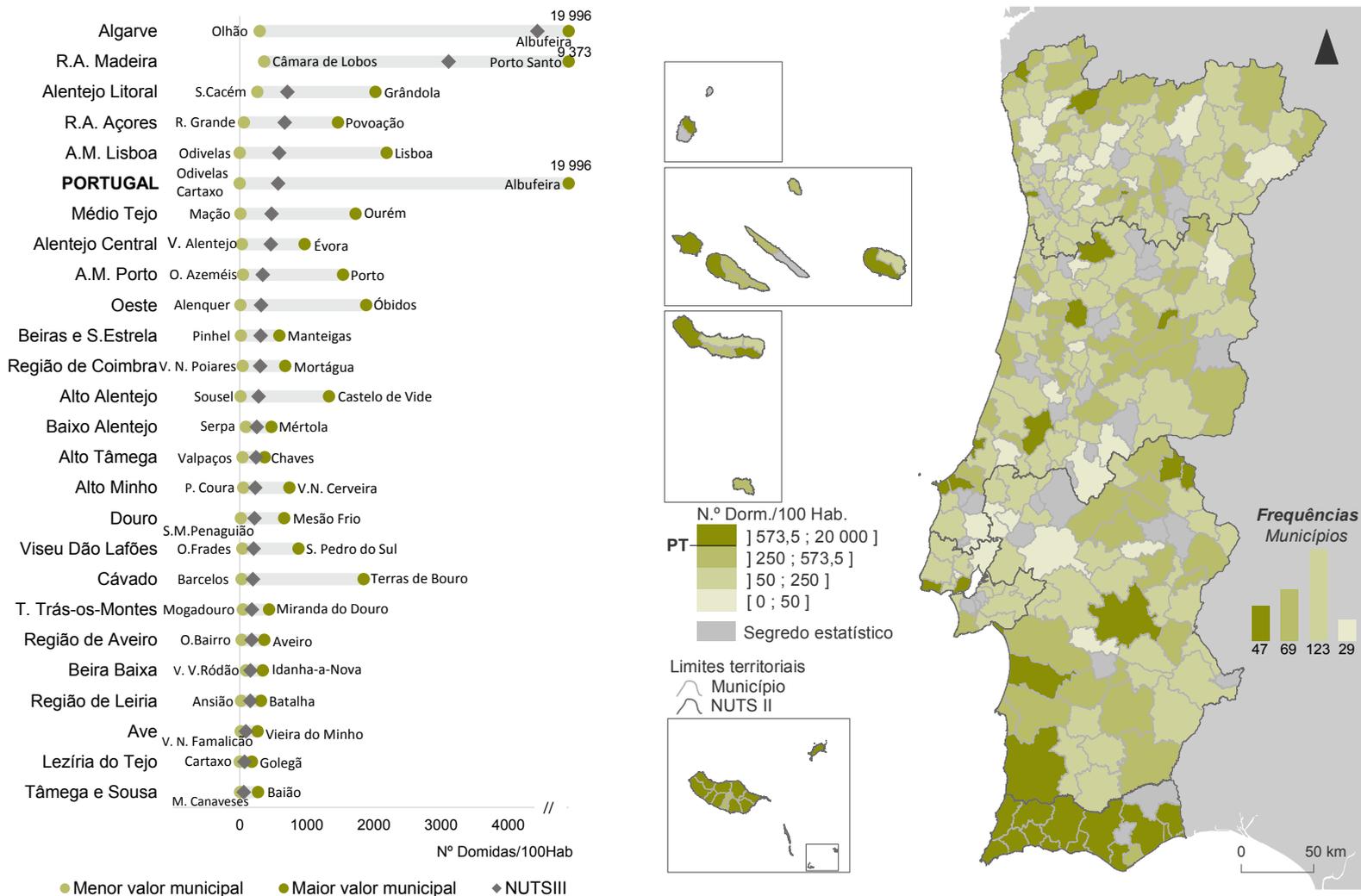


O retrato territorial por município do número de dormidas por 100 habitantes [Figura I.24] evidencia que, em 2016, este indicador era particularmente elevado nos municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Na região do Algarve, todos os municípios, com exceção de Olhão, registavam valores acima da média nacional neste indicador. Albufeira era o município do país com maior intensidade turística medida através deste indicador ao registar quase 20 mil dormidas por 100 habitantes. Seguia-se o município de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira (9,4 mil dormidas por 100 habitantes). Note-se que nesta região apenas no município de Câmara de Lobos se registou, em 2016, uma intensidade turística abaixo da média nacional (365 face a 573,5 dormidas por 100 habitantes).

A influência induzida pela dinâmica da procura turística continuava a destacar-se também de forma muito significativa (mais de 1 000 dormidas por 100 habitantes) nos municípios de Terras do Bouro e Porto (na região Norte), de Óbidos, Ourém e Nazaré (na região Centro), de Lisboa (na Área Metropolitana de Lisboa), de Grândola, Castelo de Vide e Marvão (na região Alentejo) e Povoação e Ponta Delgada (na Região Autónoma dos Açores) [Figura I.24].

Figura I.24

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal, NUTSIII e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos. Estimativas Anuais da População Residente.



Em 2016, 37,9% das dormidas em Portugal registaram-se nos meses de julho a setembro. O Algarve (44,4%) e o Alentejo (42,2%) foram as regiões NUTS II com valores mais elevados neste indicador de sazonalidade. Seguiam-se a Região Autónoma dos Açores (40,2%) e a região Centro (39,1%) onde se registaram também valores acima da média do país neste indicador. Nas restantes regiões a proporção de dormidas nos meses de julho a setembro ficava aquém do valor nacional.

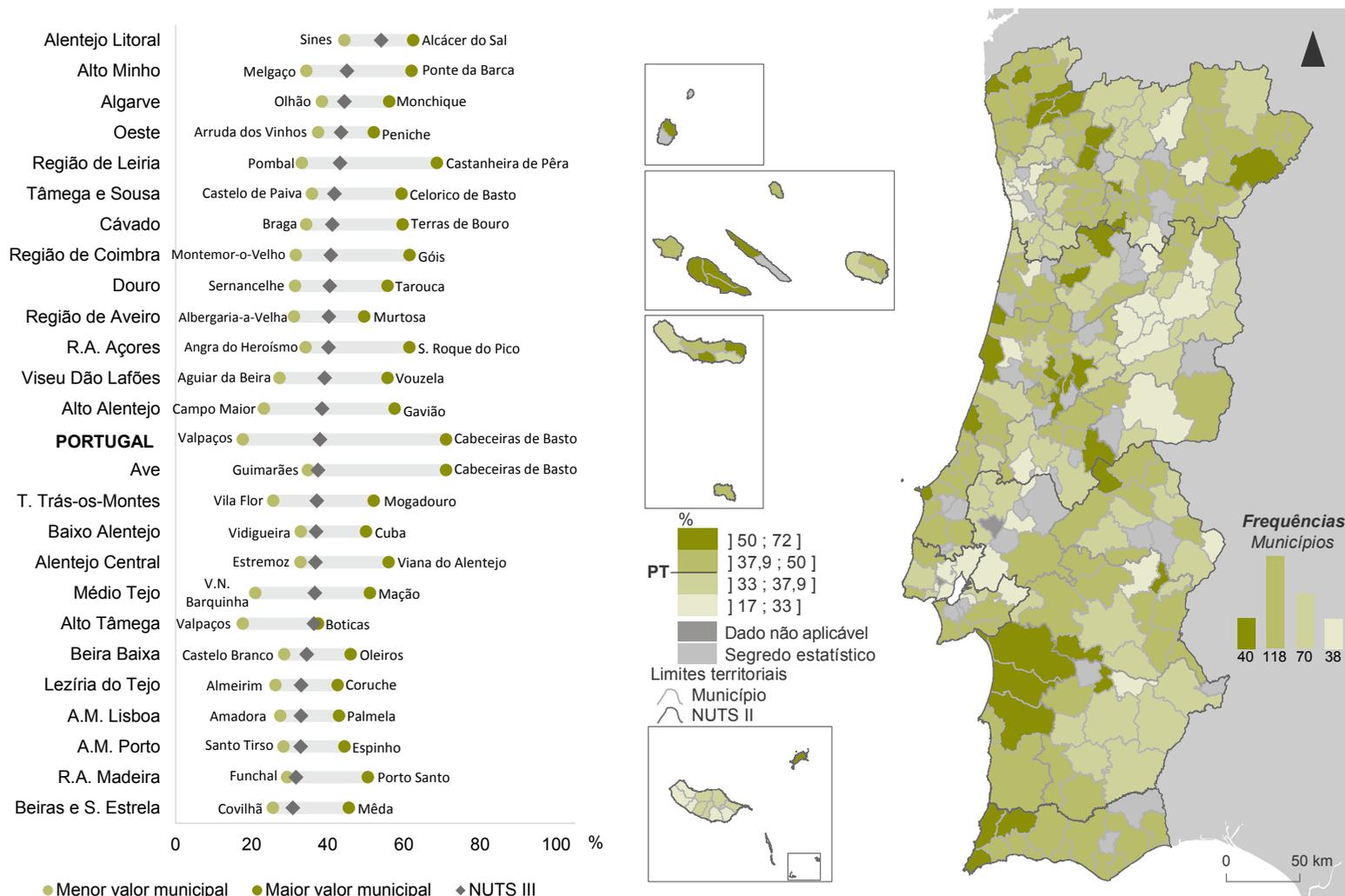
#### **EM 40 MUNICÍPIOS PORTUGUESES, MAIS DE METADE DAS DORMIDAS DE 2016 OCORRERAM ENTRE JULHO E SETEMBRO**

Em 40 municípios portugueses mais de metade das dormidas registadas em 2016 ocorreu nos meses de julho a setembro. Estes municípios estavam dispersos pelo país, verificando-se ainda assim uma maior concentração no Litoral do Alentejo, na faixa ocidental do Litoral do Algarve e em algumas ilhas da Região Autónoma dos Açores. Com valores acima de 60% neste indicador destacavam-se os municípios de Cabeceiras de Basto e Ponte da Barca (região Norte), Castanheira de Pêra e Góis (região Centro) Alcácer do Sal (Alentejo) e São Roque do Pico (Região Autónoma dos Açores).

Os municípios em que o efeito de sazonalidade nos meses de julho a setembro era menos intenso (valores abaixo de um terço do total de dormidas no ano) situavam-se maioritariamente no território do Interior da região Centro, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e também na Região Autónoma da Madeira [Figura I.25].

Figura I.25

Proporção de dormidas entre julho-setembro, por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.



Com base na observação da taxa líquida de ocupação-cama<sup>20</sup> nos estabelecimentos de alojamento turístico, é possível analisar o grau de utilização da capacidade de alojamento disponível e portanto, a adequação da procura à oferta de alojamentos turísticos.

**EM 2016, A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, AS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E DO PORTO E O ALGARVE ERAM AS ÚNICAS SUB-REGIÕES NUTS III A REGISTAR VALORES ACIMA DA MÉDIA NACIONAL NA TAXA (LÍQUIDA) DE OCUPAÇÃO-CAMA**

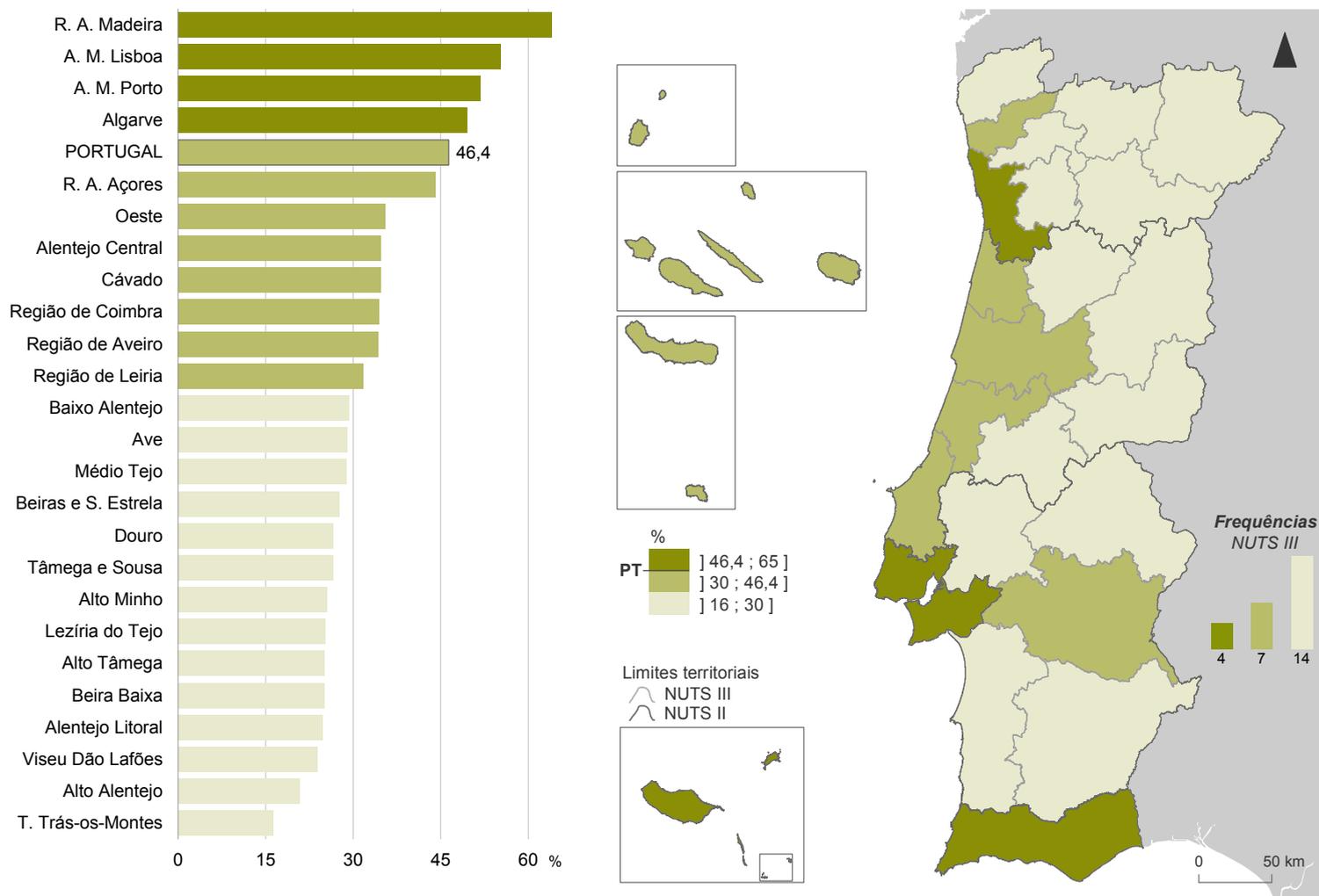
Entre 2013 e 2016, a taxa líquida de ocupação-cama aumentou em Portugal e em todas as regiões NUTS II, tendo o valor nacional passado de 39,7% em 2013 para 46,4% em 2016. No ano mais recente, a Região Autónoma da Madeira (64,1%), as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (55,3% e 51,9%, respetivamente) e o Algarve (49,6%) eram as únicas sub-regiões NUTS III a registar neste indicador, valores acima da média nacional [Figura I.26]. Em 2016, os valores mais reduzidos de procura face à oferta de alojamentos turísticos (abaixo de 30% neste indicador) registavam-se nas sub-regiões do Interior do Continente, no Alentejo Litoral e no Alto Minho. Em Terras de Trás-os-Montes este indicador registou o valor mais baixo do país: 16,3%.

---

<sup>20</sup> **Taxa líquida de ocupação-cama:** N<sup>o</sup> de dormidas durante o período de referência / (N<sup>o</sup> de camas disponíveis x N<sup>o</sup> de dias do período de referência) x 100. Consideram-se como duas camas as camas de casal.

Figura I.26

Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.



O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa foram as regiões onde ocorreram maior número de dormidas turísticas, concentrando, em 2016, mais de metade das dormidas em Portugal.

Entre 2013 e 2016, o Norte e o Alentejo apresentaram os crescimentos relativos do número de dormidas mais elevados entre as sete NUTS II. O número de dormidas cresceu em todas regiões NUTS II e em todos os tipos de alojamento com exceção da Área Metropolitana de Lisboa em que se verificou um decréscimo das dormidas em estabelecimentos de Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões com maior número de dormidas por 100 habitantes, tendo esta posição sido reforçada entre 2013 e 2016. Albufeira (no Algarve) e Porto Santo (na Região Autónoma da Madeira) eram os municípios do país com maior intensidade turística medida através deste indicador ao registar, respetivamente, quase 20 mil dormidas e 9,4 mil dormidas por 100 habitantes no ano de 2016.

Em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas de 2016 ocorreram entre julho e setembro. A nível nacional, 37,9% das dormidas registaram-se nestes meses.

Em 2016, a Região Autónoma da Madeira (64,1%), as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (55,3% e 51,9%, respetivamente) e o Algarve (49,6%), eram as únicas sub-regiões NUTS III a registar valores acima da média nacional (46,4%) na taxa (líquida) de ocupação-cama.

## A proveniência da procura turística

Importa considerar a segmentação da procura turística no território nacional de acordo com a origem dos hóspedes registados nos estabelecimentos de alojamento turístico, de forma a identificar padrões territoriais de concentração do turismo oriundo do mercado nacional e estrangeiro em Portugal.

Entre 2013 e 2016, o número total de hóspedes registados nos estabelecimentos de alojamento turístico cresceu em média, anualmente, 11,8% (passou de 15,2 milhões em 2013 para 21,3 milhões de hóspedes em 2016). No mesmo período constata-se o reforço da importância da procura turística proveniente do estrangeiro face aos hóspedes residentes em Portugal: em 2016, o mercado externo (residência habitual no estrangeiro) contribuiu com 12,6 milhões de indivíduos (59,1%) e o mercado interno (residência em Portugal)

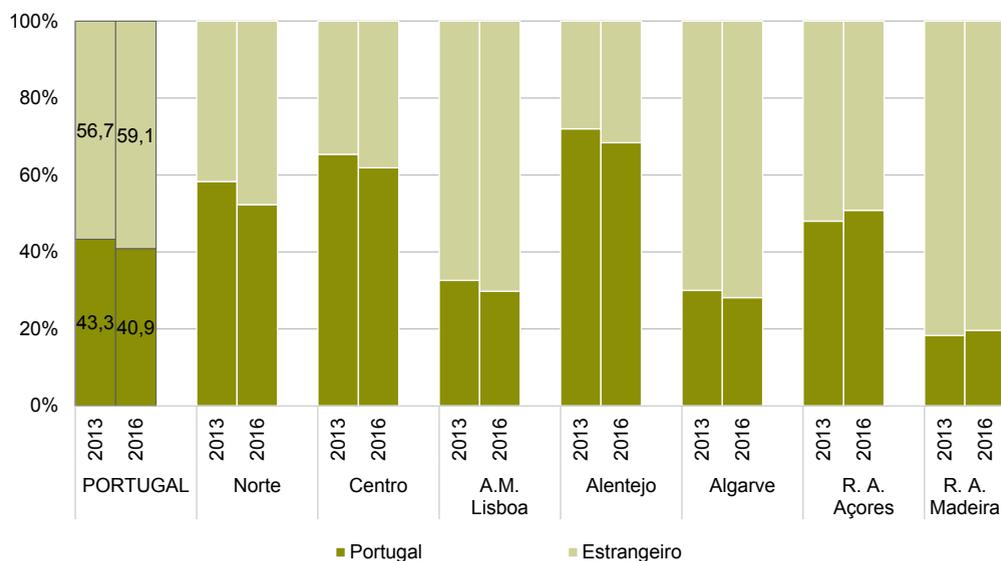
contribuiu com 8,7 milhões de indivíduos (40,9%). Em 2013 este contributo tinha sido, respetivamente, 56,7% e 43,3%.

### ENTRE 2013 E 2016, O AUMENTO DA PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS VERIFICOU-SE EM TODAS AS REGIÕES EXCETO NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

Ao nível das regiões NUTS II, entre 2013 e 2016 o aumento da proporção de hóspedes estrangeiros verificou-se em todas as regiões exceto nas regiões autónomas. Em 2016, a proporção de hóspedes de países estrangeiros era mais elevada na Região Autónoma da Madeira, no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa (respetivamente 80,4%, 71,9% e 70,2% do total de hóspedes). Nas restantes regiões a procura turística de hóspedes com residência habitual em Portugal significava mais de metade do número total de hóspedes, destacando-se o Alentejo, região onde 68,4% dos hóspedes registados em 2016 residiam em Portugal [Figura I.27].

Figura I.27

Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016





**EM 2016, O CONTRIBUTO DOS HÓSPEDES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO PARA A PROCURA TURÍSTICA NACIONAL FOI SUPERIOR À PROPORÇÃO REGISTADA A NÍVEL NACIONAL (59,1%) EM 33 MUNICÍPIOS LOCALIZADOS SOBRETUDO NO ALGARVE E NAS REGIÕES AUTÓNOMAS**

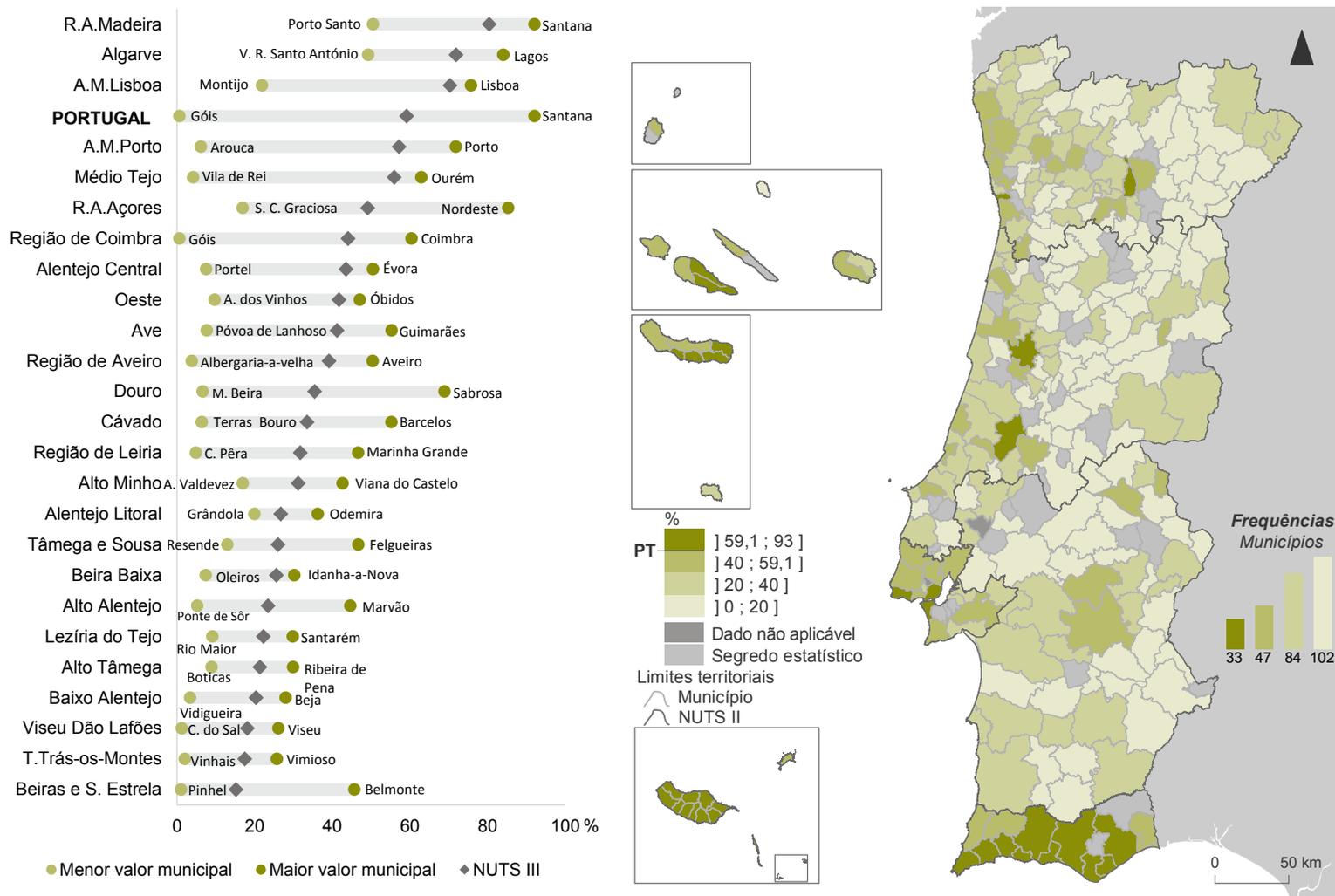
A análise por município da proporção de hóspedes com residência no estrangeiro<sup>21</sup> destaca, em 2016, o Algarve e as regiões autónomas, por aí se situarem a maior parte dos municípios com valores mais elevados

neste indicador (acima de média nacional de 59,1%). Em particular, salientam-se, com proporções acima de 80%, os municípios de Santana, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Santa Cruz, Calheta, Machico e Funchal (Região Autónoma da Madeira), Nordeste e Lajes do Pico (Região Autónoma dos Açores), Lagos e Lagoa (Algarve) [Figura I.28]. Note-se que enquanto na Região Autónoma da Madeira e no Algarve em todos os municípios (excetua-se Vila Real de Santo António, no Algarve) mais de metade dos hóspedes provinha do estrangeiro, no caso da Região Autónoma dos Açores verificava-se maior disparidade neste indicador, com vários municípios a apresentar valores abaixo de 50%.

<sup>21</sup> **Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico:** Hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico / Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico x 100.

Figura I.28

Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal, NUTS III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.



No Continente, a elevada proporção de turistas de residência estrangeira (acima da média nacional) verificava-se, para além dos municípios do Algarve, nos municípios de Lisboa, Cascais e Almada (na Área Metropolitana de Lisboa), Porto e Sabrosa (respetivamente na Área Metropolitana do Porto e na sub-região do Douro), Ourém (sub-região Médio Tejo e onde se localiza o Santuário de Fátima) e Coimbra (Região de Coimbra). Neste contexto, note-se que o Alentejo foi a única região NUTS II onde em nenhum município a importância do número de hóspedes provenientes do estrangeiro ficou acima do valor nacional, verificando-se que o valor mais elevado neste indicador se registou no município de Évora (50,5%).

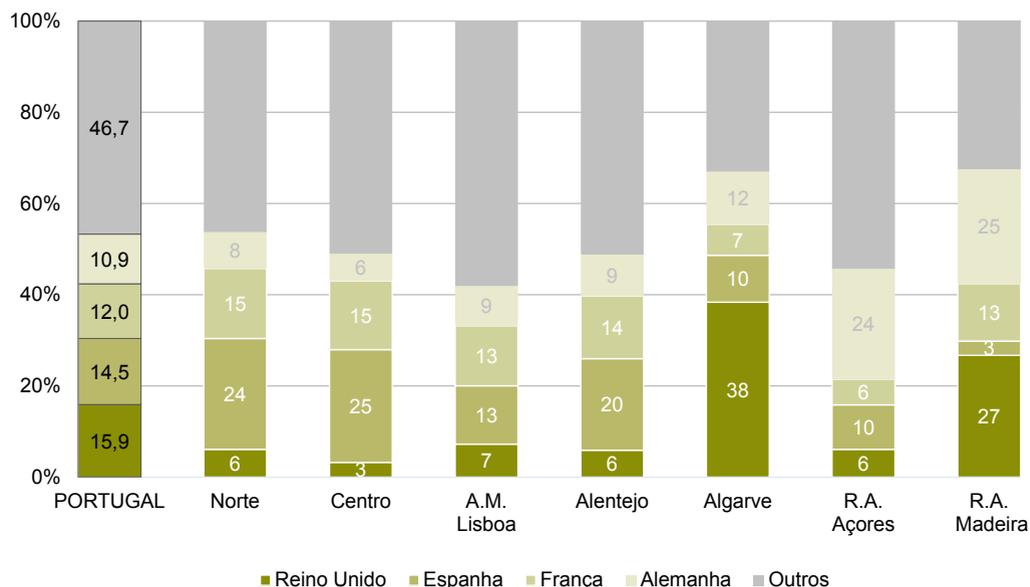
A segmentação da procura turística proveniente do estrangeiro de acordo com o país de residência habitual revela, em 2016, a maior importância de hóspedes provenientes de outros países europeus, em particular do Reino Unido (15,9% do total de hóspedes estrangeiros), Espanha (14,5%), França (12%) e Alemanha (10,9%). Com residência fora da Europa, destacavam-se, no conjunto do país, os hóspedes provenientes do Brasil (5,4% do total de hóspedes estrangeiros) e dos Estados Unidos da América (4,5%).

### EM 2016, DESTACAVA-SE A MAIOR IMPORTÂNCIA DOS HÓSPEDES DO REINO UNIDO NO TOTAL DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS DO ALGARVE E DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, A PREDOMINÂNCIA DOS HÓSPEDES PROVENIENTES DE ESPANHA NAS REGIÕES CENTRO, NORTE E ALENTEJO E O MERCADO TURÍSTICO ALEMÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ao nível regional, destacava-se, em 2016, a maior importância dos hóspedes do Reino Unido no Algarve (38% do total de hóspedes estrangeiros na região) e na Região Autónoma da Madeira (27%), bem como o mercado turístico de Espanha nas regiões Centro (25%), Norte (24%) e Alentejo (20%). Acima da média nacional, salienta-se ainda a proporção de hóspedes provenientes de França nas regiões Norte e Centro (15% do total de hóspedes estrangeiros de cada região), Alentejo (14%), Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira (13% em ambas). Finalmente, evidenciava-se a importância dos hóspedes provenientes da Alemanha na Região Autónoma da Madeira (25%), Região Autónoma dos Açores (24%) e no Algarve (12%) [Figura I.29].

Figura I.29

Hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.

A análise mais detalhada da proveniência dos turistas no território nacional considera os quocientes de localização (QL) dos hóspedes oriundos dos principais países emissores de hóspedes para Portugal. Esta medida permite uma avaliação dos territórios que revelam uma sobre-representação ou sub-representação dos hóspedes em análise por comparação com o território nacional [Caixa I.6].

A leitura deste indicador salienta padrões territoriais de concentração e distribuição diferenciados para os hóspedes provenientes dos quatro principais países estrangeiros de residência: Reino Unido [Figura I.30], Espanha [Figura I.31], França [Figura I.32] e Alemanha [Figura I.33].

Em 2016, a proveniência de hóspedes do Reino Unido apresentava-se de forma mais expressiva nos municípios do Algarve (destacando-se Silves, Loulé e Albufeira) e da Região Autónoma da Madeira (onde sobressaía

Câmara de Lobos). Com efeito, dos 19 municípios com um quociente de localização superior à unidade, apenas Arraiolos, no Alentejo, e Cascais, na Área Metropolitana de Lisboa, não pertenciam àquelas regiões [Figura I.30].

A sobre-representação dos hóspedes provenientes de Espanha era mais saliente (com um quociente de localização superior a 1,5) num conjunto de 27 municípios do país: em alguns municípios fronteiriços do Interior continental (com destaque para Miranda do Douro, Almeida e Elvas), e desde Monção, a Norte, na fronteira com Espanha, até Espinho, prolongando-se pelo Centro, mais precisamente nos municípios de Estarreja, Aveiro, Oliveira do Bairro, Cantanhede e Marinha Grande, e também Almada (na Área Metropolitana de Lisboa) e Tavira, no Algarve. Na Região Autónoma dos Açores a maior evidência de turismo espanhol era captada por Angra do Heroísmo na Ilha Terceira [Figura I.31].

Figura I.30

Quocientes de localização de hóspedes residentes no Reino Unido nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016

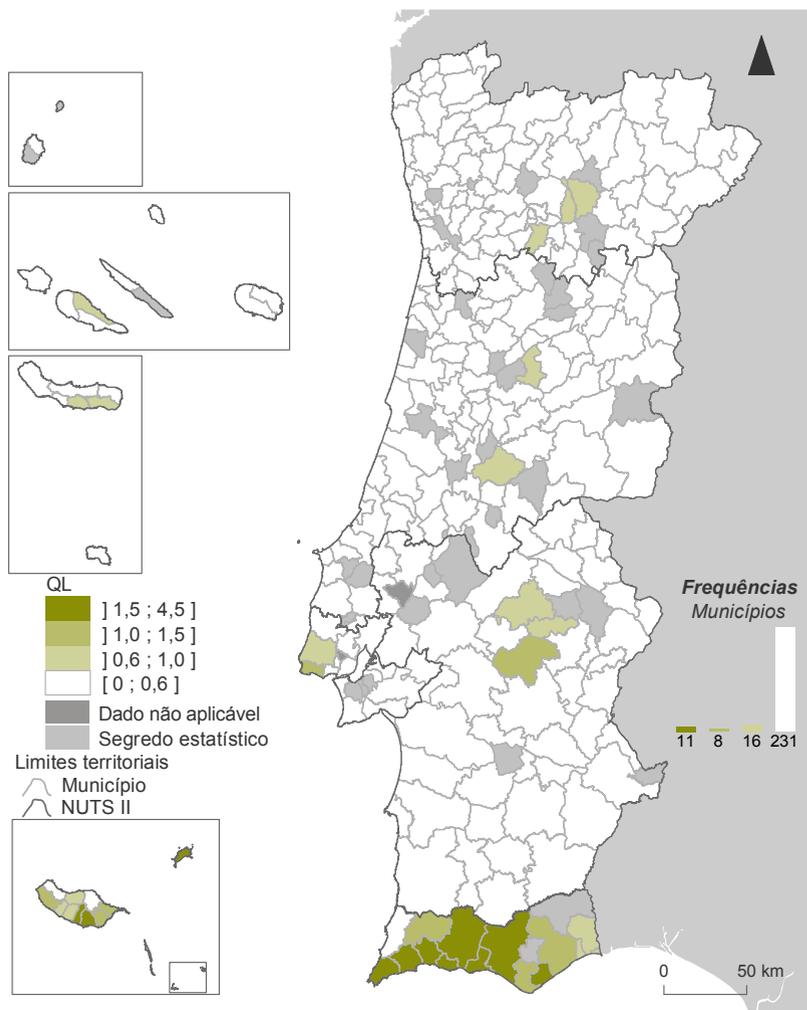
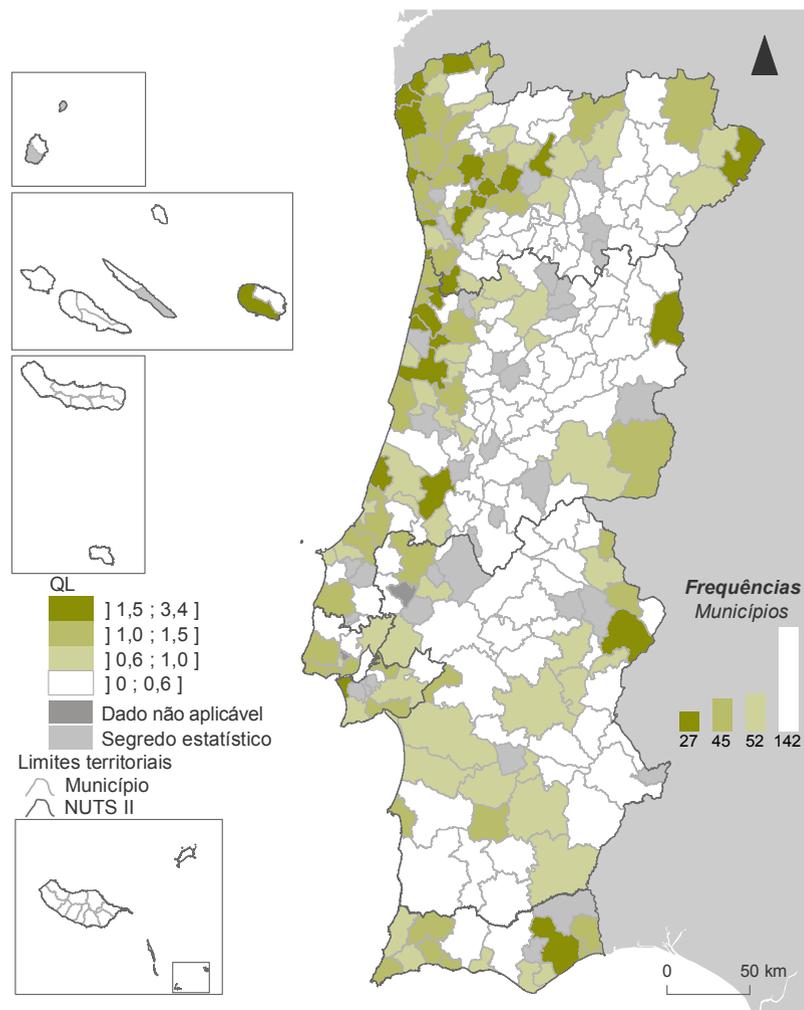


Figura I.31

Quocientes de localização de hóspedes residentes em Espanha nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.

O quociente de localização de hóspedes de proveniência francesa era superior à unidade em todos os municípios da Região Autónoma da Madeira, com exceção de Porto Santo. As outras situações de municípios com valores mais elevados no quociente de localização situavam-se na região Norte (Esposende, Póvoa de Varzim, Maia e Celorico de Basto), na região Centro (Mira, Marinha Grande, Nazaré, Anadia e Alcobaça) e na Região Autónoma dos Açores (Lajes do Pico) [Figura I.32].

Finalmente, a expressão de hóspedes provenientes da Alemanha, evidencia os municípios das regiões autónomas pelos elevados valores do quociente de localização, situação que se verificava em todos os municípios da Região Autónoma da Madeira (destacando-se os municípios de Ponta do Sol, Santa Cruz e Calheta) e em 13 dos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores (com destaque para os municípios de Nordeste e de Lagoa). No Continente, o quociente de localização de hóspedes da Alemanha era superior à unidade em 12 dos 16 municípios do Algarve, em Mafra, Sesimbra e Almada (Área Metropolitana de Lisboa), em Barcelos e Vila do Conde (região Norte), em Óbidos (região Centro) e em Odemira (Alentejo) [Figura I.33].

Figura I.32

Quocientes de localização de hóspedes residentes em França nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016

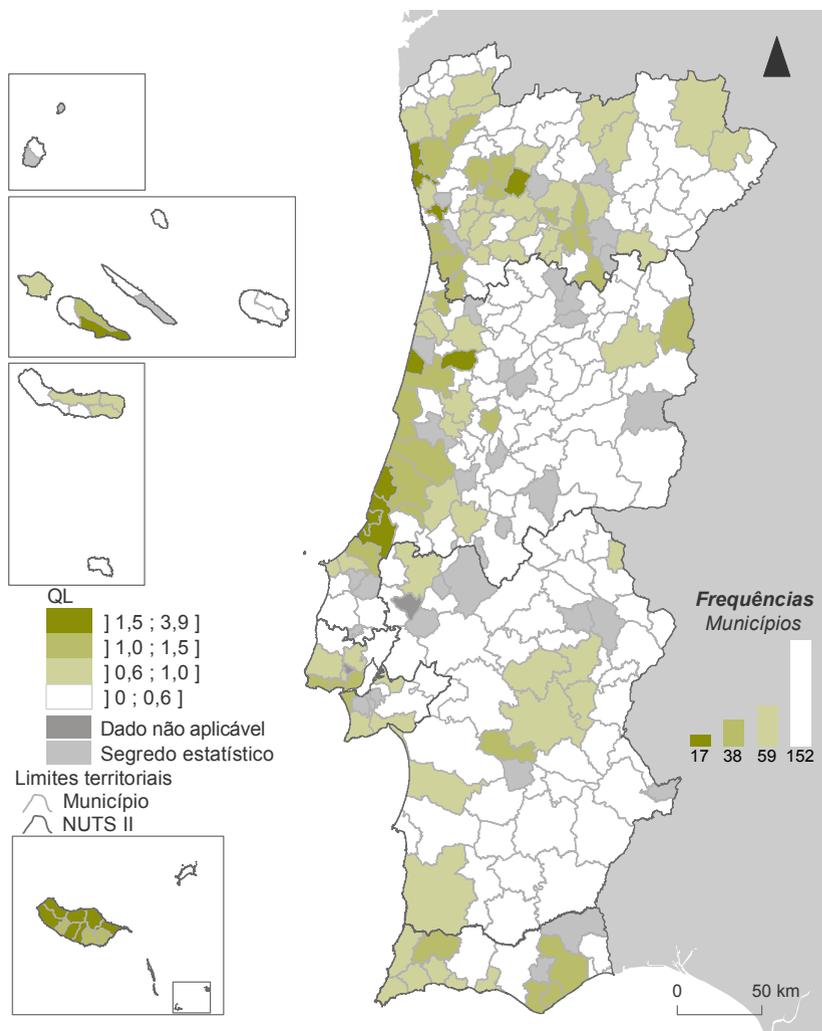
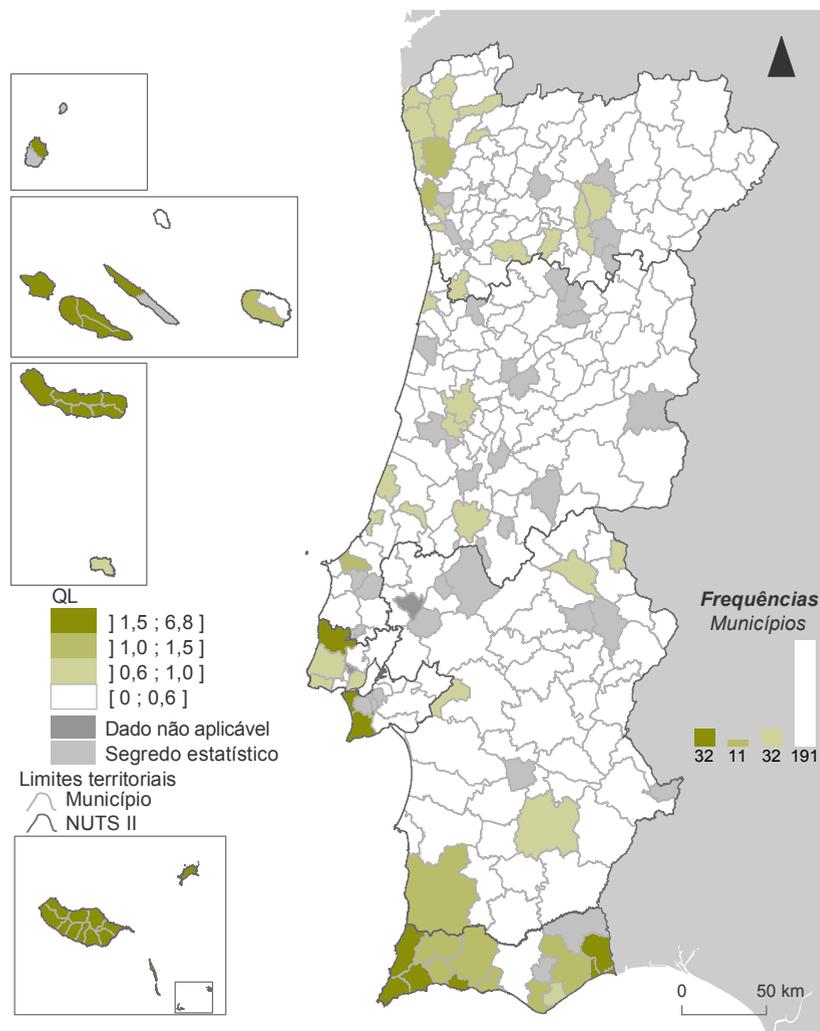


Figura I.33

Quocientes de localização de hóspedes residentes na Alemanha nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e Outros Alojamentos.

Entre 2013 e 2016, o número total de hóspedes registados nos estabelecimentos de alojamento turístico cresceu em média, anualmente, 11,8%. No mesmo período constata-se o reforço da importância da procura turística proveniente do estrangeiro (59,1% em 2016) face aos hóspedes residentes em Portugal (40,9% em 2016), facto que se registou em todas as regiões exceto nas regiões autónomas.

Em 2016, a proporção de hóspedes de países estrangeiros era mais elevada na Região Autónoma da Madeira, no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa. O contributo dos hóspedes residentes no estrangeiro para a procura turística nacional revelou maior expressão em 33 municípios portugueses evidenciando-se a elevada proporção de turistas de nacionalidade estrangeira captada pelos municípios do Algarve e das regiões autónomas.

Em 2016, destacava-se a maior importância dos hóspedes do Reino Unido no total de hóspedes estrangeiros do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, a predominância dos hóspedes de Espanha nas regiões Centro, Norte e Alentejo e o mercado turístico alemão na Região Autónoma dos Açores.



## CONCEITOS

**Alojamento local:** Estabelecimento de alojamento com licenciamento atribuído pelo respetivo município e que se apresenta numa das seguintes modalidades: moradia, apartamento ou estabelecimento de hospedagem. Os resultados de alojamento local abrangem também os estabelecimentos designados de pensões, motéis ou estalagens que não se reconverteram nas atuais modalidades de alojamento local.

**Alojamento turístico:** Estabelecimento que forneça regular ou ocasionalmente dormidas a turistas.

**Alojamento turístico coletivo:** Estabelecimento destinado a proporcionar alojamento ao viajante num quarto ou em qualquer outra unidade, com a condição de que o número de lugares oferecido seja superior ao mínimo especificado para grupos de pessoas que ultrapassem uma unidade familiar, devendo todos os lugares do estabelecimento inserir-se numa gestão de tipo comercial comum, mesmo quando não têm fins lucrativos.

**Área medianamente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área metropolitana:** Pessoa coletiva de direito público que constitui uma forma específica de associação dos municípios abrangidos pelas unidades territoriais definidas com base nas NUTS III e que visa a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram.

**Área predominantemente rural:** Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Medianamente Urbana".

**Área predominantemente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área protegida:** Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

**Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico coletivo:** Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas a cama de casal.

**Destino da obra:** Tipo de utilização dado à edificação tal como habitação, agricultura, comércio, indústria entre outros.

**Destino Turístico:** Local visitado durante uma deslocação ou uma viagem turística.

**Destino Turístico Principal:** Local visitado durante uma deslocação turística ou uma viagem turística, quando esteja associado com o motivo principal da deslocação ou viagem, definido segundo os seguintes critérios: motivação - local que o visitante considera como o principal; tempo - local onde foi passado a maior parte do tempo (o maior número de noites, quando se trata de uma viagem); distância - local mais distante que foi visitado. A determinação do destino turístico principal é feita pela ordem indicada.

**Dormida:** Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

**Edifício:** Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

**Edificação:** Atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado à utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência.

**Empreendimento de turismo de habitação:** Estabelecimento de natureza familiar que se destina a prestar serviços de alojamento e que, sendo representativo de uma determinada época, está instalado em imóveis antigos particulares, nomeadamente palácios e solares, em função do seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos e não podendo possuir mais de 15 unidades de alojamento destinadas a hóspedes.

**Empreendimento de turismo de natureza:** Estabelecimento que se destina a prestar alojamento em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visita de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental.



**Empreendimento de turismo no espaço rural:** Estabelecimento que se destina a prestar serviços de alojamento em espaços rurais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, de modo a preservar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico da respetiva região.

**Estabelecimento hoteleiro (ou hotelaria):** Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

**Hóspede:** Indivíduo que efetua pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico.

**Hotel:** Estabelecimento hoteleiro que ocupa um edifício ou apenas parte independente dele, constituindo as suas instalações um todo homogéneo, com pisos completos e contíguos, acesso próprio e direto para uso exclusivo dos seus utentes, a quem são prestados serviços de alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimentos de refeições, mediante pagamento. Estes estabelecimentos possuem, no mínimo, 10 unidades de alojamento.

**Intensidade turística:** Indicador que permite avaliar a relação entre turistas e população residente e os impactes que daí resultam, a partir do rácio entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseado e o número de residentes.

**Licenciamento de operações urbanísticas:** Conjunto de procedimentos administrativos municipais relativos a operações urbanísticas que integram a licença, a comunicação prévia e o parecer prévio.

**Obra concluída:** Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

**Obra de alteração:** Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cêrcea.

**Obra de ampliação:** Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).

**Obra de conservação:** Obra destinada a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza.

**Obra de construção nova:** Obra de construção de edificação inteiramente nova.

**Obra de manutenção:** Conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento, quer uma edificação como um todo, quer uma das suas partes constituintes.

**Outros estabelecimentos de alojamento coletivo:** Estabelecimentos destinados a turistas que podem não ter fins lucrativos e se caracterizam por ter uma gestão comum e por oferecer um conjunto mínimo de serviços comuns (não incluindo a arrumação diária de quartos). A sua disposição não será necessariamente em quartos, mas eventualmente em unidades de tipo habitacional, parques de campismo ou dormitórios coletivos.

**País de residência:** País no qual um indivíduo é considerado residente: 1) se possuir a sua habitação principal no território económico desse país durante um período superior a um ano (12 meses); 2) se tiver vivido nesse país por um período mais curto e pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de aí se instalar, passando a ter nesse local a sua residência principal. Nota: a residência de um indivíduo é determinada pela do agregado familiar à qual pertence e não pelo local de trabalho, mesmo que atravesse a fronteira para trabalhar ou passe alguns períodos de tempo fora da sua residência. Incluem-se, nesta situação, os trabalhadores de fronteira e sazonais e os estudantes.

**Perímetro urbano:** Porção contínua de território classificada como solo urbano.

**Produtos específicos do turismo:** Bens e serviços que estão diretamente relacionados com o Turismo e nos quais se incluem os produtos característicos e os produtos conexos do Turismo de um território económico (país ou região).

**Produtos característicos do turismo:** Produtos típicos do turismo que constituem o foco da atividade turística e cujo consumo depende significativamente da procura por parte dos visitantes.

**Reabilitação urbana:** Intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.

**Região de Turismo:** Pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia financeira e administrativa e património próprio. À região de turismo incumbe, prioritariamente, a valorização turística da respetiva área, visando o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do património histórico, cultural e natural dos municípios que a constituem.

**Solo urbano:** Solo ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e no qual se integram os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada.



**Taxa de sazonalidade:** Indicador que permite avaliar o peso relativo da procura turística nos meses de maior procura, relativamente ao total anual, medido através do número de dormidas nos meios de alojamento recenseados.

**Taxa líquida de ocupação-cama:** Relação entre o número de dormidas durante o período de referência e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal. Este indicador permite avaliar a capacidade média de alojamento durante o período de referência.

**Turismo:** Atividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

**Turismo emissor:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes no âmbito de uma deslocação para fora do país de referência (ou região), desde que fora do seu ambiente habitual.

**Turismo interior:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes e não residentes no âmbito de uma deslocação no interior do país de referência (ou região), desde que fora do seu ambiente habitual.

**Turismo internacional:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes no âmbito de uma deslocação para fora do país de referência e pelos visitantes não residentes no âmbito de uma deslocação no interior do país de referência, desde que fora do seu ambiente habitual. O turismo internacional compreende o turismo recetor e o turismo emissor.

**Turismo interno:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes no âmbito de uma deslocação no interior do país de referência (ou região), desde que fora do seu ambiente habitual.

**Turismo nacional:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes, quer no âmbito de deslocações no interior do país de referência (ou região), quer no âmbito de deslocações para fora do país (ou região) de referência, desde que fora do seu ambiente habitual. O turismo nacional compreende o turismo interno e o turismo emissor.

**Turismo recetor:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes não residentes no âmbito de uma deslocação ao /no país de referência (ou região), desde que fora do seu ambiente habitual.

**Turismo regional:** Atividades desenvolvidas pelos visitantes residentes no âmbito de uma deslocação no interior da região ou de uma deslocação para outras regiões, desde que fora do seu ambiente habitual. Compreende o turismo interno e o turismo emissor.

**Turista:** Visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado.

**Uso do solo no turismo:** Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como turismo, turismo existente, turismo proposto.

**Utilização do solo:** Forma como os diferentes grupos estruturais (seres vivos ou inanimados) fazem uso do espaço.

**Viagem Turística:** Deslocação a um ou mais destinos turísticos, incluindo o regresso ao ponto de partida e abrangendo todo o período de tempo durante o qual uma pessoa permanece fora do seu ambiente habitual.

**Viajante:** Indivíduo que se desloca entre dois ou mais locais distintos, independentemente do motivo principal e da duração.

**Visitante:** Indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Existem duas categorias de visitantes: os excursionistas e os turistas.







**A SUSTENTABILIDADE  
DEMOGRÁFICA DOS  
TERRITÓRIOS**

## Enquadramento

A composição e as dinâmicas populacionais constituem elementos fundamentais para a definição e implementação de políticas de índole económica (estratégias de investimento público, nomeadamente ao nível dos transportes e comunicações), social (saúde, educação, proteção social) e cultural (equipamentos culturais e lazer). Neste sentido, e no contexto dos principais desafios que se colocam à definição de uma política de coesão económica, social e territorial, a Comissão Europeia (European Commission, 2014) identifica as principais mudanças que têm ocorrido em termos de composição e crescimento populacionais, salientando a importância de ter em conta a evolução da população nos diferentes contextos territoriais para a definição orientada de estratégias prioritárias de investimento.

Em Portugal, os anos mais recentes revelam um país com uma capacidade endógena de renovação geracional comprometida, no essencial devido a níveis baixos de fecundidade, assim como uma menor capacidade de atração de recursos populacionais do exterior suficientes para colmatar os movimentos de saída. A população portuguesa tem registado um progressivo envelhecimento que não traduz somente alterações na distribuição e configuração piramidal da população, mas que pode também ter um impacto negativo na capacidade de renovação da população (Rosa, 2012) e, em particular, da população em idade ativa.

Identificaram-se três vetores para a estruturação da análise: a leitura das assimetrias territoriais da evolução da população, a tendência de envelhecimento e a (in)capacidade de renovação demográfica dos territórios, que está na génese da discussão desta problemática, os padrões territoriais de fecundidade e o papel que a população estrangeira desempenha neste contexto. A análise destes vetores assenta num conjunto de indicadores que refletem as principais tendências demográficas em Portugal e que permitem avaliar as diferenças de comportamentos nos diversos territórios do país.

Privilegiou-se a escala de análise ao nível do município, partindo do princípio que é a este nível que as questões demográficas, analisadas de uma forma integrada, condicionam o desenvolvimento territorial. Contudo, no contexto das diferentes análises nem sempre esta escala territorial apresenta relevância e consistência estatísticas, daí que para alguns indicadores tenham sido consideradas desagregações territoriais ao nível das sub-regiões NUTS III ou das regiões NUTS II. Para um aprofundamento da diversidade territorial dos processos demográficos, recorreu-se à Tipologia de áreas urbanas (2014) para a segmentação da análise entre territórios urbanos e rurais. O período de análise considerado compreende os anos de 2011 a 2016, sem prejuízo de que, para efeitos de enquadramento nacional, se recue mais no tempo. Sempre que se afigure pertinente e exequível, a análise será reforçada com um olhar comparativo das regiões portuguesas com o contexto europeu (UE-28).



## II.1. AS ASSIMETRIAS TERRITORIAIS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

As questões associadas à concentração territorial da população, designadamente por via de um processo de litoralização e conseqüente despovoamento do Interior, colocam desafios à sustentabilidade demográfica dos territórios. A configuração espacial dos territórios de concentração da população portuguesa remete para o contraste Litoral/Interior analisado por Ferrão (2002) – o Litoral mais urbano e económica e demograficamente mais dinâmico que se diferencia do Interior mais rural, menos desenvolvido e demograficamente repulsivo (p. 154). Na verdade, Ferrão propõe uma leitura do país com base em três geografias que não se anulam, mas que funcionam de modo combinado. Para além do contraste Litoral/Interior e da oposição Norte/Sul, o autor salienta a formação de aglomerações urbanas ligadas entre si, por via do desenvolvimento e investimento em infraestruturas de transporte e de comunicação, que se repartem pelo território, incluindo o Interior, e para quais a implantação de instituições de ensino superior tem significativamente contribuído para a dinâmica económica e demográfica, nomeadamente nos territórios urbanos. Deste modo, na análise da evolução da população importa considerar o contributo da componente natural e migratória e avaliar se os territórios revelam capacidade de assegurar vitalidade demográfica por via saldo natural ou se dependem para tal de movimentos migratórios.

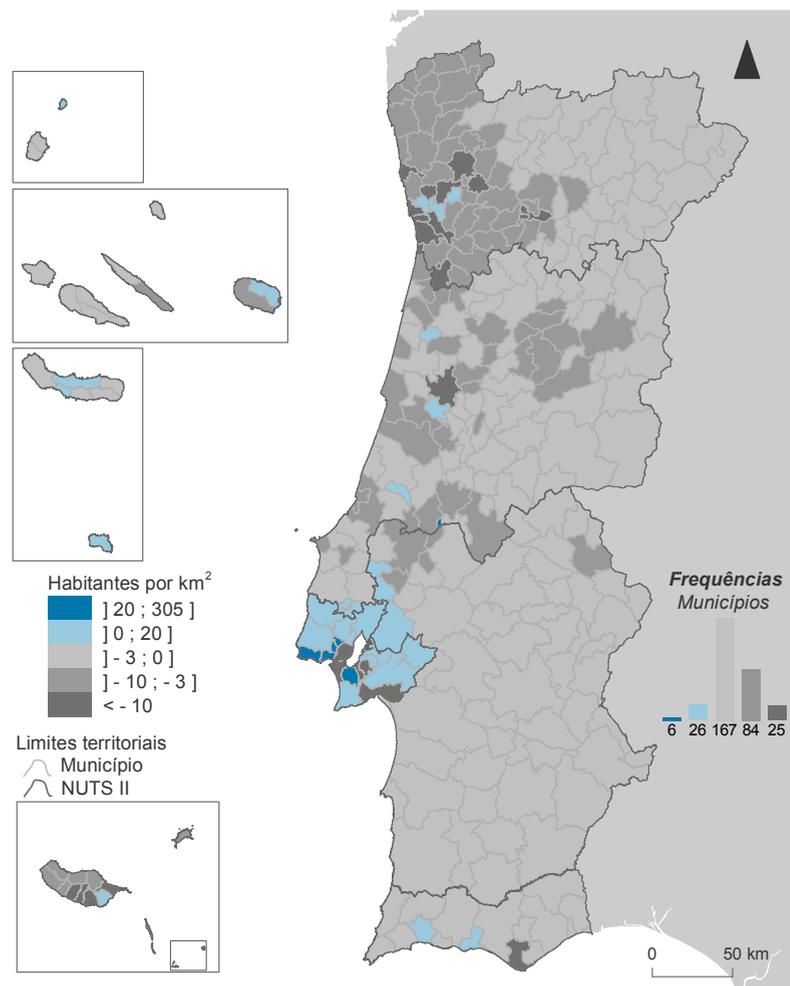
## A concentração populacional e o despovoamento

Entre 2011 e 2016, a população residente estimada para Portugal diminuiu de 10 542 398 para 10 309 573 habitantes, o que representou uma perda anual média de 0,45% em cinco anos.

A densidade populacional<sup>1</sup> diminuiu, entre 2011 e 2016, em 273 dos 308 municípios que compõem o território nacional. Lisboa, com menos 1 278 habitantes por km<sup>2</sup>, e o Porto, com menos 457 habitantes por km<sup>2</sup>, assumiram as maiores perdas ao nível do município. Além destes casos, os municípios de Espinho, Barreiro e Almada registaram também diminuições significativas, acima de 50 habitantes por km<sup>2</sup>. Na Região Autónoma da Madeira importa destacar a diminuição da densidade populacional nos municípios de Funchal, Câmara de Lobos, Machico e Ribeira Brava. Os 32 municípios do território continental que registaram um aumento da densidade populacional localizam-se maioritariamente no Litoral, com particular destaque para municípios da Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo os casos de Odivelas, Amadora, Seixal, Oeiras e Cascais, que constituem também municípios com valores elevados de densidade populacional em 2016. Nas regiões autónomas destaca-se o acréscimo de densidade populacional entre 2011 e 2016 nos municípios de Lagoa, Ribeira Grande, Corvo e Vila da Praia da Vitória na Região Autónoma dos Açores e de Santa Cruz na Região Autónoma da Madeira [Figura II.1].

Figura II.1

Variação da densidade populacional por município, 2011/2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. MA-DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP.

<sup>1</sup> **Densidade populacional:** População residente / Área (quilómetro quadrado).



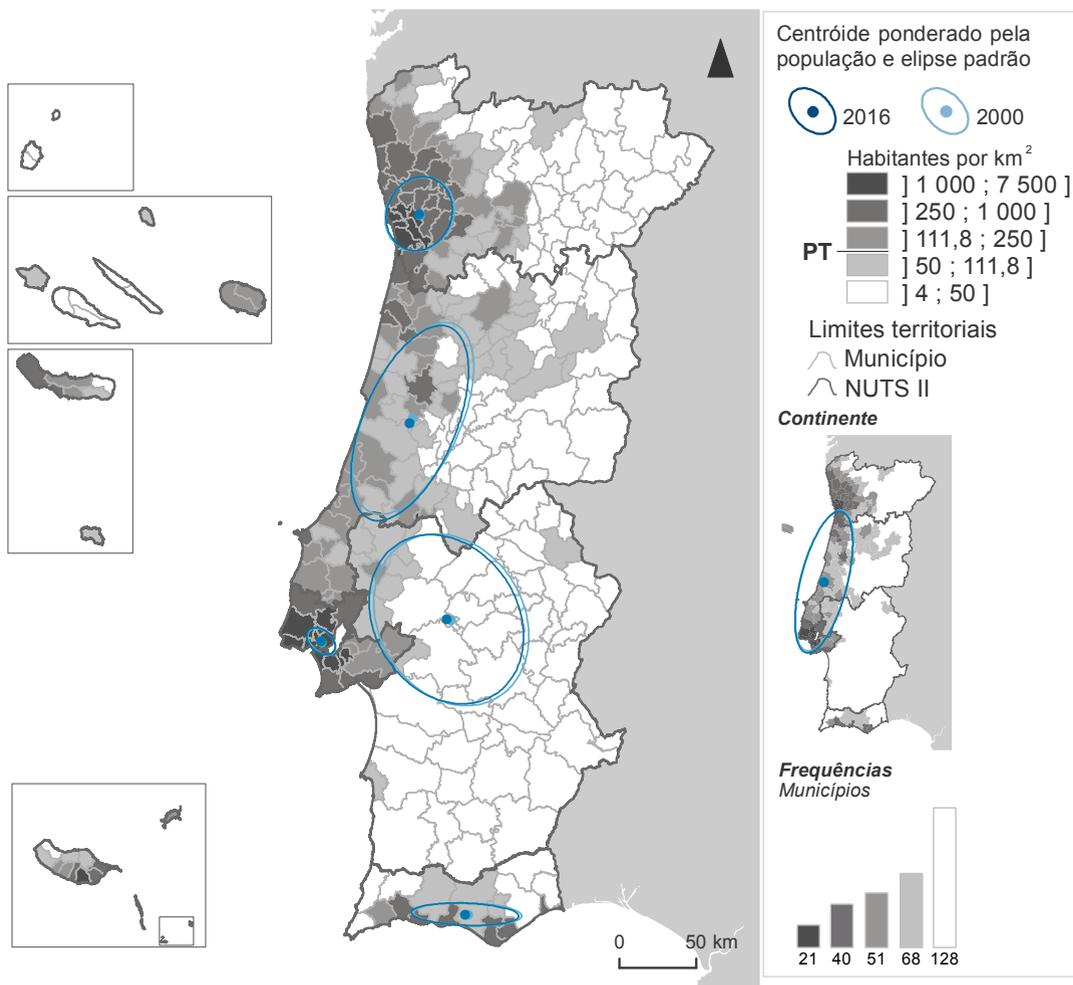
### O PADRÃO TERRITORIAL OBSERVADO PARA 2016 INDICAVA UMA MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NO LITORAL, E EM ESPECIAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS, POR OPOSIÇÃO AO INTERIOR DO CONTINENTE

Não obstante a redução registada, os municípios de Lisboa e Porto continuavam, em 2016, a figurar entre os mais densamente povoados, sendo apenas superados pelos municípios da Amadora e Odivelas. O padrão territorial da densidade populacional para 2016 evidencia que o povoamento era mais intenso no Litoral, numa faixa de Viana do Castelo a Setúbal, e a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, por oposição aos municípios localizados no Interior do Continente que registavam valores inferiores a 50 habitantes por km<sup>2</sup>. Eram visíveis densidades populacionais particularmente elevadas nos municípios das duas áreas metropolitanas: dos 35 municípios metropolitanos, apenas Arouca não apresentava um valor de densidade superior à média nacional [Figura II.2].

Com efeito, observa-se entre 2000 e 2016 uma continuidade do processo de litoralização e bipolarização da população residente em torno das duas áreas metropolitanas, ainda que de forma mais saliente na Área Metropolitana de Lisboa, lido através dos centróides ponderados pela população e pelas elipses-padrão calculadas para as NUTS II e para o Continente. Por outro lado, o Interior do Continente apresentava densidades populacionais reduzidas em consequência do processo de despovoamento que se tem verificado na generalidade destes territórios. Nas regiões autónomas, com valores de densidade superiores a 250 habitantes por km<sup>2</sup>, destacavam-se os municípios do Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico na Região Autónoma da Madeira e os municípios de Lagoa e Ponta Delgada na Região Autónoma dos Açores [Figura II.2].

Figura II.2

Densidade populacional por município, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. MA-DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP.



## A DENSIDADE POPULACIONAL EM TERRITÓRIOS PREDOMINANTEMENTE URBANOS ERA 19 VEZES SUPERIOR À VERIFICADA EM ÁREAS RURAIS, SENDO PARTICULARMENTE EXPRESSIVO O DIFERENCIAL NAS DUAS ÁREAS METROPOLITANAS, NO CÁVADO, AVE, TÂMÉGA E SOUSA E NAS DUAS REGIÕES AUTÓNOMAS

A segmentação da densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas [Caixa II.1] para o ano de 2016, permite complementar a leitura da assimetria do povoamento obtida pela densidade populacional por município. Por um lado, a densidade populacional média em áreas predominantemente urbanas era superior a 250 habitantes por km<sup>2</sup> em 17 das 25 NUTS III, incluindo as duas regiões autónomas e sub-regiões do interior Norte e Centro – Alto Tâmega, Beiras e Serra da Estrela, Douro e Viseu Dão Lafões –, salientando o papel das cidades de média dimensão na estruturação dos territórios do Interior continental.

Por outro, verifica-se um contraste significativo entre o povoamento das áreas predominantemente urbanas e rurais, registando-se uma expressão da residência em áreas predominantemente urbanas 19 vezes superior. Neste contexto, importa destacar as sub-regiões que apresentam assimetrias de densidade populacional entre áreas predominantemente urbanas e rurais superiores ao valor médio do país: para além das duas áreas metropolitanas, o Cávado, o Ave, o Tâmega e Sousa e as duas regiões autónomas. [Figura II.3].

### Caixa II.1

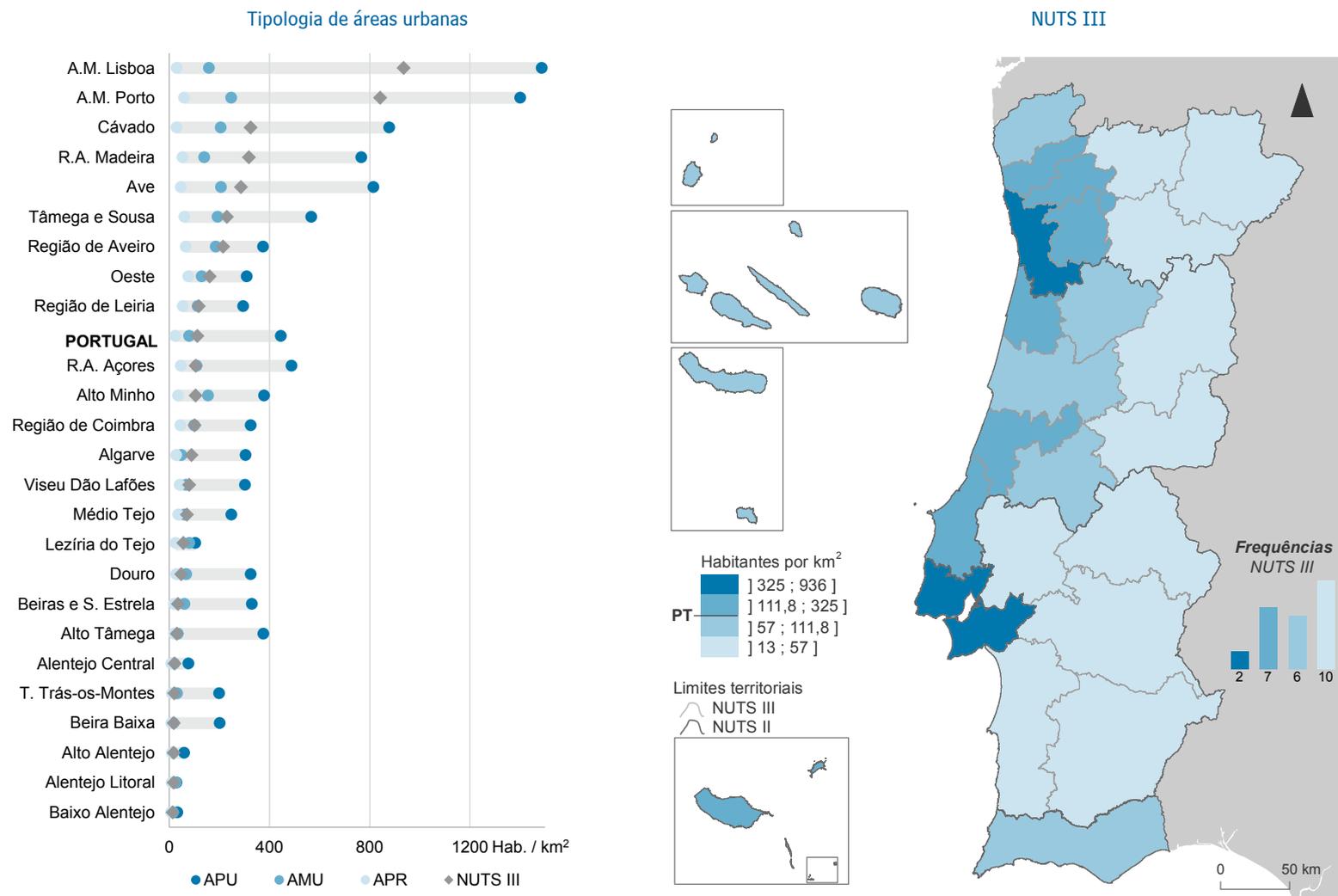
#### Tipologia de áreas urbanas – TIPAU 2014

A Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 constitui uma nomenclatura territorial atualizada da intensidade de urbanização em Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional, em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR). Complementarmente, a TIPAU 2014 define População urbana – população residente nas áreas predominantemente urbanas – e Áreas urbanas com designação própria enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

A TIPAU 2014 foi estabelecida de acordo com a 39.<sup>a</sup> Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009. A metodologia seguida na TIPAU 2014 assentou numa abordagem desenvolvida ao nível da subsecção e secção estatísticas dos Censos de 2011 e pode ser consultada em <http://smi.ine.pt>.

Figura II.3

Densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016





Entre 2011 e 2016, a densidade populacional diminuiu em 273 dos 308 municípios portugueses. Os municípios de Lisboa e Porto, apesar de continuarem a figurar entre os municípios mais densamente povoados registaram as maiores perdas. Os 32 municípios que registaram um aumento da densidade populacional localizavam-se maioritariamente no Litoral do Continente.

O padrão territorial observado para 2016 indicava uma maior concentração de população em municípios do Litoral, e em especial nas áreas metropolitanas, por oposição aos municípios Interior do Continente que registavam menores valores de densidade populacional, em consequência do processo de despovoamento que se tem verificado nestes territórios. Verificou-se que a densidade populacional era 19 vezes mais elevada nos territórios urbanos relativamente aos rurais e que a assimetria entre densidades populacionais nestes dois tipos de territórios era mais expressiva nas duas áreas metropolitanas, no Cávado, Ave, Tâmega e Sousa e nas duas regiões autónomas.

## As componentes do crescimento da população

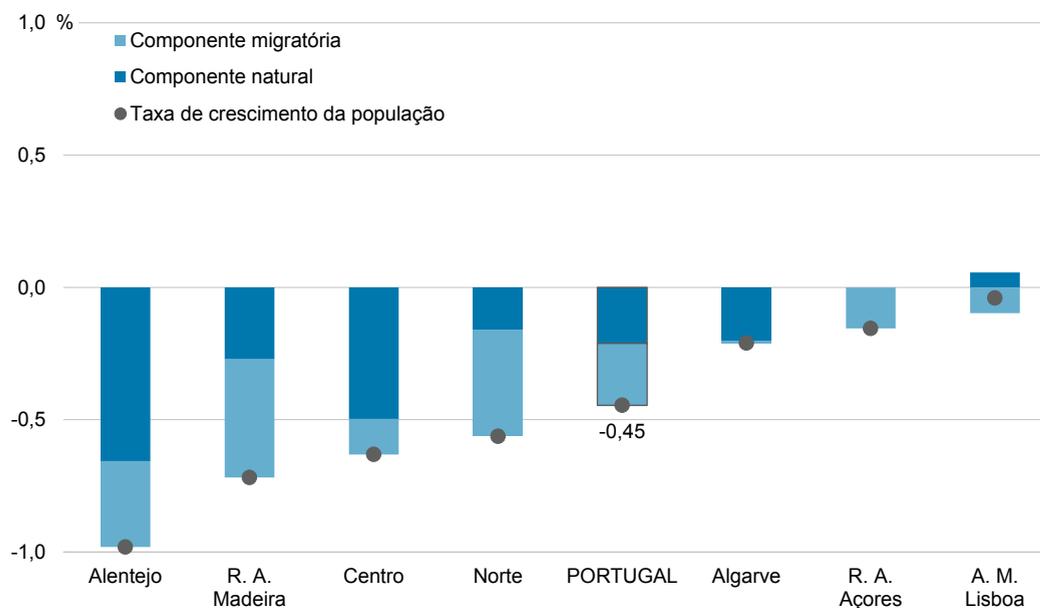
Entre 2011 e 2016, Portugal registou uma taxa de crescimento populacional anual médio<sup>2</sup> negativa de -0,45%, em consequência de movimentos naturais e migratórios negativos, -0,21% e -0,23%, respetivamente. Neste quinquénio, Portugal perdeu 232 825 habitantes, dos quais 110 356 por via do saldo natural e 122 469 por via do saldo migratório. O movimento migratório que, desde o início da década de 90 contribuiu para o crescimento da população, a partir de 2011 passou a contribuir negativamente para a evolução da população. Ainda assim, se as perdas por via natural parecem ter estabilizado durante aquele período,

num défice um pouco acima dos 20 mil habitantes, as perdas por via migratória atingiram um pico em 2012 (-37 352 habitantes) e diminuíram, em 2016, para -8 348 habitantes.

Num contexto de diminuição da população em todas as regiões NUTS II verifica-se que a componente natural do crescimento populacional conseguiu ser ligeiramente favorável na Área Metropolitana de Lisboa (+0,06%), por oposição ao que aconteceu nas restantes regiões, em particular, no Alentejo (-0,66%), e no Centro (-0,50%). Por sua vez, a componente migratória, tendo-se mantido negativa para todas as regiões NUTS II, foi-o de forma mais evidente na Região Autónoma da Madeira (-0,45%) e no Norte (-0,40%) [Figura II.4].

Figura II.4

Taxa de crescimento anual médio da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

<sup>2</sup> Taxa de crescimento anual médio da população residente:  $\left( \frac{\text{População residente no ano final}}{\text{População residente no ano inicial}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100$



### **ENTRE 2011 E 2016, APENAS 34 MUNICÍPIOS REGISTRARAM UMA EVOLUÇÃO POSITIVA DA POPULAÇÃO E DESTES, 15 EM RESULTADO DE TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO SIMULTANEAMENTE POSITIVAS**

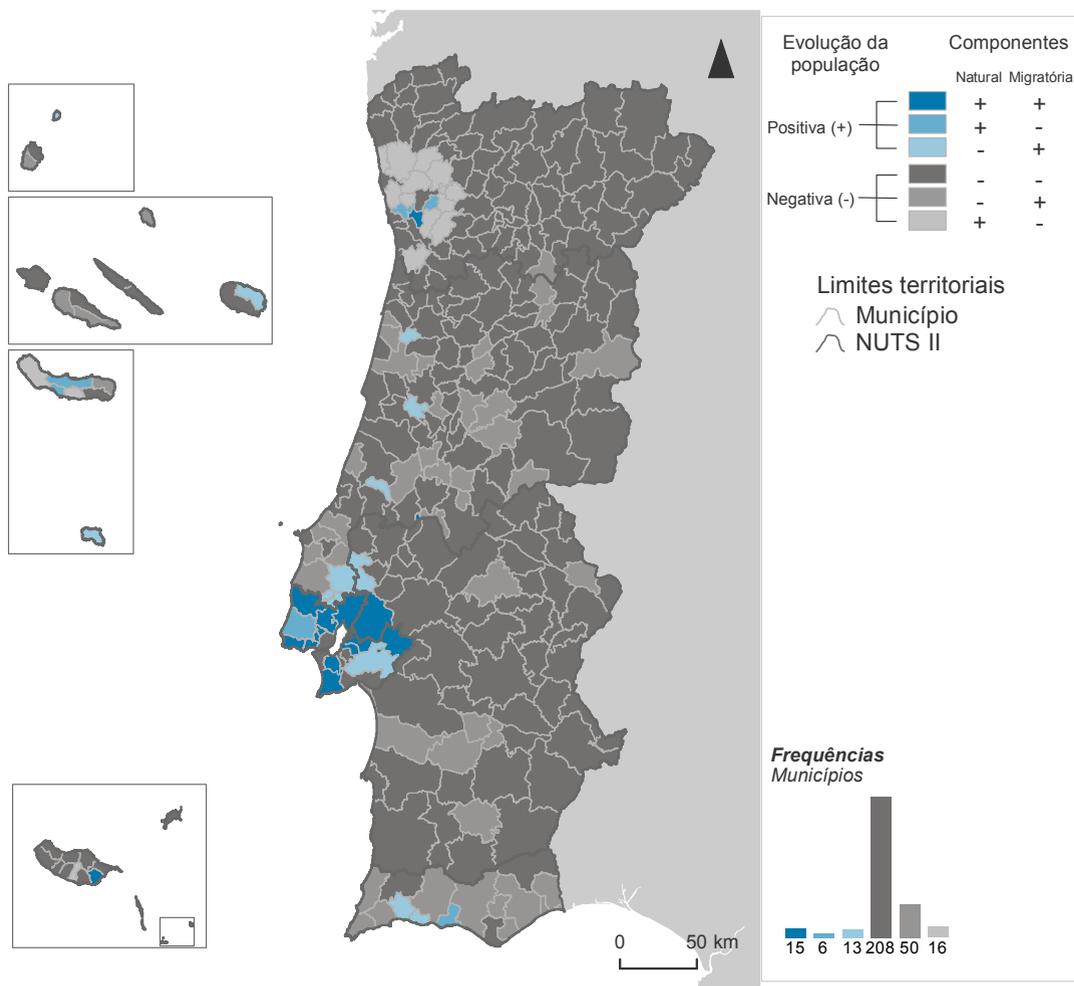
Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população tendo esta dinâmica oscilado entre uma taxa de crescimento anual médio de 0,001% (Lagoa, no Algarve) e de 1,42% (Arruda dos Vinhos, no Oeste). A representação da decomposição da evolução da população para o período de 2011 a 2016 destaca um conjunto de 15 municípios onde as taxas de crescimento natural e migratório foram, simultaneamente positivas – municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Alcochete, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sesimbra e Vila Franca de Xira) e o

município contíguo de Benavente (Médio Tejo), e ainda os municípios de Valongo (Área Metropolitana do Porto), Entroncamento (Lezíria do Tejo) e Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira). Nesta linha de análise, importa destacar que em 13 municípios o crescimento positivo ficou a dever-se exclusivamente a um saldo migratório positivo e que apenas seis municípios registaram um crescimento efetivo positivo exclusivamente através da componente natural – Albufeira (Algarve), Maia (Área Metropolitana do Porto), Paços de Ferreira (Tâmega e Sousa), Sintra (Área Metropolitana de Lisboa), Lagoa e Ribeira Grande (Região Autónoma dos Açores) [Figura II.5].

Entre 2011 e 2016, o efetivo populacional reduziu-se em 274 municípios variando entre o valor da taxa de crescimento anual médio registado em Vila Real de Santo António (-0,002%) e Alcútem (-3,12%). Destaca-se um conjunto de 208 municípios com uma evolução negativa em ambas as componentes demográficas, salientando-se, nas áreas metropolitanas, o contributo negativo da componente migratória e natural nos municípios do Porto (-1,68%) e de Lisboa (-1,42%) [Figura II.5].

Figura II.5

Decomposição da evolução da população residente por município, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.



### O MOVIMENTO NATURAL PERMITIU IDENTIFICAR BOLSAS DE VITALIDADE DEMOGRÁFICA NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NA REGIÃO NORTE E NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

A leitura exclusiva da componente natural para o período entre 2011 a 2016 permite identificar bolsas de vitalidade demográfica sobretudo nas áreas metropolitanas e municípios limítrofes e nas regiões autónomas. Em 271 municípios verificou-se uma dinâmica negativa da componente natural, com valores mais expressivos nos municípios do Interior da região Centro (em particular, Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Sabugal e Penamacor) e do Alentejo (Gavião, Nisa, Crato, Ourique, Alter do Chão e Arronches) [Figura II.6].

O movimento migratório apresentou um contributo negativo em 230 municípios, e de modo mais expressivo em municípios da região Norte (apenas dois municípios desta região apresentavam um crescimento migratório positivo) e do Interior das regiões Centro e Alentejo. Em 77 municípios, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa e sub-regiões limítrofes do Oeste e Lezíria do Tejo, registou-se um crescimento migratório positivo. Nas regiões autónomas destaca-se o crescimento migratório positivo em sete municípios da Região Autónoma dos Açores e no município de Santa Cruz na Região Autónoma da Madeira [Figura II.7].

Figura II.6

Taxa de crescimento anual médio da componente natural por município, 2011-2016

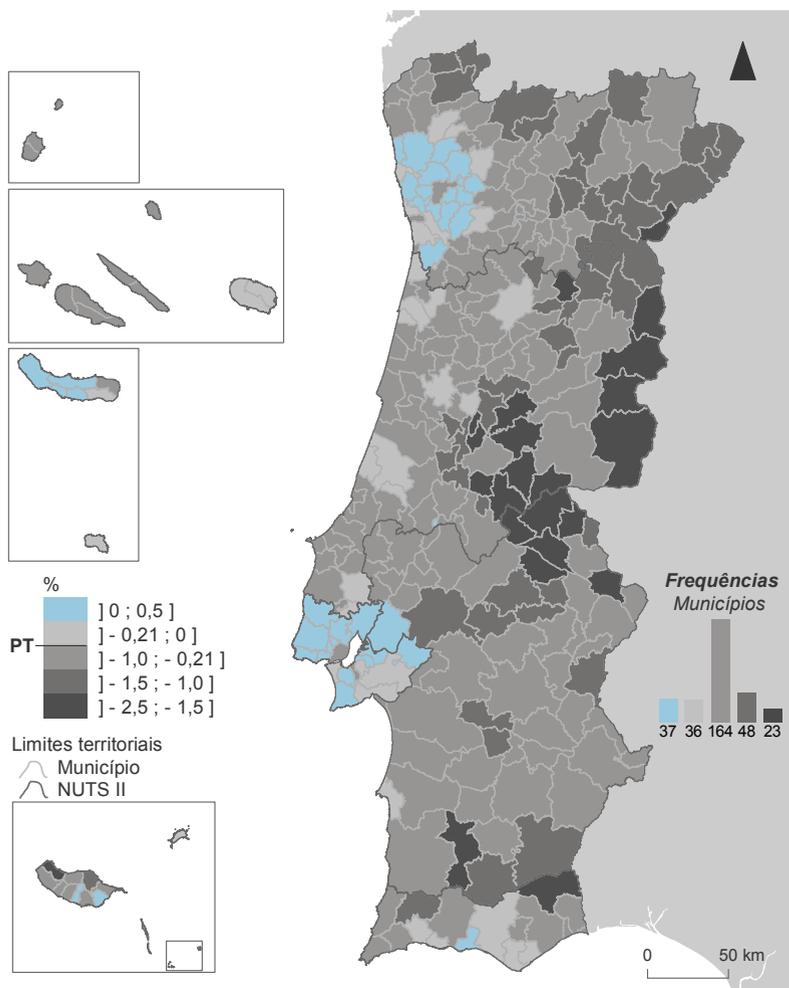
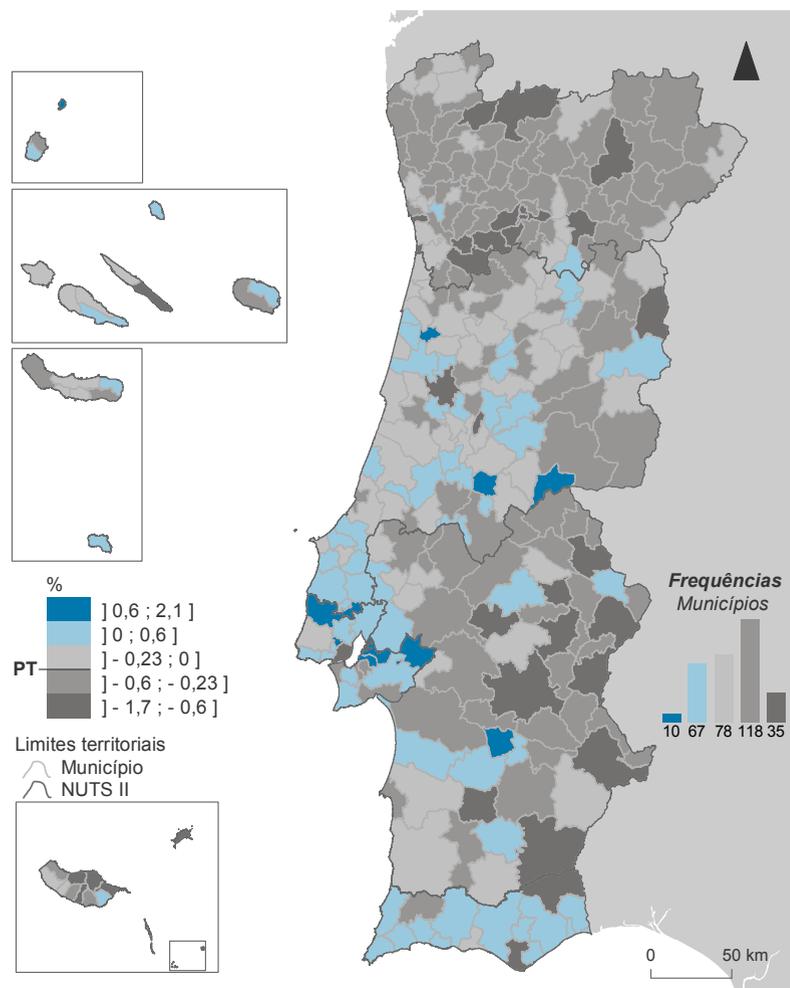


Figura II.7

Taxa de crescimento anual médio da componente migratória por município, 2011-2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.



Entre 2011 e 2016, apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população e destes, 15 em resultado de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas. Em 13 municípios o acréscimo populacional ficou a dever-se exclusivamente a saldos migratórios positivos, e a componente natural contribuiu exclusivamente para o crescimento populacional de seis municípios. Dos 274 municípios que registaram uma diminuição da população, em 208 esta evolução resultou simultaneamente de taxas negativas de crescimento natural e migratório.

O movimento natural permitiu identificar bolsas de vitalidade demográfica nas áreas metropolitanas e municípios limítrofes e nas regiões autónomas. Por sua vez, 271 municípios apresentavam crescimentos naturais negativos para o período em análise. O movimento migratório apresentou um contributo positivo em 77 municípios, destacando-se os localizados na Área Metropolitana de Lisboa e sub-regiões limítrofes do Oeste e Lezíria do Tejo.

## II.2. O ENVELHECIMENTO E A (IN)CAPACIDADE DE RENOVAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS

Um dos traços mais evidentes na evolução demográfica ocorrida em Portugal, ao longo das últimas décadas, tem sido o envelhecimento da população, em resultado da conjugação de variáveis demográficas chave (Rosa, 2012; Bandeira, 2014). Na verdade, trata-se de um duplo envelhecimento, na base provocado fundamentalmente pela regressão da natalidade e fecundidade (natalidade menor significa menos população em idade jovem e, indireta ou relativamente, mais população em idades mais avançadas), e, no topo derivado essencialmente do aumento da esperança de vida. Se, por um lado, o aumento da esperança de vida constitui um indicador de avanço nos cuidados à saúde e de desenvolvimento socioeconómico, por outro lado, a crescente longevidade da população portuguesa pode igualmente ter um impacto negativo na capacidade de renovação da população e, em particular, da população em idade ativa, e colocar desafios noutros planos da vida social, como é o caso do mercado de trabalho, do sistema de proteção social e da própria organização familiar. A relação entre estes diferentes planos assume um cariz de interdependência que não é somente funcional, mas também intergeracional (Cabral, 2013).



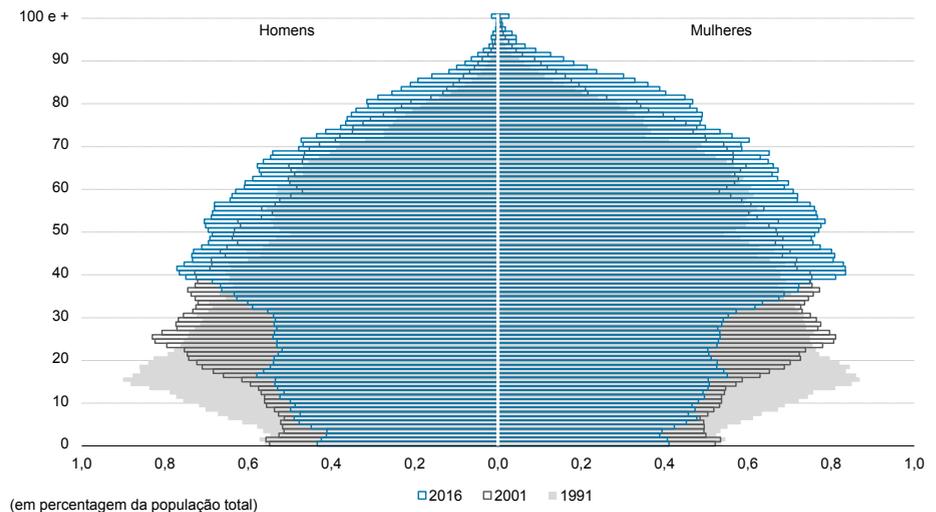
## O duplo envelhecimento populacional

A pirâmide etária que compara a população residente em Portugal em 1991, em 2001 e em 2016, por idades ano a ano, coloca em evidência o fenómeno do duplo envelhecimento ocorrido ao longo das últimas décadas: a diminuição dos efetivos populacionais entre as idades mais jovens e, paralelamente, o aumento dos efetivos entre as idades mais avançadas [Figura II.8]. A população com menos de 15 anos que, em 1991, representava cerca de 20% da população total, diminuiu para 16% em 2001 e em 2016 passou a representar 14% do total da população residente; por outro lado, a proporção da população com 65 e mais anos aumentou de 14% em 1991, para 16% em 2001 e em 2016 ultrapassava os 20% do total de população residente.

A idade modal (com mais frequência) da população portuguesa situava-se em 1991 nos 15 anos, em 2001 nos 25 anos e em 2016 situava-se nos 41 anos (40 para o sexo feminino e 41 anos para o sexo masculino). Também a evolução da idade mediana da população residente em Portugal, isto é a idade que reparte a população em dois grupos de igual efetivo, ilustra bem o processo de duplo envelhecimento: posicionava-se em 1991 nos 34 anos, em 2001 nos 38 anos, sendo de 44 anos em 2016 (45 para o sexo feminino e 42 anos para o sexo masculino).

Figura II.8

Estrutura etária da população residente, Portugal, 1991, 2001 e 2016



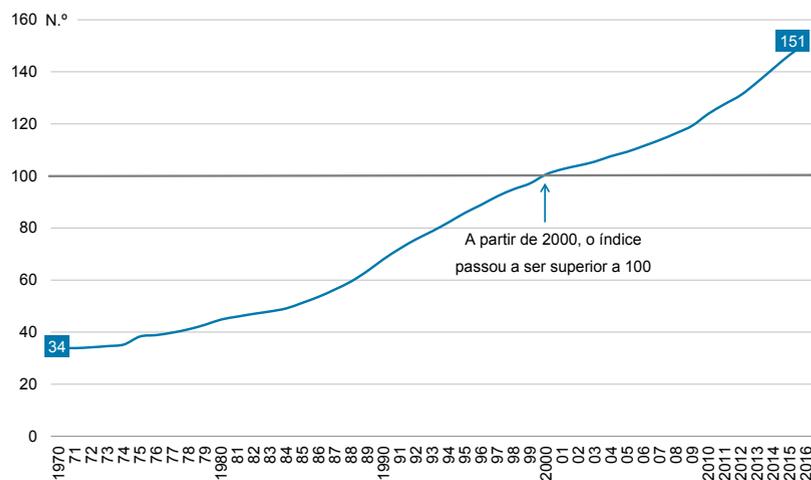
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e Habitação, 1991 e 2001. Estimativas Anuais da População Residente.

### ENTRE 2011 E 2016 O ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO AGRAVOU-SE EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS E, EM 2016, APENAS A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES APRESENTAVA UMA POPULAÇÃO COM MAIS JOVENS DO QUE IDOSOS

Em Portugal, o índice de envelhecimento demográfico<sup>3</sup>, que relaciona os efetivos de população idosa e de população jovem, tem vindo a aumentar. No início da década de 90 correspondia a 68 idosos por cada 100 jovens, na viragem do milénio consumou-se a sua transição simbólica para um valor acima de 100, isto é uma população com mais idosos do que jovens, e, em 2016, era já de 151 idosos por cada 100 jovens. Em duas décadas e meia a média nacional aumentou, assim, para mais do dobro [Figura II.9].

Figura II.9

Índice de envelhecimento, Portugal, 1970 -2016

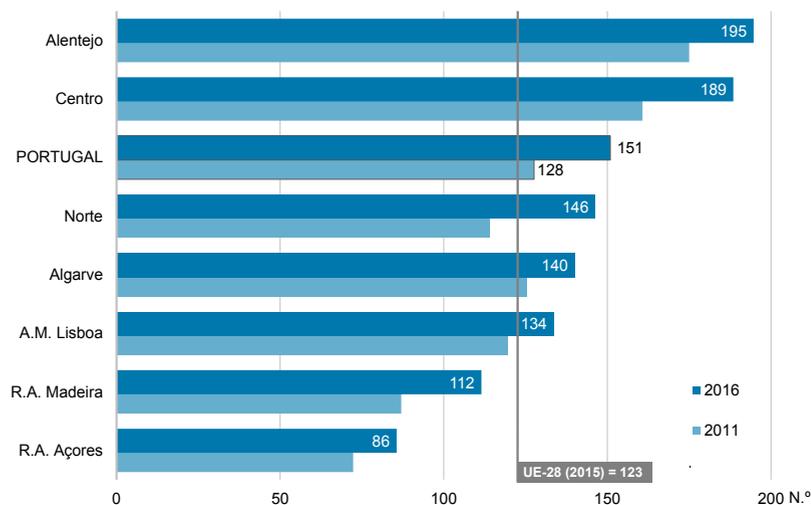


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Eurostat.

Nos anos mais recentes, o envelhecimento manteve uma tendência crescente em todas as regiões do país e, em particular nas regiões Norte, Centro, Alentejo e na Região Autónoma da Madeira. Em 2016, as regiões Alentejo e Centro registavam um índice de envelhecimento superior à média nacional – 195 e 189 idosos por cada 100 jovens, respetivamente. A Região Autónoma dos Açores era a única do país que ainda apresentava um valor (86) abaixo do limiar 100, ao passo que a Área Metropolitana de Lisboa atingia o valor mais baixo entre as regiões do Continente (134). Importa destacar ainda que o índice de envelhecimento registado para as regiões autónomas em 2016 era inferior à média da UE-28 (2015) [Figura II.10].

Figura II.10

Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



<sup>3</sup> Índice de envelhecimento: População residente com 65 ou mais anos / População residente com idade entre os 0 e os 14 anos x 100.



### **ENTRE 2011 E 2016, A MAIORIA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES REGISTOU UM AUMENTO DO ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E EM 2016 ESTE ERA INFERIOR À MÉDIA NACIONAL EM MUNICÍPIOS DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS CENTRADOS EM LISBOA E PORTO, DO ALGARVE E DAS REGIÕES AUTÓNOMAS**

A leitura do índice de envelhecimento ao nível municipal permite constatar que, entre 2011 e 2016, apenas 15 municípios registaram um decréscimo do índice de envelhecimento – oito municípios do Alentejo, dois municípios do Interior Norte, do Algarve e da Região Autónoma dos Açores e ainda o município de Lisboa. Contudo, com exceção dos municípios do Corvo e de São Roque do Pico na Região Autónoma dos Açores, em 2016 estes municípios apresentavam um índice de envelhecimento acima da média nacional (151 idosos por cada 100 jovens). Deste modo, verificou-se um agravamento do índice de envelhecimento em 293 dos 308 municípios portugueses e, sobretudo, em municípios das sub-regiões do Interior Norte (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro) e Centro (Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo), destacando-se os municípios de Almeida, Vila de Rei, Oleiros, Penamacor e Castanheira de Pêra que registaram um aumento em mais de 100 idosos por 100 jovens [Figura II.11].

Em 2016, os municípios mais envelhecidos localizavam-se na faixa Interior das regiões Norte e Centro e do Alto Alentejo, com particular diferenciação face às áreas metropolitanas e respetivas zonas limítrofes e face às regiões autónomas. Em situação de envelhecimento mais acentuado, com um índice de envelhecimento acima de 300 (ou seja, 3 idosos por cada jovem) contavam-se 48 municípios localizados, sobretudo, em sub-regiões do Interior continental. Do total de 100 municípios que tinham um índice de envelhecimento abaixo da média nacional, 18 apresentavam ainda um efetivo em idade jovem maior do que o efetivo idoso (valores inferiores a 100) e localizavam-se nas regiões autónomas (Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Vila do Porto e Vila Praia da Vitória, nos Açores, e Santa Cruz, Câmara de Lobos e Porto Santo, na Madeira), na Área Metropolitana de Lisboa (Mafra, Alcochete, Montijo e Sintra), na sub-região Tâmega e Sousa (Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel) e ainda os municípios de Paredes e de Albufeira na Área Metropolitana do Porto e no Algarve, respetivamente [Figura II.12].

Figura II.11

Variação do índice de envelhecimento por município, 2011/2016

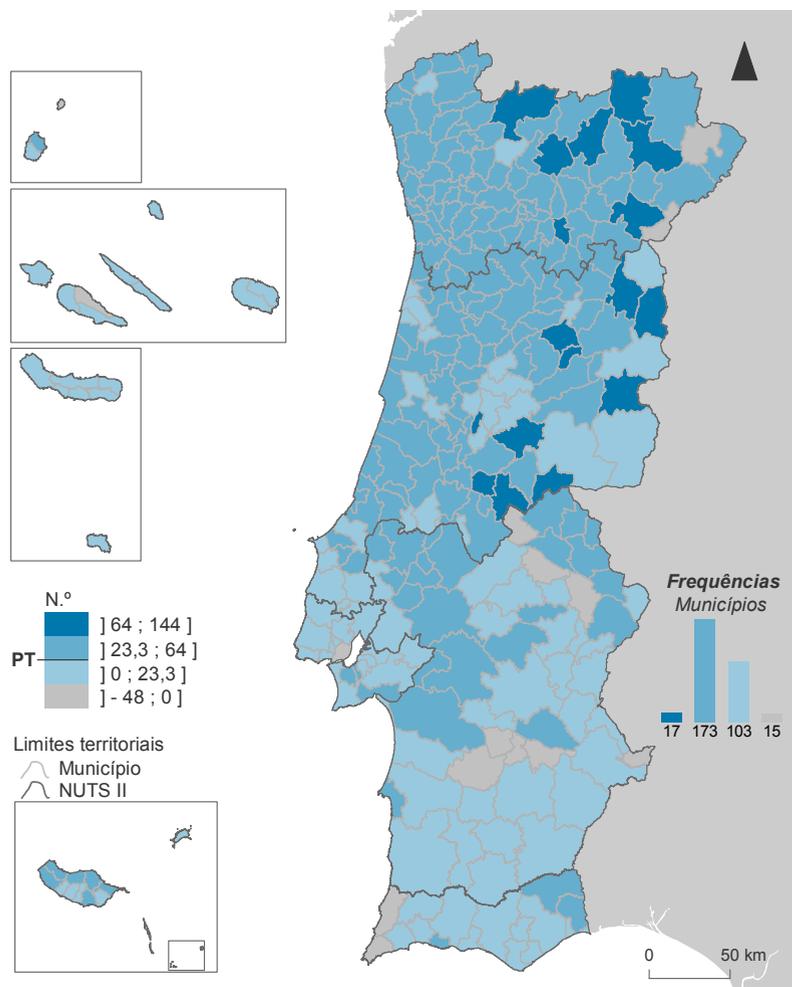
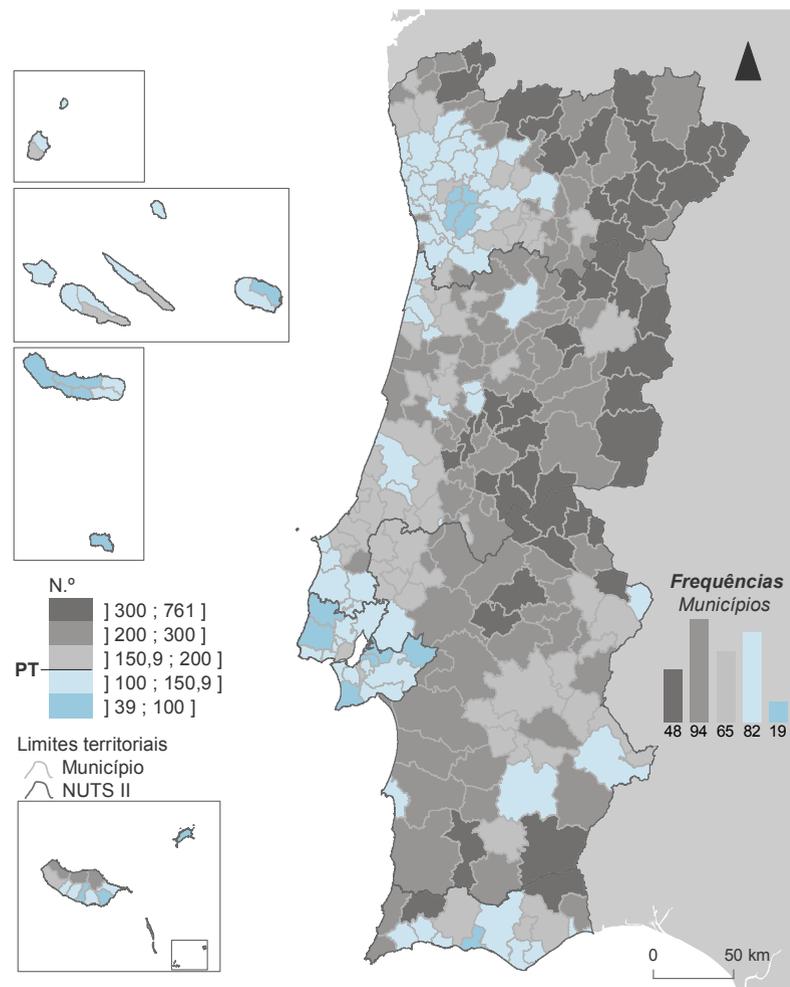


Figura II.12

Índice de envelhecimento por município, 2016





### O ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO ERA MAIS ELEVADO NOS TERRITÓRIOS RURAIS DO QUE NOS TERRITÓRIOS URBANOS, SENDO ESTA ASSIMETRIA MAIS ACENTUADA NAS SUB-REGIÕES BEIRA-BAIXA E TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

A diferenciação do índice de envelhecimento pela Tipologia de áreas urbanas (TIPAU) mostra um estado de envelhecimento demográfico, em 2016, bastante mais acentuado nas áreas predominantemente rurais (282) do que nas áreas predominantemente urbanas (132) ou nas áreas mediantemente urbanas (165). Em 2016, a assimetria entre territórios urbanos (APU) e rurais (APR) revelava-se mais intensa nas sub-regiões da Beira Baixa (125 vs. 682), Terras de Trás-os-Montes (136 vs. 563), Alto Tâmega (170 vs. 446) e Beiras e Serra da Estrela (160 vs. 423). Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores e as áreas de metropolitanas de Lisboa e do Porto apresentavam-se como as sub-regiões do país em que a diferença entre territórios urbanos e rurais era menor [Figura II.13]. Em 2016, 17 sub-regiões tinham um índice de envelhecimento acima da média nacional, e 11 apresentavam um índice de envelhecimento acentuado, com valores acima de 200 idosos por cada 100 jovens. As duas áreas metropolitanas, o Algarve, as duas regiões autónomas, o Ave, o Cávado e o Tâmega e Sousa registavam níveis de envelhecimento inferiores à média nacional [Figura II.13].

Embora de uma forma não tão evidente como o indicador anterior, também o índice de longevidade<sup>4</sup>, que relaciona a componente da população mais idosa (75 e mais anos) com a da população idosa (65 e mais anos), se acentuou em Portugal, aumentando de 39 em 1991, para 49 em 2016.

Por município, o índice de longevidade acompanha, regra geral, a distribuição territorial do índice de envelhecimento. Ainda assim, para além da maior expressão da longevidade nos municípios do Interior Norte e Centro e Alto Alentejo, verificava-se também uma incidência (mais de 57 indivíduos com 75 e mais anos por cada 100 com 65 e mais anos) em vários municípios localizados nas restantes sub-regiões do Alentejo e no Algarve. Pelo contrário, os municípios das duas áreas metropolitanas e das duas regiões autónomas contavam-se entre os de menor índice de longevidade [Figura II.14].

<sup>4</sup> **Índice de longevidade:** População residente com 75 ou mais anos / População residente com 65 ou mais anos x 100.

Figura II.13

Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016

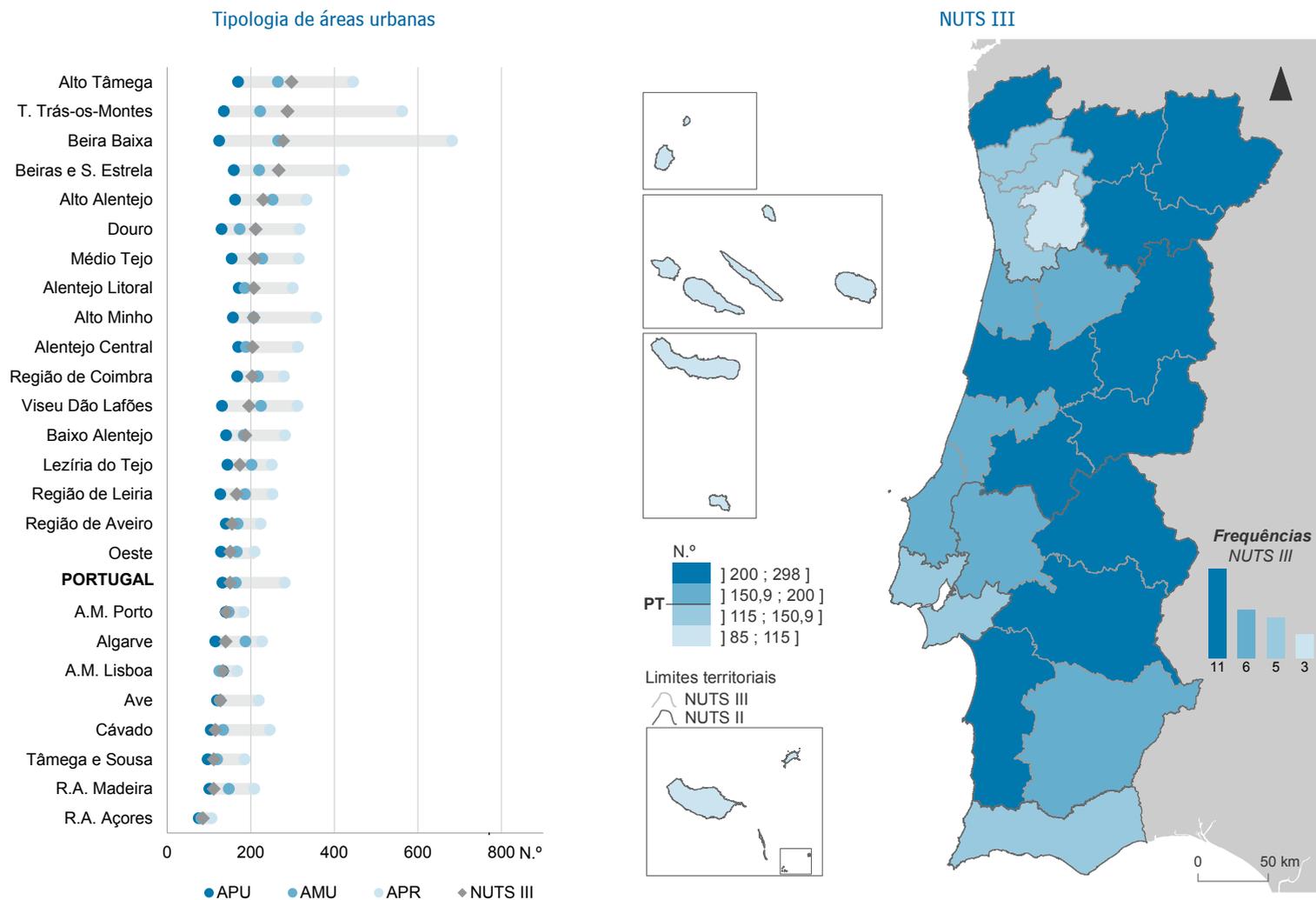
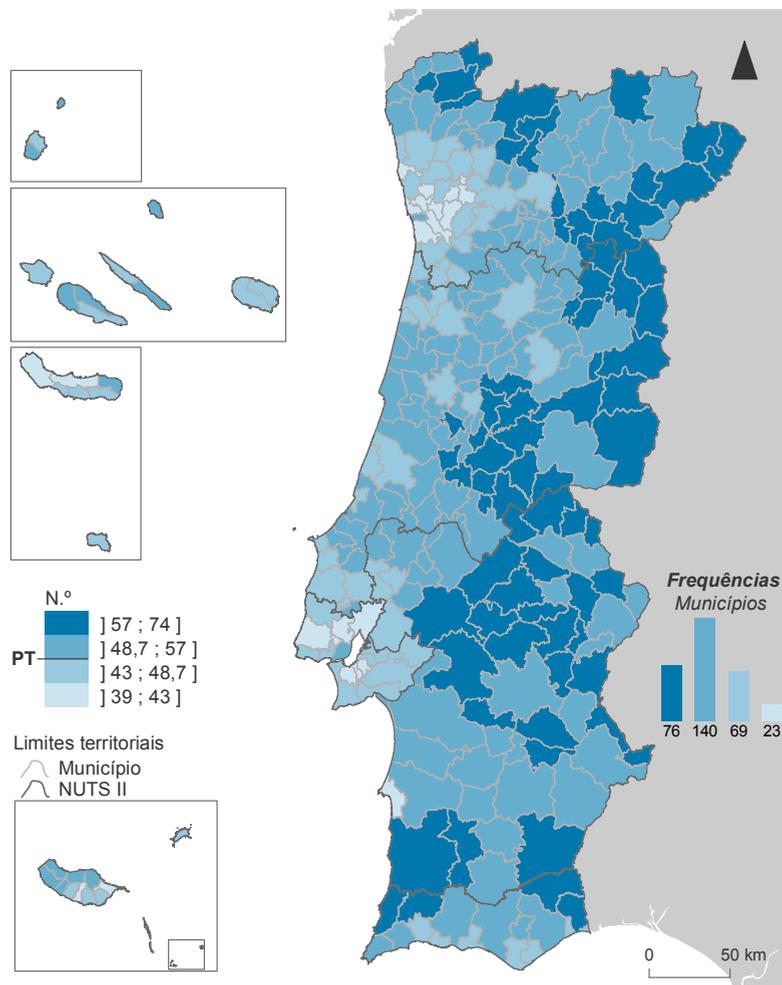
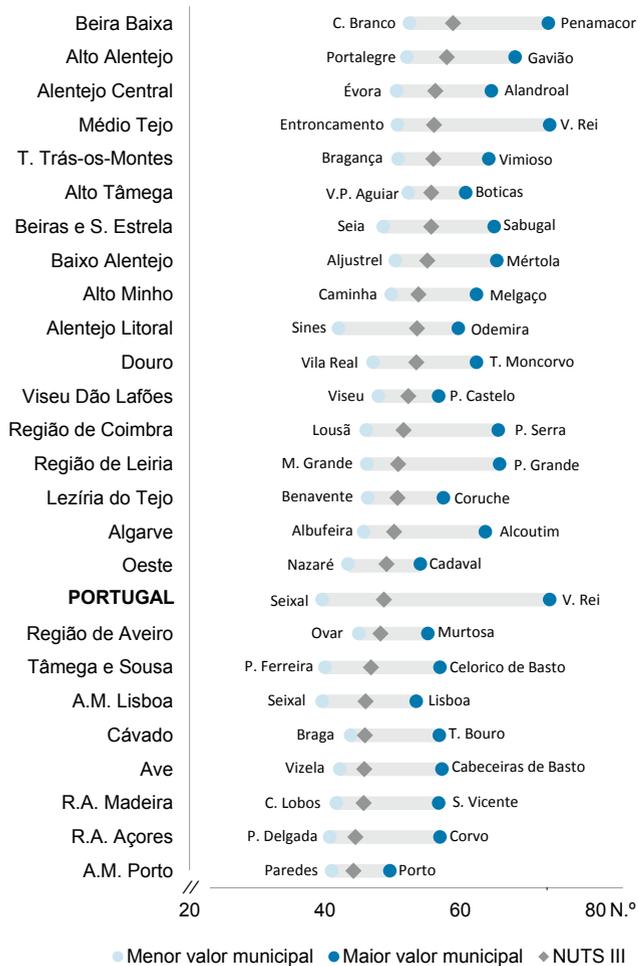


Figura II.14

Índice de longevidade, Portugal, NUTS III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

A esperança média de vida tem aumentado ao longo das últimas décadas em Portugal. Para o triénio 2014-2016, a esperança de vida à nascença<sup>5</sup> cifrava-se em 80,6 anos, ao passo que a esperança de vida aos 65 anos<sup>6</sup> atingiu 19,3 anos, o que representa ganhos aproximados de 7 anos e 3 anos, respetivamente, face a 1991-1993.

No triénio 2014-2016 a esperança média de vida à nascença variava entre 77,3 anos na Região Autónoma dos Açores e os 81,5 anos na sub-região do Cávado. Para além do Cávado, também a Região de Coimbra, a Região de Leiria, a sub-região de Viseu Dão Lafões e a

Área Metropolitana do Porto apresentavam esperanças médias de vida à nascença mais elevadas (superiores a 81 anos). Por sua vez, a esperança média de vida à nascença era mais baixa (inferior a 80 anos) nas regiões autónomas, no Baixo Alentejo, Alto Tâmega, Beira Baixa, Alto Alentejo e Alentejo Litoral [Figura II.15]. A esperança média de vida aos 65 anos para o triénio 2014-2016 variava entre os 17,1 anos na Região Autónoma dos Açores e os 20 anos na Região de Coimbra e era também mais baixa (inferior a 18,5 anos) nas regiões autónomas e no Baixo Alentejo [Figura II.16].

---

<sup>5</sup> **Esperança de vida à nascença:** Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a esperança média de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, em vigor a partir de 2007).

<sup>6</sup> **Esperança de vida aos 65 anos:** Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata de 65 anos pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a esperança média de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, em vigor a partir de 2007).

Figura II.15

Esperança de vida à nascença por NUTS III, 2014-2016

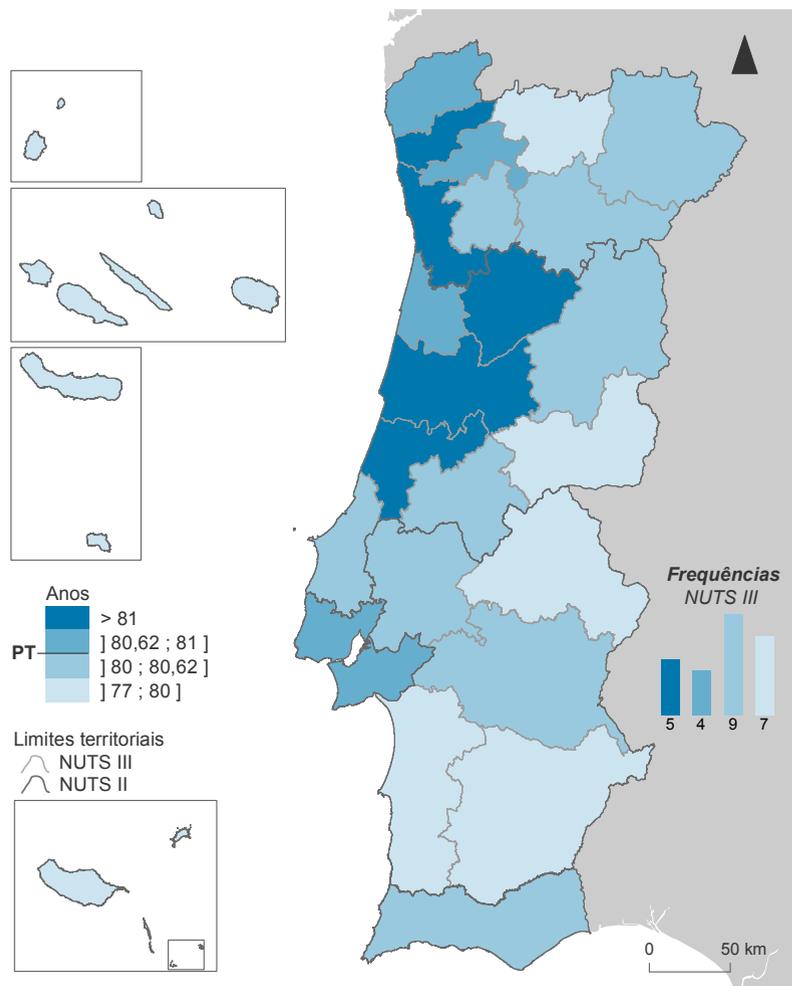
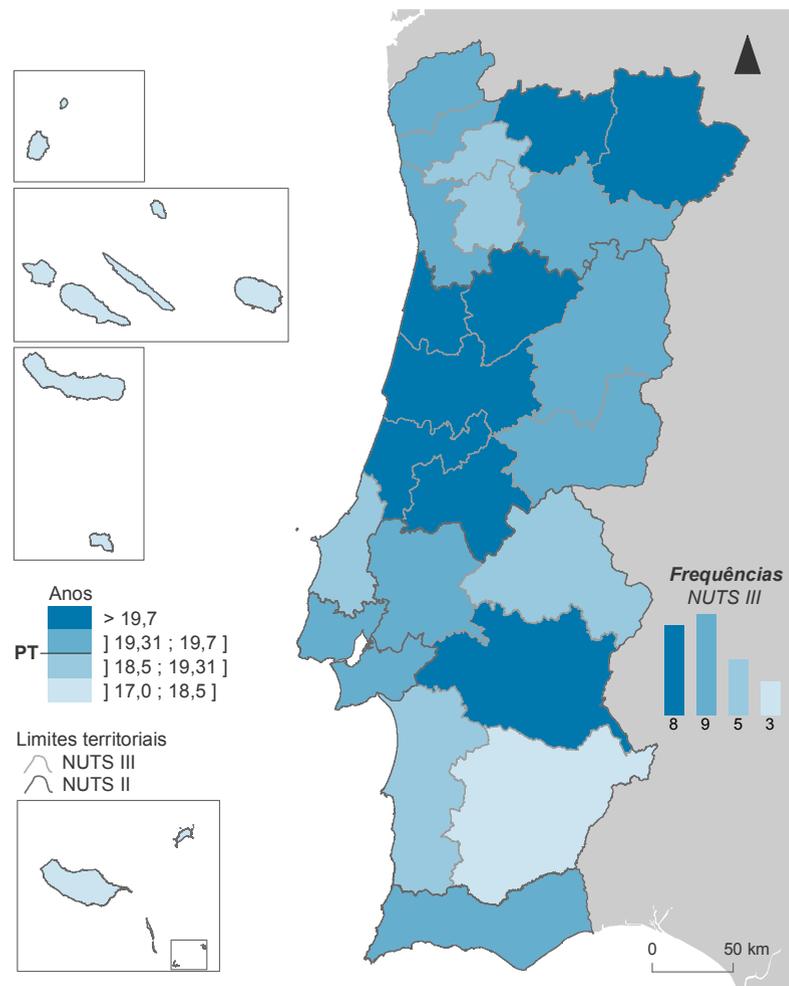


Figura II.16

Esperança de vida aos 65 anos por NUTS III, 2014-2016



Fonte: INE, I.P., Tábuas completas de mortalidade.

Entre 2011 e 2016, o índice de envelhecimento aumentou em todas as regiões e em 2016 era mais elevado nas regiões do Alentejo e Centro. A Região Autónoma dos Açores era a única região que apresentava uma população com mais jovens do que idosos. A maioria dos municípios do país registou um agravamento do índice de envelhecimento entre 2011 e 2016 e, em 2016, este era mais acentuado em municípios do Interior continental. Em oposição, os municípios que registavam valores inferiores à média nacional localizavam-se maioritariamente nas áreas metropolitanas e sub-regiões limítrofes e nas regiões autónomas. Verificou-se também que o índice de envelhecimento era mais elevado nos territórios rurais do que nos territórios urbanos, sendo esta assimetria mais acentuada nas sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes.

Em 2016, o índice de longevidade era mais elevado em municípios do Interior continental e a expressão da população com 75 ou mais anos no total da população idosa era menor em municípios das áreas metropolitanas e das regiões autónomas. A esperança média de vida à nascença para o triénio 2014-2016 ascendia aos 80,6 anos e era mais elevada no Cávado, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões e na Área Metropolitana do Porto e mais baixa nas regiões autónomas, no Baixo Alentejo, Alto Tâmega, Beira Baixa, Alto Alentejo e Alentejo Litoral.



## A renovação da população

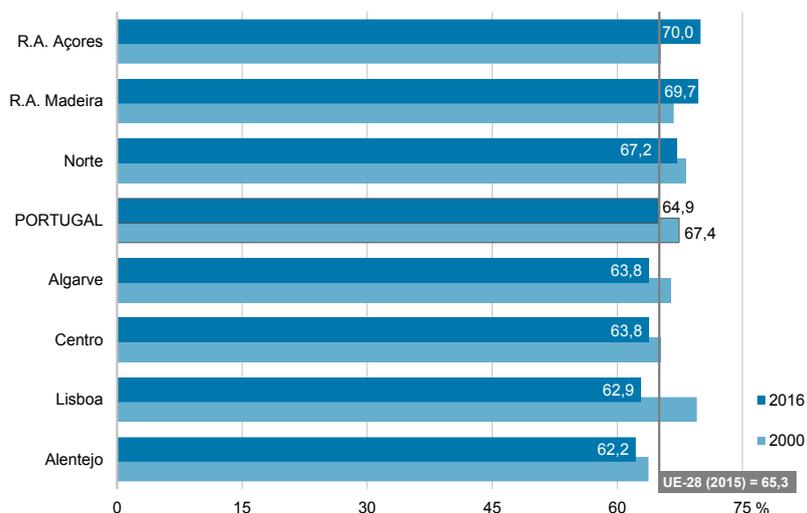
A tendência de envelhecimento demográfico que tem vindo a caracterizar as dinâmicas populacionais nos diferentes contextos territoriais em Portugal não se esgota nas alterações da relação entre a parcela de população mais jovem (dos 0 aos 14 anos) e a parcela de população mais idosa (com 65 ou mais anos). Acresce que o envelhecimento demográfico reflete-se também nos grupos etários da população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos). A parcela de população mais jovem (entre os 15 e os 24 anos) nesta faixa etária tem vindo a diminuir progressivamente. Em 1970 mais de um quarto da população em idade ativa tinha entre 15 e 24 anos (26%), em 2000 este valor ascendia a 21% e em 2016 era de 16%.

**ENTRE 2000 E 2016 A PARCELA DE POPULAÇÃO MAIS JOVEM NO TOTAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA DIMINUIU EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS E, EM 2016, ERA MAIS BAIXA NO ALENTEJO E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Entre 2000 e 2016, a proporção de população residente em idade ativa<sup>7</sup> diminuiu em todas as regiões do Continente, mas aumentou nas regiões autónomas. Em 2016, a população em idade ativa representava 64,9% da população residente em Portugal e, ao nível regional, esta proporção era mais elevada nas regiões autónomas e na região Norte. As restantes regiões do país assinalavam valores inferiores à média

Figura II.17

Proporção de população residente com idade entre 15 e 64 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2016

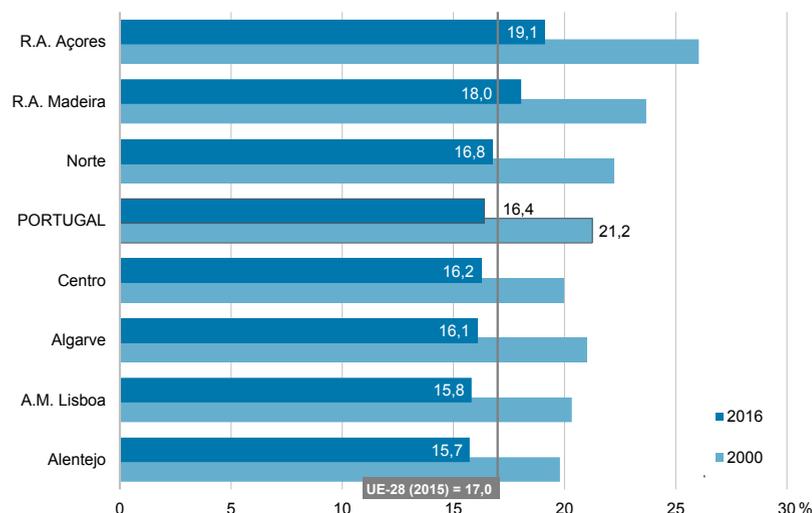


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Eurostat.

nacional, registando a região do Alentejo a menor proporção de população em idade ativa (62,2%) [Figura II.17]. Para o mesmo período, a proporção de população mais jovem no total da população em idade ativa<sup>8</sup> diminuiu em todas as regiões e, em 2016, era mais baixa no Alentejo (15,7%) e na Área Metropolitana de Lisboa (15,8%) [Figura II.18].

Figura II.18

Proporção de população residente com idade entre 15 e 24 anos no total de população residente em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2000 e 2016



<sup>7</sup> **Proporção de população residente em idade ativa:** População residente com idade entre 15 e 64 anos / População residente total x 100.

<sup>8</sup> **Proporção de população residente com idade entre 15 e 24 anos no total de população residente em idade ativa:** População residente com idade entre 15 e 24 anos / População residente com idade entre 15 e 64 anos x 100.



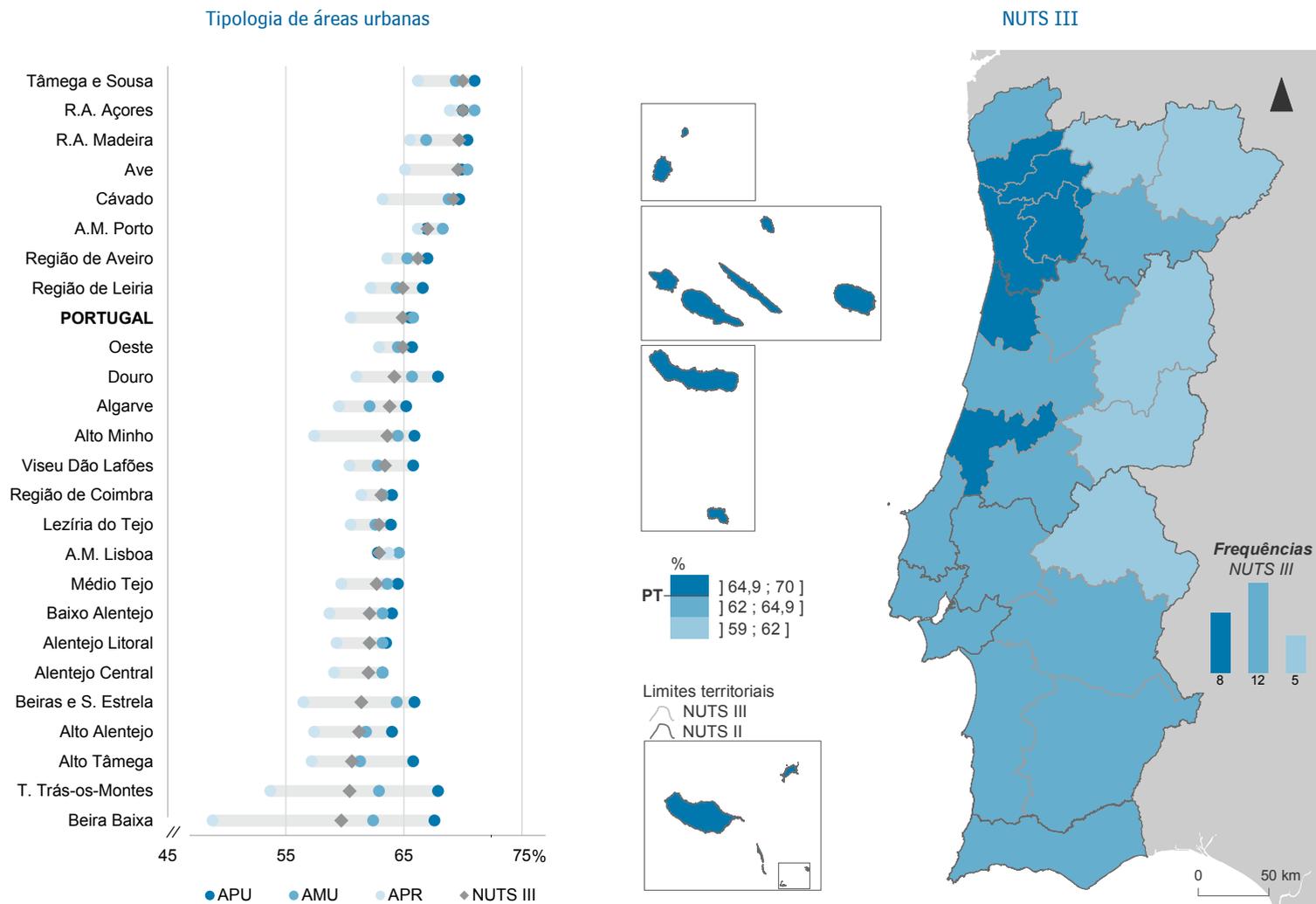
### **EM 2016, A PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM IDADE ATIVA ERA GLOBALMENTE MAIS BAIXA NAS ÁREAS PREDOMINANTEMENTE RURAIS E MAIS ELEVADA NAS ÁREAS PREDOMINANTEMENTE URBANAS**

A estruturação da informação segundo a Tipologia de áreas urbanas, permite observar diferenças em função da intensidade de urbanização dos territórios de residência. Em 2016, e tendo em conta o conjunto das 25 sub-regiões do país, a proporção de população residente em idade ativa era globalmente mais baixa nas áreas predominantemente rurais e mais elevada nas áreas predominantemente urbanas. As sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes assinalavam não só os valores mais baixos neste indicador, como também a maior assimetria entre territórios urbanos (APU) e rurais (APR), 68% vs. 49% e 68% vs. 54%, respetivamente [Figura II.19].

A leitura dos resultados para as sub-regiões NUTS III, evidencia que a proporção de população residente em idade ativa era superior à média nacional (64,9%) nas regiões autónomas e num conjunto de sub-regiões da região Norte – Tâmega e Sousa, Ave, Cávado, Área Metropolitana do Porto – e ainda a Região de Leiria. Em contraponto, a proporção de população residente em idade ativa era mais baixa em cinco sub-regiões do Interior do Continente: Beira Baixa, Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega, Alto Alentejo e Beiras e Serra da Estrela [Figura II.19].

Figura II.19

Proporção de população residente com idade entre 15 e 64 anos segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016

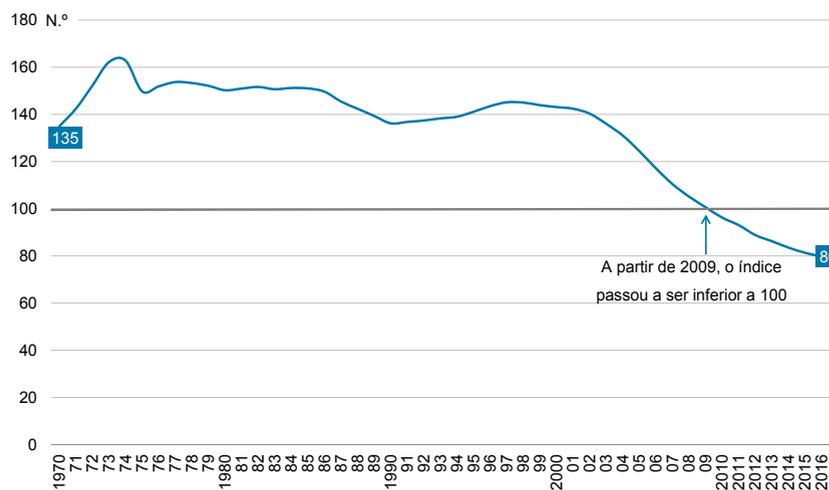


Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Por outro lado, o índice de renovação da população em idade ativa<sup>9</sup>, que mede a relação entre o número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho (20 a 29 anos de idade) e o número de pessoas em idade potencial de saída (55 a 64 anos de idade), tem vindo a diminuir acentuadamente a partir do ano 2000 e, desde 2009, para o total do país, o número de pessoas em idade potencial de saída no mercado de trabalho não é compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada, registando-se em 2016 o valor mais baixo para este indicador desde 1970 [Figura II.20].

Figura II.20

Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, 1970-2016

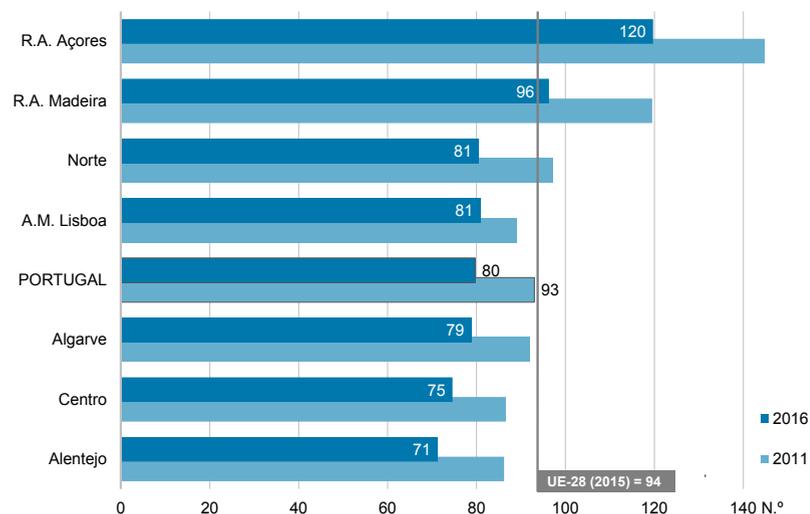


Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos. Eurostat.

ENTRE 2011 E 2016, O ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA DIMINUIU EM TODAS AS REGIÕES E, EM 2016, O NÚMERO DE PESSOAS EM IDADE POTENCIAL DE SAÍDA NO MERCADO TRABALHO ERA COMPENSADO PELO NÚMERO DE PESSOAS EM IDADE POTENCIAL DE ENTRADA APENAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Figura II.21

Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



<sup>9</sup> Índice de renovação da população em idade ativa: População residente com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos / População residente com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos x 100.

Entre 2011 e 2016, o índice de renovação da população em idade ativa diminuiu em todas as regiões do país e de modo mais expressivo nas duas regiões autónomas. Contudo, em 2016 a Região Autónoma dos Açores era a única região do país que mantinha um índice de renovação acima de 100 e que registava, a par da Região Autónoma da Madeira, um valor acima da média da UE-28 (2015). Deste modo, em 2016, com exceção da Região Autónoma dos Açores, nas restantes regiões do país o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado trabalho não era compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada. Nas regiões Alentejo (71) e Centro (75) registavam-se os valores médios mais baixos neste indicador [Figura II.21].

### EM 2016, APENAS 32 DOS 308 MUNICÍPIOS PORTUGUESES REGISTAVAM UM ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA ACIMA DE 100

O retrato territorial por município do índice de renovação da população em idade ativa para 2016 permite associar valores mais baixos neste indicador aos municípios do Interior das regiões Norte e Centro, bem como aos municípios do Alentejo, evidenciando-se ainda valores reduzidos em outros municípios de cariz mais urbano do Litoral do Continente como, Lisboa, Porto e Coimbra [Figura II.22].

Em apenas 32 dos 308 municípios do país se registavam valores acima de 100 no indicador de renovação da população em idade ativa, localizados maioritariamente nas regiões autónomas, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Norte. Os valores mais elevados verificavam-se sobretudo nas regiões autónomas e, em particular, na Região Autónoma dos Açores: Ribeira Grande (169), Lagoa (153), Câmara de Lobos (145), Vila Franca do Campo (141) e Vila do Porto (127). No Continente era possível identificar um conjunto de municípios com valores acima de 100 nas sub-regiões do Tâmega e Sousa, Cávado, Ave e Douro (região Norte), bem como em municípios da Área Metropolitana de Lisboa e em dois municípios do Alentejo e Centro (Benavente e Murtosa) [Figura II.22].

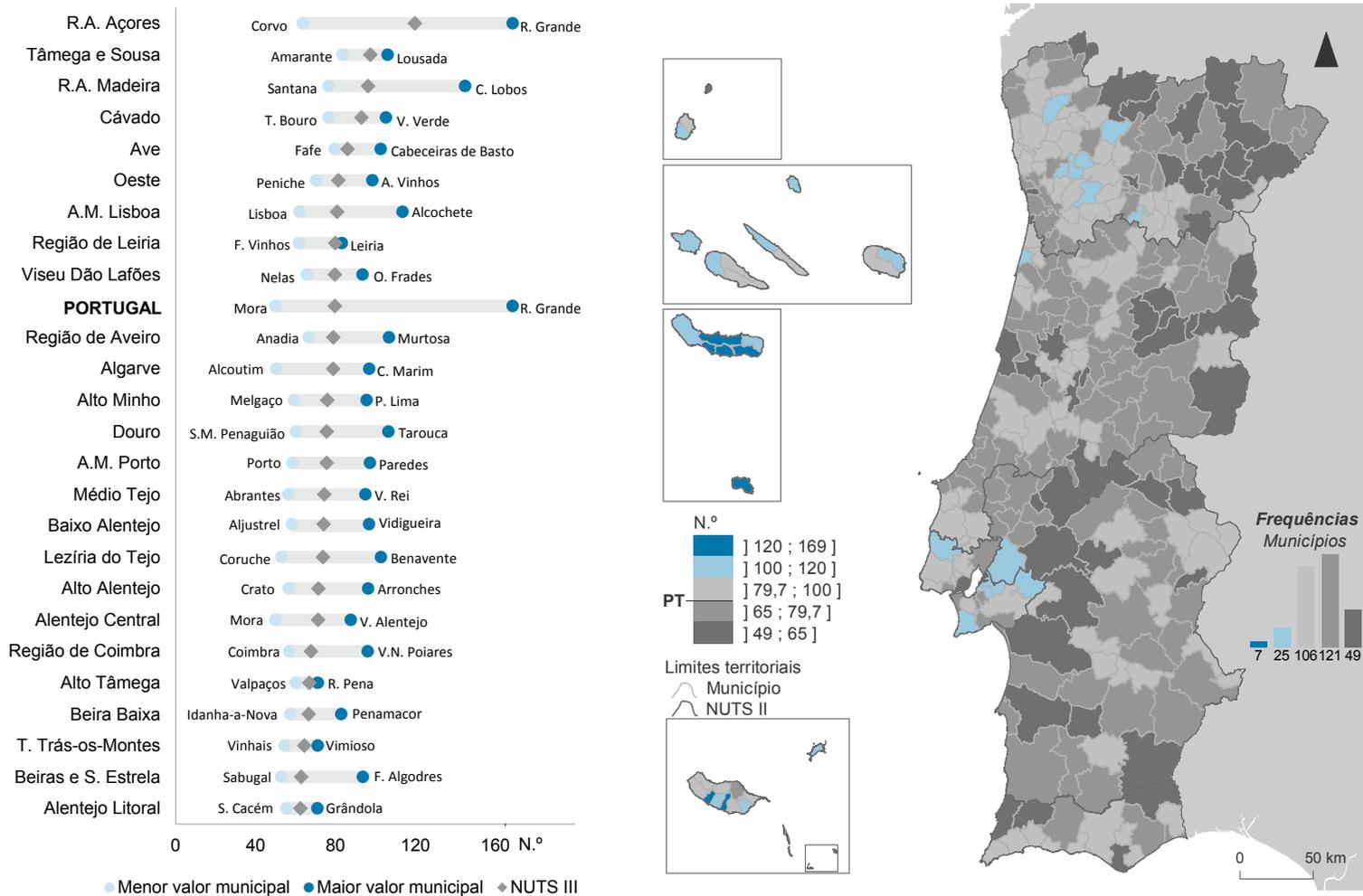
Numa perspetiva complementar, importa destacar a relação entre o grupo de população em idade ativa e os grupos de idade jovem (dos 0 aos 14 anos) e idosa (com 65 ou mais anos). Em Portugal, a redução da população jovem conduziu a uma diminuição do seu índice de dependência<sup>10</sup>, que passou de 46 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa em 1970 para 22 jovens em 2016. Em sentido inverso, o índice de dependência de idosos<sup>11</sup> aumentou de 16 idosos por 100 pessoas em idade ativa em 1970, para 33 idosos em 2016. Se, numa perspetiva de curto prazo, a diminuição do efetivo populacional jovem pode ter, um efeito atenuador da pressão que recai sobre a população em idade ativa, numa perspetiva de médio a longo prazo (Pappamikail *et al.*, 2010), importa considerar que a geração mais nova é aquela que possibilita a renovação, numa ótica de sustentabilidade demográfica, da população em idade ativa.

<sup>10</sup> **Índice de dependência de jovens:** População residente com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos / População residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos x 100.

<sup>11</sup> **Índice de dependência de idosos:** População residente com 65 ou mais anos / População residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos x 100.

Figura II.22

Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, NUTS III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

**ENTRE 2011 E 2016, O ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO JOVEM DIMINUIU EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS, COM EXCEÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, ENQUANTO O ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS AUMENTOU**

Em termos regionais, entre 2011 e 2016, o índice de dependência da população jovem diminuiu em todas as regiões do país, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa que registou um ligeiro aumento de 24 para 25 jovens por 100 pessoas em idade ativa. Em 2016, a Área

Metropolitana de Lisboa (25), o Algarve (24) e a Região Autónoma dos Açores (23) assinalavam valores acima da média nacional, ao passo que os valores mais baixos neste indicador eram registados nas regiões Centro e Norte (em ambas 20). Importa ainda destacar que a Área Metropolitana de Lisboa constituía a única região que, em 2016, assinalava um valor superior à média da UE-28 (2015) [Figura II.23]. Por sua vez, o índice de dependência de idosos aumentou em todas as regiões do país, atingindo, em 2016, um valor mais expressivo no Alentejo (40), Centro (37), Área Metropolitana de Lisboa (34) e Algarve (33). As regiões autónomas e a região Norte registavam, em 2016, valores abaixo da média nacional [Figura II.24].

Figura II.23

Índice de dependência de jovens, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016

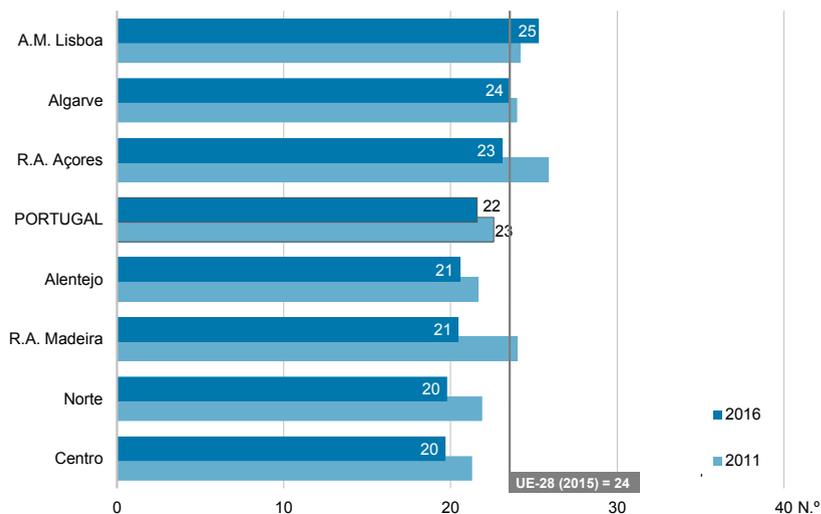
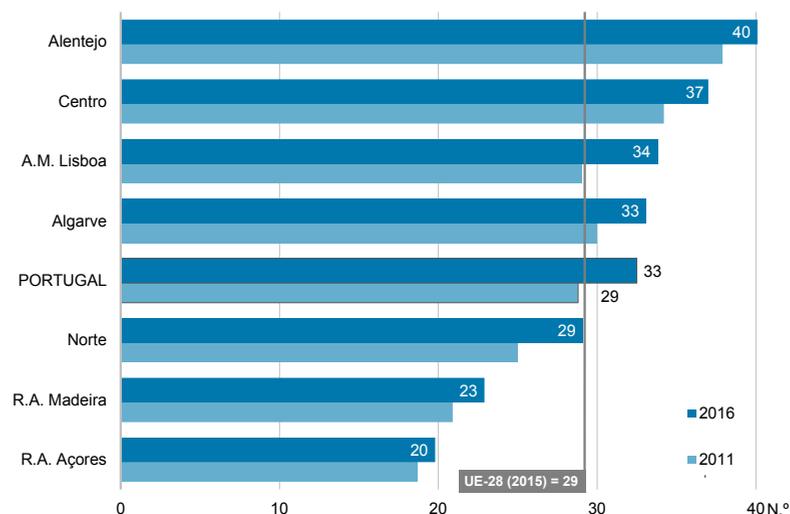


Figura II.24

Índice de dependência de idosos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



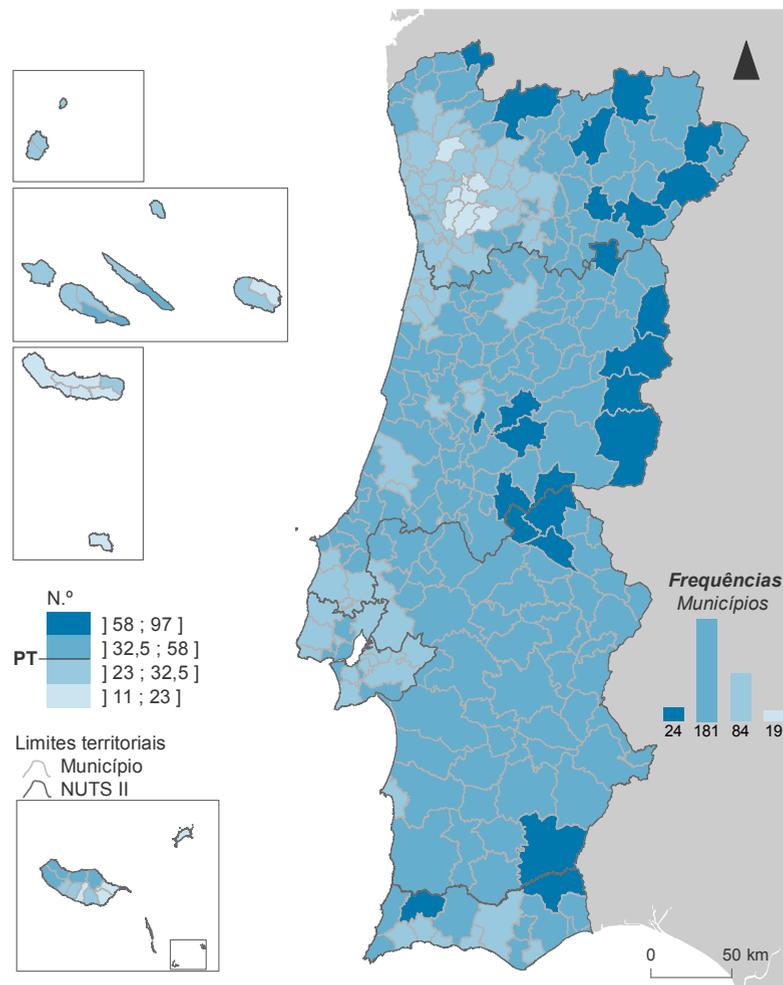
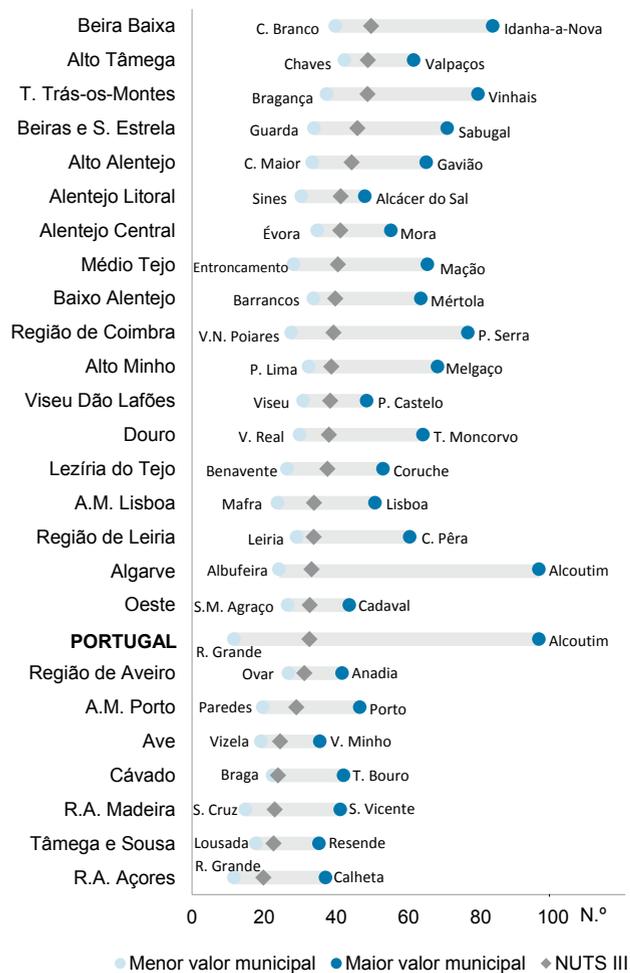


O retrato municipal para 2016 permite verificar que o índice de dependência de idosos era mais elevado em municípios localizados maioritariamente no Interior do Continente e que o número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa era menor nos municípios integrantes e envolventes das duas áreas metropolitanas e em alguns municípios dispersos do Centro e Algarve. Contudo, os valores mais baixos neste indicador registavam-se nas regiões autónomas, em particular nos municípios Ribeira Grande (12), Lagoa e Vila Franca do Campo (ambas 17), na Região Autónoma dos Açores, e Santa Cruz (15), Câmara de Lobos (16) e Porto Santo (17), na Região Autónoma da Madeira [Figura II.25].

**EM 2016, O ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS ERA MAIS ELEVADO EM MUNICÍPIOS LOCALIZADOS MAIORITARIAMENTE NO INTERIOR DO CONTINENTE E MAIS BAIXO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS**

Figura II.25

Índice de dependência de idosos, Portugal, NUTS III e município, 2016





Entre 2000 e 2016, a proporção de população residente em idade ativa (entre 15 e 64 anos) diminuiu em todas as regiões do Continente e a parcela de população mais jovem (com idade entre 15 e 24 anos) no total da população em idade ativa diminuiu em todas as regiões do país sendo, em 2016, menor no Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa.

Em 2016, a proporção de população residente em idade ativa era globalmente mais baixa nas áreas predominantemente rurais e mais elevada nas áreas predominantemente urbanas. As sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes assinalavam não só os valores mais baixos neste indicador, como também a maior assimetria entre territórios urbanos e rurais.

Entre 2011 e 2016, o índice de renovação da população em idade ativa diminuiu em todas as regiões do país e, em 2016, com exceção da Região Autónoma dos Açores, o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado trabalho não era compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada. Adicionalmente, apenas 32 dos 308 municípios registavam valores acima de 100 no indicador de renovação da população em idade ativa.

Entre 2011 e 2016, o índice de dependência de jovens diminuiu em todas as regiões do país, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, ao passo que o índice de dependência de idosos aumentou. Em 2016, o índice de dependência de idosos era mais elevado em municípios localizados maioritariamente no Interior do Continente e menor nos municípios integrantes e envolventes das duas áreas metropolitanas e em alguns municípios dispersos do Centro e Algarve. Os valores mais baixos registavam-se nas regiões autónomas.

### II.3. OS PADRÕES TERRITORIAIS DE FECUNDIDADE E O PAPEL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

Ao longo das últimas décadas, a fecundidade tem registado um declínio acentuado em Portugal, sendo possível identificar assimetrias regionais no que respeita ao decréscimo da fecundidade. Se, nas décadas de 70 e 80, era possível observar um claro contraste entre o Norte do país, mais fecundo, e o Sul, menos fecundo (Cruz, 2011), em consequência das diferentes lógicas de organização familiar, a partir da década de 80 e durante a década de 90, este contraste passa a ser menos evidente, em resultado da consolidação da transição demográfica 'moderna' (Ferrão, 1996; Bandeira, 1996), caracterizada pela diminuição generalizada aos vários contextos regionais da fecundidade (abaixo do limiar que garante a substituição das gerações), pelo adiamento do casamento e da parentalidade, pelo aumento da coabitação, dos nascimentos fora do casamento e do divórcio. Estas dinâmicas podem, assim, ter impacto na sustentabilidade demográfica dos territórios na medida em que podem influenciar a decisão e a oportunidade em torno do nascimento de um filho, reduzindo a probabilidade de inversão do processo de envelhecimento demográfico por via do saldo natural (Abreu e Peixoto, 2009). Deste modo, as migrações e o seu potencial contributo demográfico para o rejuvenescimento e renovação das populações constituem um ativo fundamental a considerar numa perspetiva de compensar o decréscimo do saldo natural e a diminuição e o progressivo envelhecimento da população (Rosa *et al.*, 2004; Peixoto *et al.*, 2017).

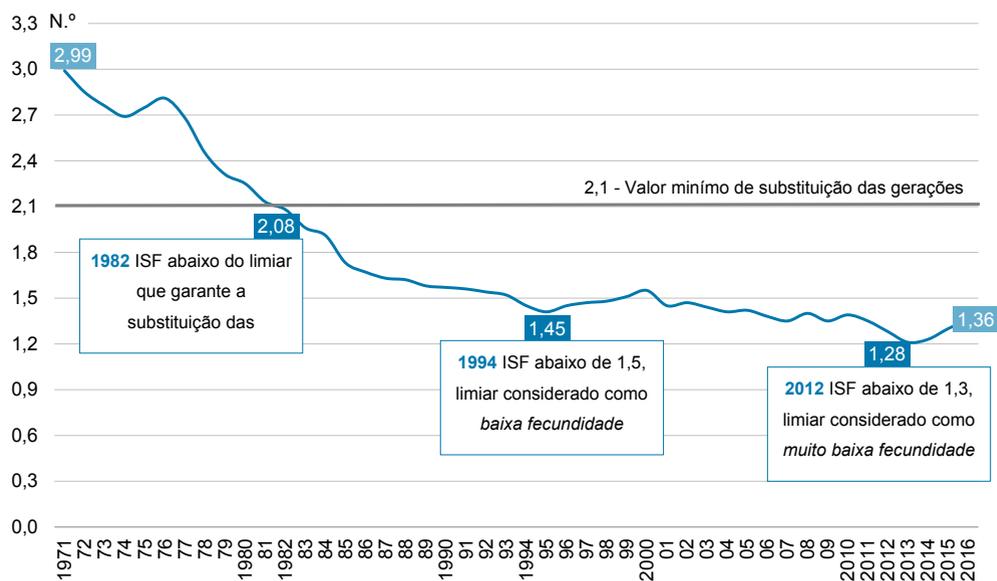
## O declínio e o adiamento da fecundidade

De acordo com Cunha (2013), é possível identificar três momentos-chave que marcam a evolução da fecundidade em Portugal: o primeiro data de 1982 e corresponde ao ano em que o índice sintético de fecundidade (ISF)<sup>12</sup> passou a situar-se abaixo do limiar de 2,1 filhos por mulher em idade fértil<sup>13</sup>; o segundo encontra-se associado ao ano de 1994 e corresponde ao momento em que o índice sintético de fecundidade atingiu pela primeira vez um valor inferior a 1,5 filhos; e o terceiro corresponde ao ano de 2012 onde se registou um índice

sintético de fecundidade abaixo de 1,3 filhos por mulher em idade fértil. Os valores 1,5 e 1,3 filhos por mulher em idade fértil são vistos como limiares de fecundidade baixa e muito baixa (e.g., Kohler et al., 2002). Contudo, foi no ano de 2013 que se registou o valor mais baixo para este indicador desde o início da década de 70 – 1,21 filhos por mulher em idade fértil. A partir de 2013, observou-se uma ligeira recuperação do índice sintético de fecundidade, aumentando o número médio de crianças por mulher em idade fértil para 1,23 em 2014, 1,30 em 2015, e 1,36 em 2016 [Figura II.26].

Figura II.26

Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1971-2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

<sup>12</sup> **Índice sintético de fecundidade:** Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento.

<sup>13</sup> A leitura do índice sintético de fecundidade possibilita uma avaliação da capacidade dos diferentes contextos territoriais garantirem a substituição de gerações. Este valor corresponde a 2,1 crianças por mulher, assumindo saldos migratórios nulos e valores estáveis referentes à mortalidade.

**ENTRE 2011 E 2016, O ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE DIMINUIU NAS REGIÕES AUTÓNOMAS E NAS REGIÕES NORTE E CENTRO E, EM 2016, ESTAS REGIÕES REGISTAVAM UM VALOR ABAIXO DO LIMIAR DE 1,3 FILHOS POR MULHER**

Ao nível regional, os anos mais recentes confirmam que o número médio de filhos por mulher em idade fértil se manteve abaixo do limiar que assegura a substituição das gerações em todas as regiões do país. Neste contexto, em 2016 destacavam-se os valores mais baixos das duas regiões autónomas e das regiões Norte e Centro, com um índice sintético de fecundidade inferior a 1,3 e abaixo da média nacional. Nesse mesmo ano,

a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, com um índice sintético de fecundidade de 1,63 e 1,56, respetivamente, situavam-se acima do limiar de baixa fecundidade [Figura II.27].

Esta leitura pode ser reforçada ao nível das sub-regiões, onde se verifica igualmente que o índice sintético de fecundidade se encontra abaixo do valor mínimo que garante a substituição das gerações em todas as NUTS III. Em 2016, o afastamento em relação a este valor era mais elevado em sub-regiões do Norte e do Interior Centro do Continente e na Região Autónoma da Madeira (1,07). Acima da média nacional, evidenciavam-se sub-regiões localizadas mais a Sul do Continente – Área Metropolitana de Lisboa (1,63), Algarve e Baixo Alentejo (em ambas 1,56) e Alentejo Central (1,40) [Figura II.28].

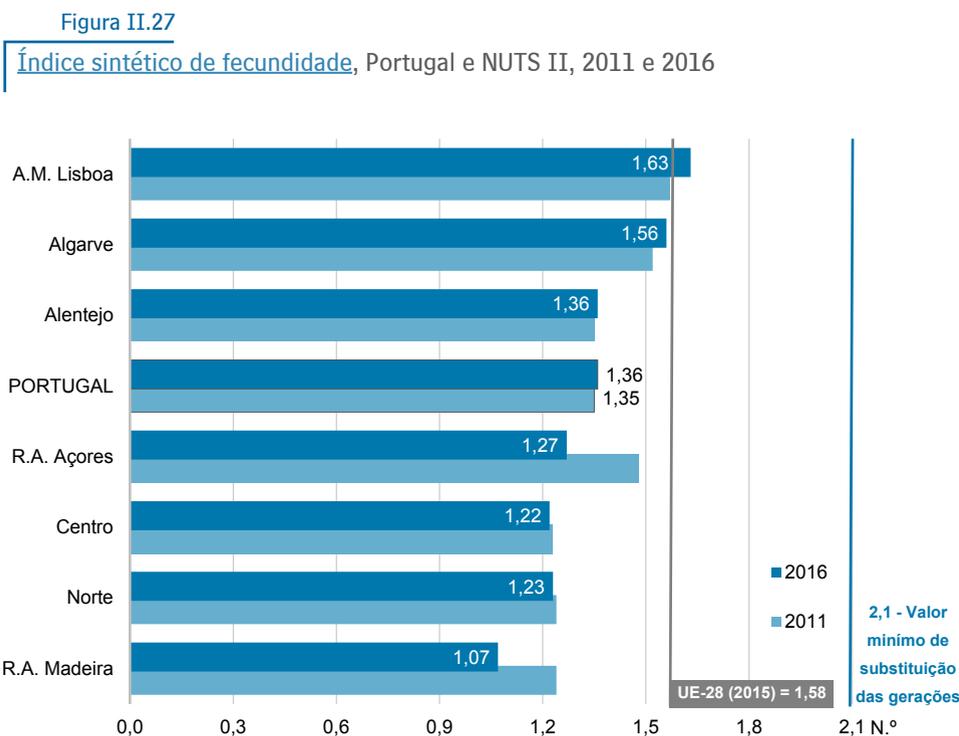
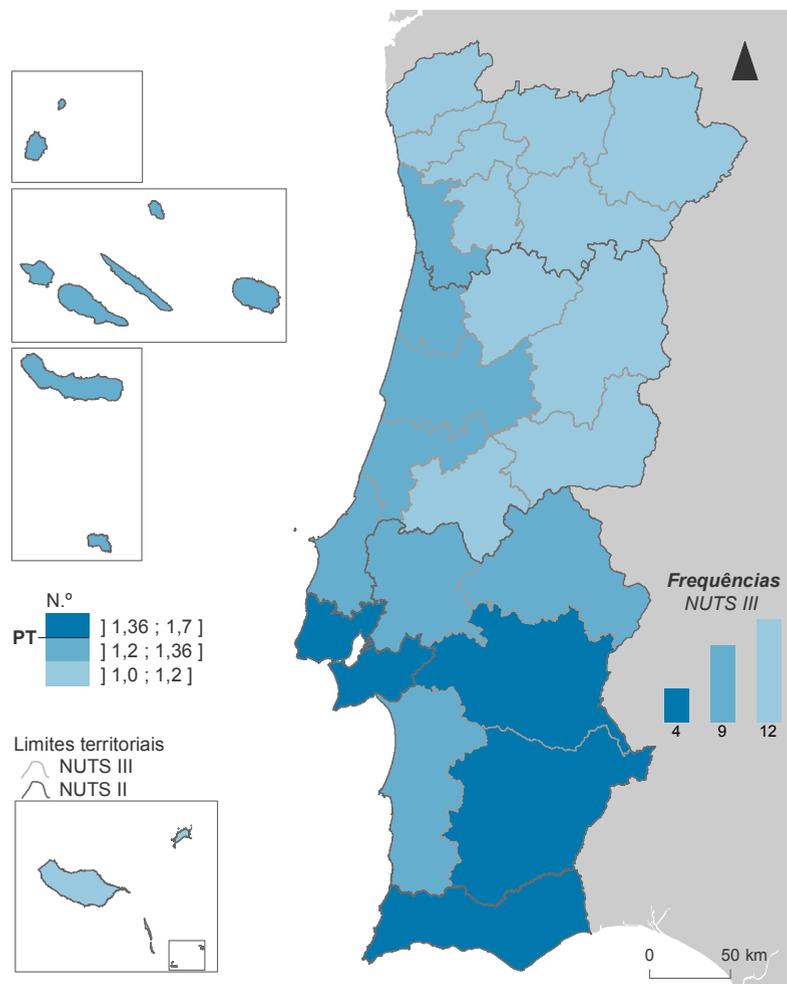
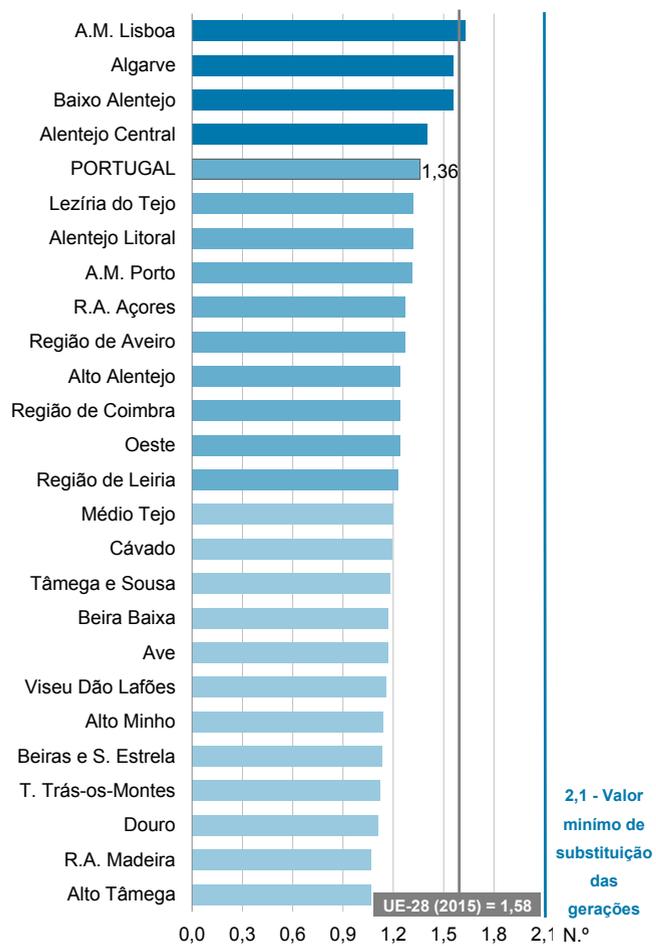


Figura II.28

Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos. Eurostat.

### EM 2016, O RETRATO MUNICIPAL DA TAXA DE FECUNDIDADE GERAL EVIDENCIAVA VALORES MAIS ELEVADOS PARA MUNICÍPIOS LOCALIZADOS MAIORITARIAMENTE NO SUL DO CONTINENTE

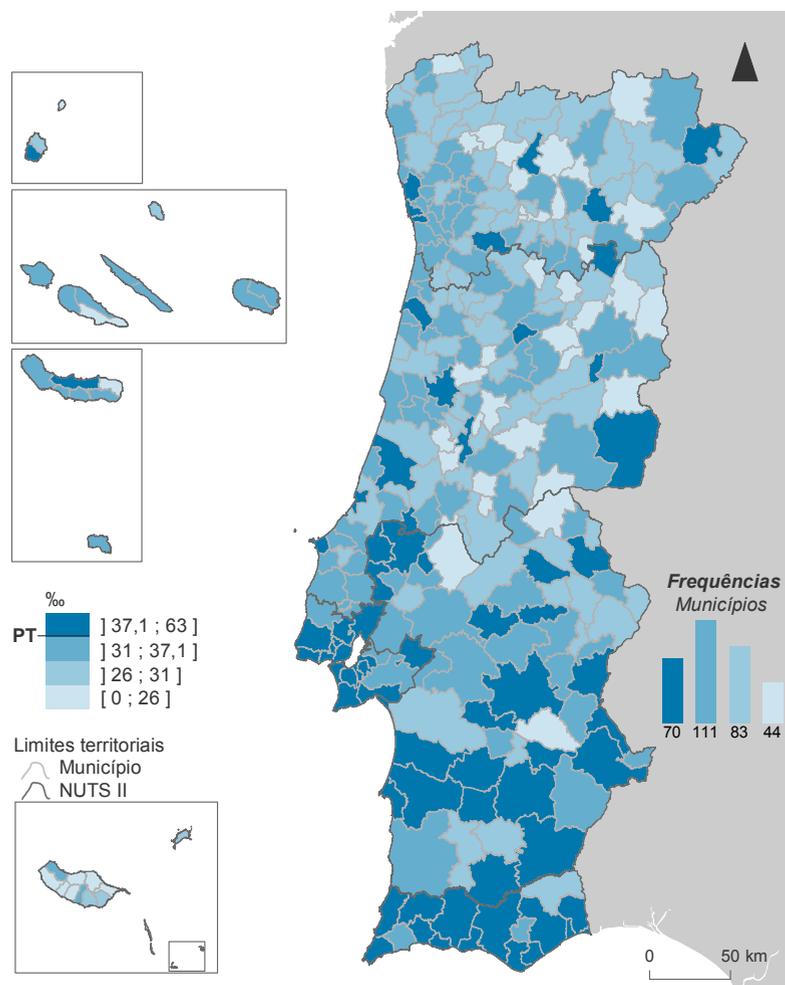
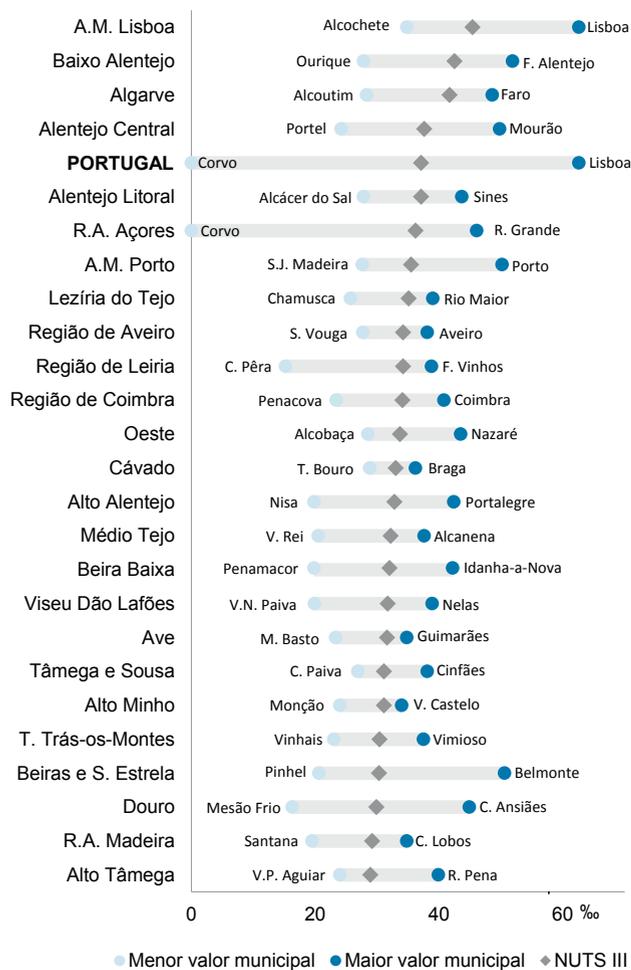
Para uma análise mais fina em termos territoriais, analisa-se, ao nível do município a taxa de fecundidade geral<sup>14</sup>. Em 2016, os municípios em que se registavam taxas de fecundidade geral acima da média nacional situavam-se maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e no Algarve. No caso da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, apenas os municípios de Alcochete, Mafra e Palmela, e de

Alcoutim, São Brás de Alportel e Lagos apresentavam valores inferiores à média nacional, respetivamente. No Alentejo, a taxa de fecundidade geral era superior à média nacional em 22 dos 58 municípios da região, e em particular nos municípios de Ferreira do Alentejo (51,9‰), Beja (51,1‰) e Mourão (49,8‰). O retrato territorial para o ano de 2016 evidenciava valores menos expressivos em municípios localizados maioritariamente no Interior Norte e Centro do Continente. Nas regiões autónomas destaca-se o facto de todos os municípios da Região Autónoma da Madeira registarem um valor abaixo da média nacional e na Região Autónoma dos Açores apenas os municípios de Ribeira Grande e Lajes da Flores superavam aquele limiar [Figura II.29].

<sup>14</sup> Taxa de fecundidade geral: Número do nados-vivos entre os momentos (t-1) e t / População média residente de mulheres entre os 15 e os 49 anos x 1 000.

Figura II.29

Taxa de fecundidade geral, Portugal, NUTS III e município, 2016

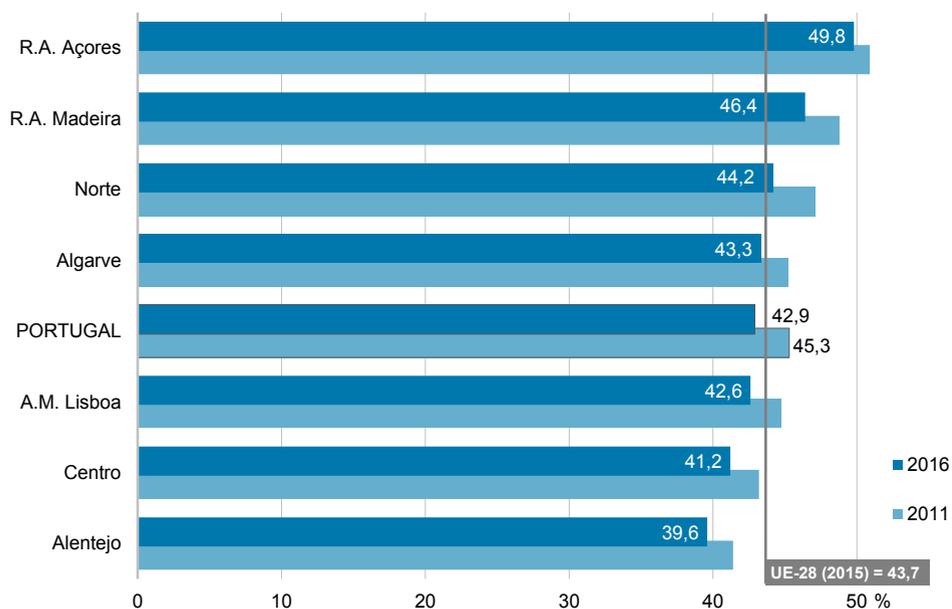


Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

Por outro lado, importa igualmente avaliar se as alterações na estrutura etária da população têm contribuído para a perda de importância relativa do segmento populacional feminino em idade fértil – entre os 15 e os 49 anos – e, em particular, do período etário em que a fecundidade é mais provável – entre os 20 e os 34 anos. A proporção de mulheres em idade fértil na população feminina residente<sup>15</sup> tem diminuído continuamente desde o final da década de 90. Em 1997, era 49,4%, e, em 2016, 42,9%.

Ao nível regional, entre 2011 e 2016, também se observa uma diminuição do número de mulheres em idade fértil no total da população residente feminina. Em 2016, as regiões autónomas, bem como as regiões Norte e Algarve registavam valores acima da média nacional [Figura II.30].

**Figura II.30**  
Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos. Eurostat.

<sup>15</sup> **Proporção de mulheres em idade fértil na população residente feminina:** Número de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) / Número total de mulheres x 100.

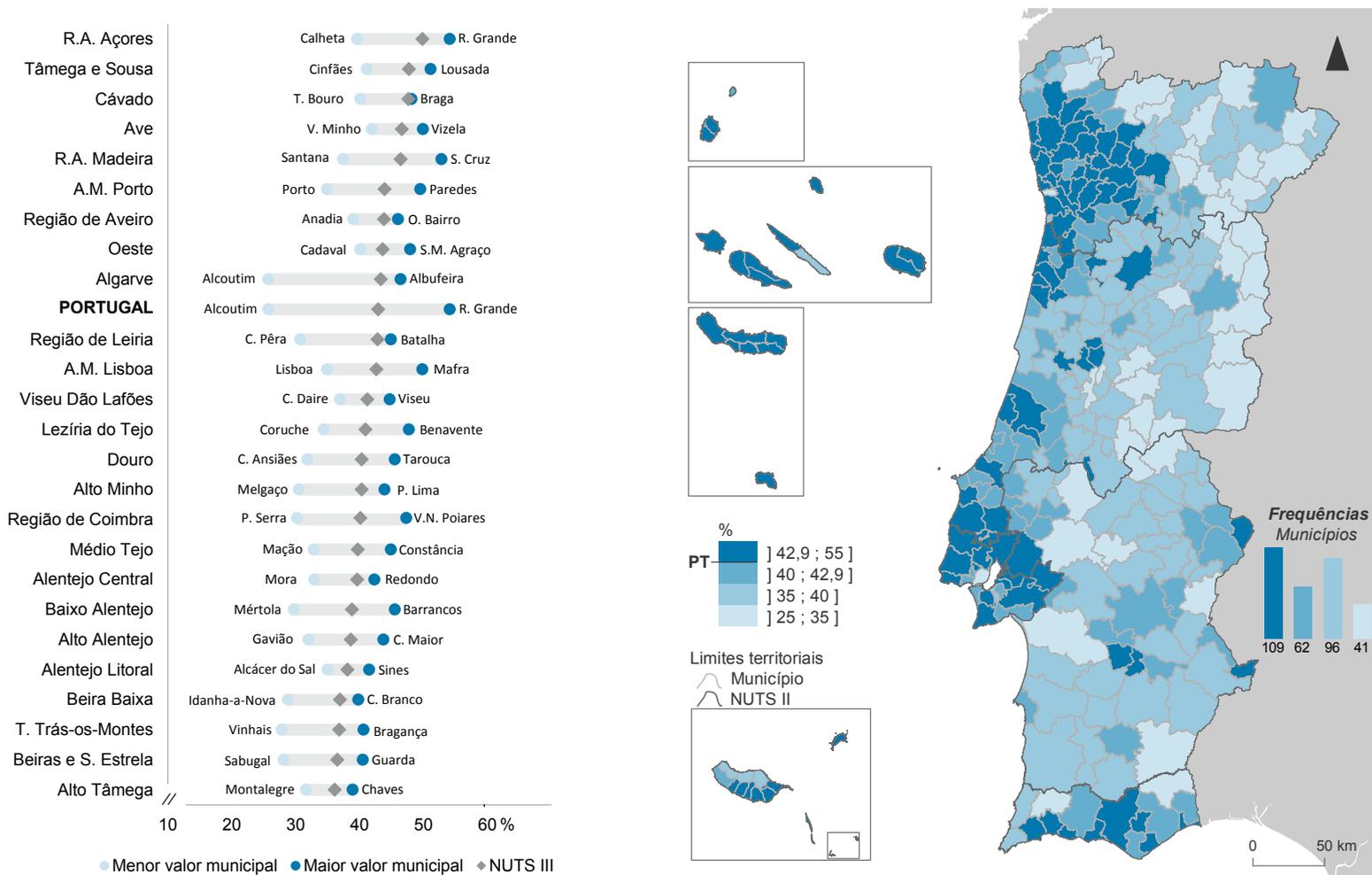


Um maior detalhe territorial, nomeadamente ao nível do município, permite verificar que, em 2016, os municípios que registavam uma proporção mais elevada de mulheres em idade fértil, face ao total de população residente feminina, pertenciam às regiões autónomas dos Açores (com destaque para Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Lagoa) e da Madeira (em particular, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Porto Santo). No Continente, com valores acima da média nacional, destacavam-se municípios integrantes e circundantes das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, municípios do Algarve, bem como um conjunto disperso de municípios do Alentejo e do Litoral Centro. Por outro lado, observa-se um padrão territorial de menor volume de população em idade fértil em municípios do Interior continental das sub-regiões Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa [Figura II.31]. Este padrão não será indiferente à tendência de envelhecimento populacional que se regista de modo mais acentuado nos municípios do Interior do Continente.

**EM 2016, OS MUNICÍPIOS DO INTERIOR CONTINENTAL NORTE E CENTRO REGISTAVAM MENORES VOLUMES DE POPULAÇÃO FEMININA EM IDADE FÉRTIL, AO PASSO QUE OS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS APRESENTAVAM OS VALORES MAIS ELEVADOS**

Figura II.31

Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal, NUTS III e município, 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.



A diminuição da fecundidade que se tem vindo a registar de modo global no território nacional nas últimas décadas, encontra-se a par da tendência de adiamento da maternidade. No caso de Portugal, a relação entre declínio da fecundidade e adiamento da maternidade tornou-se especialmente evidente a partir de meados da década de 80 (Mendes, 2016) e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho<sup>16</sup> tem aumentado de modo constante desde 1984, atingindo a fronteira dos 30 anos de idade em 2014. No ano de 2016, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho era de 30,3 anos [Figura II.32].

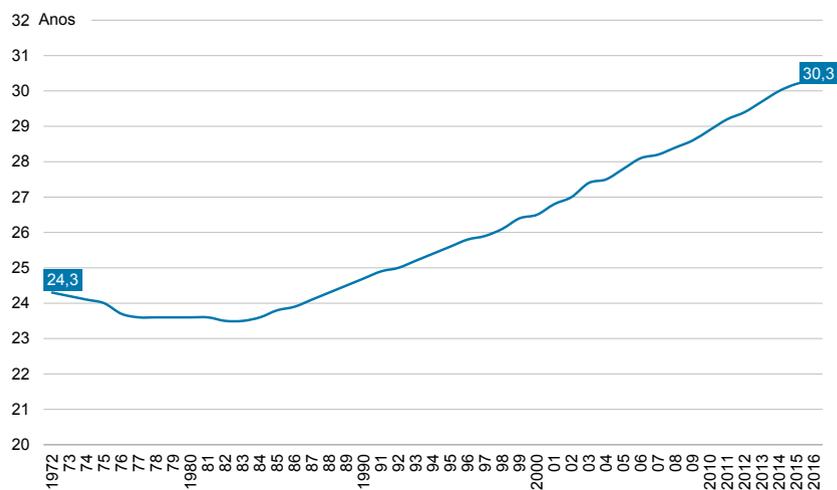
**ENTRE 2011 E 2016, A IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO AUMENTOU EM TODAS AS REGIÕES E, EM 2016, SITUAVA-SE ACIMA DOS 30 ANOS EM 16 DAS 25 SUB-REGIÕES NUTS III**

O comportamento no que respeita aos calendários de fecundidade revela, entre 2011 e 2016, um aumento da idade média das mães aquando do nascimento do primeiro filho nas sete regiões do país. No entanto, importa salientar alguns contrastes regionais, nomeadamente o facto do nascimento do primeiro filho acontecer mais tarde para as mulheres residentes na Área Metropolitana de Lisboa e nas regiões Centro e Norte. Em 2016, a idade média ao nascimento do primeiro filho das mães residentes nestas regiões, bem como na Região Autónoma da Madeira, ultrapassava os 30 anos de idade. A Região Autónoma dos Açores mantém-se, entre 2011 e 2016, como a região do país onde este evento acontece comparativamente mais cedo (aos 27 e 28 anos, respetivamente) [Figura II.33].

<sup>16</sup> **Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho:** Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Figura II.32

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho,  
Portugal, 1970-2016

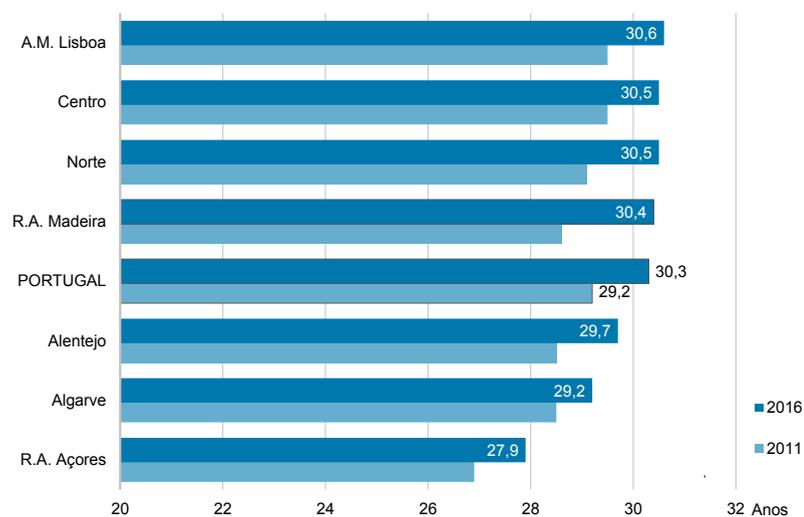


Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

A desagregação territorial ao nível das NUTS III salienta ainda que, no ano de 2016, em 16 das 25 sub-regiões do país a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho ultrapassava a fronteira dos 30 anos de idade, e que este evento acontecia mais tardiamente para as mulheres

Figura II.33

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016

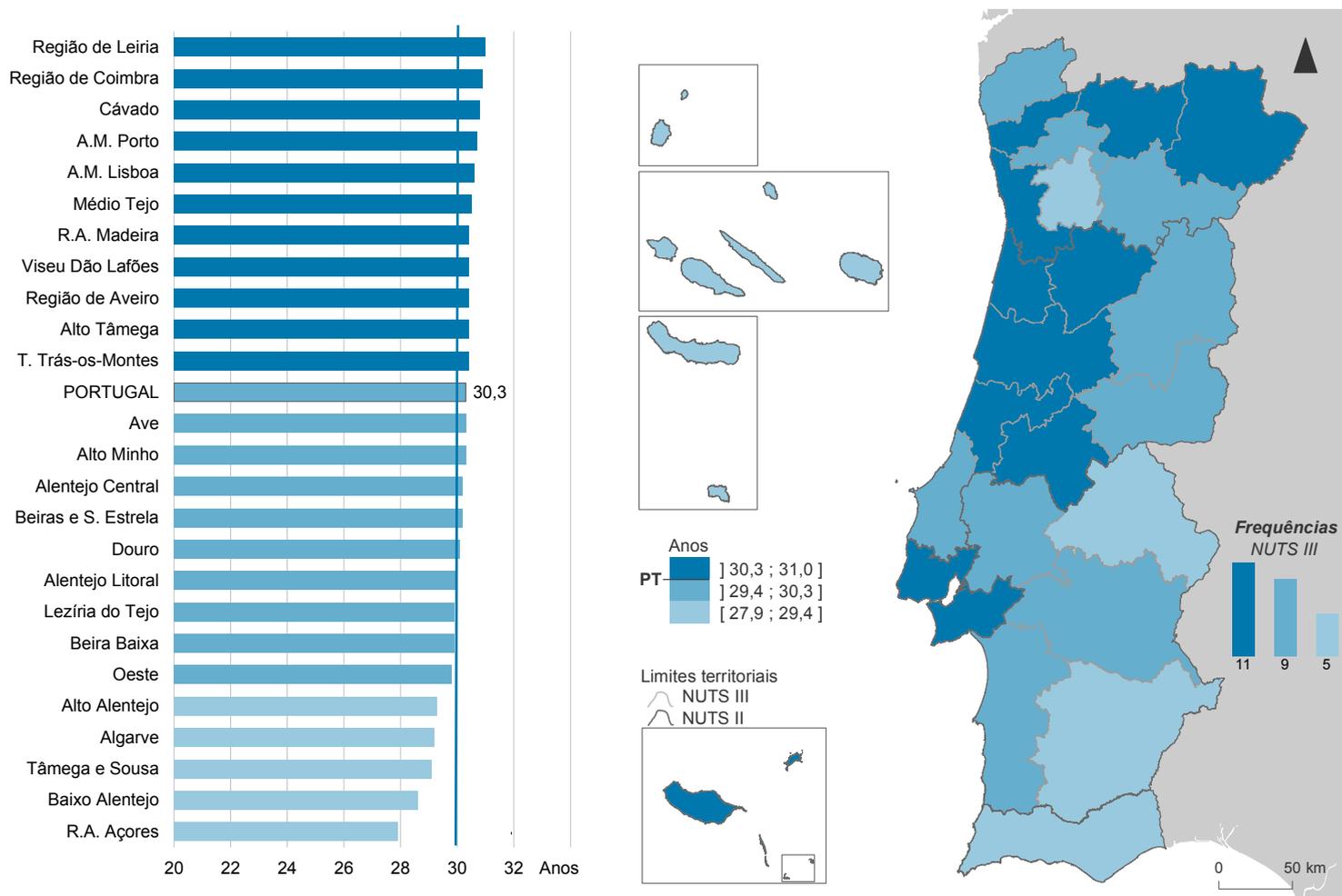


residentes em sub-regiões do Litoral Centro, nas áreas metropolitanas, no Cávado, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes e na Região Autónoma da Madeira [Figura II.34].



Figura II.34

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS III, 2016



Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos.

Adicionalmente, com base nos nascimentos por idade da mãe, é possível obter um indicador que coloca em evidência os nascimentos que ocorrem nas idades mais tardias do período de fecundidade feminino. A maternidade tardia, lida à luz da proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos<sup>17</sup> tem aumentado de forma consistente desde o início da década de 90 (Almeida et al., 2002) e, entre 2011 e 2016, registou-se um aumento de quase sete pontos percentuais, passando de 23,9% para 31,5% [Figura II.35]. Por comparação, a maternidade precoce, refletida na proporção de nados-vivos de mães adolescentes (com idade inferior a 20 anos)<sup>18</sup> registava, entre 2011 e 2016, uma diminuição de 3,8% para 2,5%, respetivamente [Figura II.36].

#### PARA AS SETE REGIÕES DO PAÍS REGISTOU-SE UM AUMENTO DA MATERNIDADE TARDIA E UMA DIMINUIÇÃO DA MATERNIDADE PRECOCE ENTRE 2011 E 2016

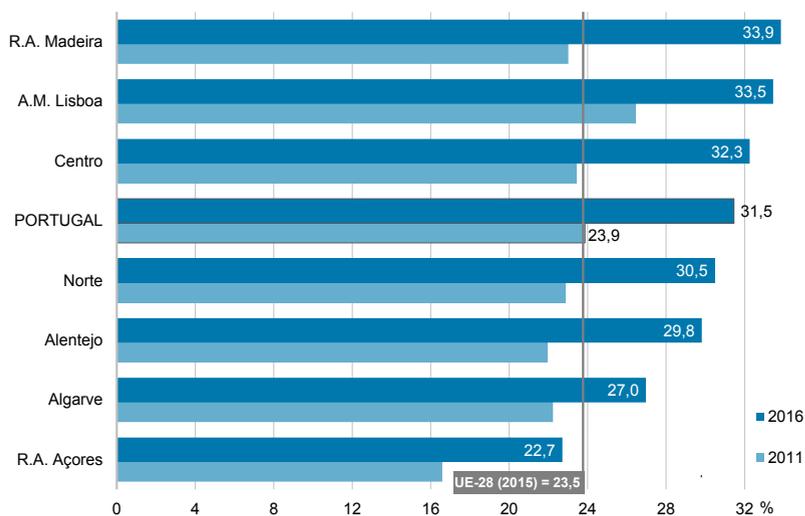
A leitura destes indicadores ao nível das regiões NUTS II permite verificar, para o mesmo período, um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do território nacional, sendo este particularmente notório na Região Autónoma da Madeira e na região Centro. Em 2016, a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era mais elevada na Região Autónoma da Madeira (33,9%), na Área Metropolitana de Lisboa (33,5%) e no Centro (32,9%). Importa, ainda, salientar que com exceção da Região Autónoma dos Açores, que constituía a região NUTS II com o valor mais baixo neste indicador, as restantes regiões do país assinalavam valores superiores à média da UE-28 (2015) [Figura II.35]. Em relação à maternidade precoce, os dados revelam um decréscimo da proporção de nados-vivos de mães adolescentes em todas as regiões NUTS II com destaque para as diminuições ocorridas nas duas regiões autónomas. Contudo, em 2016, o valor de maternidade precoce registado pela Região Autónoma dos Açores (6,4%) ainda se distanciava dos valores observados para as restantes regiões do país [Figura II.36].

<sup>17</sup> **Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos:** Número de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos / Número total de nados-vivos x 100.

<sup>18</sup> **Proporção de nados-vivos de mães adolescentes:** Número de nados-vivos de mães com idade inferior a 20 anos / Número total de nados-vivos x 100.

Figura II.35

Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



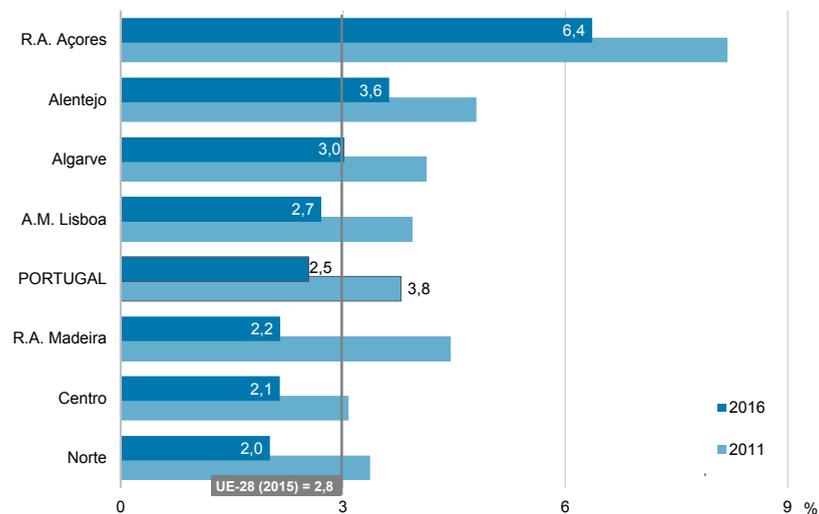
Fonte: INE, I.P., Nados-vivos. Eurostat.

**EM 2016, OS TERRITÓRIOS MAIS URBANIZADOS REGISTAVAM GLOBALMENTE VALORES MAIS ELEVADOS DE MATERNIDADE TARDIA, AO PASSO QUE A MATERNIDADE PRECOCE ERA GLOBALMENTE MAIS EXPRESSIVA NAS ÁREAS PREDOMINANTEMENTE RURAIS**

Ao nível das sub-regiões NUTS III, para além da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira, observa-se que a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos era superior à média nacional na Região de Leiria (35,4%),

Figura II.36

Proporção de nados-vivos de mães adolescentes, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016



Região de Coimbra (34,0%), Beira Baixa (33,1%), Cávado (32,9%), Área Metropolitana do Porto, Viseu Dão Lafões (em ambas, 31,6%), Lezíria do Tejo (31,7%) e Beiras e Serra da Estrela (31,5%). Apesar de se registar um aumento entre 2011 e 2016 em todas as sub-regiões do país, a Região Autónoma dos Açores, a par da sub-região Tâmega e Sousa, apresentavam, comparativamente os valores mais baixos de maternidade tardia em 2016, 22,7% e 25,2%, respetivamente [Figura II.37]. No caso da Região Autónoma dos Açores, este resultado é consistente com o facto de esta constituir a região do país onde a transição para a parentalidade tende a acontecer, em média, mais cedo.

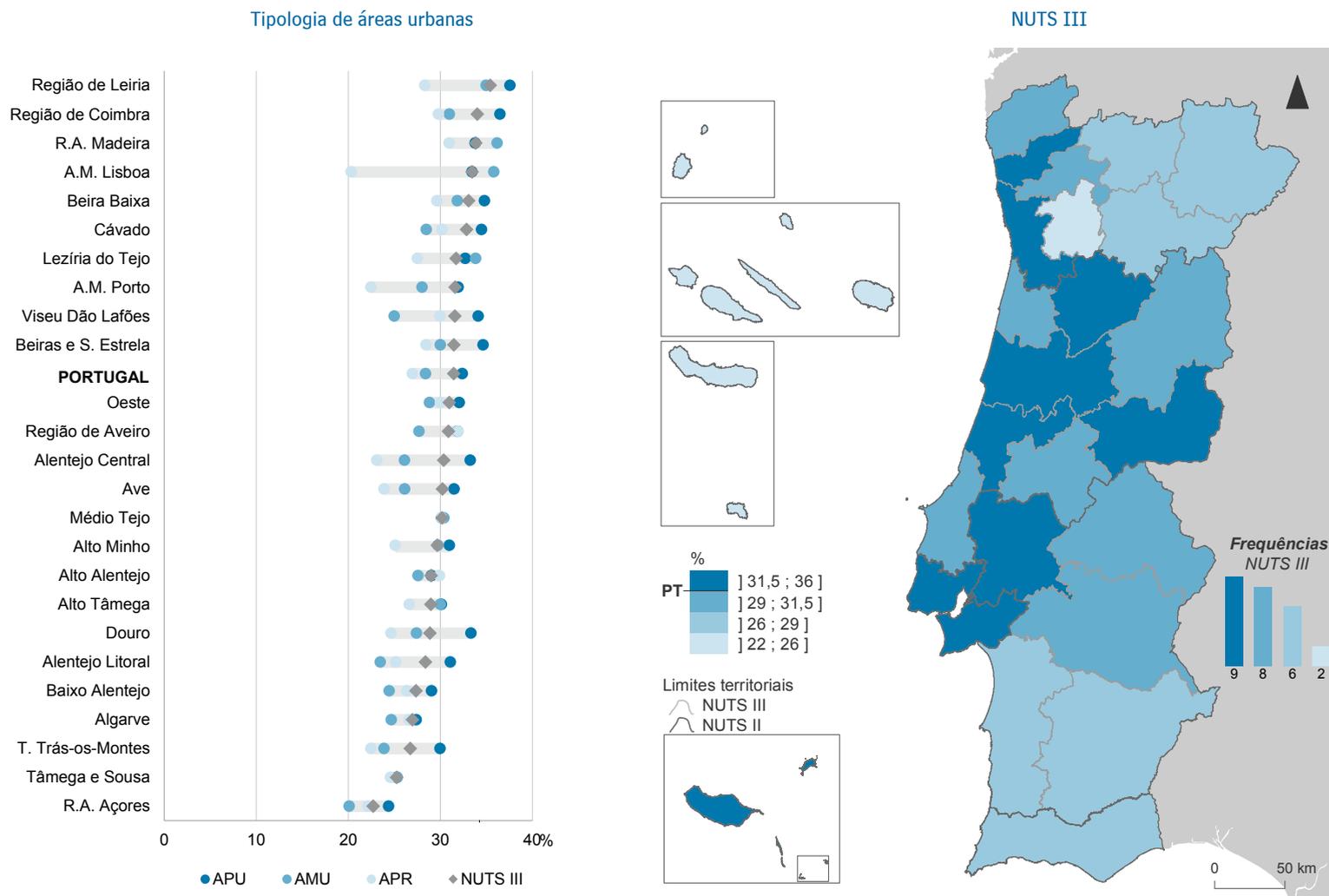
A análise em função da intensidade de urbanização dos territórios de residência salienta que os contextos territoriais mais urbanizados assinalavam, em 2016, uma maior incidência da maternidade tardia. De facto, com exceção do Alto Alentejo e da Região de Aveiro, nas restantes sub-regiões do país eram as APU ou as AMU que assinalavam valores acima da respetiva média sub-regional [Figura II.37].

Em relação à maternidade precoce, para além da Região Autónoma dos Açores (6,6%), verifica-se que a proporção de nados-vivos de mães adolescentes para o quinquénio 2012-2016 era também mais elevada

em duas sub-regiões do Alentejo: Baixo Alentejo (6,6%) e Alto Alentejo (5,6%). No polo oposto, a sub-região do Cávado (1,6%) e a Região de Coimbra, Ave e Região de Leiria (todas com 1,9%) assinalavam os valores mais baixos neste indicador. A segmentação da informação de acordo com a Tipologia de áreas urbanas salienta que, com exceção das sub-regiões Cávado, Região de Leiria, Área Metropolitana do Porto, Oeste, Alentejo Central, Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Região Autónoma dos Açores, nas restantes sub-regiões do país a proporção de nados-vivos de mães adolescentes era, comparativamente, mais elevada nas APR [Figura II.38].

Figura II.37

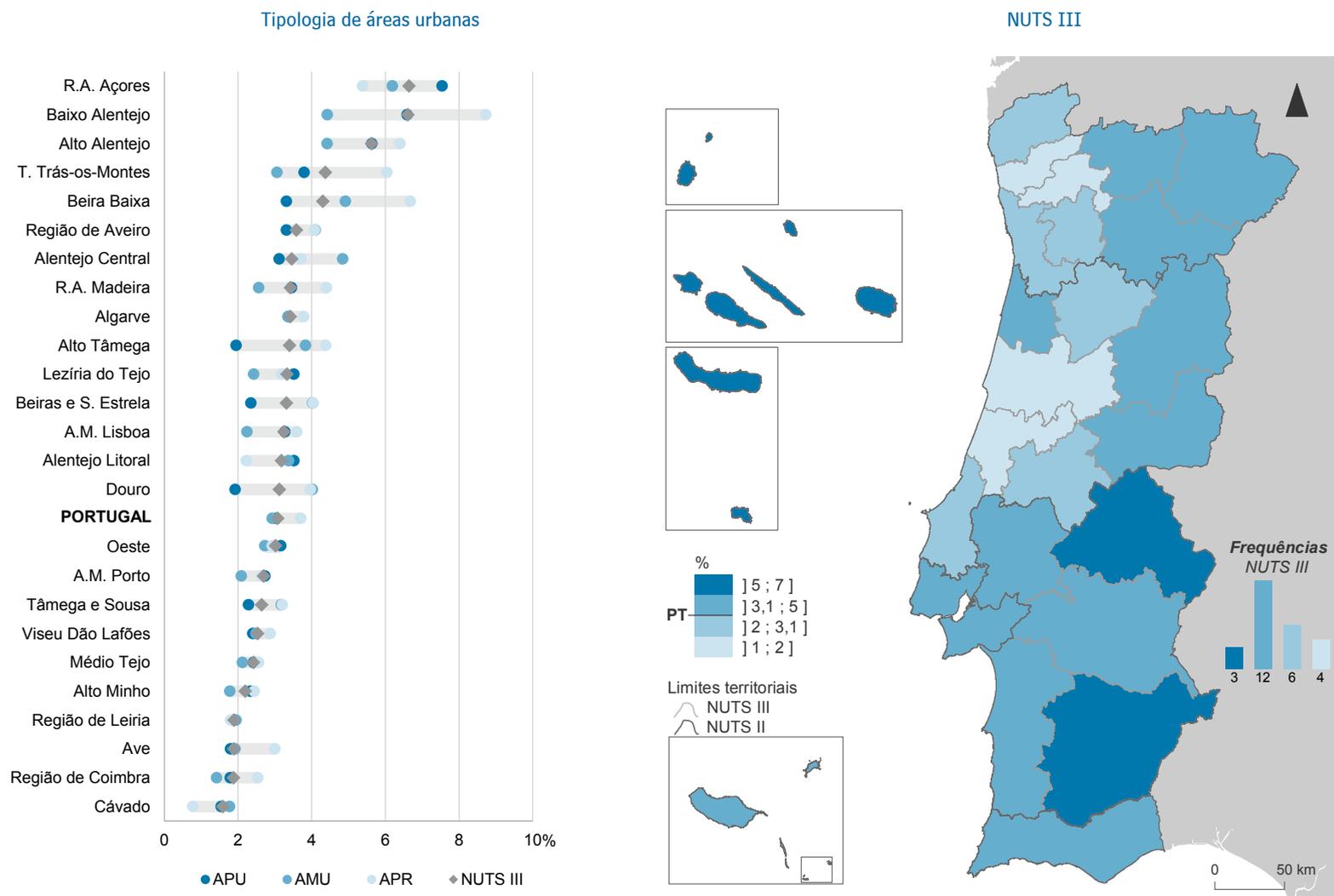
Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

Figura II.38

Proporção quinzenal de nados-vivos de mães adolescentes segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2012-2016



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.



Entre 2011 e 2016, o índice sintético de fecundidade diminuiu nas duas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro. Em 2016, estas regiões apresentavam um índice sintético de fecundidade inferior a 1,3, registando a Área Metropolitana de Lisboa o número médio de filhos por mulher em idade fértil mais elevado (1,63). Em 2016, o retrato municipal da taxa de fecundidade geral evidenciava valores mais elevados para municípios localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, e valores menos expressivos em municípios do Interior Norte e Centro e nas regiões autónomas.

O efetivo populacional de mulheres em idade fértil diminuiu entre 2011 e 2016 e o retrato municipal para 2016 permitiu verificar que o Interior do Continente registava menores volumes de população feminina em idade fértil. Em contraponto, os municípios das regiões autónomas apresentavam os valores mais elevados.

Os dados permitiram constatar que, entre 2011 e 2016, se reforçou a tendência de adiamento da parentalidade, lida à luz do aumento da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho e que no ano de 2016, em 16 das 25 sub-regiões do país, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho situava-se acima dos 30 anos de idade. A Região Autónoma dos Açores mantém-se, entre 2011 e 2016, como a região do país onde este evento acontece comparativamente mais cedo. A parcela de nascimentos que ocorrem no período feminino fecundo mais tardio aumentou entre 2011 e 2016 e, em 2016, a maternidade tardia era mais elevada em territórios mais urbanizados e a maternidade precoce era mais expressiva nas áreas predominantemente rurais.

## O contributo demográfico da população estrangeira

As migrações contribuem para a estrutura, composição e distribuição da população num determinado território, podendo significar um reforço da população em idade ativa e em idade reprodutiva com potencial impacto na renovação da população e, em particular, da força de trabalho (Rosa, 2004; Abreu e Peixoto, 2009). Em 2000, as Nações Unidas publicaram um relatório<sup>19</sup> que consolidou a relação entre imigração e demografia em torno do conceito de migrações de substituição, que consiste no número de imigrantes necessários para compensar o declínio e o envelhecimento populacionais, bem como o decréscimo do saldo natural. Ainda que prospectivamente o volume de imigrantes necessários para compensar os défices populacionais seja avaliado como muito elevado (e.g., Peixoto *et al.*, 2017), reconhece-se que as migrações podem atenuar o envelhecimento demográfico por duas vias: por um lado, reforçando os grupos etários mais jovens e em idade ativa e, por outro lado, por via dos comportamentos associados à fecundidade (Ramos e Ferreira, 2016).

Em Portugal, em finais da década de 90 verificou-se uma intensificação dos fluxos imigratórios, sendo que a partir do ano de 2000 registou-se também uma diversificação em termos de proveniências (Pires, 2010), com destaque para a população proveniente de países da Europa de Leste e do Brasil (Baganha *et al.*, 2010; Malheiros, 2007). Entre 2000 e 2015, a população estrangeira a residir legalmente<sup>20</sup> em território nacional registou um aumento progressivo até 2009, ano em que o número de estrangeiros atingiu o valor mais elevado (451 742 estrangeiros, representando 4,3% do total de população residente). A partir de 2010, este valor tem vindo a diminuir e, em 2015, residiam em Portugal 383 759 estrangeiros, que representavam 3,7% da população residente total. As principais nacionalidades correspondiam ao Brasil (21,0%), Cabo Verde (10,0%), Ucrânia (9,3%), Roménia (8,0%), China (5,4%) e, com expressão numérica ainda acima dos 15 mil, Angola (4,7%), Reino Unido (4,5%) e Guiné-Bissau (4,4%).

<sup>19</sup> *Replacement migration: Is it a solution to declining and ageing populations?*

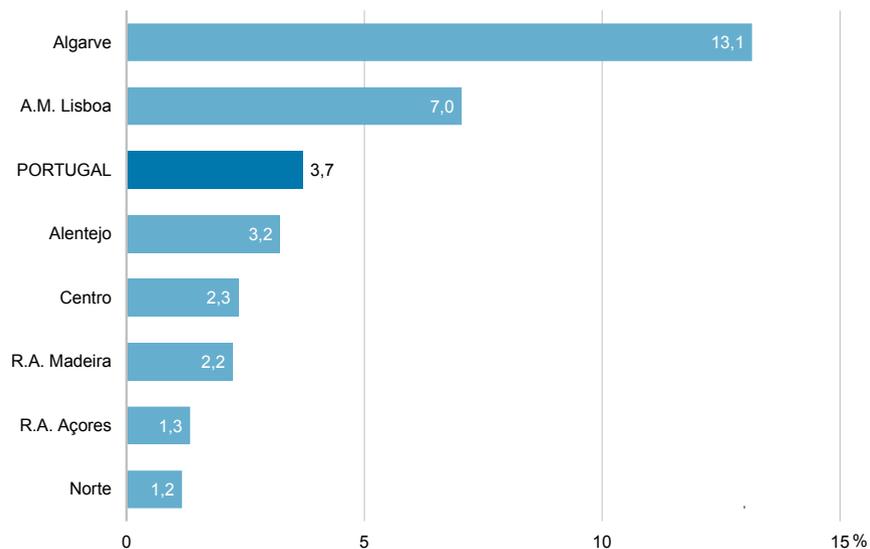
<sup>20</sup> A população estrangeira com estatuto de residente compreende exclusivamente os indivíduos de nacionalidade estrangeira detentores de um título de residência válido e inclui aqueles, que apesar de já terem nascido em Portugal, mantêm a nacionalidade dos pais, ou seja, as designadas segundas e terceiras gerações.

## EM 2015, A PRESENÇA DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA ERA MAIS ELEVADA NA REGIÃO DO ALGARVE E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Por regiões, o retrato territorial para 2015 destaca o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa como as regiões NUTS II onde se registavam os valores mais elevados de população estrangeira residente face ao total de população residente<sup>21</sup> (13,1% e 7,0%, respetivamente) e as únicas que superavam a média nacional. Por sua vez, a região Norte (1,2%) e a Região Autónoma dos Açores (1,3%) assinalavam os valores mais baixos [Figura II.39].

Figura II.39

Proporção de população estrangeira com estatuto de residente no total da população residente, Portugal e NUTS II, 2015



Fonte: MAI, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

<sup>21</sup> **Proporção de população estrangeira com estatuto de residente no total de população residente:** População estrangeira com estatuto de residente / População residente total x 100.

Dando continuidade à análise desenvolvida com base nos dados da população estrangeira a residir em Portugal (INE, 2011; INE 2013), que colocou em evidência que diferentes grupos de nacionalidade apresentam padrões territoriais de residência diferenciados em Portugal, recorre-se a representações de curvas de concentração de Lorenz e ao cálculo do Índice de Gini [Caixa II.2]. A análise diferencia, para além do total de população estrangeira residente em 2015, os estrangeiros de Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP) (que representavam 22,3% do total de população estrangeira) – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, da Europa de Leste (21,9%) – Ucrânia, Roménia, Moldávia, Bulgária e Rússia –, do Brasil (21,0%) e da União Europeia a 25 países<sup>22</sup> (17,7%).

**OS PRINCIPAIS GRUPOS NACIONALIDADES DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL APRESENTAVAM EM 2015 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DIFERENCIADOS, SALIENTANDO-SE O MAIOR GRAU DE CONCENTRAÇÃO EM RELAÇÃO AO PALP E A SUA SOBRRERREPRESENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E DO ALGARVE**

### Caixa II.2

#### Curva de Lorenz e Índice de Gini

A **curva de concentração de Lorenz** corresponde a uma representação gráfica que relaciona a distribuição acumulada de duas variáveis. Desta representação, consta também a reta de igual distribuição, sendo que, quanto maior o afastamento em relação a esta, maior é a concentração da variável representada no eixo das ordenadas (na presente análise, a população estrangeira residente, distinguindo os principais grupos de nacionalidades) face à variável representada no eixo das abcissas (na presente análise, o total de população residente).

O **índice de Gini** (IG) foi calculado tendo por base a formulação proposta por Robinson (2000):

$$IG = \left( \frac{1}{2} \sum_{j=1}^n |x_j - y_j| \right) \times 100$$

em que :

$x_j$  corresponde ao rácio entre a população estrangeira do grupo de nacionalidade específico em cada município  $j$  e a população estrangeira residente do grupo de nacionalidade específico no país;

$y_j$  corresponde ao rácio entre a população residente em cada município  $j$  e o total de população residente no país.

O índice varia entre 0 e 100, sendo que valores mais próximos de 100 refletem maior desigualdade na distribuição da população estrangeira face à população residente total e, neste sentido, indicam situações de maior concentração territorial.

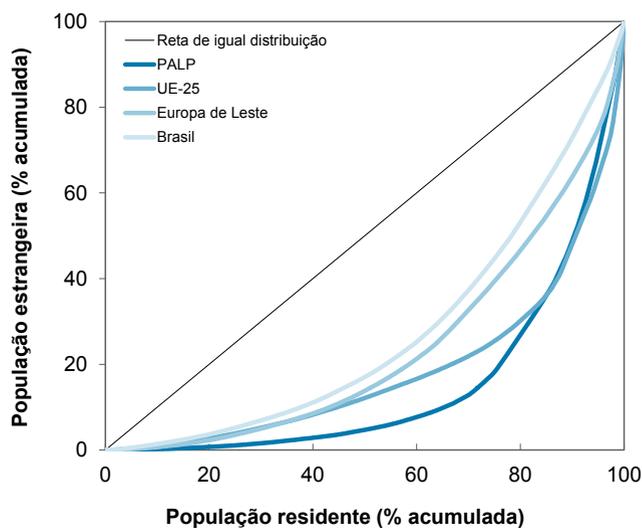
<sup>22</sup> Face aos países da União Europeia (UE-28) não inclui os países de adesão mais recente: a Bulgária e a Roménia (2007) e a Croácia (2013). Note-se, em particular, que a população de nacionalidade búlgara e romena foi considerada no grupo de análise da Europa de Leste, dada a importância dos fluxos migratórios para Portugal em finais da década de 90 e no início do século XXI.

Os resultados permitem verificar que os principais grupos de nacionalidades apresentam padrões de concentração diferenciados. Em 2015, a concentração geográfica era menos intensa em relação à população estrangeira proveniente do Brasil e de países da Europa de Leste, e mais intensa em relação aos PALP [Figura II.40]. O índice de

Gini corrobora esta leitura, destacando que a concentração territorial era mais elevada em relação à população proveniente de PALP, comparativamente aos valores observados para os outros grupos em análise e para o total de população estrangeira [Figura II.40].

Figura II.40

Curva de concentração e Índice de Gini da população estrangeira com estatuto de residente por principais grupos de nacionalidades face ao total da população residente, com base na distribuição da população por município, 2015



	IG
População estrangeira	37,2
PALP	57,3
União Europeia (UE-25)	49,9
Europa de Leste	38,9
Brasil	34,8

Fonte: MAI, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

O quociente de localização [Caixa II.3] constitui outra medida relevante para analisar os principais contextos de residência (Malheiros e Vala, 2004), uma vez que permite avaliar os territórios que revelam uma sobrerrepresentação dos grupos de nacionalidades em análise, possibilitando a identificação de zonas de maior concentração relativa da população estrangeira.

A leitura deste indicador permite salientar padrões territoriais de concentração e distribuição diferenciados tendo em conta os principais grupos de nacionalidades da população estrangeira em Portugal, sendo possível identificar um padrão territorial que destaca o Litoral em oposição ao Interior, com o primeiro a evidenciar uma presença mais expressiva de população estrangeira. Deste modo, em 2015 a população estrangeira residente em Portugal encontrava-se particularmente sobrerrepresentada em municípios do Algarve, da Área Metropolitana de Lisboa (em particular, Lisboa, Amadora, Cascais, Odivelas, Sintra e Loures), destacando-se ainda os municípios de Odemira e Sines (Alentejo Litoral), Ferreira do Alentejo (Baixo Alentejo), Pedrógão Grande (Região de Leiria) e Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores) [Figura II.41].

### Caixa II.3

#### Quociente de localização

O **quociente de localização** (QL) corresponde a uma medida que permite aferir a sobrerrepresentação de um determinado grupo numa unidade territorial (na presente análise, o município) em relação a um contexto territorial mais amplo (na presente análise, o país). É expresso pela seguinte equação:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \bigg/ \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} < \infty)$$

onde:

$X_{rj}$  - população do grupo  $j$  na unidade territorial  $r$

$X_r$  - população total na unidade territorial  $r$

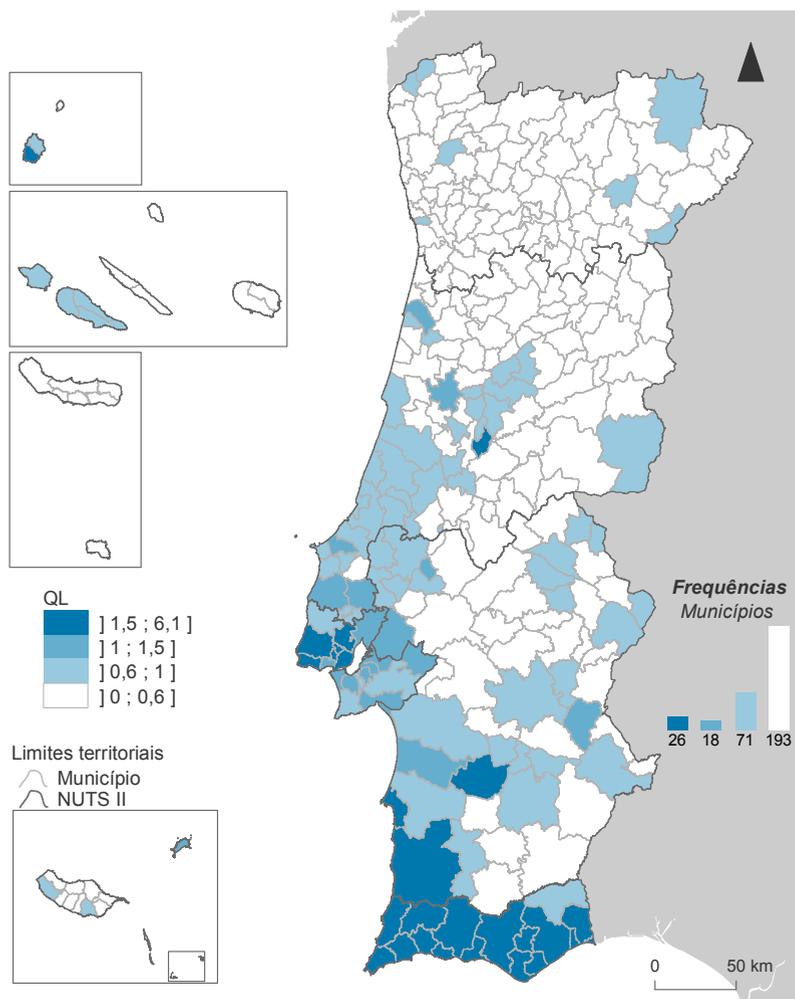
$X_{pj}$  - população do grupo  $j$  na contexto territorial  $p$

$X_p$  - população total na contexto territorial  $p$

Valores superiores à unidade são indicativos de uma sobrerrepresentação do grupo  $j$  na unidade territorial  $r$  em relação à expressão desse grupo no que respeita ao contexto territorial mais amplo.

Figura II.41

Quocientes de localização da população estrangeira com estatuto de residente por município, 2015



Fonte: MAI, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

No que respeita à população oriunda dos PALP, o número de municípios onde este grupo se encontrava sobrerrepresentado era, comparativamente, menor (25 com valores superiores à unidade) e também espacialmente mais concentrado, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa (sobretudo Amadora, Sintra, Loures, Odivelas, Seixal e Moita), nos municípios de Albufeira, Loulé e Portimão no Algarve e o município de Sines no Alentejo Litoral [Figura II.42].

Em relação à população proveniente de países da União Europeia (UE-25) verifica-se que este grupo se encontrava sobrerrepresentado em 69 municípios, e de modo mais expressivo em todos os municípios do Algarve, num conjunto de municípios da Região de Coimbra e da Região de Leiria, nos municípios de Cascais e Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa), de Marvão, Castelo de Vide e Arronches (Alto Alentejo), Ourique e Alvito (Baixo Alentejo), Odemira (Alentejo Litoral), e ainda os municípios de Óbidos e Caldas da Rainha (Oeste) e de Valença (Alto Minho). Nas regiões autónomas, a população estrangeira proveniente da UE-25 encontrava-se particularmente sobrerrepresentada nos municípios Lajes das Flores, Horta, Vila do Porto e Lajes do Pico, na Região Autónoma dos Açores, e Calheta, Porto Santo, Funchal e Ponta do Sol na Região Autónoma da Madeira [Figura II.43].

Figura II.42

Quocientes de localização da população proveniente de PALP por município, 2015

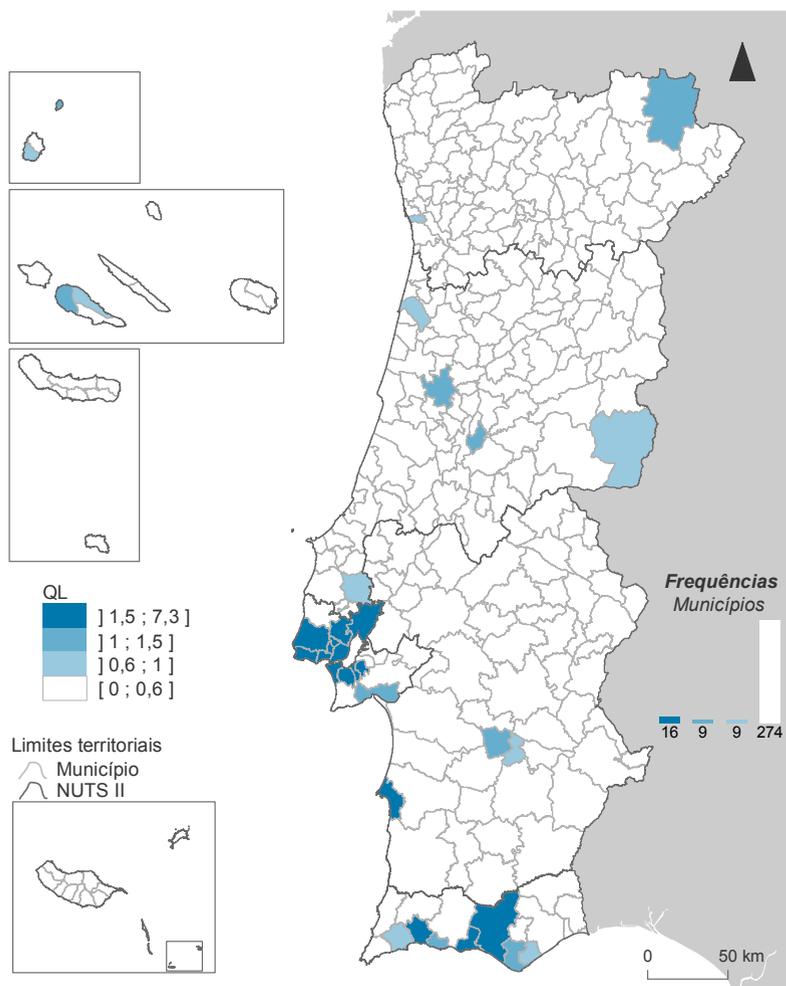
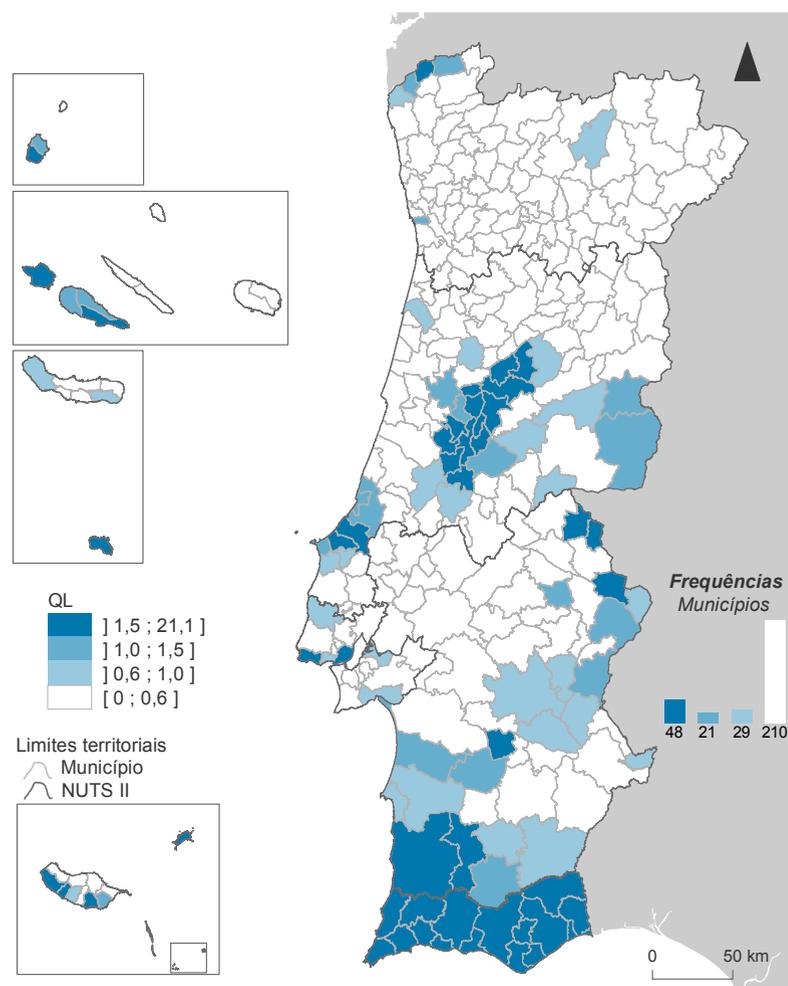


Figura II.43

Quocientes de localização da população proveniente da UE-25 por município, 2015





Em relação à população proveniente do Leste da Europa importa destacar que o número de municípios onde este grupo se encontrava sobrerrepresentado era o mais elevado e também o mais disperso territorialmente (87 municípios com valores superiores à unidade), concentrando-se especialmente em municípios localizados num contínuo desde a Região de Leiria (Batalha, Porto de Mós, Marinha Grande, Pombal e Leiria), passando pelo Oeste (Torres Vedras, Alenquer, Óbidos, Bombarral, Arruda dos Vinhos e Lourinhã), a Área Metropolitana de Lisboa (Montijo, Alcochete, Cascais, Palmela, Odivelas, Loures e Setúbal), pelo Alentejo Litoral (Odemira, Sines, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém) até ao Algarve (todos, com exceção de Alcoutim) [Figura II.44].

Por último, a população estrangeira oriunda do Brasil encontrava-se especialmente concentrada em municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Cascais, Lisboa, Odivelas, Mafra, Almada, Setúbal, Amadora, Sintra, Oeiras e Vila Franca de Xira) e do Algarve (Albufeira, Loulé, Portimão, Lagos, Faro e Lagoa), evidenciando-se ainda os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos (Oeste), Azambuja, Benavente (Lezíria do Tejo), Sines (Alentejo Litoral), Coimbra (Região de Coimbra) e Aveiro (Região de Aveiro) [Figura II.45].

Figura II.44

Quocientes de localização da população proveniente de países da Europa de Leste por município, 2015

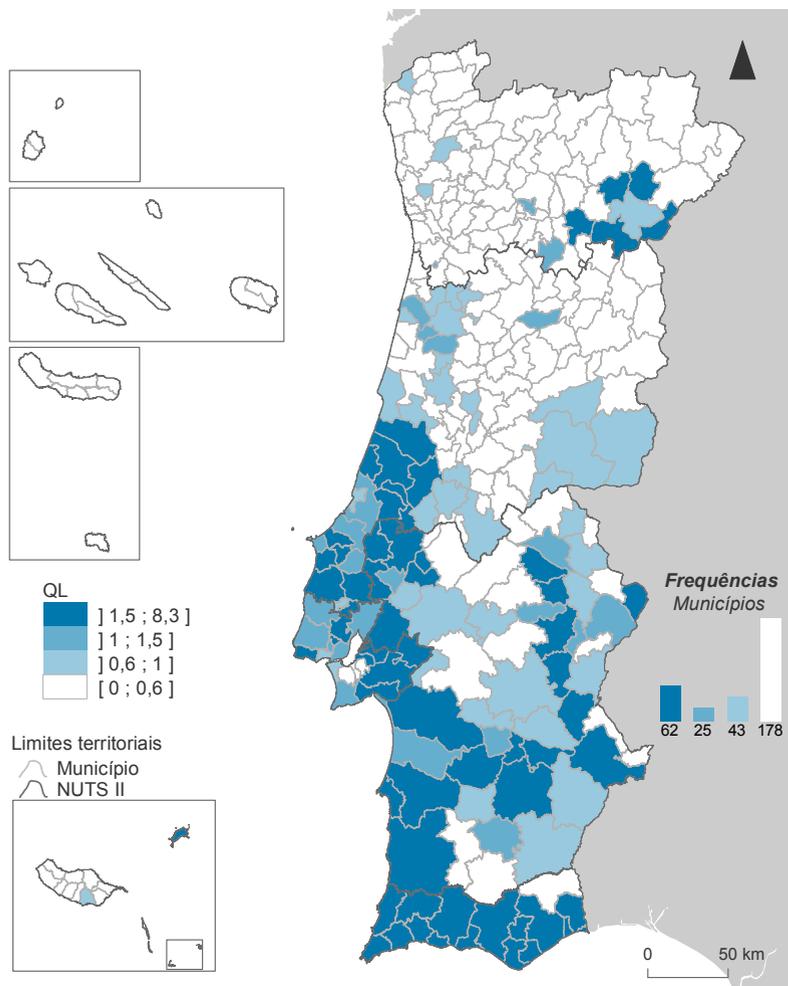
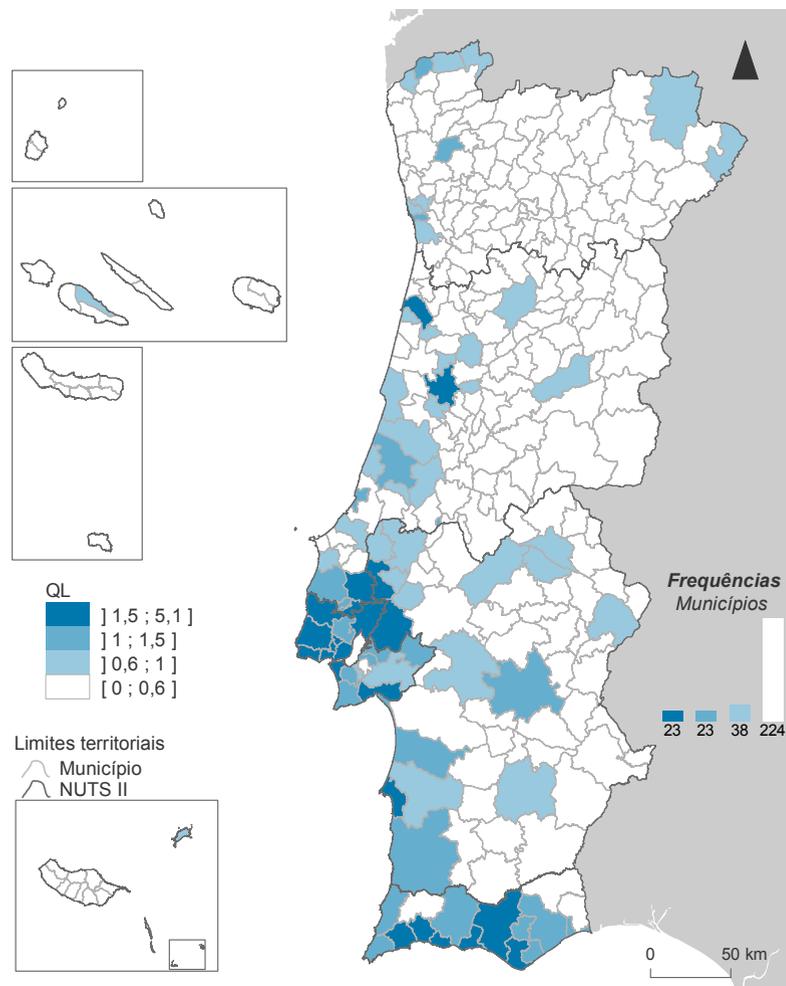


Figura II.45

Quocientes de localização da população proveniente do Brasil por município, 2015



## NO PERÍODO DE 2012 A 2016, A PROPORÇÃO DE NADOS-VIVOS DE MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA ERA SUPERIOR A 16% NO ALGARVE E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

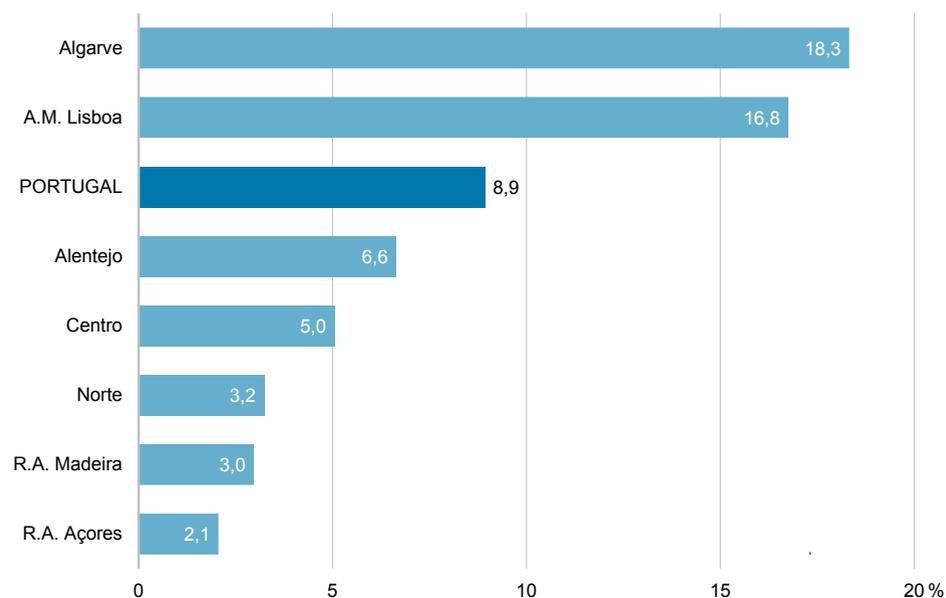
Para além do impacto que a população estrangeira pode ter ao nível do efetivo populacional nos diferentes contextos territoriais, a sua presença é igualmente potenciadora de um reforço da população em idade ativa e em idade fecunda. No entanto, importa ter em conta que os comportamentos demográficos dos diferentes grupos

de nacionalidades da população estrangeiros não são homogéneos (Peixoto, 2008), incluindo ao nível dos indicadores de fecundidade.

Para o quinquénio 2012-2016, observa-se que 8,9% do total de nascimentos eram de mães de nacionalidade estrangeira<sup>23</sup>. Esta proporção aumentava para 18,3% e 16,8% no caso das regiões do Algarve e da Área Metropolitana de Lisboa. As restantes regiões do país apresentavam valores inferiores à média nacional, registando a Região Autónoma dos Açores o valor mais baixo neste indicador (2,1%) [Figura II.46]

Figura II.46

Proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira, Portugal e NUTS II, 2012-2016



Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

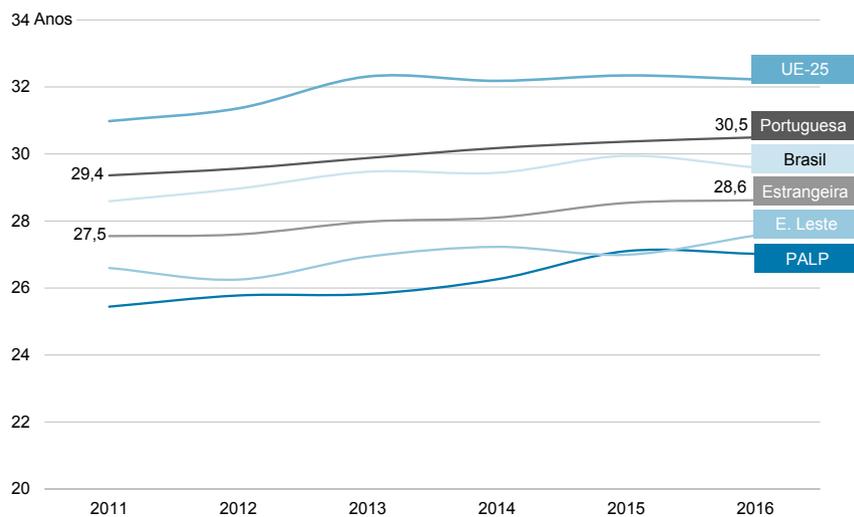
<sup>23</sup> **Proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira:** Número de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira / Número total de nados-vivos x 100.

### O NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO TENDE A ACONTECER, EM MÉDIA, MAIS CEDO PARA AS MÃES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA DO QUE PARA AS MÃES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA EM TODAS AS REGIÕES DO CONTINENTE

Recorrendo a informação sobre a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho é possível verificar que este evento tende a acontecer em média mais cedo no caso das mães de nacionalidade estrangeira – em 2016, aos 28,6 anos para as mães de nacionalidade estrangeira, e aos 30,5 anos de idade para as mães de nacionalidade portuguesa [Figura II.47]. Considerando os principais grupos de nacionalidades verifica-se que para o período em análise este evento ocorria, em média, mais cedo para as mães provenientes dos PALP e da Europa

Figura II.47

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho segundo os principais grupos de nacionalidade da mãe, Portugal, 2011-2016



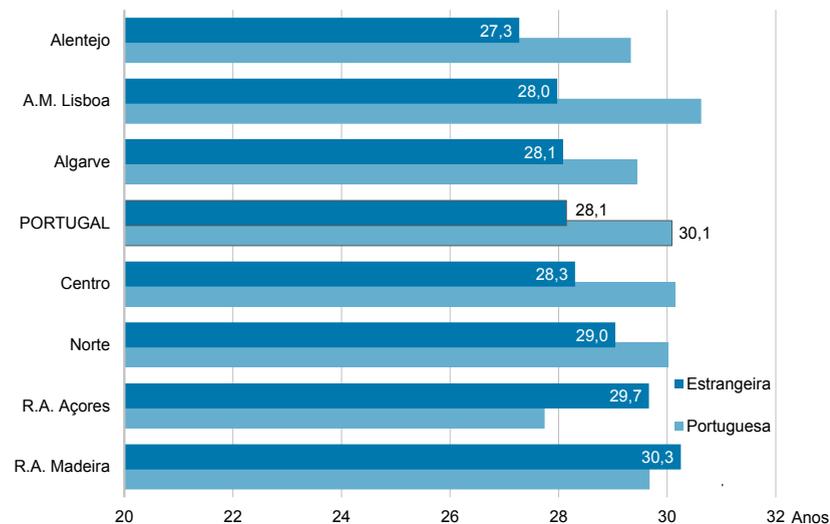
Fonte: INE, I.P., Nados-vivos.

da Leste. No caso das mães oriundas do Brasil, apesar da idade ao nascimento do primeiro filho ser, em média, mais elevada do que para o total da população estrangeira, este evento tende a ter lugar mais cedo do que para as mães de nacionalidade portuguesa. Contudo, a idade média ao nascimento do primeiro filho das mães provenientes de países da União Europeia (UE-25) era mais elevada tanto em relação ao total da população estrangeira como em relação às mães de nacionalidade portuguesa [Figura II.47].

Por regiões, os dados para o quinquénio de 2012 a 2016 permitem verificar que, com exceção das regiões autónomas, o nascimento do primeiro filho ocorria, em média, mais cedo para mães de nacionalidade estrangeira, sendo esta diferença mais evidente na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo [Figura II.48].

Figura II.48

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho segundo a nacionalidade da mãe, Portugal e NUTS II, 2012-2016





A população estrangeira residente em Portugal tem vindo a diminuir desde 2010, representando, em 2015, 3,7% do total de população residente no país. Em 2015, a presença de população estrangeira era mais elevada na região do Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa.

Os dados permitiram verificar que as principais nacionalidades de população estrangeira residente em Portugal apresentavam padrões de concentração geográfica diferenciados. Em 2015, a população proveniente de PALP encontrava-se mais concentrada territorialmente, sobretudo em municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve.

No quinquénio 2012 a 2016, a proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira era superior a 16% no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, registando a Região Autónoma dos Açores o valor mais baixo. Verificou-se que o nascimento do primeiro filho tende a acontecer em média mais cedo para as mães de nacionalidade estrangeira do que para as mães de nacionalidade portuguesa e que, para o quinquénio de 2012 a 2016, esta diferença era especialmente evidente na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo.

## CONCEITOS

**Área mediantemente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área predominantemente rural:** Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediantemente Urbana”.

**Área predominantemente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Casamento:** Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor.

**Crescimento efetivo da população (ou acréscimo populacional):** Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

**Densidade populacional:** Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

**Esperança de vida à nascença:** Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

**Esperança média de vida aos 65 anos:** Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata de 65 anos pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.



**Idade média ao nascimento do primeiro filho:** Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

**Idade média ao primeiro casamento:** Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

**Índice de dependência de idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 15-64 anos).

**Índice de dependência de jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 15-64 anos).

**Índice de envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas dos 0 aos 14 anos).

**Índice de longevidade:** Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 65 ou mais anos).

**Índice de renovação da população em idade ativa:** Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 55-64 anos).

**Índice sintético de fecundidade:** Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

**Nacionalidade:** Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

**Nado-vivo:** O produto do nascimento vivo.

**População estrangeira com estatuto legal de residente:** Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

**População média:** População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

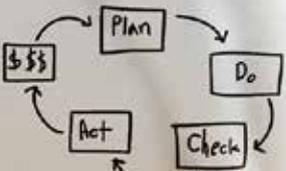
**População residente:** Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

**População urbana:** População residente nas áreas predominantemente urbanas.

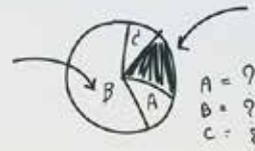
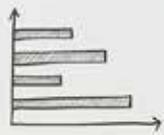
**Relação de masculinidade:** Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 ( $10^2$ ) mulheres).

**Taxa de fecundidade geral:** Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 ( $10^3$ ) mulheres em idade fértil).

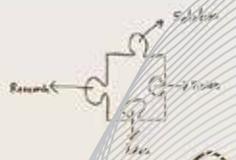




Success



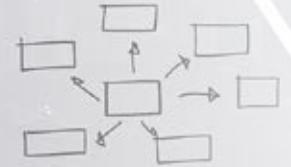
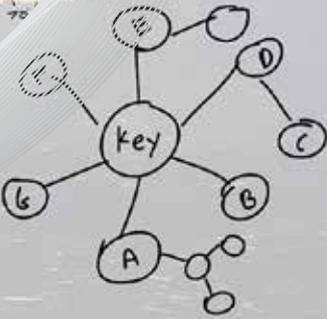
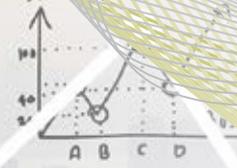
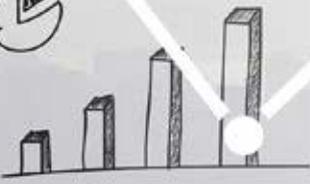
IDEA



$$A+B = \frac{2+LX^2}{3 \times 6}$$

$$1+2-CBC$$

$$\frac{1A+2B+C+D}{1+2+3+4}$$





A COMPETITIVIDADE E A  
INOVAÇÃO NAS REGIÕES  
PORTUGUESAS

## Enquadramento

Após o período de exposição à crise económica e financeira que caracterizou as economias ocidentais desde 2008 e também aos impactos das políticas de natureza restritiva aplicadas à economia portuguesa, alguns indicadores económicos e sociais têm apresentado, desde 2014, valores que apontam para uma inversão do ciclo recessivo em Portugal (INE, 2016; OCDE, 2017). Neste contexto, a inovação assume uma dimensão central na agenda política comunitária, enquanto fator crucial para o desenvolvimento económico e as orientações políticas assentam no crescimento inteligente através da afetação de recursos para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação (Comissão Europeia, 2014). No mesmo sentido e, refletindo o alinhamento com a estratégia europeia 2020, as prioridades estratégicas nacionais de intervenção dos fundos estruturais e de investimento para o período 2014-2020, nomeadamente no domínio da competitividade e internacionalização, assentam, entre outros, no reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (Portugal 2020, 2014).

Identificaram-se três pontos para a estruturação da análise:

*O desempenho económico das regiões e as condições para a inovação*, onde se pretende traçar um retrato do desempenho macroeconómico das regiões portuguesas nos últimos anos, bem como analisar alguns indicadores de qualificação de recursos humanos e relativos ao esforço

em I&D, fatores entendidos como relevantes para o reforço da inovação e, portanto, para potencializar o crescimento económico. Adicionalmente, no pressuposto que as atividades em setores de alta e média-alta tecnologia produzem bens e/ou serviços tecnologicamente mais exigentes e com maior valor acrescentado, na segunda parte caracteriza-se o *conteúdo tecnológico das regiões e a dinâmica das empresas de base tecnológica*, salientando a importância do mercado externo no desempenho destas empresas. Por último, pretende-se caracterizar os resultados da *inovação nas regiões portuguesas* no tecido empresarial assim como as aplicações resultantes do processo de inovação.

Na presente análise são considerados dados de diferentes fontes de informação tendo em conta o seu potencial de adequabilidade para melhor captar os fenómenos em análise. Procurou-se, sempre que possível, privilegiar a análise ao nível das sub-regiões NUTS III. Contudo, e tendo em conta que algumas das fontes de informação consideradas não permitem a desagregação territorial a essa escala, para alguns indicadores privilegiam-se a apresentação de resultados ao nível das regiões NUTS II. O período de análise considerado compreende a informação disponibilizada mais recente, tendo em consideração que as diferentes operações estatísticas em análise têm momentos de referência distintos. Sempre que se afigura pertinente e exequível, a análise é reforçada com um olhar comparativo das regiões portuguesas com o contexto europeu (UE-28).



### III.1. O DESEMPENHO ECONÓMICO DAS REGIÕES E AS CONDIÇÕES PARA A INOVAÇÃO

Após um período de crescimento económico negativo, a economia portuguesa apresentou, em 2014, resultados positivos na variação real do Produto Interno Bruto (PIB), situação que foi acompanhada de uma melhoria no saldo externo de bens e serviços, nomeadamente face aos anos anteriores à crise económica e financeira que caracterizou a economia internacional. Neste contexto, as regiões portuguesas apresentaram, nos últimos anos, trajetórias de crescimento económico distintos e de impactos diferenciados face aos constrangimentos associados às políticas públicas e às oscilações do contexto económico internacional, em particular europeu, em que se insere uma economia aberta como Portugal. Assim, a análise de indicadores macroeconómicos para caracterizar as regiões portuguesas pretende transmitir um retrato atualizado do desempenho económico regional no passado recente. Esta imagem constitui o contexto subjacente às políticas que visam o desenvolvimento das regiões.

A aposta no crescimento inteligente e no desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, que constituem orientações de política no âmbito da estratégia Europa 2020 (INE, 2015), colocam a tónica na inovação enquanto fator crucial para o desenvolvimento económico. É reconhecida a importância que a inovação assume como condição necessária para o aparecimento e expansão de novas atividades, bem como pelo potencial contributo para a melhoria do desempenho das empresas (Mamede, 2015). Neste contexto, é analisado um conjunto de informação estatística com o intuito de apresentar as condições para a inovação, recorrendo à análise de alguns indicadores identificados no *Regional Innovation Scoreboard*<sup>1</sup> respeitantes à qualificação dos recursos humanos e ao esforço em I&D.

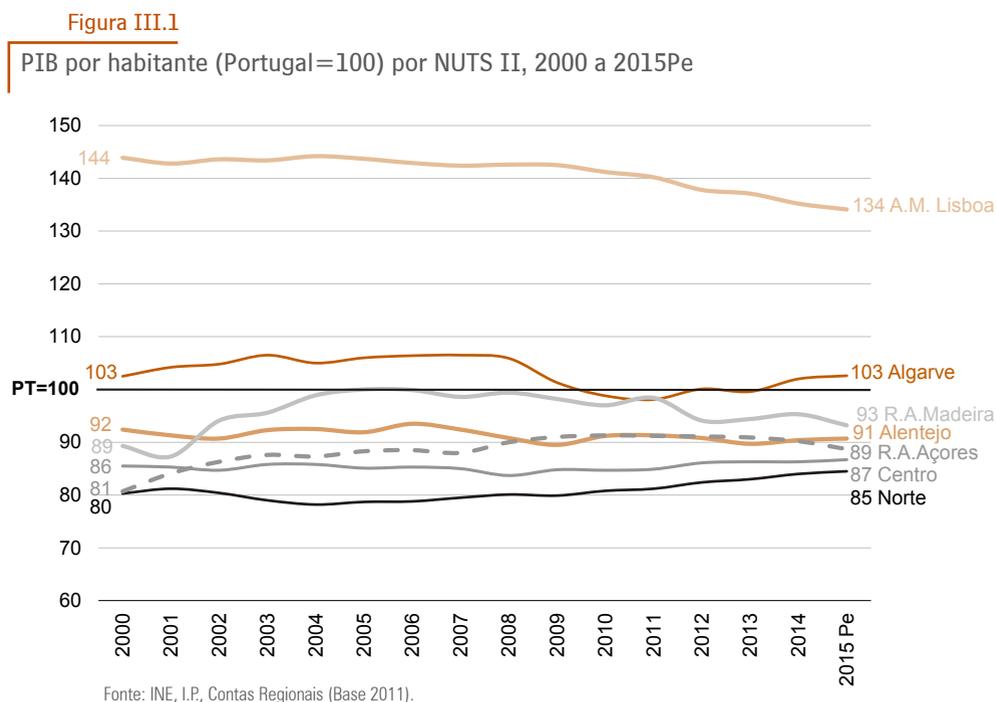
<sup>1</sup> O *Regional Innovation Scoreboard* desenvolvido por iniciativa da Comissão Europeia, fornece uma avaliação comparativa do desempenho dos Estados-Membros da UE, e de alguns países terceiros, em matéria de investigação e inovação.

## Desempenho económico

O desempenho económico das regiões portuguesas pode ser aferido através do PIB por habitante<sup>2</sup>. Os dados das Contas Nacionais e Regionais revelam que, em 2015, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve eram as únicas regiões a apresentar valores acima da média nacional neste indicador. As regiões Norte e Centro eram as que mais se distanciavam da média do país, com índices de PIB por habitante de 85 e 87, respetivamente [Figura III.1].

**ENTRE 2000 E 2015, EM TODAS AS REGIÕES NUTS II, COM EXCEÇÃO DO ALENTEJO, VERIFICOU-SE UMA APROXIMAÇÃO DO VALOR DO PIB POR HABITANTE AO VALOR MÉDIO NACIONAL, EVIDENCIANDO UMA CONVERGÊNCIA DOS DESEMPENHOS ECONÓMICOS DAS REGIÕES PORTUGUESAS**

Entre 2000 e 2015 verificou-se uma convergência dos desempenhos regionais já que os valores do PIB por habitante se aproximaram do valor nacional em todas as regiões, com exceção do Alentejo que se distanciou ligeiramente (de 92% em 2000 para 91% do valor nacional em 2015). A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que, no período considerado, apresentou anualmente um PIB por habitante superior à média nacional ainda que tenha registado uma tendência de diminuição e conseqüente aproximação do valor de Portugal. O desempenho do Algarve, medido através deste indicador, ficou aquém do valor nacional apenas nos anos de 2010, 2011 e 2013. Entre as regiões com PIB por habitante inferior ao valor médio nacional, a Região Autónoma dos Açores foi a que, no período em análise, mais convergiu para o valor nacional (89% do valor nacional em 2015 face a 81% em 2000).



<sup>2</sup> Produto Interno Bruto (PIB) por habitante: PIB / População residente.



A leitura dos dados preliminares do PIB por habitante ao nível das NUTS III permite uma leitura mais detalhada das assimetrias regionais em termos de desempenho económico.

**EM 2015, A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, O ALENTEJO LITORAL, O ALGARVE E A REGIÃO DE LEIRIA ERAM AS ÚNICAS SUB-REGIÕES A SUPERAREM O VALOR MÉDIO NACIONAL DO PIB PER CAPITA**

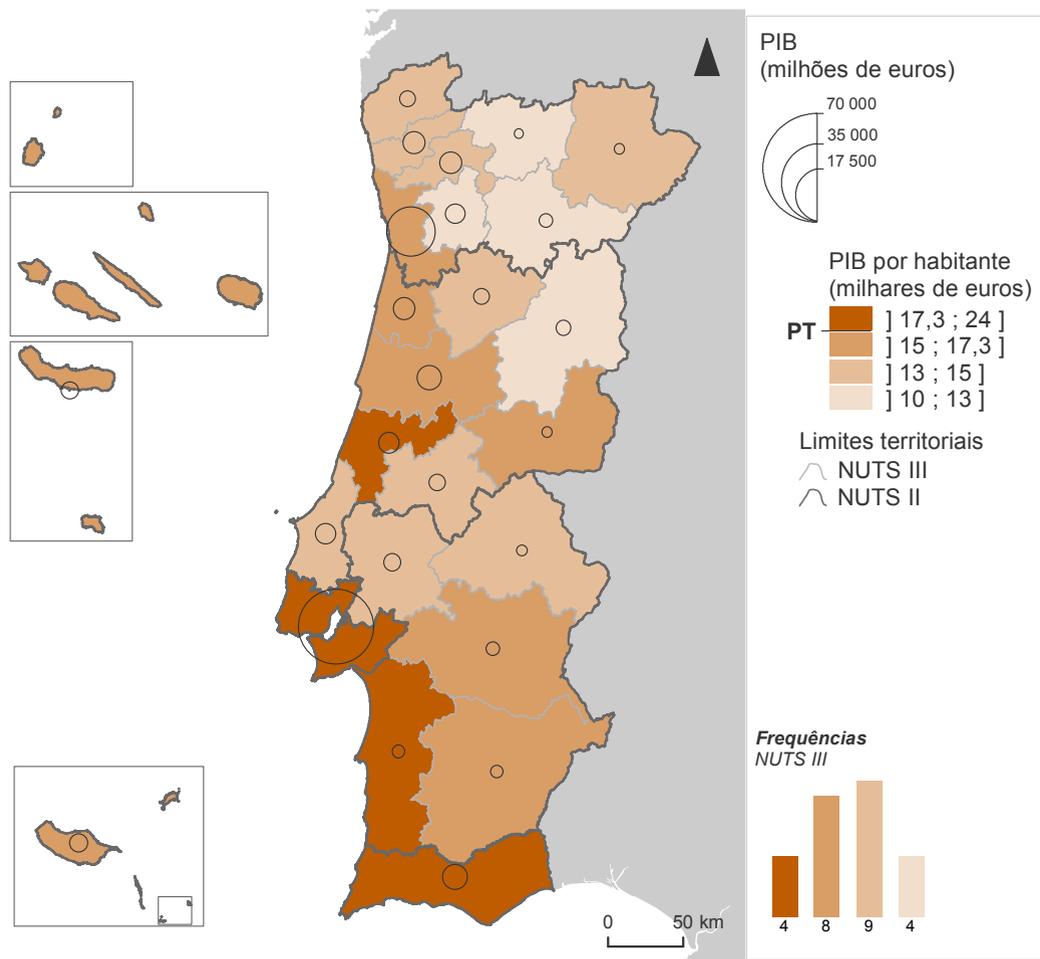
Em 2015, apenas quatro das 25 sub-regiões superavam o valor médio nacional de riqueza produzida por habitante (17,3 milhares de euros): a Área Metropolitana de Lisboa (23,2), o Alentejo Litoral (21,1), o Algarve (17,8) e a Região de Leiria (17,5). No contínuo de regiões NUTS III

formado pelo Tâmega e Sousa (11,0), Alto Tâmega (11,5), Douro (12,6) e Beiras e Serra da Estrela (11,8) verificaram-se os valores mais baixos neste indicador [Figura III.2].

Em 2015, o conjunto das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foi responsável por cerca de metade do valor do PIB em Portugal (no seu conjunto representaram 52,2% dos cerca de 180 mil milhões de euros produzidos). A Área Metropolitana de Lisboa concentrou cerca de um terço (65 mil milhões de euros) do valor do país. Para além das áreas metropolitanas, as sub-regiões com maior criação de riqueza foram o Algarve (7,9 mil milhões), a Região de Coimbra (6,8 mil milhões de euros), a Região de Aveiro e o Ave (6,1 mil milhões de euros em ambas), colocando em evidência a assimetria regional existente na produção de riqueza no território nacional.

Figura III.2

PIB por habitante e PIB por NUTS III, 2015Pe



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

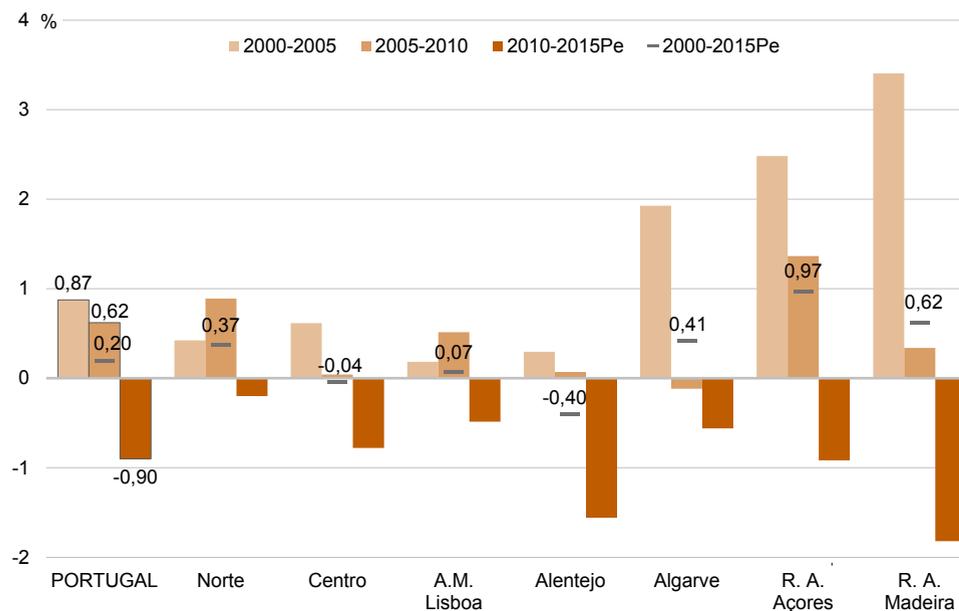
O crescimento médio anual real do PIB<sup>3</sup> [Figura III.3] foi, no período de 2000 a 2015, de +0,2%. A análise repartida pelos três períodos de 5 anos que constituem esta série temporal permite constatar um crescimento médio positivo no quinquénio de 2000-2005 (+0,87%) e também, embora a um ritmo mais lento, no período de 2005-2010 (+0,62%). Entre 2010-2015, observou-se um crescimento médio real negativo de -0,9% do PIB ao nível do país. A região do Norte (+0,37%), do Algarve (+0,41%) e as regiões autónomas registaram um crescimento real médio acima da média nacional no período 2000-2015. O crescimento económico nas restantes regiões ficou aquém do valor nacional, registando-se, neste período, uma diminuição no valor real do PIB das regiões Alentejo (-0,4%) e Centro (-0,04%).

**EM TODAS AS REGIÕES NUTS II COM EXCEÇÃO DO ALGARVE, O CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL REAL DO PIB FOI POSITIVO NOS PERÍODOS 2000-2005 E 2005-2010 E NEGATIVO NO QUINQUÉNIO 2010-2015**

Contudo, o crescimento económico das regiões não foi constante ao longo deste período de 15 anos. Em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, o crescimento médio foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015. Na região do Algarve a diminuição real do PIB verificou-se nos períodos 2005-2010 e 2010-2015.

**Figura III.3**

Taxa de crescimento real anual médio do PIB, Portugal e NUTS II, 2000-2005, 2005-2010, 2010-2015Pe e 2000-2015Pe



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

<sup>3</sup> Taxa de crescimento real anual médio do PIB:  $\left( \frac{\text{Valor do PIB no ano final}}{\text{Valor do PIB no ano inicial}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100$ , onde n é o número de anos do período observado.

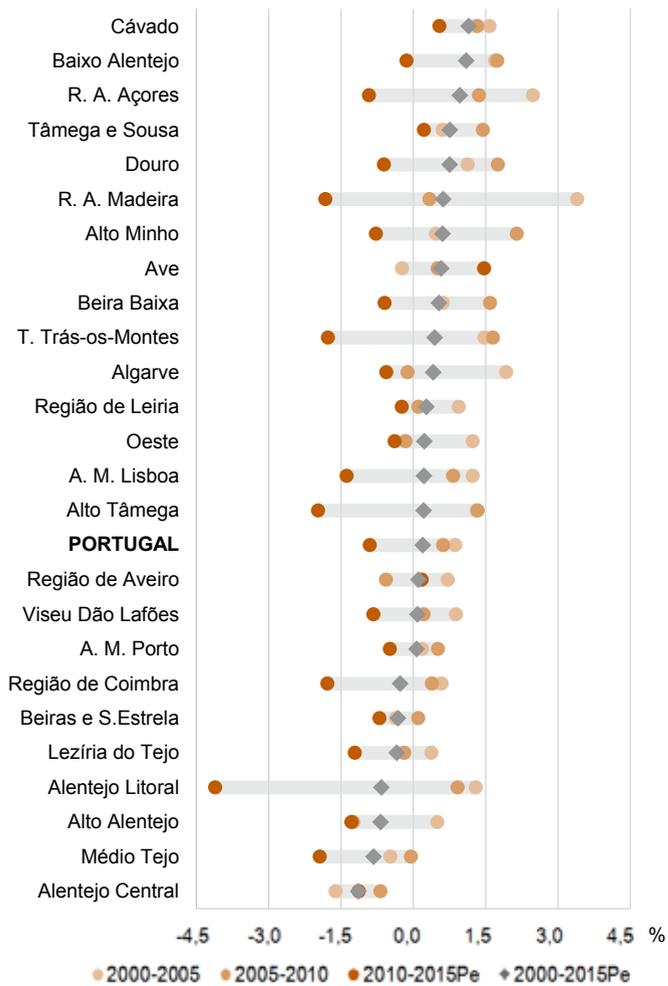
Ao nível das regiões NUTS III, as disparidades nos ritmos de crescimento médio considerando estes três períodos quinquenais foram mais expressivas no Alentejo Litoral, na Região Autónoma da Madeira, em Terras de Trás-os-Montes, na Região Autónoma dos Açores e no Alto Tâmega, sub-regiões que registaram simultaneamente maiores crescimentos médios no período 2000-2005 e diminuições reais do PIB mais significativas no quinquénio de 2010-2015 [Figura III.4].

Entre 2010 e 2015 a riqueza do país diminuiu 0,9% em termos reais. Neste quinquénio, apenas quatro das 25 sub-regiões registaram um crescimento real positivo do PIB: a Região de Aveiro (+0,17%) e as três sub-regiões contíguas do Norte que envolvem a Área Metropolitana do Porto: Ave (+1,47%), Cávado (+0,54%) e Tâmega e Sousa (+0,22%). Neste período, os maiores decréscimos do PIB em termos reais registaram-se no Alentejo Litoral (-4,11%), no Médio Tejo (-1,94%), na Região de Coimbra (-1,78%), no Alto Tâmega (-1,97%), em Terras de Trás-os-Montes (-1,77%) e na Região Autónoma da Madeira (-1,82%).

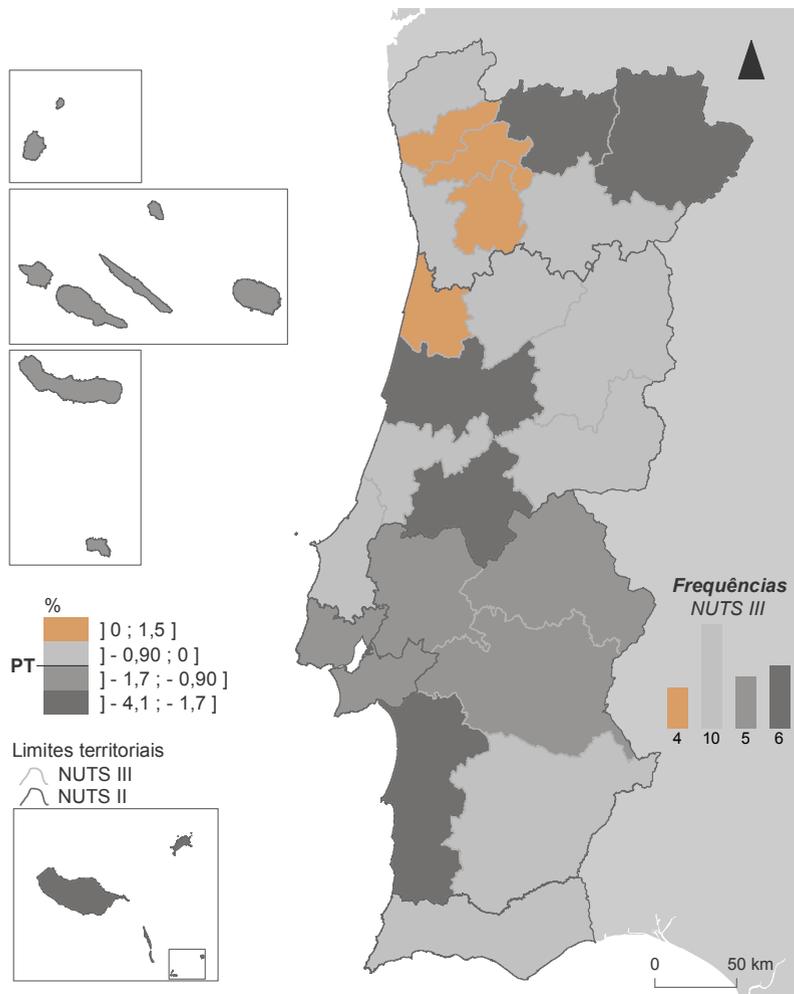
Figura III.4

Taxa de crescimento real anual médio do PIB, Portugal e NUTS III

2000-2005, 2005-2010, 2010-2015Pe e 2000-2015Pe



2010-2015Pe



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Entre 2000 e 2014, a estrutura produtiva portuguesa (aferida pela repartição setorial do valor acrescentado bruto) seguiu uma tendência de terciarização que se deveu sobretudo à diminuição do contributo do setor secundário<sup>4</sup> para a criação de valor acrescentado, a par de se ter verificado também uma perda de importância relativa da riqueza criada pelo setor primário. O setor terciário, responsável pela criação de 69% do VAB da economia em 2000, aumentou esta proporção para 76% em 2014, enquanto o setor secundário diminuiu de 28% para 22% e o setor primário de 4% para 2%, respetivamente.

**ENTRE 2000 E 2014, O BAIXO ALENTEJO FOI A ÚNICA SUB-REGIÃO EM QUE PROPORÇÃO DE VAB GERADO PELO SETOR SECUNDÁRIO AUMENTOU EM DETRIMENTO DOS RESTANTES SETORES DA ECONOMIA, CONTRARIANDO A TENDÊNCIA DE TERCIARIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA OBSERVADA NAS RESTANTES SUB-REGIÕES PORTUGUESAS NESTE PERÍODO**

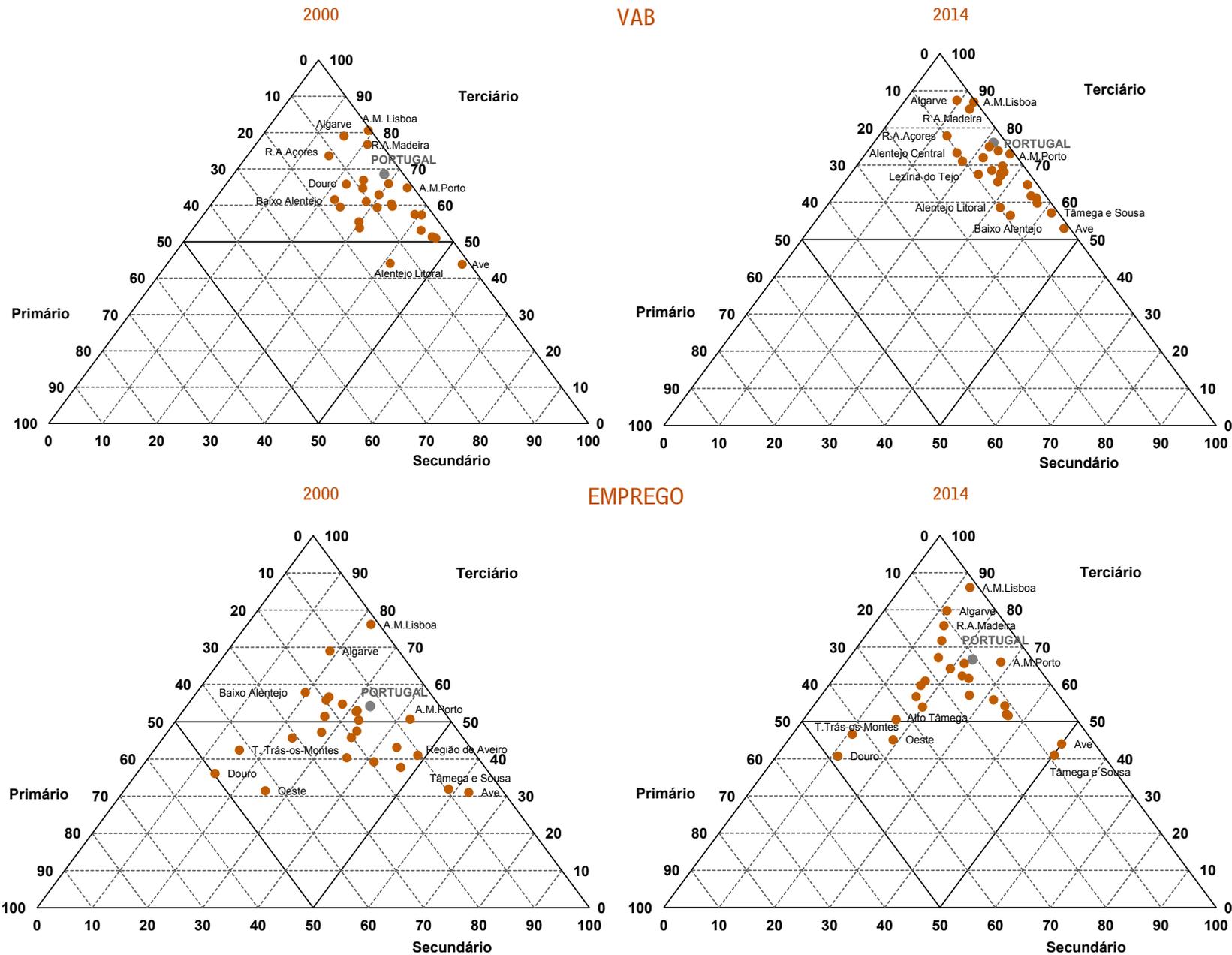
A Figura III.5, em que Portugal e as NUTS III estão posicionadas de acordo com a repartição do VAB por setor (primário, secundário e terciário) mostra, pela comparação de 2000 com 2014, que a terciarização da estrutura produtiva ocorreu em praticamente todas as sub-regiões portuguesas o que está patente na deslocação no sentido ascendente de todos os pontos dos gráficos. O Baixo Alentejo constituiu a única exceção, já que a proporção de VAB gerado pelo setor secundário aumentou neste período em detrimento dos restantes dois setores da economia.

Se em termos de VAB o setor terciário era preponderante em ambos os anos, no que diz respeito ao emprego subjacente à produção existia uma situação mais heterogénea, com várias NUTS III a apresentarem o emprego repartido de forma mais equilibrada pelos três setores de atividade no ano de 2000. Entre 2000 e 2014 a proporção de emprego no setor terciário aumentou em todas as sub-regiões, sendo porém possível identificar, no ano de 2014, NUTS III em que menos de metade da população estava empregada neste setor: Ave, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Oeste.

<sup>4</sup> Toma-se como referência a desagregação das atividades económicas da Nomenclatura de Contas Nacionais em três ramos de atividade – A3, para identificação dos setores primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), secundário (Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção) e terciário (Serviços).

Figura III.5

Repartição setorial do **VAB** e do **Emprego**, Portugal e NUTS III, 2000 e 2014



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

As diferentes repartições setoriais do VAB e do Emprego colocam em evidência as diferenças de produtividade subjacentes aos diversos setores de atividade. Em 2014, o valor global da produtividade aparente do trabalho<sup>5</sup> em Portugal era de 33,5 milhares de euros. A imagem territorial do país [Figura III.6] revela que, de Norte para Sul, os valores da produtividade aparente do trabalho apresentavam uma tendência crescente, sendo o Oeste a única exceção: apresentava o terceiro valor mais baixo de produtividade ao nível das sub-regiões (23,6 mil euros). Para além do Oeste, os menores valores de VAB por indivíduo empregado situavam-se no Douro (20,6), Tâmega e Sousa (23,2), Beiras e Serra da Estrela (24,0) e Terras de Trás-os-Montes (24,9). As produtividades mais elevadas concentravam-se no Sul do país – Alentejo Litoral (42,6), Área Metropolitana de Lisboa (42,5), Baixo Alentejo (36,7), Algarve (35,0), Lezíria do Tejo (33,7) – e na Região Autónoma da Madeira (33,7).

#### AS DISPARIDADES SETORIAIS MAIS EXPRESSIVAS NA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO REGISTRARAM-SE NAS SUB-REGIÕES DO BAIXO ALENTEJO, ALENTEJO LITORAL, TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, BEIRA BAIXA, DOURO E ALTO TÂMEGA ONDE OS VALORES DE VAB POR INDIVÍDUO EMPREGADO DO SETOR SECUNDÁRIO FORAM SUPERIORES AOS DO SETOR TERCIÁRIO

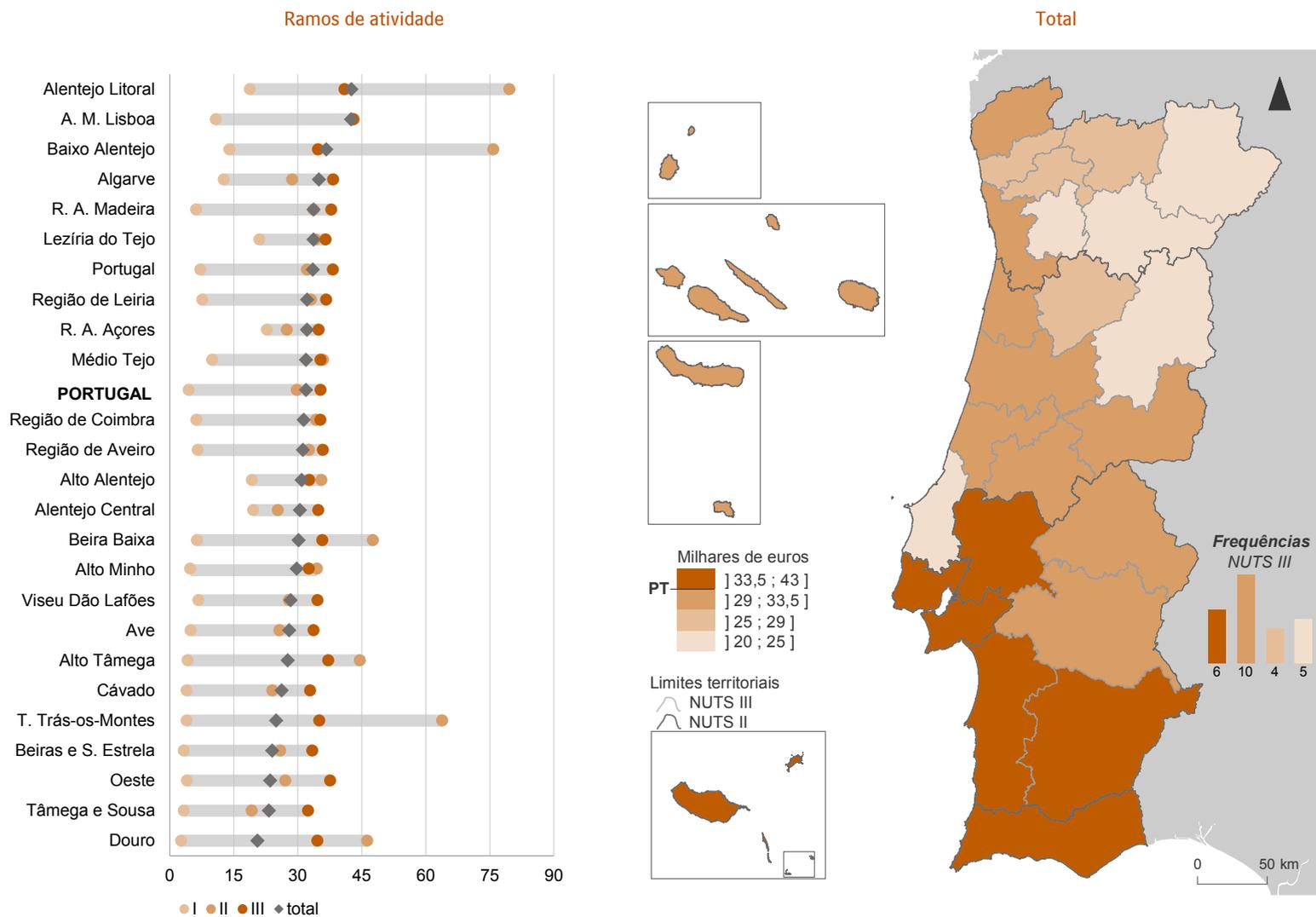
Em termos setoriais, em 2014, no conjunto do país, o setor terciário apresentava o maior valor de produtividade aparente (38,2 mil euros), seguido do setor secundário (32,2) e, a maior distância, do setor primário (7,2). Esta diferenciação nos resultados setoriais era extensível à maioria das sub-regiões. As disparidades setoriais mais expressivas na produtividade aparente do trabalho registaram-se nas NUTS III com valores de VAB por indivíduo empregado do setor secundário superiores aos do setor terciário: Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa, Douro e Alto Tâmega.

---

<sup>5</sup> **Produtividade aparente do trabalho:** Valor acrescentado bruto/População empregada.

Figura III.6

Produtividade aparente do trabalho por ramos de atividade, Portugal e NUTS III, 2014



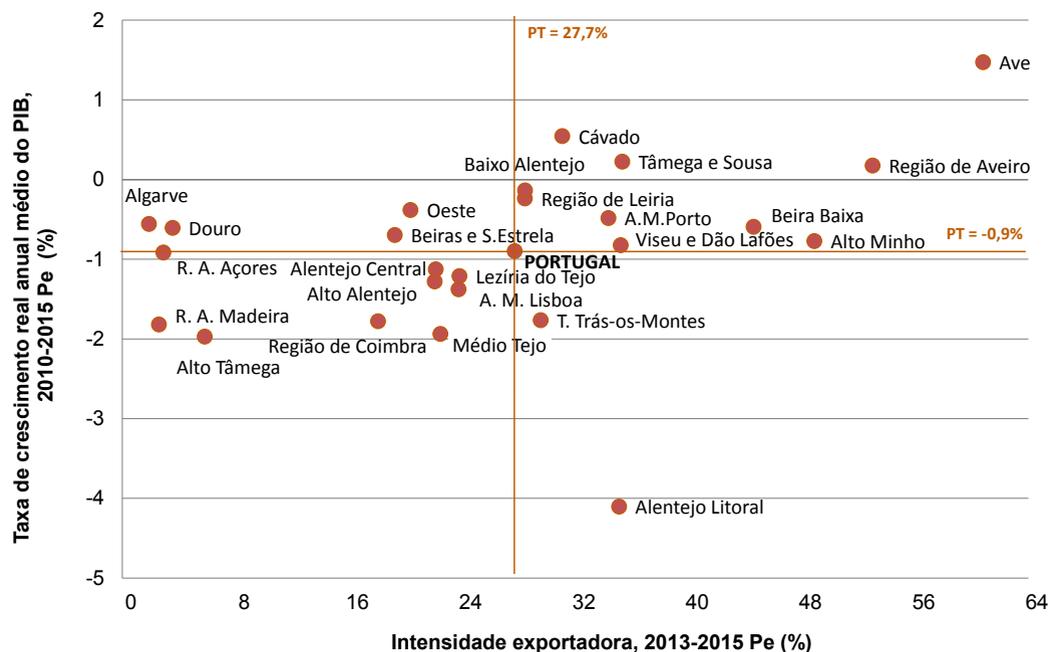
Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Em Portugal, o valor de exportações de bens tem vindo a ganhar importância no PIB nacional desde 2010. No período 2013-2015<sup>6</sup>, o valor médio da intensidade exportadora<sup>7</sup> era de 27,7% a nível nacional. Tendo em conta a evolução do PIB em volume no período 2010-2015 (ver Figura III.4), verifica-se que as quatro sub-regiões em que a riqueza

cresceu em termos reais neste período apresentaram também valores acima da média nacional na intensidade exportadora no triénio 2013-2015: Ave (60,8%) e Região de Aveiro (53,0%) com os valores mais elevados neste indicador, Cávado (31,1%) e Tâmega e Sousa (35,3%) [Figura III.7].

Figura III.7

**Intensidade exportadora** (2013-2015Pe) e taxa de crescimento real anual médio do PIB (2010-2015Pe), Portugal e NUTS III



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011) e Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

<sup>6</sup> A análise de indicadores para um período supra-anual resultou da necessidade de expurgar eventuais comportamentos voláteis, tendo-se optado, nestes casos, por calcular a média dos valores anuais do indicador.

<sup>7</sup> **Intensidade exportadora:** Exportações de bens / PIB x 100.



A informação relativa ao comércio externo de bens, através da análise dos dados das Estatísticas do Comércio Internacional de Bens<sup>8</sup>, revela em Portugal uma taxa de cobertura das importações pelas exportações<sup>9</sup> de 81,1% para o triénio 2014-2016.

### A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E AS TRÊS NUTS III CONTÍGUAS AVE, ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E REGIÃO DE AVEIRO REPRESENTARAM, NO SEU CONJUNTO, CERCA DE DOIS TERÇOS DO VALOR NACIONAL DAS EXPORTAÇÕES NO TRIÉNIO 2014-2016

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro mostra que, neste período, 18 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima de 100%, evidenciando a existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais do que duplicava o valor das importações [Figura III.8]. Estavam nesta situação a Beira Baixa, o Baixo Alentejo, o Tâmega e Sousa e o Alentejo Litoral. Com taxas de cobertura médias próximas de 200% encontravam-se ainda as NUTS III do Ave, Cávado e Alentejo Central. O conjunto destas sete sub-regiões representava cerca de 20% do valor das exportações nacionais no período considerado.

A Área Metropolitana de Lisboa e as três NUTS III contíguas Ave, Área Metropolitana do Porto e Região de Aveiro foram as sub-regiões com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de dois terços do valor nacional no triénio 2014-2016. A Área Metropolitana de Lisboa apresentava a taxa de cobertura mais baixa (45,1%) mas era a sub-região que, individualmente, mais contribuía para o valor das exportações nacionais: cerca de 29% do valor médio de 49,2 mil milhões de euros relativos às exportações portuguesas no período 2014-2016. À Área Metropolitana de Lisboa seguia-se a Área Metropolitana do Porto que representava 20% das exportações nacionais para o período em análise, apresentando uma taxa de cobertura de 113,6%.

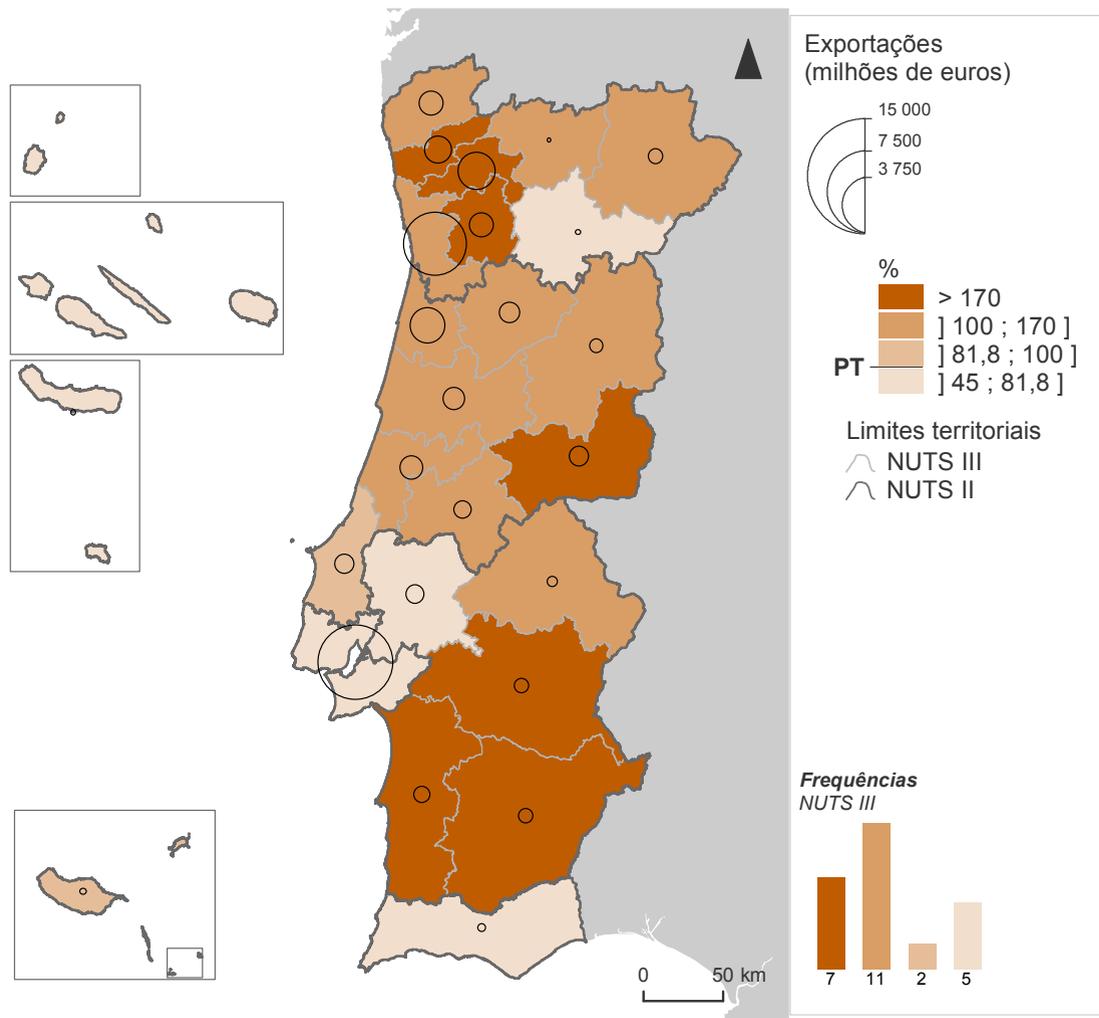
Para além dos operadores sediados na Área Metropolitana de Lisboa, também os operadores de comércio internacional sediados nas sub-regiões do Algarve, da Lezíria do Tejo, do Douro e da Região Autónoma dos Açores revelaram menor capacidade exportadora relativamente às importações registadas, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional.

<sup>8</sup> Os dados regionais analisados reportam-se à localização da sede do operador do comércio internacional, não retratando necessariamente o local de produção dos bens exportados ou de utilização da mercadoria importada.

<sup>9</sup> **Taxa de cobertura das importações pelas exportações:** Exportações / Importações x 100.

Figura III.8

Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador por NUTS III, 2014-2016Po



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.



Os dados das Contas Regionais Portuguesas revelam que, em 2015, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve eram as únicas regiões a apresentar índices de PIB por habitante acima da média nacional. Entre 2000 e 2015, em todas as regiões NUTS II, com exceção do Alentejo, verificou-se uma aproximação do valor do PIB por habitante à média nacional. Em 2015, apenas quatro das 25 sub-regiões NUTS III superavam o valor médio nacional do PIB *per capita*: o Alentejo Litoral e a Região de Leiria, para além da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve.

No entanto, o crescimento económico das regiões portuguesas não foi constante ao longo do período 2000-2015: no país e em todas as regiões NUTS II com exceção do Algarve, o crescimento médio anual real do PIB foi positivo nos períodos 2000-2005 e 2005-2010 e negativo no quinquénio 2010-2015.

Entre 2000 e 2014, a estrutura produtiva portuguesa seguiu uma trajetória de terciarização que resultou da perda de importância do setor secundário mas também do setor primário para a criação de VAB. Esta tendência foi comum em todas as sub-regiões NUTS III, com exceção do Baixo Alentejo, única sub-região onde o VAB do setor terciário perde importância relativa.

As disparidades setoriais mais expressivas na produtividade aparente do trabalho registaram-se nas sub-regiões onde os valores de VAB por indivíduo empregado do setor secundário foram superiores aos do setor terciário: Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa, Douro e Alto Tâmega.

Em Portugal, o valor das exportações de bens tem vindo a ganhar importância no PIB nacional desde 2010. As quatro sub-regiões NUTS III - Ave, Região de Aveiro, Cávado e Tâmega e Sousa - que apresentaram um maior crescimento médio anual real do PIB no período 2010-2015, apresentaram também valores acima da média nacional na intensidade exportadora no triénio 2013-2015.

### As condições para a inovação

A qualidade dos recursos humanos constitui um dos fatores essenciais para sustentar o aumento da produtividade ao propiciar o desenvolvimento de competências para uma melhor apropriação dos processos de inovação (OECD, 2016).

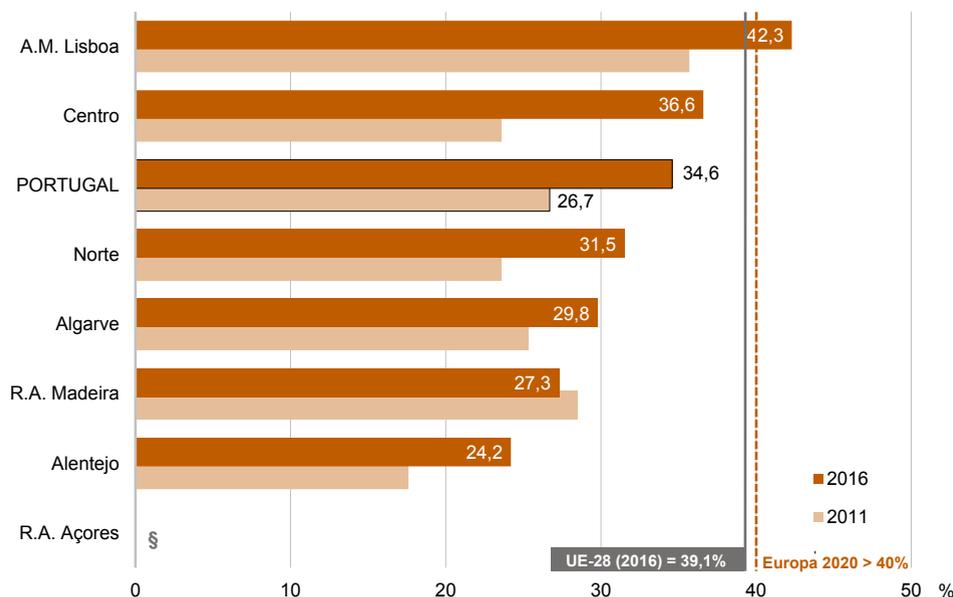
A taxa de escolaridade de nível superior (30-34 anos)<sup>10</sup> com base na informação do Inquérito ao Emprego constitui o referencial de informação para a monitorização da estratégia Europa 2020, permitindo posicionar os vários países europeus e o desempenho de cada um face à média da UE. Em 2016, a média da União Europeia (UE-28) relativa à taxa de escolaridade de nível superior era de 39,1%, valor próximo da meta dos 40%. O valor nacional de 34,6% situava-se abaixo do desempenho global da UE, apesar da tendência positiva, verificada entre 2011 e 2016, de aumento da parcela de população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completo.

### EM 2016, A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA FOI A ÚNICA REGIÃO A SUPERAR O VALOR DA META DEFINIDA NO CONTEXTO DA EUROPA 2020 DE ATINGIR UMA TAXA DE ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR ACIMA DE 40%

A leitura ao nível regional permite destacar a situação da Área Metropolitana de Lisboa por ser a única NUTS II a superar a meta definida a nível europeu (40%) no ano de 2016, registando 42,3% de população entre 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo. Salienta-se, contudo, que a região Centro tinha o segundo melhor desempenho neste indicador, ao apresentar uma taxa de escolaridade de nível superior de 36,6%. Por sua vez, as menores taxas de escolaridade de nível superior, abaixo de 30%, pertenciam às regiões do Algarve, Alentejo e Região Autónoma da Madeira. Entre 2011 e 2016, a região Centro registou o aumento mais expressivo neste indicador: de 23,6% em 2011 para 36,6% em 2016 [Figura III.9].

<sup>10</sup> Taxa de escolaridade de nível de ensino superior: População residente com idade entre os 30 e 34 anos que concluiu o nível de ensino superior/ População residente com idade entre os 30 e 34 anos x 100.

Figura III.9

 Taxa de escolaridade de nível superior (30-34), Portugal e NUTS II<sup>11</sup>, 2011 e 2016


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

O número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes com idade entre os 20 e os 29 anos<sup>12</sup> constitui um indicador frequentemente utilizado para a avaliação da formação da população em C&T. Numa perspetiva de base territorial importa referir que se trata de uma afetação dos diplomados à região onde se localiza a instituição de ensino que confere o grau. Assim,

as regiões com oferta deste tipo de ensino inseridas em territórios mais vastos mas com menor oferta tenderão a captar estudantes residentes em outras regiões e, portanto, a exibir rácios mais expressivos.

Considerando os anos letivos de 2012/2013 a 2014/2015, o número médio de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas em Portugal foi de 20,8 por mil habitantes dos 20 aos 29 anos. A Região de Coimbra (53,2), a Região de Aveiro (41,9) e o Cávado (41,3) evidenciaram-se por apresentar os valores mais elevados neste indicador [Figura III.10]. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Alentejo Central e as sub-regiões contíguas do Interior Norte e Centro (Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa) constituíam as restantes sub-regiões em que o número de diplomados em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes era superior ao valor nacional.

O número de doutorados em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes com idade entre 25 e 34 anos<sup>13</sup>, destaca também a Região de Coimbra, a Região de Aveiro e o Cávado com valores neste indicador acima de 2 para o triénio 2013-2015, num contexto em que a média nacional era de 0,8 doutorados por mil habitantes entre os 25 e os 24 anos [Figura III.11].

<sup>11</sup> Os dados para a Região Autónoma dos Açores apresentam limitações que impedem a disponibilização da informação tendo em conta a salvaguarda de critérios de qualidade da informação estatística divulgada pelo INE.

<sup>12</sup> **Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes:** Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População residente dos 20 aos 29 anos x 1000.

<sup>13</sup> **Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes:** Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas / População residente dos 25 aos 34 anos x 1000.

Figura III.10

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes por NUTS III, 2012/2013 - 2014/2015

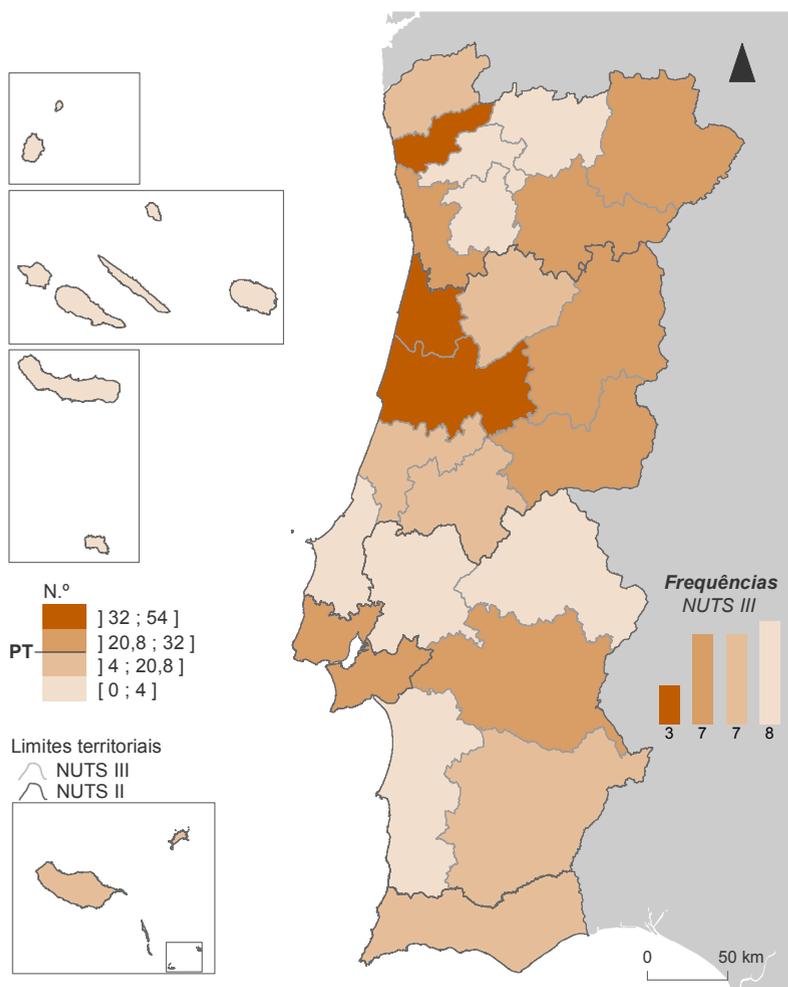
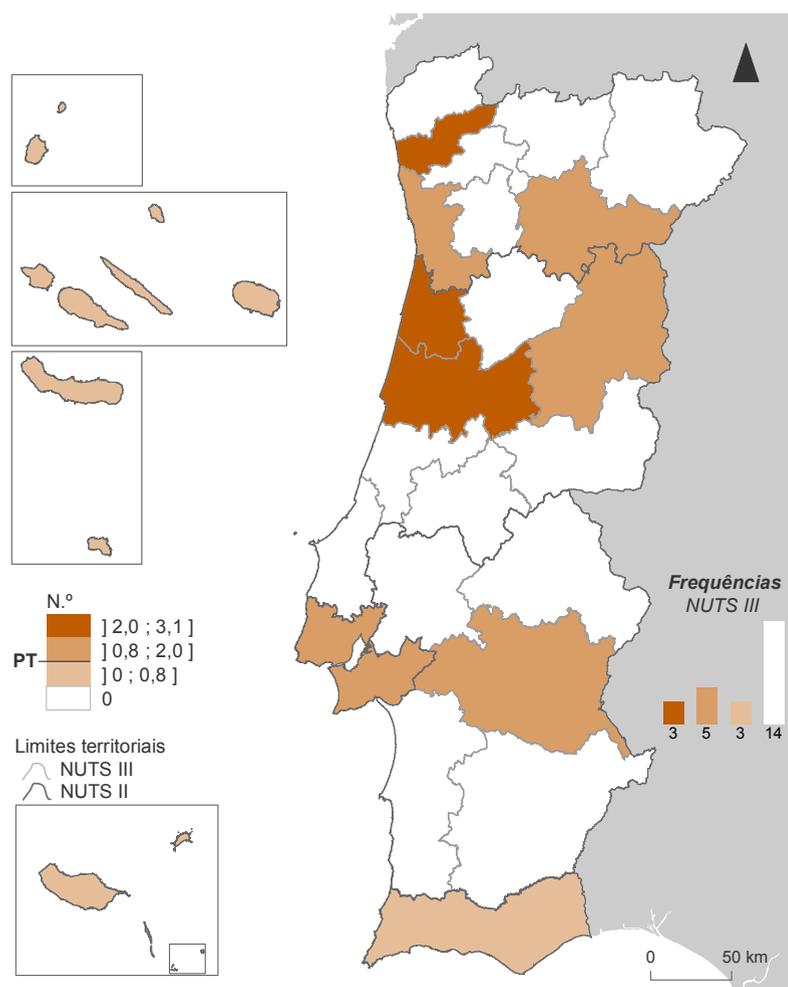


Figura III.11

Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes por NUTS III, 2013-2015





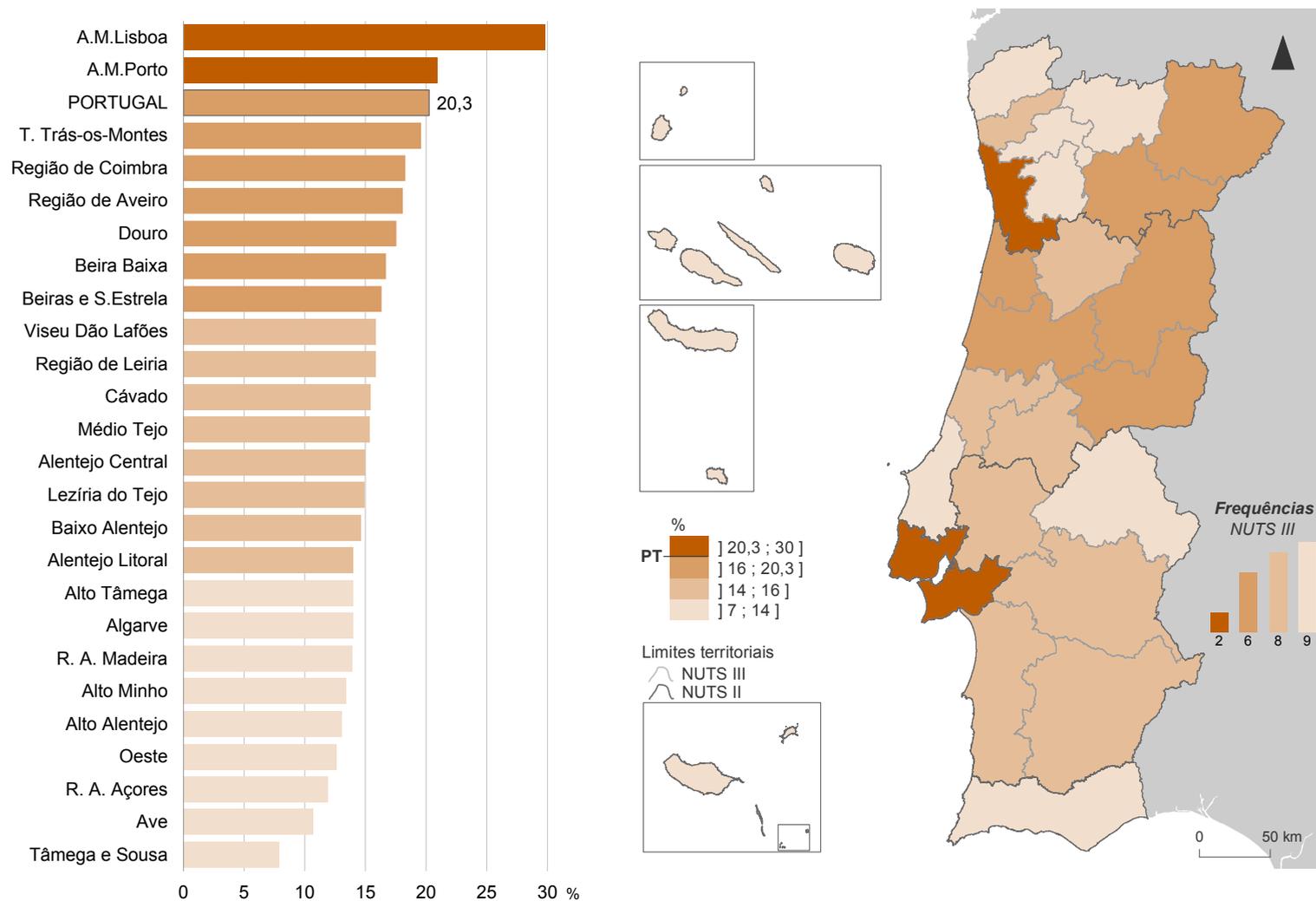
AS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E DO PORTO REGISTAVAM, EM 2015, AS PROPORÇÕES MAIS ELEVADAS DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM ENSINO SUPERIOR, ULTRAPASSANDO O VALOR MÉDIO NACIONAL. AS SUB-REGIÕES CONTÍGUAS DO TÂMEGA E SOUSA E DO AVE APRESENTAVAM O MENOR NÍVEL DE QUALIFICAÇÕES DA MÃO-DE-OBRA

A informação relativa ao nível de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem dos Quadros de Pessoal e, em particular, os resultados do indicador relativo à proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior<sup>14</sup> salientam as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto com valores mais elevados e acima do valor médio do país: 20,3%. Com resultados também expressivos mas inferiores à média do país surgiam as sub-regiões Terras de Trás-os-Montes (19,5%), Região de Coimbra (18,3%) e Região de Aveiro (18,1%), bem como as NUTS III Douro (17,6%), Beira Baixa (16,7%) e Beiras e Serra da Estrela (16,3%). As sub-regiões contíguas do Tâmega e Sousa (7,9%) e do Ave (10,7%) apresentavam o menor nível de qualificações da mão-de-obra, medido à luz deste indicador [Figura III.12].

<sup>14</sup> **Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior:** Trabalhadores por conta de outrem com ensino superior / Trabalhadores por conta de outrem x 100.

Figura III.12

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos, Portugal e NUTS III, 2015



Fonte: MTSS-GEP, Quadros de Pessoal.



A relação da investigação com o desempenho económico das regiões é dupla. Por um lado, o crescimento económico é, em parte, potenciado pelo avanço do conhecimento científico e tecnológico gerado pelas atividades em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Por outro lado, o aumento da parcela de recursos dedicada a estas atividades resulta do desempenho económico alcançado (Godinho, 2013).

O reforço da I&D e inovação constitui um objetivo estratégico no âmbito do “crescimento inteligente” da estratégia Europa 2020, sendo este objetivo monitorizado pelo indicador relativo à Despesa em I&D no PIB<sup>15</sup>. No contexto nacional ficou estabelecida a meta de atingir uma proporção de despesa em I&D no PIB entre os 2,7% e os 3,3% (Portugal 2020, 2014; Eurostat, 2016).

### EM 2014 APENAS A REGIÃO DE COIMBRA (2,82%) ATINGIU O LIMIAR ESTABELECIDO A NÍVEL NACIONAL PARA O INDICADOR DA EUROPA 2020 RELATIVO À DESPESA EM I&D NO PIB (ENTRE 2,7% E 3,3%)

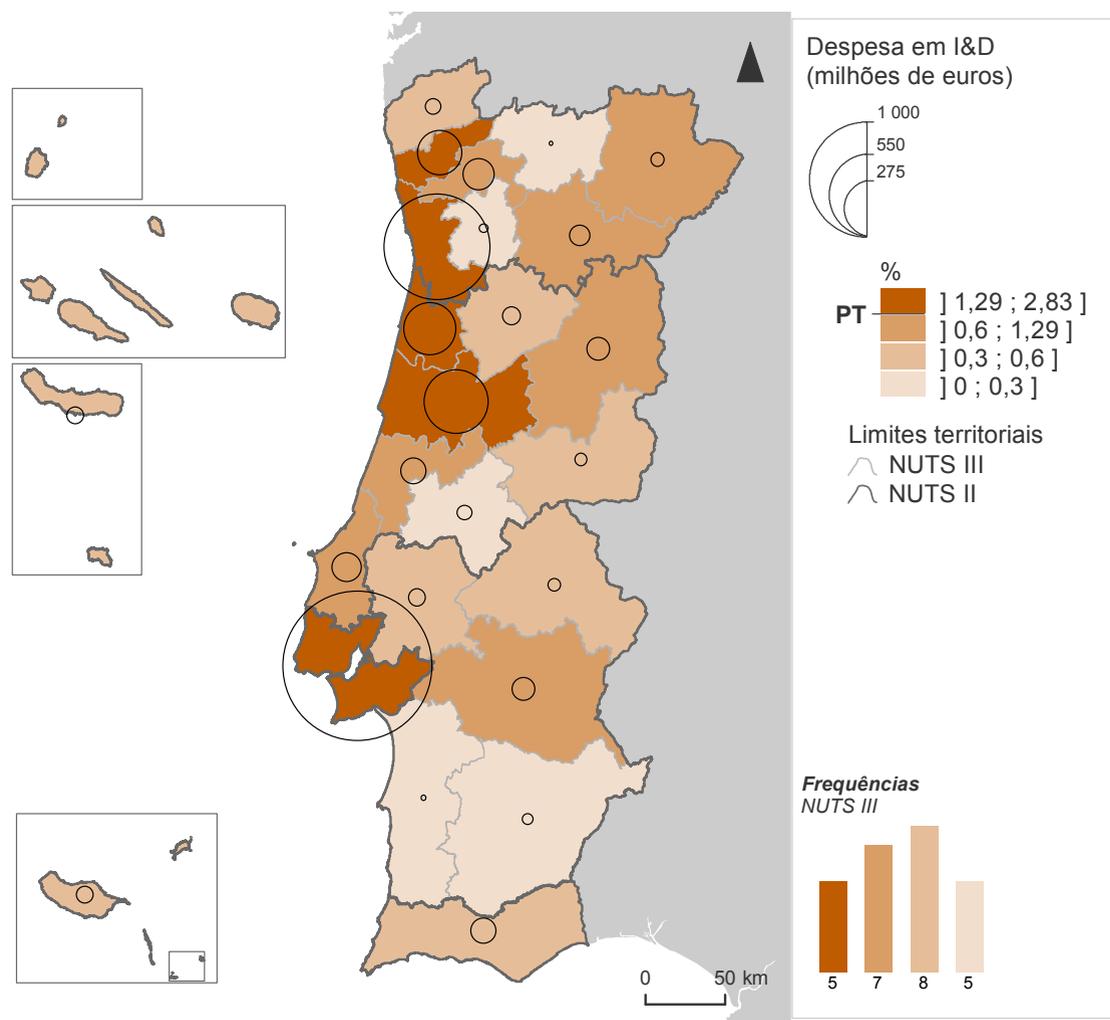
Em 2014, ao nível das regiões NUTS III, apenas a Região de Coimbra (2,82%) atingiu o limiar mínimo estabelecido, num contexto em que a média nacional foi de 1,29%. Para além da Região de Coimbra, a Área Metropolitana de Lisboa e as três NUTS III contíguas Cávado, Área Metropolitana do Porto e Região de Aveiro foram as sub-regiões que registaram valores acima de média nacional.

Em 2014, a despesa em I&D ao nível nacional foi de cerca de 2 232 milhões de euros. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foram as sub-regiões NUTS III com maior valor de despesa em I&D, representado, no seu conjunto, cerca de 67% da despesa nacional [Figura III.13].

<sup>15</sup> **Proporção da despesa em I&D no PIB:** Despesa em investigação e desenvolvimento / PIB x 100.

Figura III.13

Despesa em I&amp;D e proporção no PIB, por NUTS III, 2014



Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).



A análise da meta definida no contexto da Europa 2020 de atingir uma taxa de escolaridade de nível superior acima de 40%, permitiu constatar que a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região NUTS II a atingir aquele limiar no ano de 2016.

A leitura regional do número médio de diplomados do ensino superior e dos doutorados em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes para os anos letivos de 2012/2013 a 2014/2015 e para o período 2013-2015, respetivamente, destacou pela positiva a Região de Coimbra, a Região de Aveiro e o Cávado.

No que respeita ao nível de qualificações da mão-de-obra medida pela proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto registavam os valores mais elevados e acima da média nacional. À luz deste indicador, as sub-regiões contíguas do Tâmega e Sousa e do Ave apresentavam o menor nível de qualificações da mão-de-obra.

No contexto do Portugal 2020 ficou estabelecida a meta de atingir uma proporção de despesa em I&D no PIB entre os 2,7% e os 3,3%. Em 2014, apenas a Região de Coimbra (2,82%) atingiu o limiar mínimo estabelecido. Em termos do volume de despesa investido em I&D as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto representavam, no seu conjunto, cerca de 67% da despesa nacional.

### **III.2. O CONTEÚDO TECNOLÓGICO DAS REGIÕES E A DINÂMICA DAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA**

Num contexto de globalização dos mercados, a inovação tecnológica é considerada um fator importante para a competitividade das economias aumentando os níveis de produtividade, contribuindo para a criação de emprego altamente qualificado e promovendo a coesão social (European Commission, 2017a). Neste âmbito, a criação de uma economia mais competitiva baseada em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia que promovam a inovação e a criação de valor constitui uma das prioridades estratégicas na alocação dos fundos comunitários para o período de programação 2014-2020 (Portugal 2020, 2014).

Embora o desenvolvimento de produtos envolvendo elevado grau de sofisticação tecnológico possa ocorrer quase indiferenciadamente em empresas integradas nas mais diversas atividades económicas, é possível identificar os setores de alta e média-alta tecnologia [Caixa III.1], como os setores onde a generalidade as empresas que os integram produzem bens e/ou serviços tecnologicamente mais exigentes e com maior valor acrescentado (INE, 2014).



### Caixa III.1

#### Setores de alta e média-alta tecnologia

A classificação das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a abordagem proposta nas Estatísticas das Empresas (INE, 2014), teve como referência as agregações definidas pelo Eurostat no âmbito dos indicadores das indústrias de alta e média-alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento.

Os setores de alta e média-alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas indústrias de alta tecnologia, indústrias de média-alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

As indústrias de alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas divisões 21 (Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas), 26 (Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos) e grupo 303 (Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado) da CAE Rev.3.

As indústrias de média-alta tecnologia compreendem as empresas classificadas nas divisões 20 (Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos), 27 (Fabricação de equipamento elétrico), 28 (Fabricação de máquinas e de equipamentos) e 29 (Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis) e grupos 254 (Fabricação de armas e munições), 302 (Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro), 304 (Fabricação de veículos militares de combate), 309 (Fabricação de equipamento de transporte) e 325 (Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico) da CAE Rev.3.

Os serviços intensivos em conhecimento compreendem as empresas classificadas nas divisões 59 (Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música), 60 (Atividades de rádio e de televisão), 61 (Telecomunicações), 62 (Consultoria e programação informática e atividades relacionadas), 63 (Atividades dos serviços de informação) e 72 (Atividades de investigação científica e de desenvolvimento) da CAE Rev.3.

## Caracterização e desempenho do tecido empresarial tecnológico

A análise do conteúdo tecnológico das empresas no território português é feita com recurso ao Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE. Importa salientar que os dados analisados provenientes desta fonte consideram informação relativa às empresas sediadas na região. Note-se contudo que, em 2015, mais de 98% das empresas em Portugal tinham apenas um estabelecimento que correspondia à sede de empresa. No caso das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia esta proporção era de 97%.

No triénio 2013-2015, os setores de alta e média-alta tecnologia correspondiam a 1,8% do total das empresas portuguesas<sup>16</sup>, sendo responsáveis por 5,4% do pessoal ao serviço<sup>17</sup> e por 11,4% do VAB<sup>18</sup> gerado pelo tecido empresarial português [Figura III.14].

### A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA FOI A ÚNICA REGIÃO ONDE A PROPORÇÃO DE EMPRESAS, DE PESSOAL AO SERVIÇO E DE VAB NOS SETORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA ERA SUPERIOR À MÉDIA NACIONAL NO TRIÉNIO 2013-2015

<sup>16</sup> **Proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia:** Empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3, 20, 21, 254, 26, 27, 28, 29, 302, 303, 304, 309, 325, 59, 60, 61, 62, 63 e 72) / Total de empresas x 100.

<sup>17</sup> **Proporção de pessoal ao serviço em setores de alta e média-alta tecnologia:** Pessoal ao serviço em setores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3, 20, 21, 254, 26, 27, 28, 29, 302, 303, 304, 309, 325, 59, 60, 61, 62, 63 e 72) / Pessoal ao serviço do total de empresas x 100.

<sup>18</sup> **Proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia:** Valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3, 20, 21, 254, 26, 27, 28, 29, 302, 303, 304, 309, 325, 59, 60, 61, 62, 63 e 72) / Total do valor acrescentado bruto x 100.

Ao nível regional, a importância destes setores (medida pela proporção de empresas, de pessoal ao serviço e de VAB) era mais expressiva no tecido empresarial da Área Metropolitana de Lisboa e das regiões Centro e Norte. Salienta-se em particular a Área Metropolitana de Lisboa por ser a única região onde a proporção de empresas (2,8%), de pessoal ao serviço (6,8%) e de VAB (14,9%) era superior à média nacional no triénio em análise. As empresas em setores de alta e média-alta tecnologia sedeadas na Região Autónoma dos Açores e no Algarve apresentavam uma importância relativa reduzida atingindo, de um modo global, cerca de 1% nos indicadores representados na Figura III.14.

A distribuição territorial da proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia permite destacar uma maior concentração de empresas de base tecnológica no tecido empresarial da Área Metropolitana de Lisboa, região onde 15 dos 18 municípios registavam, no triénio 2013-2015, valores acima da média nacional (1,77%). Na região Norte, é possível identificar um padrão territorial que destaca o Litoral em oposição ao Interior, com o primeiro a evidenciar uma presença mais expressiva de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia no tecido empresarial da região, em particular no conjunto de municípios da Área Metropolitana do Porto. Na região Centro, os municípios com maior intensidade de unidades intensivas em tecnologia encontravam-se mais dispersos ao longo do território [Figura III.15].

Figura III.14

Proporção de empresas em setores de alta e média alta tecnologia em termos de número, pessoal ao serviço e valor acrescentado bruto, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015

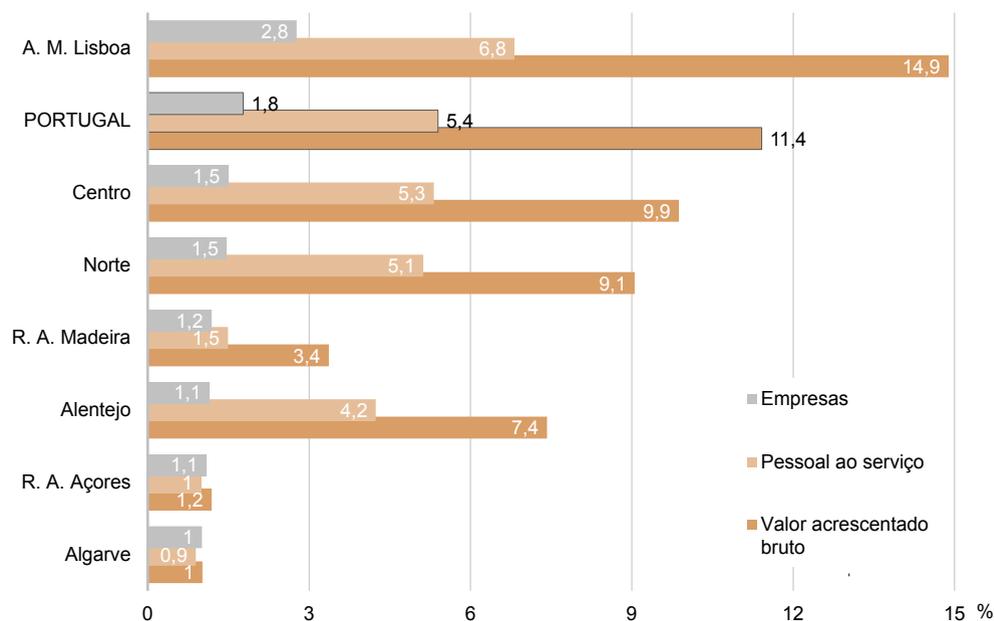
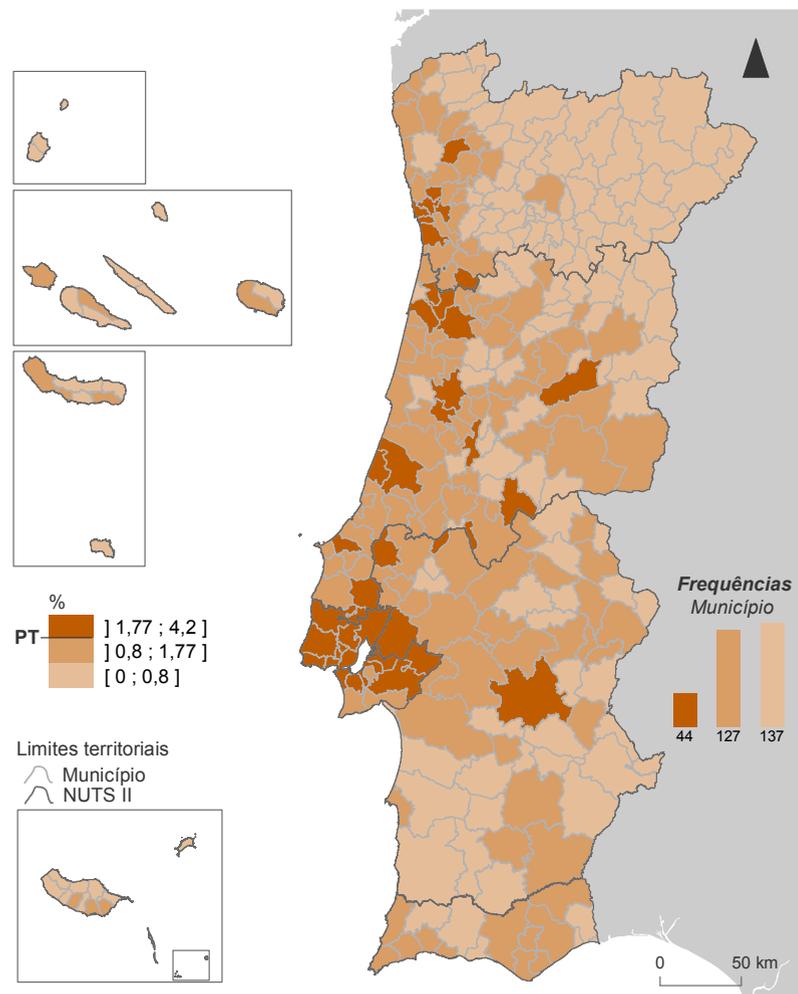
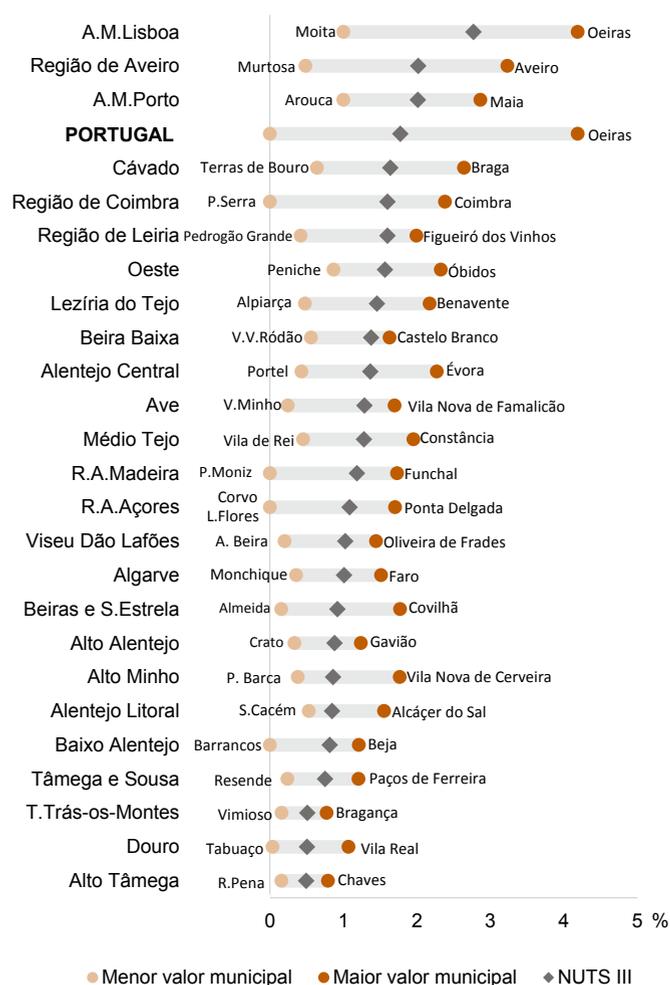


Figura III.15

Proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal<sup>19</sup>, NUTS III e município, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

<sup>19</sup> O valor mínimo municipal da proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia para Portugal corresponde ao valor dos municípios Pampilhosa da Serra, Barrancos, Lajes das Flores, Corvo e Porto Moniz.

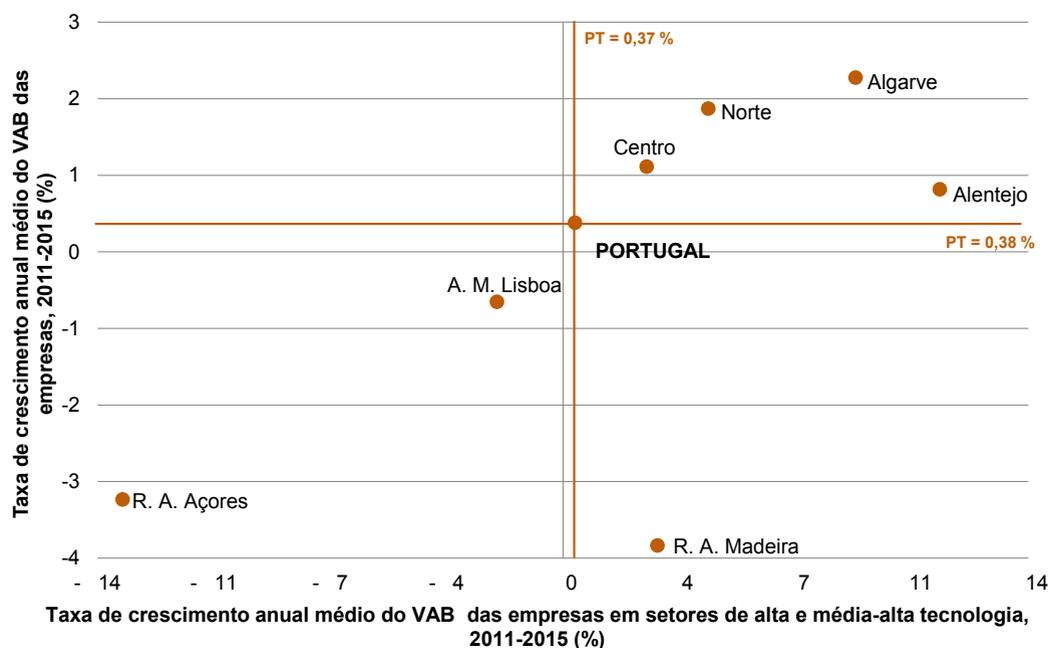
No período 2011-2015, o crescimento médio anual do VAB<sup>20</sup> das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia apresentou um ritmo de crescimento anual médio similar ao observado para o total do tecido empresarial: 0,37% e 0,38% respetivamente [Figura III.16].

Ao nível regional verificou-se, nesse período, uma associação entre o crescimento do VAB gerado pelas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e o verificado para o total das empresas, com

exceção da Região Autónoma da Madeira. Neste contexto, destacam-se as regiões do Alentejo, Algarve, Norte e Centro por apresentarem, neste período, taxas de crescimento do VAB positivas e superiores ao valor nacional quer para o total de empresas quer para as empresas em setores de alta e média-alta tecnologia. A Área Metropolitana de Lisboa e a Região Autónoma dos Açores registaram um crescimento negativo do VAB em setores intensivos em tecnologia e também para o conjunto de empresas sediadas nessas regiões.

Figura III.16

Taxa de crescimento anual médio do valor acrescentado bruto do total de empresas e do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2011-2015



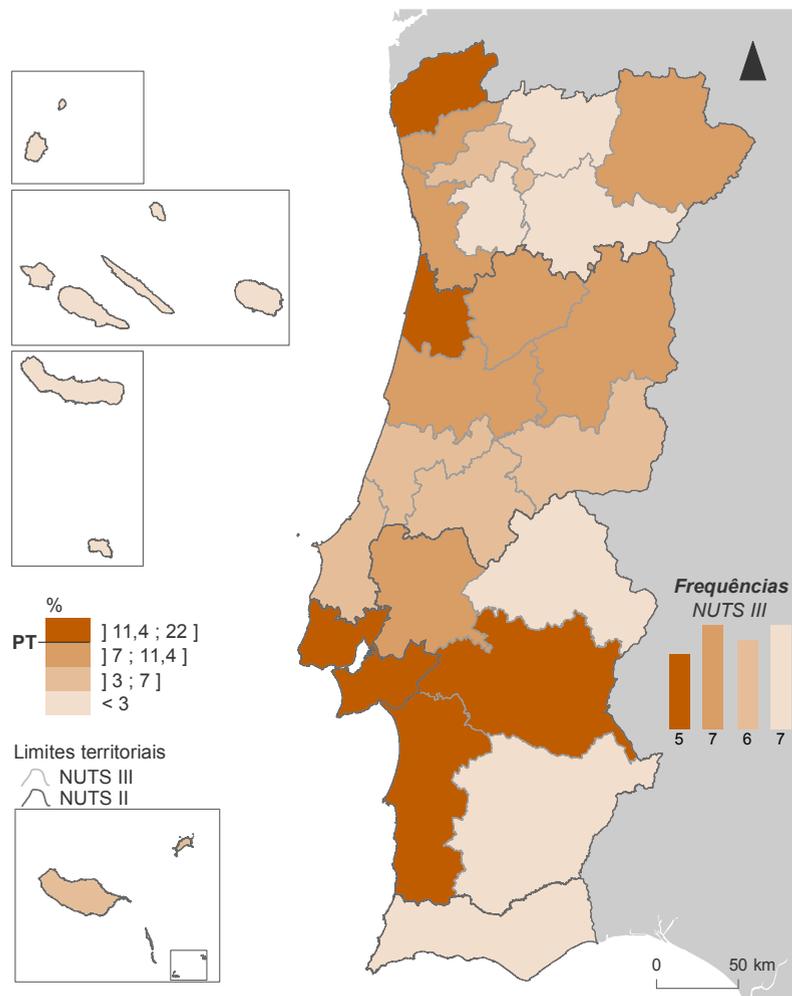
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

<sup>20</sup> Taxa de crescimento anual médio do VAB:  $\left(\frac{\text{Valor do VAB no ano final}}{\text{Valor do VAB no ano inicial}}\right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100$ .

A análise da proporção do VAB gerado pelas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia ao nível das sub-regiões NUTS III, demonstra que a Área Metropolitana de Lisboa, apesar de ter exibido um crescimento negativo do VAB destes setores entre 2011 e 2015 [Figura III.16], era a sub-região portuguesa que evidenciava uma maior intensidade tecnológica do processo produtivo, no triénio 2013-2015, apresentando um valor acima da média nacional neste indicador (14,9% face à média de 11,4%) [Figura III.17]. A este nível, destacam-se igualmente a Região de Aveiro, com uma proporção superior a 20%, e as sub-regiões do Alto Minho, Alentejo Litoral e Alentejo Central onde a proporção de VAB gerado por estes setores foi também superior ao valor médio nacional. As sub-regiões que apresentaram valores mais baixos neste indicador, inferiores a 3%, foram o Algarve, a Região Autónoma dos Açores, as sub-regiões do Baixo Alentejo e Alto Alentejo no Alentejo e as três sub-regiões contíguas do Alto Tâmega, Douro e Tâmega e Sousa na região Norte.

Figura III.17

Proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Ao nível nacional, no triénio 2013-2015, as indústrias de alta e média-alta tecnologia apresentavam um peso mais expressivo no VAB da indústria transformadora<sup>21</sup> (23,0%) do que os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia representavam no VAB dos serviços<sup>22</sup> (10,1%) [Figura III.18].

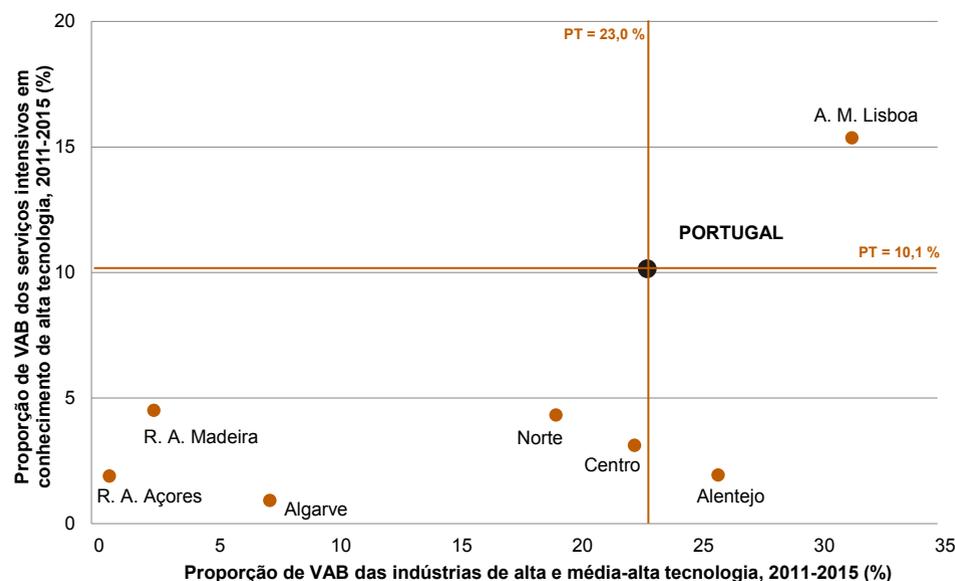
### NAS CINCO REGIÕES NUTS II DO CONTINENTE, AS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA APRESENTAVAM UM PESO MAIS EXPRESSIVO NO VAB DA INDÚSTRIA DO QUE OS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA REPRESENTAVAM NO VAB DOS SERVIÇOS

Com efeito, verifica-se que nas regiões NUTS II do Continente a atividade industrial apresentava um maior conteúdo tecnológico que o setor dos serviços, com especial expressão na região do Alentejo potenciado sobretudo pelo VAB gerado pelas indústrias de alta e média-alta tecnologia sedeadas na sub-região do Alentejo Litoral (70,3%) e, também, embora com menor expressão, na sub-região do Alentejo Central (38,2%) [Figura III.19]. Ainda neste contexto, destaca-se a importância da riqueza produtiva criada pelas empresas de indústrias de alta e média-alta tecnologia sedeadas nas sub-regiões do Alto Minho e de Terras de Trás-os-Montes que contribuíram, no período em análise, em mais de 40% para o total de VAB gerado pelo setor industrial dessas regiões.

A Área Metropolitana de Lisboa destacava-se das restantes regiões NUTS II do país por ser a única a apresentar, simultaneamente, uma intensidade tecnológica acima da média nacional no setor da indústria e no setor dos serviços [Figura III.20].

Figura III.18

Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015



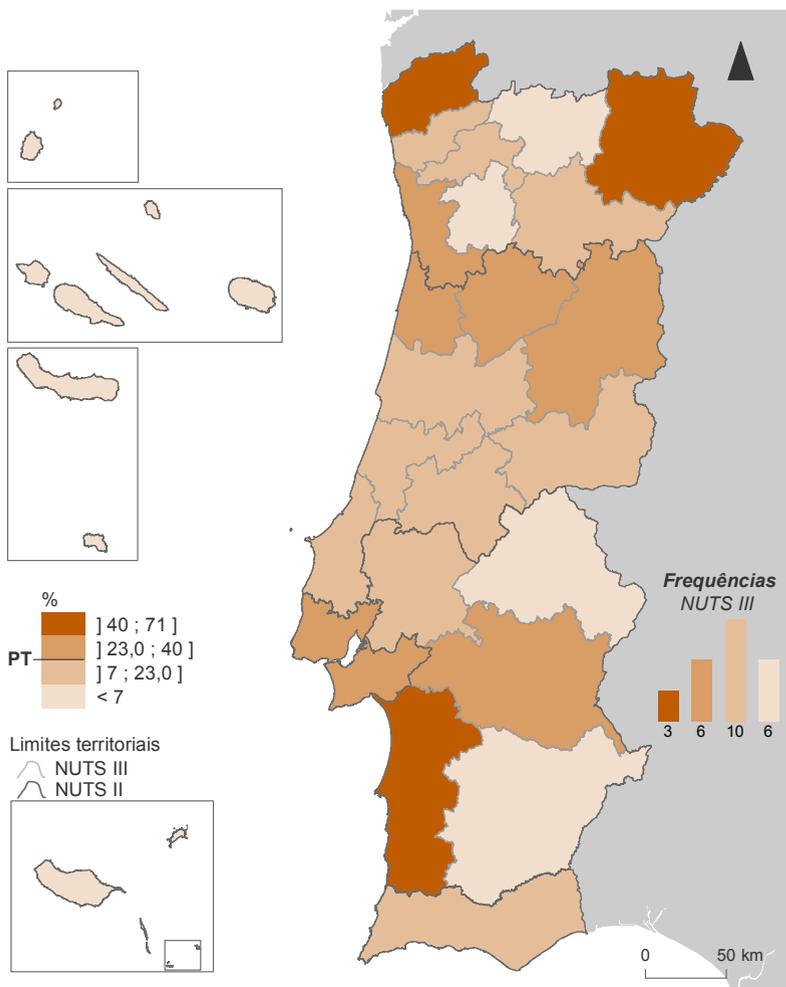
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

<sup>21</sup> **Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras:** Valor acrescentado bruto das atividades correspondentes às divisões 20, 21, 26, 27, 28, 29 e aos grupos 254, 302, 303, 304, 309 e 325 da CAE Rev. 3/ Valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3, Secção C) x 100.

<sup>22</sup> **Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços:** Valor acrescentado bruto das atividades correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3/ Valor acrescentado bruto dos serviços (Secções G a S, excluindo as secções K e O da CAE Rev. 3) x 100.

Figura III.19

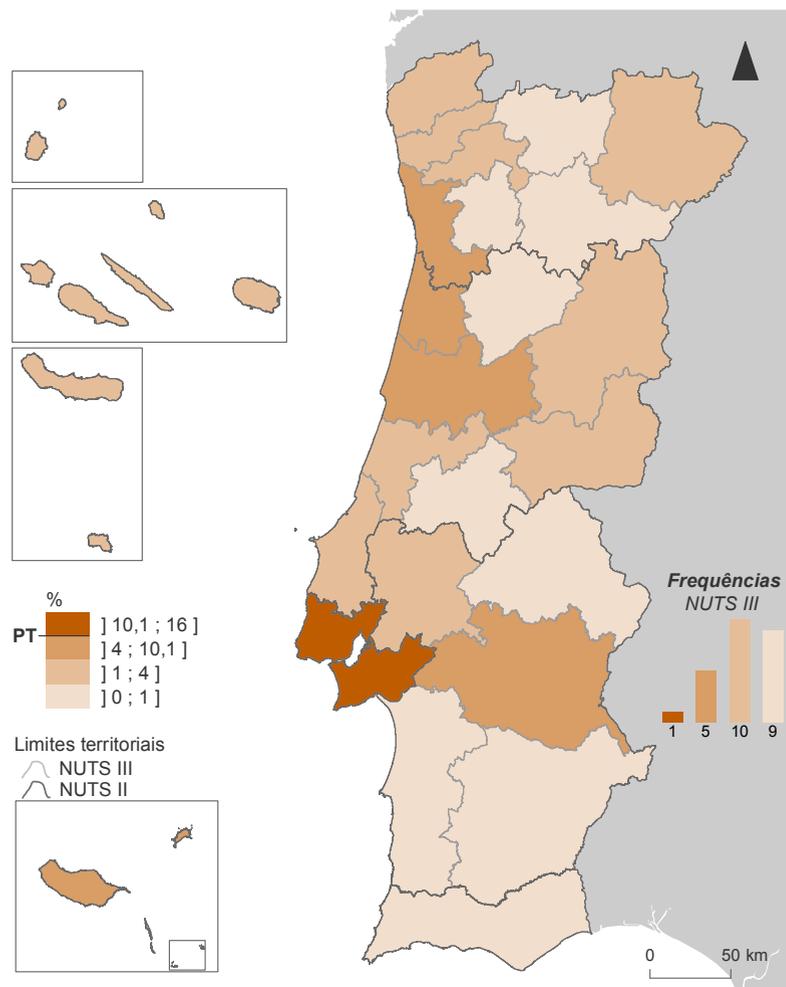
Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Figura III.20

Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015



O empreendedorismo é entendido como fator importante na introdução de processos e tecnologias inovadoras, potenciado as condições para o aumento da produtividade e para a criação de emprego nas regiões (INE, 2015). No âmbito do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, o apoio ao empreendedorismo, em particular ao empreendedorismo de base tecnológica e inovador que promova a valorização económica do conhecimento constitui uma área estratégica para a intervenção dos fundos europeus que visam reforçar a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa no horizonte 2014-2020 (Portugal 2020, 2014). A criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia constitui um indicador importante neste contexto.

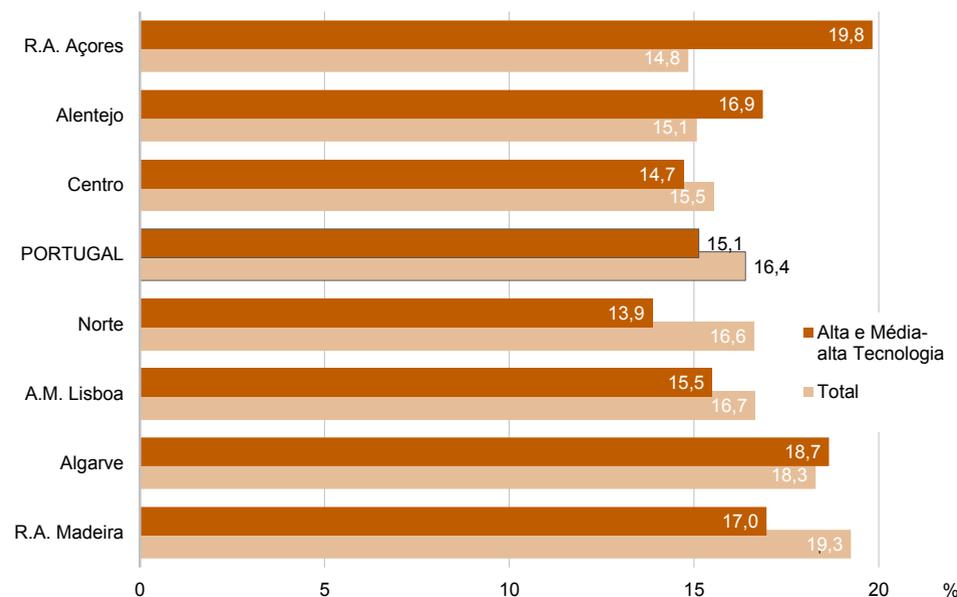
#### A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, O ALGARVE E O ALENTEJO APRESENTARAM, NO TRIÉNIO 2013-2015, UM MAIOR DINAMISMO NA CRIAÇÃO DE EMPRESAS EM SETORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA FACE AO TOTAL DA ECONOMIA

No triénio 2013-2015, a taxa de natalidade das empresas<sup>23</sup> em setores de alta e média-alta tecnologia era de 15,1% ao nível do país, valor inferior ao registado para o total de empresas do país (16,4%) [Figura III.21]. Porém, esta situação não foi comum às sete regiões NUTS II: a Região Autónoma dos Açores e as regiões do Alentejo e do Algarve apresentavam um maior dinamismo na criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia quando comparado com o total de empresas. Estas três regiões, juntamente com a Região Autónoma da Madeira e a Área Metropolitana de Lisboa apresentavam também valores acima da média nacional na taxa de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia.

A leitura da Figura III.22 destaca as NUTS III do Sul do Continente e as regiões autónomas no que respeita à criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia. De facto, em todas as empresas sediadas nas sub-regiões do Alentejo (com exceção da Lezíria do Tejo), no Algarve e nas duas regiões autónomas apresentaram taxas de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia acima de 16%. Por outro lado, as sub-regiões contíguas do Ave, Tâmega e Sousa, Área Metropolitana do Porto e Região de Aveiro e, no centro do país, a sub-região do Médio Tejo, destacavam-se por apresentarem um menor dinamismo na criação de empresas nestes setores.

Figura III.21

Taxa de natalidade das empresas e taxa de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015

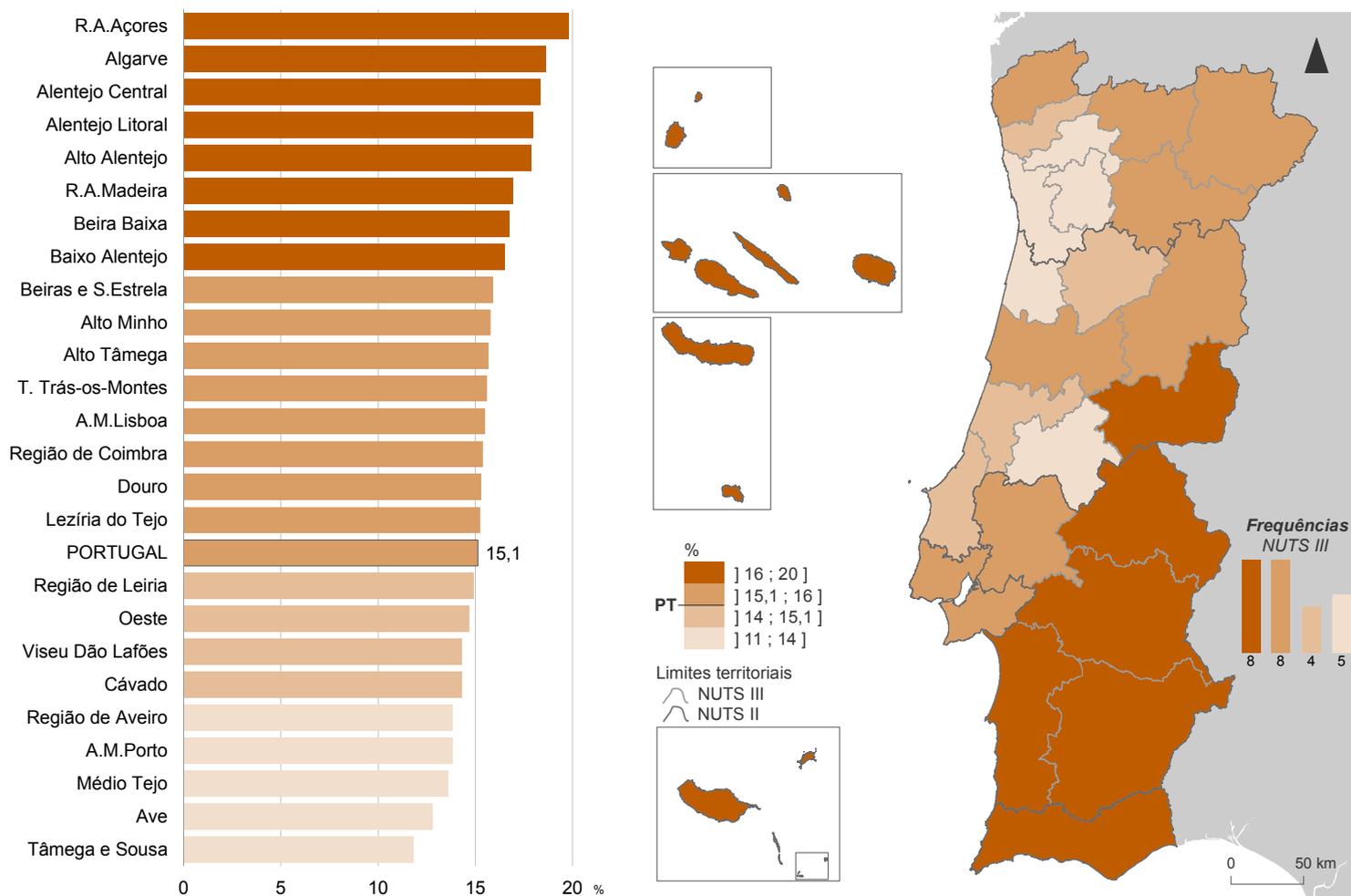


Fonte: INE, I.P., Demografia das Empresas.

<sup>23</sup> Taxa de natalidade das empresas: Nascimentos reais de empresas/empresas ativas x 100.

Figura III.22

Taxa de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Demografia das Empresas.

No triénio 2013-2015, os setores de alta e média-alta tecnologia correspondiam a 1,8% do total das empresas sendo responsáveis por 5,4% do pessoal ao serviço e por 11,4% do VAB gerado pelo tecido empresarial português.

A distribuição territorial da proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia evidencia uma maior implantação destas unidades empresariais no tecido empresarial da maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, nos municípios do Litoral da região do Norte e, em municípios da Região Centro.

No período 2011-2015 verificou-se uma associação entre o crescimento do VAB gerado pelas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e o verificado para o total das empresas, com exceção da Região Autónoma da Madeira.

Nas cinco regiões NUTS II do Continente, as indústrias de alta e média-alta tecnologia apresentavam um peso mais expressivo no VAB da indústria transformadora do que os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia representavam no VAB dos serviços.

A Região Autónoma dos Açores e as regiões do Algarve e do Alentejo apresentavam, no triénio 2013-2015, um maior dinamismo na criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia face ao total da economia.

## A importância do mercado externo nas empresas de base tecnológica

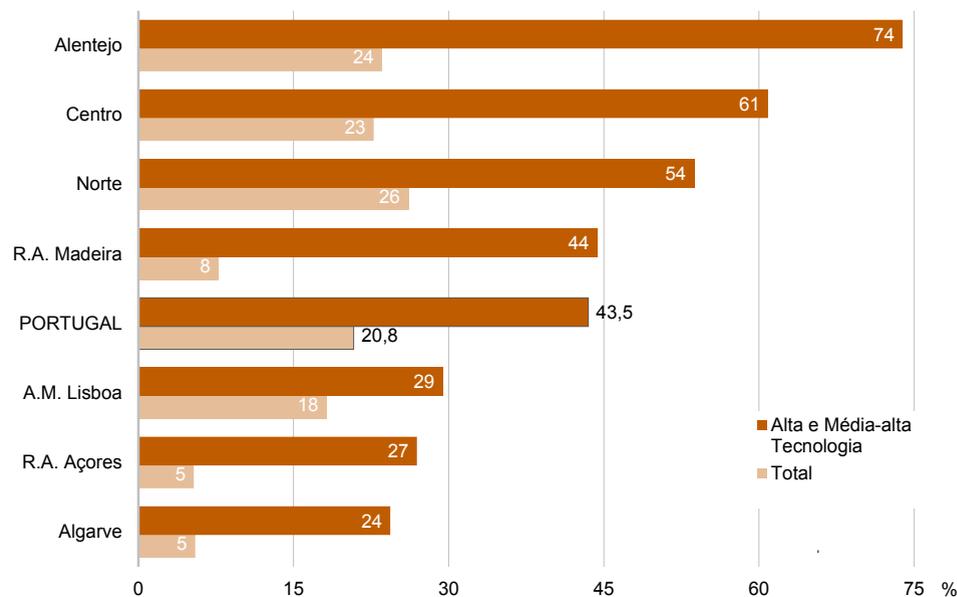
No período 2013-2015, as sociedades representavam cerca de 32,2% do total de unidades empresariais do país, gerando cerca de 95,6% do volume de negócios do total de empresas. A informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas relativa à orientação para o mercado externo do volume de negócios permite salientar que, neste período, o volume de vendas e prestações de serviços para o mercado externo<sup>24</sup> correspondia a cerca de um quinto (20,8%) do total de volume de negócios das sociedades. No caso das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia esta proporção era superior:

43,5%, revelando a maior importância do mercado internacional nos negócios das sociedades de base tecnológica, situação que se verificava em todas as regiões NUTS II [Figura III.23].

Ao nível regional, a quota do mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia foi mais relevante no Alentejo (74%), no Centro (61%) e no Norte (54%), regiões que também apresentavam, no triénio em análise, as maiores proporções para o total das sociedades. No Algarve, na Região Autónoma dos Açores e na Área Metropolitana de Lisboa a proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior das sociedades de base tecnológica ficava aquém da média nacional.

Figura III.23

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades em setores de alta e média-alta e do total das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

<sup>24</sup> Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades: Volume de vendas e prestações de serviço para o mercado externo / Total de volume de negócios das sociedades x 100.

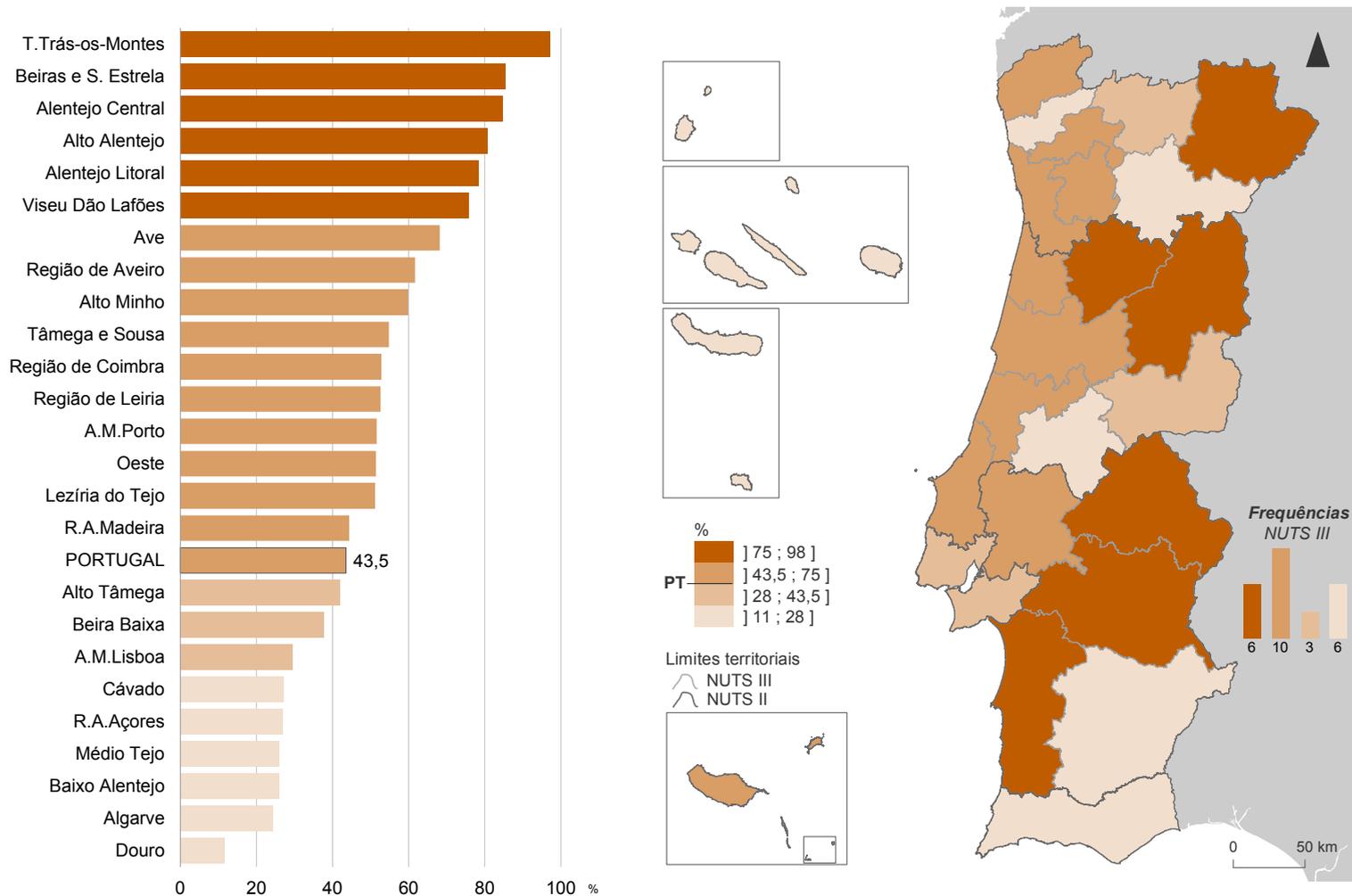
O retrato territorial, ao nível das sub-regiões, da proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia revela maior importância do mercado internacional no volume de negócios das sociedades sedeadas nas sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes, Beiras e Serra da Estrela, Alentejo Central e Alto Alentejo (quotas superiores a 80% do volume de negócios das sociedades de base tecnológica sedeadas nas respetivas sub-regiões). Ainda com proporções superiores a 75% neste indicador encontravam-se as sub-regiões do Alentejo Litoral e de Viseu e Dão-Lafões [Figura III.24].

**NO PERÍODO 2013-2015, NAS SUB-REGIÕES DE TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, ALENTEJO CENTRAL E ALTO ALENTEJO, AS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO PARA O EXTERIOR REPRESENTAVAM MAIS DE 80% DO VOLUME DE NEGÓCIOS DAS SOCIEDADES DE BASE TECNOLÓGICA SEDEADAS NAS RESPETIVAS SUB-REGIÕES**

Para além do Algarve e da Região Autónoma dos Açores, identificadas anteriormente, também nas sub-regiões do Douro, Baixo Alentejo, Médio Tejo e Cávado a quota do mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia tinham uma importância relativa mais diminuta em comparação com as restantes sub-regiões do país.

Figura III.24

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades em setores de alta e média-alta, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No triénio 2013-2015, o contributo das vendas e prestações de serviços ao exterior das sociedades dos setores de cariz tecnológico<sup>25</sup> foi de cerca de 20,6% para o total de volume de negócios das sociedades gerado com base no mercado externo, sugerindo assim uma maior importância das empresas de base tecnológica na ligação ao exterior.

**NO TRIÉNIO 2013-2015, NAS SUB-REGIÕES DO ALENTEJO LITORAL, ALENTEJO CENTRAL E TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES MAIS DE METADE DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO PARA O MERCADO EXTERNO ERAM REALIZADAS PELAS SOCIEDADES EM SETORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA**

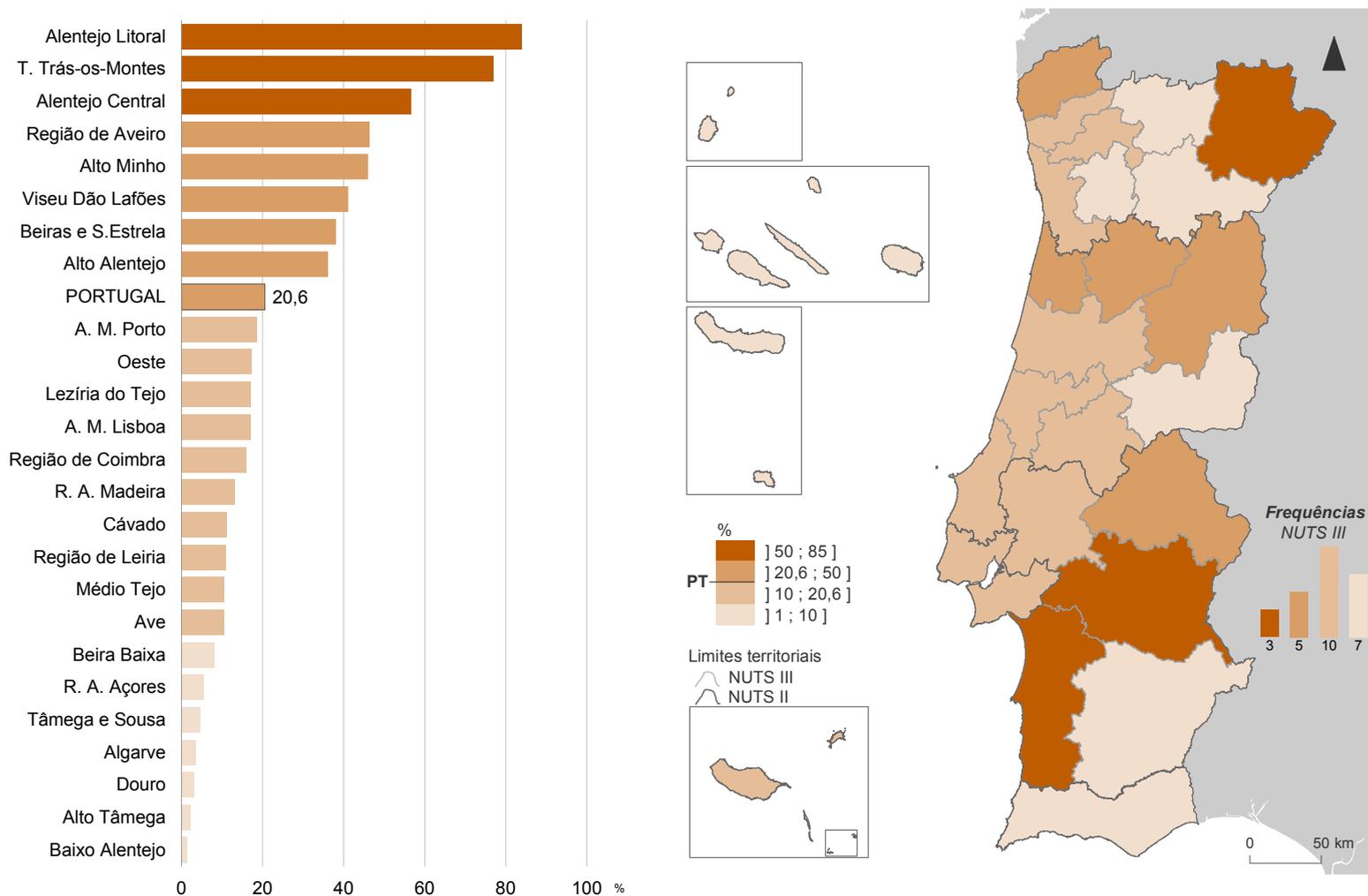
Neste triénio, as empresas em setores de alta e média-alta tecnologia sedeadas nas sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes concentravam mais de metade das vendas e prestações de serviços para o mercado externo, salientando-se também com valores acima da média nacional neste indicador o Alto Alentejo, o Alto Minho e as sub-regiões contíguas do Centro: Região de Aveiro, Viseu e Dão-Lafões e Beiras e Serra da Estrela [Figura III.25].

---

<sup>25</sup> **Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades dos setores de alta e média-alta tecnologia no total de vendas e prestações de serviço para o mercado externo:** Volume de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3, 20, 21, 254, 26, 27, 28, 29, 302, 303, 304, 309, 325, 59, 60, 61, 62, 63 e 72) / Volume de vendas e prestações de serviços para o mercado externo do total das sociedades x 100.

Figura III.25

Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia nas vendas e prestações de serviços para o mercado externo do total das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013-2015



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

No triénio 2013-2015, as sociedades representavam cerca de 32,2% do total das unidades empresariais, gerando cerca de 95,6% do volume de negócios das empresas.

A informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas acerca da orientação para o mercado externo do volume de negócios das sociedades revela, no período 2013-2015, uma maior importância do mercado internacional nos negócios das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia comparativamente ao total das sociedades. Esta tendência era comum a todas as sete sub-regiões NUTS II do país.

Paralelamente verificou-se que, nesse período, a quota do mercado externo das sociedades de base tecnológica tinha um peso significativo (cerca de um quinto) no volume de vendas e prestações de serviços do total das sociedades. Em particular destacaram-se as empresas das sub-regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Terras de Trás-os-Montes que concentravam mais de metade das vendas e prestações de serviço para o mercado externo.



### III.3. A INOVAÇÃO NAS REGIÕES PORTUGUESAS

Num contexto globalizado e de profundas transformações tecnológicas e sociais, a inovação é considerada fundamental para a criação de valor na atividade económica e, conseqüentemente, para estimular a competitividade e o crescimento económico (INE, 2009). Em termos gerais, a inovação como fator de competitividade consiste na criação e desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, incluindo os de natureza organizacional e a sua introdução no âmbito da atividade económica (OECD, 2010). Neste contexto, a capacidade de inovação das empresas é determinada, em grande medida, pelo capital humano, ou seja, pelo conhecimento, as competências, as capacidades e a criatividade presentes nos colaboradores de uma organização (European Commission, 2016).

O *European Innovation Scoreboard 2017*, desenvolvido por iniciativa da Comissão Europeia, fornece uma avaliação comparativa do desempenho dos Estados-Membros da UE, e de alguns países terceiros, em matéria de investigação e inovação com base num indicador compósito<sup>26</sup>, classificando Portugal como um país inovador moderado, ou seja, com um desempenho abaixo da média europeia (European Commission, 2017a). A edição de 2017 do *Regional Innovation Scoreboard* destaca as regiões NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa, Centro e Norte como as regiões com melhor desempenho em termos nacionais, tendo a Região Autónoma dos Açores obtido, neste contexto, o desempenho mais baixo em termos de inovação (European Commission, 2017b).

---

<sup>26</sup> O desempenho dos sistemas nacionais de inovação da UE é medido através do *Summary Innovation Index*, índice compósito obtido através da média não ponderada de 27 indicadores distribuídos em 4 grupos (*Framework Conditions, Investments, Innovation Activities e Impacts*) e 10 dimensões. O *Regional Innovation Scoreboard 2017* reflete a metodologia do *European Innovation Scoreboard 2017*, utilizando informação de 220 regiões europeias para 18 dos 27 indicadores utilizados na edição de 2017 do *European Innovation Scoreboard*.

## A inovação empresarial nas regiões

A inovação decorre da capacidade de uma empresa se adaptar a diferentes ambientes e circunstâncias com vista a responder eficazmente às necessidades e expectativas dos agentes económicos (GEE, 2016).

Tendo por base os resultados do inquérito comunitário à inovação (CIS) [Caixa III.2], no período 2012-2014, em Portugal, cerca de 53,8% do universo de empresas inquiridas desenvolveram atividades específicas para implementar uma inovação de produto, de processo, organizacional ou de marketing [Figura III.26]. Esta proporção era superior ao valor médio europeu (49,1%). Ao nível regional, a proporção de empresas com atividades de inovação era mais elevada na região do Centro (60,2%) e na Área Metropolitana de Lisboa (57,8%), superando o valor médio nacional. Também acima da referência europeia, destacaram-se as regiões do Alentejo (53,7%), do Norte (49,7%) e a Região Autónoma dos Açores (49,4%).

### Caixa III.2

#### Inquérito Comunitário à Inovação

O Inquérito Comunitário à Inovação (Community Innovation Survey) é o principal levantamento estatístico sobre inovação nas empresas. As operações CIS têm por base o quadro conceptual previsto no Manual de Oslo e as recomendações metodológicas do Eurostat. Este inquérito realiza-se cumprindo as exigências e seguindo as orientações emanadas da regulamentação da Comissão Europeia (nomeadamente o regulamento da UE nº 995/2012) e das decisões do Parlamento e do Conselho Europeus, para a produção e desenvolvimento de estatísticas de Inovação harmonizadas entre os estados-membros.

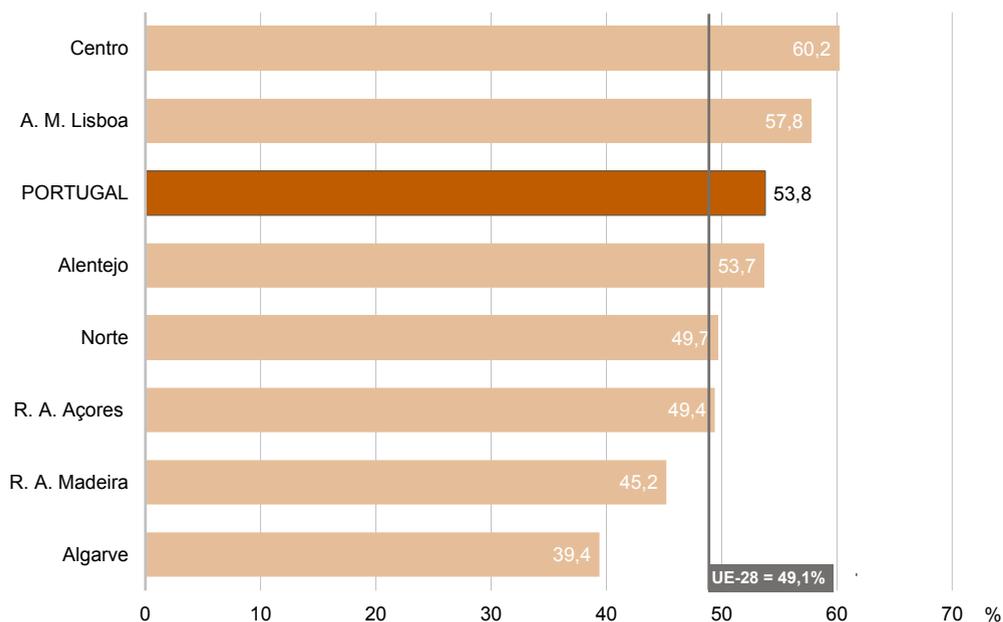
O CIS 2014 – Inquérito Comunitário à Inovação 2014, é uma operação estatística da responsabilidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / CTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que, seguindo as recomendações metodológicas do Eurostat, visa a recolha direta de informação sobre Inovação (de produto, de processo, de marketing e organizacional) durante o período de 2012 a 2014, em empresas localizadas no território português.

No CIS 2014 são inquiridas empresas sedeadas em território português, com mais de 10 pessoas ao serviço, pertencentes às Secções B (Divisões 05 a 09); C (Divisões 10 a 33); D (Divisão 35); E (Divisões 36 a 39); F (Divisões 42 e 43); G (Divisão 46 e Grupo 471); H (Divisões 49 a 53); J (Divisões 58 a 63); K (Divisões 64 a 66); M (Divisões 69 e 71 a 75) e Q (Divisão 86), da CAE – Rev. 3.

A documentação metodológica pode ser consultada em <http://smi.ine.pt>.

Figura III.26

Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação. Eurostat.

**NO PERÍODO 2012-2014, EM 3 DAS 7 REGIÕES NUTS II, MAIS DE METADE DAS EMPRESAS DESENVOLVIA ATIVIDADES DE INOVAÇÃO, PROPORÇÃO SUPERIOR À MÉDIA DA UE-28**

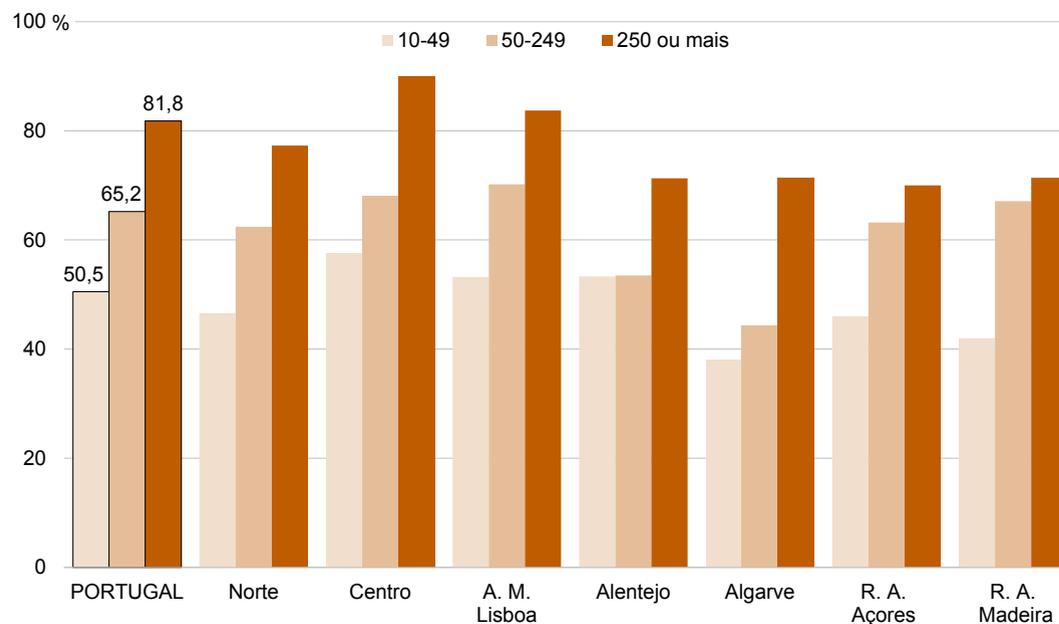
No período 2012-2014, observou-se uma relação positiva entre a dimensão da empresa e a proporção de empresas com atividades de inovação. De facto, a análise deste indicador por escalão de pessoal ao serviço revela que, em Portugal e em todas as regiões NUTS II do país, as grandes empresas (com 250 ou mais pessoas ao serviço) apresentaram uma maior propensão para realizar atividades de inovação. Em Portugal, cerca de 82% das empresas de maior dimensão desenvolveram atividades de inovação. Esta proporção atingia os 65,2% no caso das médias empresas (50 a 249 pessoas ao serviço) e 50,5% para as empresas de menor dimensão (10 a 49 pessoas ao serviço) [Figura III.27].

CONSIDERANDO A DIMENSÃO DA EMPRESA, VERIFICA-SE QUE EM PORTUGAL E EM TODAS AS REGIÕES NUTS II DO PAÍS, AS GRANDES EMPRESAS APRESENTARAM UMA MAIOR PROPENSÃO PARA REALIZAR ATIVIDADES DE INOVAÇÃO

A análise regional demonstra que o Centro e a Área Metropolitana de Lisboa foram as regiões NUTS II onde a proporção de empresas inovadoras era superior à média nacional nos três escalões de dimensão considerados. A Região Autónoma da Madeira superou o valor médio nacional nas empresas de dimensão média (67,1%) e a região do Alentejo apresentou uma proporção mais elevada de pequenas empresas inovadoras (53,3%) em relação ao valor nacional [Figura III.27].

Figura III.27

Proporção de empresas com atividades de inovação por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014



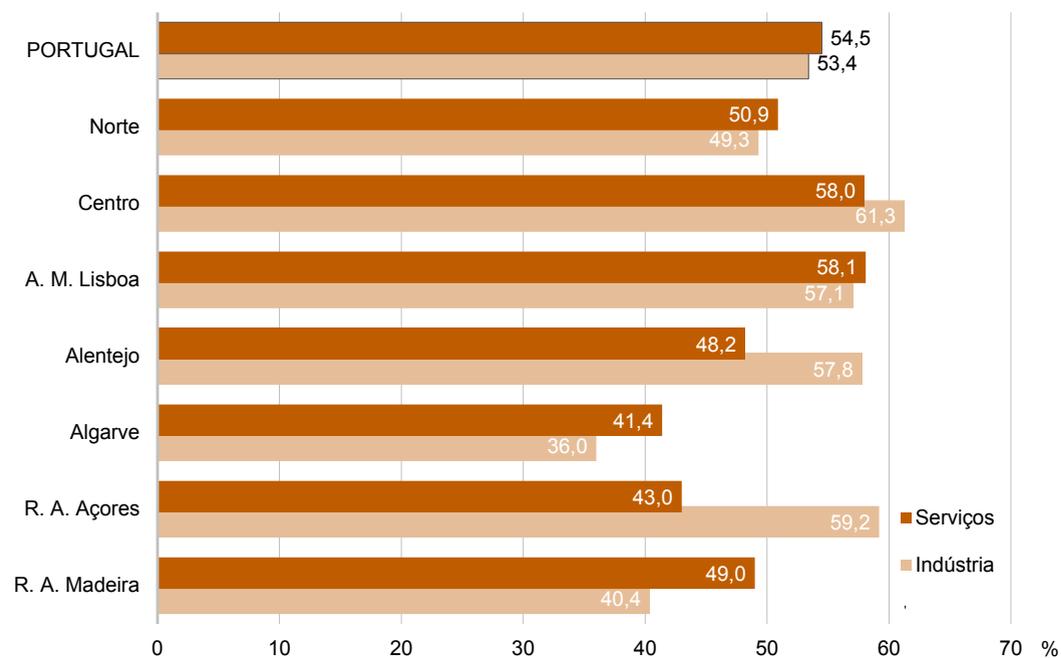
Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação.

A análise das empresas com atividades de inovação por atividade económica revela que em Portugal, no período observado, a proporção de empresas com atividades de inovação do setor dos serviços (54,5%) era ligeiramente superior à das empresas do setor da indústria (53,4%) [Figura III.28]. Esta tendência verificou-se nas regiões do Norte, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e na Região Autónoma da Madeira. Nas restantes três regiões NUTS II do país as empresas do setor industrial apresentaram um perfil mais inovador quando comparado com as empresas do setor dos serviços.

A proporção de empresas com atividades de inovação no setor dos serviços era superior à média nacional na Área Metropolitana de Lisboa (58,1%) e no Centro (58,0%). Por outro lado, considerando o setor industrial, observou-se uma proporção de empresas com atividades de inovação superior ao valor nacional nas regiões Centro (61,3%), Região Autónoma dos Açores (59,2%), Alentejo (57,8%) e Área Metropolitana de Lisboa (57,1%).

**Figura III.28**

Proporção de empresas com atividades de inovação por atividade económica, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação.

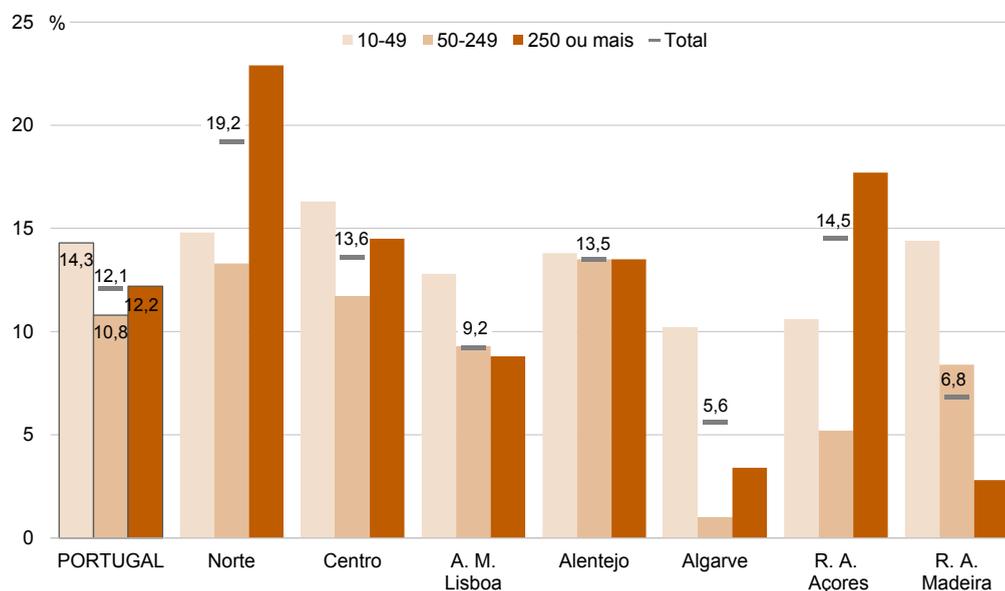
As atividades de inovação do tecido empresarial português resultaram, no período 2012-2014, em produtos novos ou significativamente melhorados que representaram 12,1% do volume de negócios das empresas que desenvolveram inovações de produto [Figura III.29]. Ao nível regional, a proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos foi superior à média nacional nas regiões Norte (19,2%), Região Autónoma dos Açores (14,5%), Centro (13,6%) e Alentejo (13,5%). O Algarve era a região em que a venda de produtos novos tinha menor importância no volume de negócios.

### A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA VENDA DE PRODUTOS NOVOS NO VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS QUE DESENVOLVERAM INOVAÇÃO DE PRODUTO ERA MAIS EXPRESSIVA NAS PEQUENAS EMPRESAS EM TODAS AS REGIÕES EXCETO NO NORTE E NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A análise da proporção de volume de negócios resultante de vendas de produtos novos por escalão de pessoal ao serviço revela que em Portugal e em todas as regiões, exceto no Norte e na Região Autónoma dos Açores, a importância relativa da venda de produtos novos no total do volume de negócios das empresas era maior nas pequenas empresas. No Norte e na Região Autónoma dos Açores, o volume de negócios resultantes de vendas de novos produtos tinha maior significado nas grandes empresas.

Figura III.29

Proporção de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Uma das vertentes da iniciativa empresarial é a capacidade de cooperar com outras empresas ou instituições. No período 2012-2014, 19,4% das empresas com atividades de inovação tecnológica empreenderam ações de cooperação para a inovação com outros parceiros [Figura III.30].

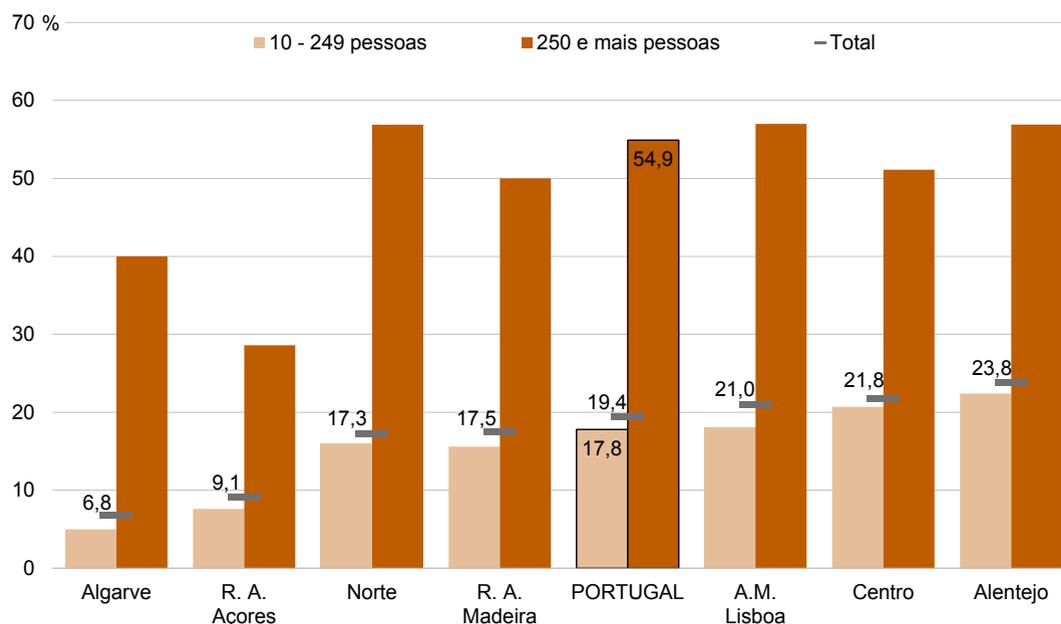
**NO PERÍODO 2012-2014, A COOPERAÇÃO COM OUTRAS EMPRESAS OU INSTITUIÇÕES ERA SUPERIOR NAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LOCALIZADAS NAS REGIÕES DO ALENTEJO, CENTRO E ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

Ao nível regional, esta cooperação foi mais intensa no Alentejo (23,8%), Centro (21,8%) e Área Metropolitana de Lisboa (21,0%). No Algarve e na Região Autónoma dos Açores menos de 10% das empresas com atividades de inovação tecnológica realizaram ações de cooperação para a inovação com outras empresas ou instituições.

A análise das empresas com atividades de inovação e cooperação para a inovação por escalão de pessoal ao serviço revela que, em Portugal e em todas as regiões, a colaboração com outras empresas ou instituições tinha maior expressão nas grandes empresas.

Figura III.30

Proporção de empresas com atividades de inovação tecnológica e cooperação para a inovação por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014



Fonte: ME e MCTES, DGEEC, Inquérito Comunitário à Inovação.

De acordo com os resultados do Inquérito Comunitário à Inovação, no período 2012-2014, mais de metade das empresas portuguesas desenvolvia atividades de inovação (53,8%), valor superior à média da UE-28 (49,1%). Em termos regionais e apresentando proporção superior ao valor do país destacavam-se a região do Centro (60,2%) e a Área Metropolitana de Lisboa (57,8%).

Considerando a dimensão da empresa, em termos de pessoal ao serviço, verificava-se que, em todas as regiões do país, as grandes empresas apresentaram uma maior propensão para realizar atividades de inovação. A análise territorial demonstra que região do Centro e a Área Metropolitana de Lisboa foram as regiões onde a proporção de empresas inovadoras era superior à média nacional em todos os escalões de dimensão considerados.

Nas regiões Norte, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira as empresas com atividades de inovação tinham maior expressão no setor dos serviços. Nas restantes regiões as empresas do setor industrial apresentaram um perfil mais inovador.

A importância relativa da venda de produtos novos no total do volume de negócios das empresas era maior nas pequenas empresas, exceto no Norte e na Região Autónoma dos Açores, onde os produtos novos tinham maior significado no volume de negócios das grandes empresas.

Nas regiões Alentejo, Centro e Área Metropolitana de Lisboa observou-se uma maior proporção de empresas que empreenderam ações de cooperação para a inovação com outros parceiros.

## As aplicações do processo de inovação

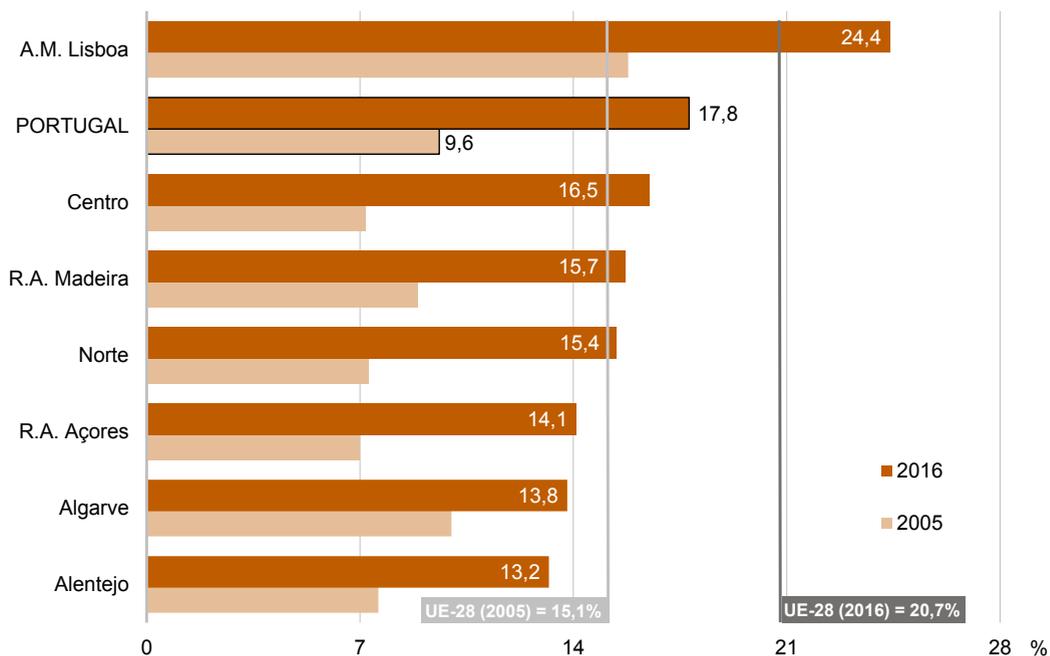
O indicador calculado pelo Eurostat relativo à proporção de recursos humanos em Ciência e Tecnologia na população ativa capta a população ativa simultaneamente com formação superior completa em áreas científicas e tecnológicas e que exerce atividade nessas áreas. Em Portugal, observou-se nos anos mais recentes um aumento significativo desta proporção, que quase duplicou entre 2005 e 2016, passando de 9,6% para 17,8%. Contudo, em ambos os períodos analisados, o valor médio nacional apresentava valores aquém da média europeia a 28 países (15,1% em 2005 e 20,7% em 2016) [Figura III.31].

**ENTRE 2005 E 2016, AS REGIÕES CENTRO, ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E NORTE REGISTRARAM UM MAIOR AUMENTO NA PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO ATIVA SIMULTANEAMENTE COM FORMAÇÃO SUPERIOR COMPLETA EM ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E QUE EXERCE ATIVIDADE PROFISSIONAL NESSA ÁREA**

A trajetória positiva neste indicador entre 2005 e 2016 verificou-se em todas as regiões NUTS II do país, salientando-se as regiões Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Norte que verificaram os maiores aumentos da proporção de recursos humanos em Ciência e Tecnologia na população ativa. A Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que, nos dois períodos em análise, ultrapassou o valor médio nacional e também a média da UE-28.

Figura III.31

Proporção de recursos humanos em Ciência e Tecnologia na população ativa, Portugal e NUTS II, 2005 e 2016



Fonte: Eurostat.

A informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) permite complementar a análise do indicador anterior aferindo os recursos humanos envolvidos em atividades de I&D [Figura III.32 e Figura III.33]. A proporção de investigadores<sup>27</sup> e de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral<sup>28</sup> na população ativa assumia, em 2014, maior expressão na Área Metropolitana de Lisboa registando, respetivamente, 1,16 % e

14,3 %, sendo esta a única região NUTS II do país a ultrapassar o valor médio nacional em ambos os indicadores. As regiões Norte e Centro apresentaram também proporções expressivas em ambos os indicadores face às verificadas nas restantes regiões, ainda que abaixo da média nacional.

Figura III.32

Proporção de investigadores equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa, NUTS II, 2014

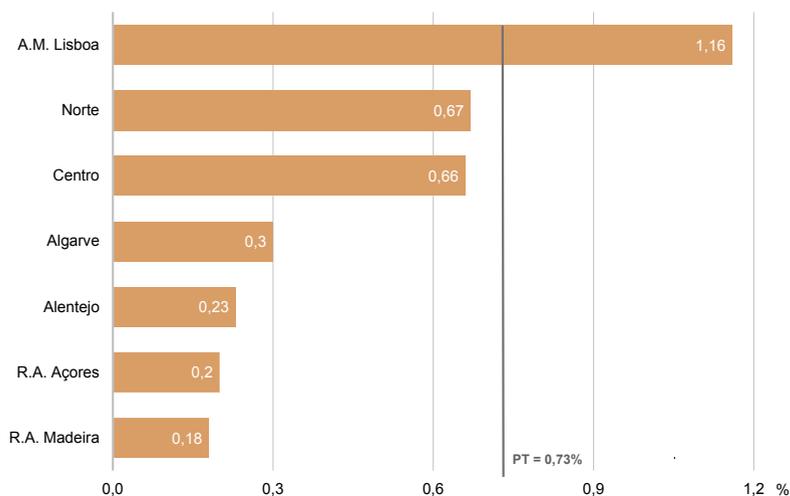
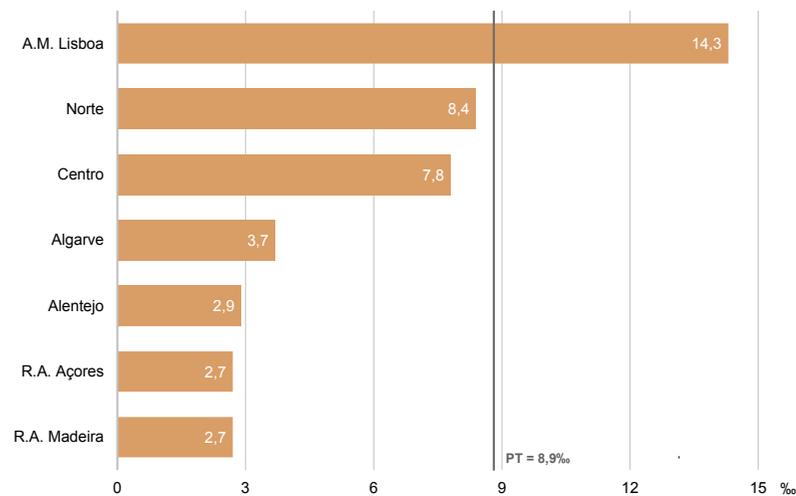


Figura III.33

Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa, NUTS II, 2014



Fonte: ME e MCTES, DGECC, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

<sup>27</sup> **Proporção de investigadores equivalente a tempo integral (ETI) na população ativa:** Investigadores equivalente a tempo integral (ETI) / População ativa x 100.

<sup>28</sup> **Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento na população ativa:** (População ativa em I&D / População ativa) x 1000.



Analisando a proporção de exportações de bens de alta tecnologia<sup>29</sup> [Caixa III.3] entre os períodos 2011-2013 e 2014-2016, verifica-se um aumento da intensidade tecnológica das exportações nacionais, tendo esta proporção passado de um valor médio de 3,26% em 2011-2013 para 3,96% em 2014-2016 [Figura III.34].

O aumento da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia no período considerado verificou-se na maioria das regiões NUTS II portuguesas, com exceção da Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Centro. Estas duas últimas regiões foram as únicas a apresentar um valor abaixo da média nacional neste indicador em ambos os períodos. A Região Autónoma dos Açores foi a região onde se verificou um maior aumento da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia entre 2011-2013 e 2014-2016, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa e o Norte.

### Caixa III.3

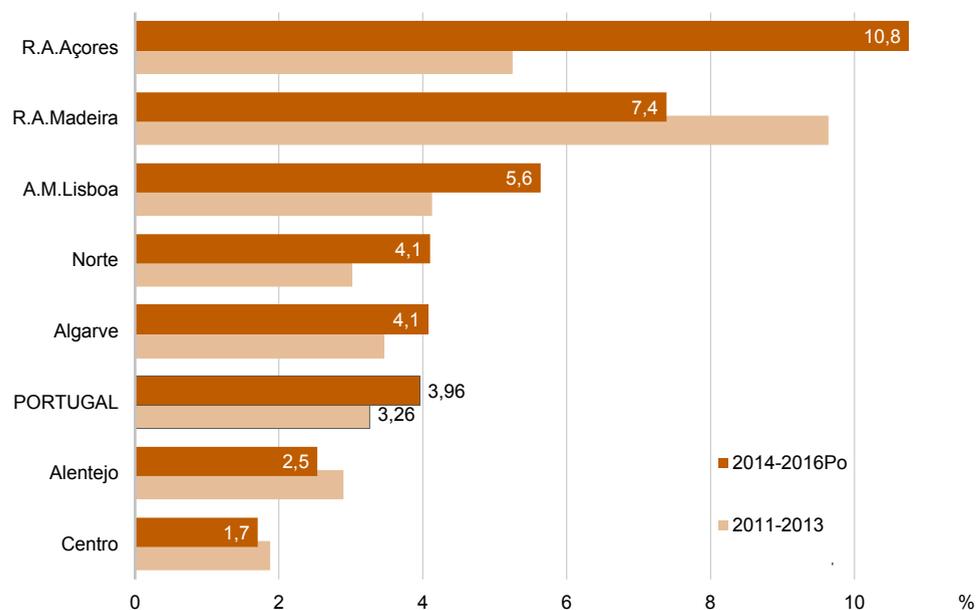
#### Bens de alta tecnologia

A classificação por bens de alta tecnologia foi concebida para complementar a classificação por ramo de atividade económica e permitir uma análise mais detalhada do comércio internacional. A lista de produtos baseia-se na intensidade de I&D por grupos de produtos (despesa em I&D em percentagem das vendas). Os grupos classificados como bens de alta tecnologia são agregados com base na Classificação Tipo para o Comércio Internacional, CTCI Rev4 (Standard International Trade Classification, SITC Rev4). O 1º nível da classificação inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas elétricas, máquinas não elétricas, eletrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.

<sup>29</sup> **Proporção de exportações de bens de alta tecnologia:** Exportações de bens de alta tecnologia / Total de exportações x 100.

Figura III.34

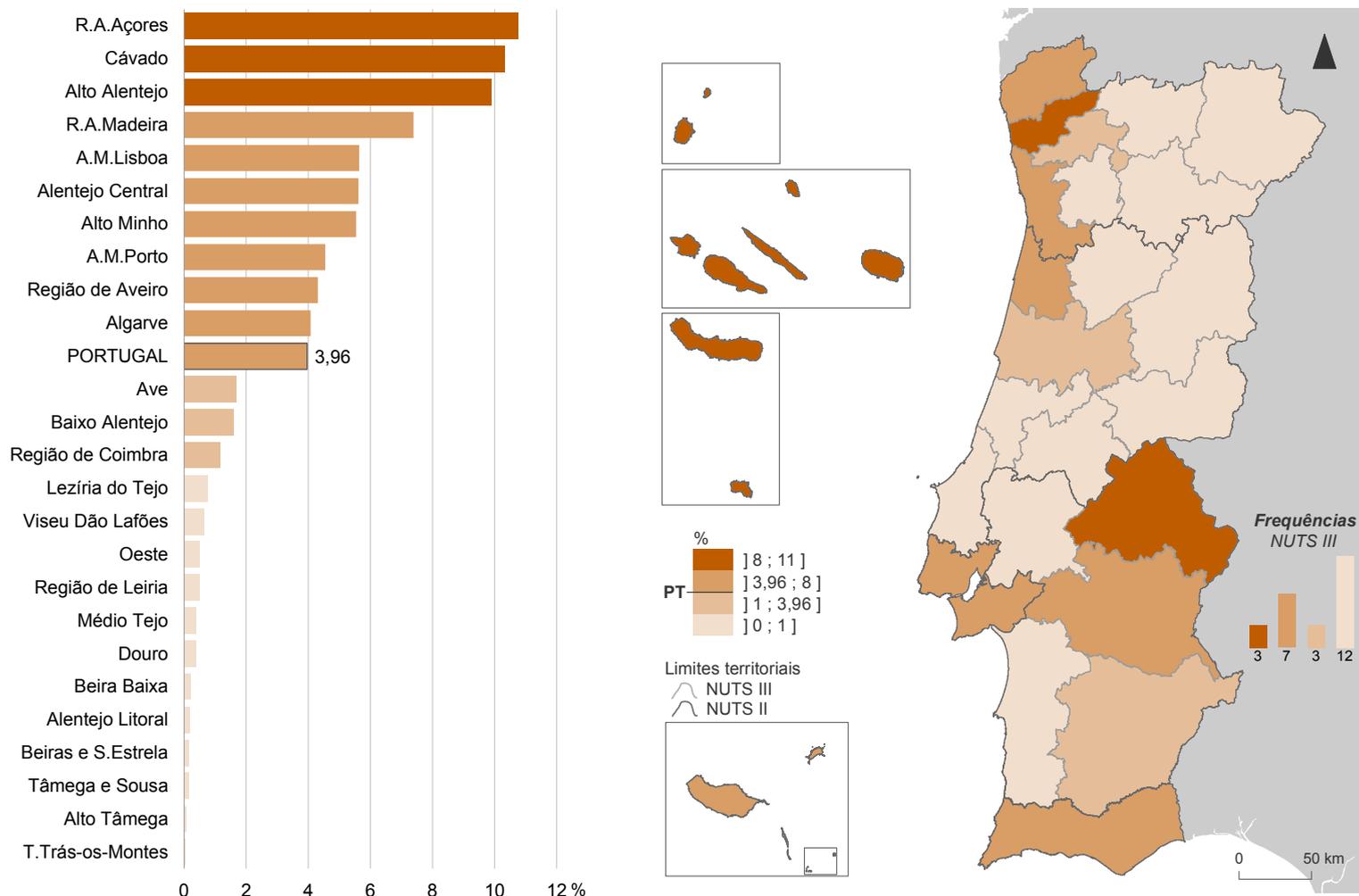
Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016Po



Ao nível das sub-regiões, no período 2014-2016, a Região Autónoma dos Açores, o Cávado e o Alto Alentejo destacavam-se das restantes NUTS III, por apresentarem uma importância das exportações de bens de alta tecnologia de cerca de 10% [Figura III.35]. Com valores menos expressivos mas exibindo um perfil exportador tecnológico mais intenso do que a média nacional, salientam-se a Região Autónoma da Madeira (7,4%), as áreas metropolitanas de Lisboa (5,6%) e do Porto (4,5%) e as sub-regiões do Alentejo Central (5,6%), Alto Minho (5,5%), Região de Aveiro (4,3%) e o Algarve (4,1%). Nas restantes 15 sub-regiões NUTS III do país o peso das exportações de bens de alta tecnologia no valor das exportações não ultrapassava os 2%.

Figura III.35

Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS III, 2014-2016Po



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Entre 2005 e 2016, observou-se em Portugal, um aumento significativo da proporção de população ativa simultaneamente com formação superior completa em áreas científicas e tecnológicas e que exerce atividade profissional nessa área. Esta proporção quase duplicou no período observado. Neste contexto, salientam-se as regiões Centro, Área Metropolitana de Lisboa e do Norte que registaram um maior aumento neste indicador.

A informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional revelava que, em 2014, a proporção de investigadores e de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral na população ativa assumia maior expressão na Área Metropolitana de Lisboa tendo sido a única região NUTS II do país a ultrapassar o valor médio nacional em ambos os indicadores.

No que respeita à exportação de bens de alta tecnologia verificava-se, entre 2011-2013 e 2014-2016, um aumento da intensidade tecnológica das exportações na maioria das regiões portuguesas. A Região Autónoma dos Açores, o Cávado e o Alto Alentejo registavam, no período mais recente, os valores mais elevados neste indicador: cerca de 10%.



## CONCEITOS

**Atividades de inovação:** Aquisição de máquinas, equipamentos, software e licenças; trabalhos de engenharia e de desenvolvimento, formação, marketing e I&D sempre que sejam empreendidos especificamente para implementar uma inovação de produto ou de processo.

**Diplomado:** Indivíduo que concluiu com aproveitamento o nível de ensino curso em que estava matriculado/inscrito, tendo requerido o respetivo diploma.

**Doutoramento:** Processo conducente ao grau académico de doutor no ensino universitário que integra a elaboração de uma tese de dissertação de natureza científica no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade.

**Estabelecimento:** Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

**Estabelecimento de ensino superior:** Instituição de ensino onde são ministrados cursos e atribuídos graus e/ou diplomas de ensino superior. Podem ainda realizar cursos de ensino pós-secundário não superior visando a formação profissional especializada.

**Ensino Superior:** Nível de ensino que sucede ao ensino secundário, caracteriza-se por elevada complexidade e visa aprendizagens especializadas orientadas para o ingresso no mercado de trabalho.

**Importação:** Somatório das chegadas a Portugal das mercadorias provenientes dos restantes Estados-Membros, com as importações portuguesas com origem em países terceiros.

**Inovação:** Introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa.

**Inovação Tecnológica:** Transformação de uma ideia num produto vendável (novo ou melhorado), num processo operacional (na indústria ou no comércio) ou num novo método de serviço social. Cobre todas as medidas de natureza científica, técnica, comercial ou financeira necessárias para assegurar o êxito do desenvolvimento e da comercialização de produtos manufaturados, novos ou melhorados, ou para permitir a utilização comercial de processos e de materiais, novos ou melhorados, para introduzir um novo método de serviço social. Exclui-se deste conceito a inovação de natureza estética, bem como a simples imitação ou os melhoramentos de pormenor.

**Inovação de produto:** Introdução no mercado de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado relativamente às suas capacidades iniciais, tais como a melhoria no software ou na interface com o utilizador, novos componentes ou subsistemas. A inovação deve ser nova para a empresa, mas não necessita ser nova no setor ou mercado da empresa. Não é relevante se a inovação foi originalmente desenvolvida pela empresa ou por outras empresas.

**Investigação e desenvolvimento:** Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.

**Investigadores:** É todo o pessoal em atividades de investigação e desenvolvimento que dirige ou realiza trabalhos que visam a criação de conhecimentos e/ou a conceção de produtos, processos, métodos ou sistemas.

**Emprego:** O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma atividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

**Empresa:** Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

**Exportação:** Somatório das expedições de mercadorias efetuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros.

**Pessoal ao serviço:** Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

**População ativa:** Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

**Produtos de alta tecnologia:** Produtos técnicos cuja fabricação envolve uma elevada intensidade de I&D. Inclui os seguintes produtos: aeroespacial, armamento, computadores/equipamento de escritório, instrumentos científicos, máquinas elétricas, máquinas não elétricas, eletrónicos/telecomunicações, farmacêuticos e químicos.



**Produto interno bruto a preços de mercado:** O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PIlpm).

**Produto interno bruto regional:** Produto interno avaliado a preços de mercado que corresponde à soma do valor acrescentado bruto a preços de base, com os impostos líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, por região. A soma dos PIBR a preços de mercado por região, incluindo o PIBR do território extrarregional, é igual ao PIB a preços de mercado.

**Produtividade aparente do trabalho:** Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço.

**Trabalhadores por conta de outrem:** Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.

**Valor Acrescentado Bruto:** Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

**Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado:** Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.

## Bibliografia

- Abreu, Alexandre e Peixoto, João (2009) Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português, *Análise Social*, 193: 719-746.
- Almeida, Ana Nunes; André, Isabel e Lalanda, Piedade (2002) Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal, *Análise Social*, 163: 371-409.
- Almeida, Joana (2017) Leadership in Conflict Management: The Case of Tourism versus Territory, *Revista Portuguesa de Geografia Finisterra*, 104: 25-37.
- Baganha, Maria Ioannis, Ferrão, João e Malheiros, Jorge (1999) Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português, *Análise Social*, 150: 147-173.
- Bandeira, Mário Leston (1996) *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Bandeira, Mário Leston (Dir.) (2014) *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cabral, Manuel Villaverde (Coord.) (2013) *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Comissão Europeia (2014) *Horizon 2020 em breves palavras – O programa-quadro de investigação e inovação da UE*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Cruz, David (2011) *Variabilidade ou Convergência? Análise regional da fecundidade em Portugal (1980-2009)*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, Vanessa (2013) Quatro décadas de declínio da fecundidade em Portugal. In INE (Ed.) *Inquérito à Fecundidade – 2013*, pp. 19-28. Lisboa: INE e FFMS.
- DGT – Direção-Geral do Território (2014) *Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território: Relatório de Avaliação do Programa de Ação 2007-2013*. Lisboa: DGT.
- DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação (2016) *Sumários Estatísticos: CIS 2014 – Inquérito Comunitário à Inovação*. Lisboa: DGEEC.
- European Commission (2014) *Investment for jobs and growth – promoting development and good governance in EU regions and cities (Sixth report on economic, social and territorial cohesion)*. Luxembourg: European Commission.
- European Commission (2016) *Science, Research and Innovation performance of the EU - A contribution to the Open Innovation, Open Science, Open to the World agenda*. Luxembourg: European Commission.
- European Commission (2017a) *European Innovation Scoreboard 2017*. Luxembourg: European Commission.
- European Commission (2017b) *Regional Innovation Scoreboard 2017*. Luxembourg: European Commission.
- Eurostat (2016) *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.



- Ferrão, João (1996) *A demografia Portuguesa*, Cadernos do Público, n.º 6. Lisboa: ICS/Público.
- Ferrão, João (2002) Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidade, mapas cognitivos e identidades territoriais, *Lusotopie*, 2: 151-158.
- Gabrielli, Cassiana Panissa (2017) Turismo responsável: caminhos possíveis? *Revista de Turismo Contemporâneo*, 1, vol. 5: 81-97.
- GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia (2016) *Inovação, I&D e Empreendedorismo – Motores da competitividade*. Lisboa.
- Godinho, Manuel (2013) *Inovação em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Henriques, Eduardo Brito (2003) A Cidade, Destino de Turismo. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I série, vol. XIX: 163-172.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2011) *Retrato Territorial de Portugal - 2009*. Lisboa: INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2013) *Retrato Territorial de Portugal - 2011*. Lisboa: INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2014). Sociedades em Setores de Alta e Média-Alta Tecnologia qual a sua importância relativa? Destaque do INE, 12 de maio de 2014. Lisboa: INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2015) *Retrato Territorial de Portugal - 2013*. Lisboa: INE.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2017) *Estatísticas do Turismo 2016*. Lisboa: INE.
- Kohler, Hans-Peter, Billari, Francesco e Ortega, José Antonio (2002) The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s, *Population and Development Review*, 28 (4): 641–680.
- Malheiros, Jorge (Ed.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Malheiros, Jorge e Vala, Francisco (2004) A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites de operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, *Revista de Estudos Demográficos*, 36: 59-109.
- Mamede, Ricardo Paes (2015) *O que fazer com este país*. Queluz de Baixo: Marcador.
- Manente, Mara, Minghetti, Valeria e Mingotto, Erica (2014) *Responsible Tourism and Corporate Social Responsibility (CSR)*. Springer International Publishing Switzerland.
- Mendes, Maria Filomena (2016) A natalidade e a fecundidade em Portugal. In Vanessa Cunha, Duarte Vilar, Karin Wall, João Lavrinha e Paulo Trigo Pereira (Orgs.) *A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política*, pp. 83-110. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nações Unidas (2000) *Replacement migration: Is it a solution to declining and ageing populations?* Nova Iorque: Nações Unidas
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2017) *Estudos Económicos da OCDE*. Paris: OECD.

- OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development (2010) *The OECD Innovation Strategy: Getting a Head Start on Tomorrow*. Paris: OECD.
- OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development (2016) *Regions at a glance 2016*. Paris: OECD.
- Pappamikail, Lia, Pereira, Marta Luís e Marques, Tatiana (2010) Portugal: na encruzilhada entre mudança e continuidade. In Teresa Costa Pinto, Isabel Guerra, Marta Martins e Sara Almeida (Coords.) *Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes*, pp. 77-137. Lisboa: Tinta da China.
- Peixoto, João (2008) A demografia da população imigrante em Portugal. In Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro Matos (Coords.) *Portugal: Percursos de Interculturalidade* (vol. II). Lisboa: ACIDI.
- Peixoto, João, Craveiro, Daniela, Malheiros, Jorge e Oliveira, Isabel Tiago de (Orgs.) (2017) *Migrações e sustentabilidade demográfica*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pires, Rui Pena (Coord.) (2010) *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020 (2014).
- Ramos, Madalena e Ferreira, Ana Cristina (2016) *A fecundidade em Portugal: Como seria sem as mulheres imigrantes?* Comunicação apresentada no V Congresso Português de Demografia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Robinson, Guy M. (2000) *Methods and Techniques in Human Geography*. Nova Iorque: John Wiley and Sons.
- Rosa, Maria João Valente (2012) *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rosa, Maria João Valente, Seabra, Hugo e Santos, Tiago (2004) *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa*. Lisboa: ACIME.
- Santana-Jimenéz Yolanda e Hernández, Juan (2011) Estimating the effect of overcrowding on tourist attraction: The case of Canary Islands, *Tourism Management*, 32 (2): 415-425.
- Turismo de Portugal (2006) *Turismo de Natureza - 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal THR*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal (2017) *Estratégia de Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2017) *UNWTO Annual Report 2016*. Madrid: UNWTO.



## Siglas e Abreviaturas

AL	Alojamento Local	ME	Ministério da Educação
A.M.	Área Metropolitana	MCTES	Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
AML	Área Metropolitana de Lisboa	MTSS	Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
AMP	Área Metropolitana do Porto	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
AMU	Área Mediamente Urbana	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
AP	Áreas Protegidas	OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
APR	Área Predominantemente Rural	PDM	Plano Diretor Municipal
APU	Área Predominantemente Urbana	Pe	Dados preliminares
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal	Po	Dados provisórios
CAE	Classificação da Atividade Económica	PIB	Produto Interno Bruto
Censos	Recenseamentos Gerais da População e Habitação	PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
CIS	<i>Community Innovation Survey</i>	PNPOT	Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
DGT	Direção-Geral do Território	p.p.	Pontos percentuais
Eurostat	Serviço de Estatística da União Europeia	PT	Portugal
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento	QL	Quociente de localização
HOT	Hotelaria ou Estabelecimentos hoteleiros	R. A.	Região Autónoma
I&D	Investigação e Desenvolvimento	RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
INE	Instituto Nacional de Estatística	SIOU	Sistema de Informação das Operações Urbanísticas
I.P.	Instituto Público	TERTH	Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação
IPHH	Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos	TIPAU	Tipologia de Áreas Urbanas
LBPT	Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo	UE	União Europeia
LBPPSOTU	Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo	UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
MA	Ministério do Ambiente	VAB	Valor Acrescentado Bruto
MAI	Ministério da Administração Interna		

# Índice de Caixas

## Parte I | A diferenciação territorial do turismo

Caixa I.1 Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas .....	18
Caixa I.2 Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.....	30
Caixa I.3 Tipologia de áreas urbanas – TIPAU 2014 .....	35
Caixa I.4 Áreas protegidas .....	38
Caixa I.5 Tipologia de áreas costeiras .....	39
Caixa I.6 Quociente de localização .....	43

## Parte II | A sustentabilidade demográfica dos territórios

Caixa II.1 Tipologia de áreas urbanas – TIPAU 2014 .....	83
Caixa II.2 Curva de Lorenz e Índice de Gini.....	134
Caixa II.3 Quociente de localização.....	136

## Parte III | A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas

Caixa III.1 Setores de alta e média-alta tecnologia .....	175
Caixa III.2 Inquérito Comunitário à Inovação .....	192
Caixa III.3 Bens de alta tecnologia .....	201



# Índice de Figuras

## Parte I | A diferenciação territorial do turismo

Figura I.1 Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo no total de superfície de construção nova (obras concluídas), Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016.....	20
Figura I.2 Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo no total de superfície de construção nova (obras concluídas), por município, 2011-2016.....	21
Figura I.3 Distribuição da superfície de construção nova licenciada destinada ao turismo por tipo de solo (obras licenciadas), Portugal e NUTS III, 2014-2016 .....	23
Figura I.4 Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas), por NUTS III, 2014-2016.....	23
Figura I.5 Proporção da superfície de construção nova destinada ao turismo em solo urbano (obras licenciadas), Portugal, 2011-2016.....	25
Figura I.6 Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas), Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016 .....	26
Figura I.7 Proporção da superfície objeto de reabilitação física destinada ao turismo no total de superfície do edificado destinado ao turismo (obras concluídas), por município, 2011-2016 .....	27
Figura I.8 Número de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento, Portugal, 2013-2016 .....	31
Figura I.9 Número de estabelecimentos de alojamento turístico, por NUTS II, 2013 e 2016 .....	31
Figura I.10 Proporção de estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016 .....	32
Figura I.11 Estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de estabelecimento e superfície ocupada por áreas predominantemente urbanas (segundo a Tipologia de áreas urbanas), áreas costeiras e áreas protegidas, Portugal, 2016.....	34
Figura I.12 Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico segundo a Tipologia de áreas urbanas e capacidade total de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2013/2016 .....	37
Figura I.13 Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico, por áreas protegidas, por NUTS II, 2013/2016.....	38
Figura I.14 Taxa de variação da capacidade de alojamento turístico, por áreas costeiras, por NUTS II, 2013/2016.....	39
Figura I.15 Capacidade média de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016 .....	41
Figura I.16 Quocientes de localização da capacidade de alojamento nos estabelecimentos Hoteleiros, por município, 2016.....	45
Figura I.17 Quocientes de localização da capacidade de alojamento no Alojamento local, por município, 2016.....	45
Figura I.18 Quocientes de localização da capacidade de alojamento no Turismo em Espaço rural e Turismo de habitação, por município, 2016.....	46

Figura I.19 Capacidade de alojamento nos hotéis de quatro e cinco estrelas por NUTS II, 2011 e 2016 .....	47
Figura I.20 Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de estabelecimento, Portugal, 2013-2016.....	50
Figura I.21 Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por NUTS II, 2013- 2016.....	50
Figura I.22 Taxa de crescimento anual médio das dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de estabelecimento, Portugal e NUTS II, 2013-2016 .....	51
Figura I.23 Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016.....	52
Figura I.24 Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, Portugal, NUTSIII e município, 2016.....	54
Figura I.25 Proporção de dormidas entre julho-setembro, por município, 2016 .....	56
Figura I.26 Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016.....	58
Figura I.27 Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2013 e 2016.....	60
Figura I.28 Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal, NUTSIII e município, 2016.....	62
Figura I.29 Hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2016 .....	64
Figura I.30 Quocientes de localização de hóspedes residentes no Reino Unido nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016.....	65
Figura I.31 Quocientes de hóspedes residentes em Espanha nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016 .....	65
Figura I.32 Quocientes de localização de hóspedes residentes em França nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016 .....	67
Figura I.33 Quocientes de hóspedes residentes na Alemanha nos estabelecimentos de alojamento turístico, por município, 2016.....	67

## Parte II | A sustentabilidade demográfica dos territórios

Figura II.1 Variação da densidade populacional por município, 2011/2016 .....	80
Figura II.2 Densidade populacional por município, 2016 .....	82
Figura II.3 Densidade populacional segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016 .....	84
Figura II.4 Taxa de crescimento anual médio da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2011-2016 .....	86
Figura II.5 Decomposição da evolução da população residente por município, 2011-2016.....	88
Figura II.6 Taxa de crescimento anual médio da componente natural por município, 2011-2016.....	90



Figura II.7 Taxa de crescimento anual médio da componente migratória por município, 2011-2016.....	90
Figura II.8 Estrutura etária da população residente, Portugal, 1991, 2001 e 2016 .....	93
Figura II.9 Índice de envelhecimento, Portugal, 1970 -2016 .....	94
Figura II.10 Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	94
Figura II.11 Variação do índice de envelhecimento por município, 2011/2016.....	96
Figura II.12 Índice de envelhecimento por município, 2016 .....	96
Figura II.13 Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016 .....	98
Figura II.14 Índice de longevidade, Portugal, NUTS III e município, 2016 .....	99
Figura II.15 Esperança de vida à nascença por NUTS III, 2014-2016 .....	101
Figura II.16 Esperança de vida aos 65 anos por NUTS III, 2014-2016.....	101
Figura II.17 Proporção de população residente com idade entre 15 e 64 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2016.....	104
Figura II.18 Proporção de população residente com idade entre 15 e 24 anos no total de população residente em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2000 e 2016 .....	104
Figura II.19 Proporção de população residente com idade entre 15 e 64 anos segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016 .....	106
Figura II.20 Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, 1970-2016 .....	107
Figura II.21 Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	107
Figura II.22 Índice de renovação da população em idade ativa, Portugal, NUTS III e município, 2016.....	109
Figura II.23 Índice de dependência de jovens, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	110
Figura II.24 Índice de dependência de idosos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	110
Figura II.25 Índice de dependência de idosos, Portugal, NUTS III e município, 2016.....	112
Figura II.26 Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1971-2016.....	115
Figura II.27 Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016 .....	116
Figura II.28 Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2016 .....	117
Figura II.29 Taxa de fecundidade geral, Portugal, NUTS III e município, 2016 .....	119

Figura II.30 Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	120
Figura II.31 Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal, NUTS III e município, 2016.....	122
Figura II.32 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal, 1970-2016 .....	124
Figura II.33 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	124
Figura II.34 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS III, 2016.....	125
Figura II.35 Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	127
Figura II.36 Proporção de nados-vivos de mães adolescentes, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016.....	127
Figura II.37 Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016.....	129
Figura II.38 Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2012-2016.....	130
Figura II.39 Proporção de população estrangeira com estatuto de residente no total da população residente, Portugal e NUTS II, 2015 .....	133
Figura II.40 Curva de concentração e Índice de Gini da população estrangeira com estatuto de residente por principais grupos de nacionalidades face ao total da população residente, com base na distribuição da população por município, 2015 .....	135
Figura II.41 Quocientes de localização da população estrangeira com estatuto de residente por município, 2015 .....	137
Figura II.42 Quocientes de localização da população proveniente de PALP por município, 2015.....	138
Figura II.43 Quocientes de localização da população proveniente da UE-25 por município, 2015 .....	138
Figura II.44 Quocientes de localização da população proveniente de países da Europa de Leste por município, 2015.....	140
Figura II.45 Quocientes de localização da população proveniente do Brasil por município, 2015 .....	140
Figura II.46 Proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira, Portugal e NUTS II, 2012-2016 .....	141
Figura II.47 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho segundo os principais grupos de nacionalidade da mãe, Portugal, 2011-2016.....	142
Figura II.48 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho segundo a nacionalidade da mãe, Portugal e NUTS II, 2012-2016 .....	142
 <b>Parte III   A competitividade e a inovação nas regiões portuguesas</b>	
Figura III.1 PIB por habitante (Portugal= 100) por NUTS II, 2000 a 2015Pe .....	152
Figura III.2 PIB por habitante e PIB por NUTS III, 2015Pe .....	154
Figura III.3 Taxa de crescimento real anual médio do PIB, Portugal e NUTS II, 2000-2005, 2005-2010, 2010-2015Pe e 2000-2015Pe.....	155



Figura III.4 Taxa de crescimento real anual médio do PIB, Portugal e NUTS III .....	157
Figura III.5 Repartição setorial do VAB e do Emprego, Portugal e NUTS III, 2000 e 2014.....	159
Figura III.6 Produtividade aparente do trabalho por ramos de atividade, Portugal e NUTS III, 2014.....	161
Figura III.7 Intensidade exportadora (2013-2015Pe) e taxa de crescimento real anual médio do PIB (2010-2015Pe), Portugal e NUTS III.....	162
Figura III.8 Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador por NUTS III, 2014-2016Po.....	164
Figura III.9 Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador por NUTS III, 2014-2016Po.....	167
Figura III.10 Taxa de escolaridade de nível superior (30-34), Portugal e NUTS II, 2011 e 2016 .....	168
Figura III.11 Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes por NUTS III, 2012/2013 - 2014/2015.....	168
Figura III.12 Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes por NUTS III, 2013-2015.....	170
Figura III.13 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos, Portugal e NUTS III, 2015 .....	172
Figura III.14 Despesa em I&D e proporção no PIB, por NUTS III, 2014 .....	176
Figura III.15 Proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia em termos de número, pessoal ao serviço e valor acrescentado bruto, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015.....	177
Figura III.16 Proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal, NUTS III e município, 2013-2015.....	178
Figura III.17 Taxa de crescimento anual médio do valor acrescentado bruto do total de empresas e do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2011-2015.....	179
Figura III.18 Proporção do valor acrescentado bruto das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015 .....	180
Figura III.19 Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015.....	181
Figura III.20 Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015 .....	181
Figura III.21 Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços, segundo a localização da sede da empresa por NUTS III, 2013-2015 .....	182

Figura III.22 Taxa de natalidade das empresas e taxa de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2013-2015 .....	183
Figura III.23 Taxa de natalidade das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2013-2015 .....	185
Figura III.24 Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades em setores de alta e média-alta e do total das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS II, 2013-2015 .....	187
Figura III.25 Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades em setores de alta e média-alta, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013-2015.....	189
Figura III.26 Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo das sociedades em setores de alta e média-alta tecnologia nas vendas e prestações de serviços para o mercado externo do total das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013-2015 .....	193
Figura III.27 Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2012-2014 .....	194
Figura III.28 Proporção de empresas com atividades de inovação por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014.....	195
Figura III.29 Proporção de empresas com atividades de inovação por atividade económica, Portugal e NUTS II, 2012-2014 .....	196
Figura III.30 Proporção de volume de negócios resultantes da venda de produtos novos por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014 .....	197
Figura III.31 Proporção de empresas com atividades de inovação tecnológica e cooperação para a inovação por escalão de pessoal ao serviço, Portugal e NUTS II, 2012-2014 .....	199
Figura III.32 Proporção de recursos humanos em Ciência e Tecnologia na população ativa, Portugal e NUTS II, 2005 e 2016.....	200
Figura III.33 Proporção de investigadores equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa, NUTS II, 2014.....	200
Figura III.34 Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa, NUTS II, 2014 .....	202
Figura III.35 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2011-2013 e 2014-2016Po.....	203